

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado em Desenvolvimento Urbano - MDU

JULIANA DE FÁTIMA COSTA

A PAISAGEM DO RIO CAPIBARIBE COMO
ESTRATÉGIA DE *MARKETING* PARA O SETOR
IMOBILIÁRIO

RECIFE, junho/ 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JULIANA DE FÁTIMA COSTA

A PAISAGEM DO RIO CAPIBARIBE COMO
ESTRATÉGIA DE *MARKETING* PARA O SETOR
IMOBILIÁRIO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa de Conservação Integrada, sob a orientação do Prof. Dra. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo

Recife, junho, 2010

Costa, Juliana de Fátima

A paisagem do Rio Capibaribe como estratégia de marketing para o Setor Imobiliário / Juliana de Fátima Costa. – Recife: O Autor, 2010.

276 folhas. : il., fig., tab., mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2010.

Inclui bibliografia.

**1. Desenvolvimento urbano. 2. Geografia urbana.
I. Título.**

711.4 CDU (2.ed.)

711.4 CDD (22.ed.)

**UFPE
CAC2010-77**



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

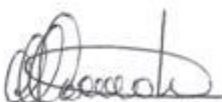
Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano da mestrandia **Juliana de Fátima Costa**.

Às 09.00 horas do dia 02 de março de 2010 reuniu-se na Sala de Aula do Programa, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo (orientadora), Caio Augusto Amorim Maciel (examinador externo), Norma Lacerda Gonçalves (examinadora interna) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "A PAISAGEM DO RIO CAPIBARIBE COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING PARA O SETOR IMOBILIÁRIO", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada Aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 02 de março de 2010.


- Indicação da Banca para publicação ()


Profa. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo
Orientadora


Caio Augusto Amorim Maciel
Examinador Externo/PPG/Geografia/UFPE


Norma Lacerda Gonçalves
Examinadora Interna/PPGMDU/UFPE


Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa


Juliana de Fátima Costa
Candidata

*Aos meus pais,
João Bosco e Margarida
Por minha existência*

*Á cidade do Recife
Por ser meu ponto de referência*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a professora Dra. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo, por sua dedicação, apoio e incentivo, além da contribuição crítica durante todo o seu desenvolvimento.

À minha mãe, Margarida Costa, pelo apoio e ajuda incondicionais na fase de coleta de dados.

Ao meu noivo, Roberto Hori, pelo apoio e paciência durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Pela ajuda na sistematização e análise dos dados, pela tradução e revisão do *abstract*.

À minha irmã, Luciana Costa Oliveira, pelo apoio e ajuda na elaboração da parte gráfica.

À minha irmã Cristiana Costa, pela ajuda na formatação da versão final do trabalho.

Ao meu cunhado Ricardo Oliveira, pelas fotos tiradas na área em estudo que compõem este trabalho.

Ao meu cunhado Afrânio Barros pela inestimável ajuda na fase contactar com os entrevistados para a realização de entrevistas.

Ao meu tio, Luiz Carlos de Araújo, pela revisão do texto final.

Ao FACEPE, pelo suporte à pesquisa

Aos professores do MDU pelo conhecimento adquirido.

Aos funcionários do MDU pela assistência prestada.

Aos meus colegas de turma, pelo apoio, incentivo e partilha do conhecimento adquirido.

Aos funcionários da PCR/DIRCON, 4^a. Regional pela colaboração no levantamento dos projetos da Avenida Beira Rio.

A Berivaldo, funcionário da PCR/DIRCON, 3^a. Regional pelo levantamento dos dados cadastrais dos projetos da Avenida Beira Rio.

A todos os entrevistados que responderam as entrevistas, fornecendo dados fundamentais para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo é sobre a paisagem do rio Capibaribe tendo como recorte físico uma fração desta paisagem compreendida entre as quadras que compõem as margens ao longo da Avenida Beira Rio entre os bairros da Torre e da Madalena. O período histórico que abrange este trabalho vai do início da década de 1950 até 2009, tendo como elemento de delimitação os Decretos Leis Nº 2.590/53 e Nº 7.427/63 e as Leis de Uso e Ocupação do Solo Nº 14.511/83 e Nº 16.176/96, embora se considere o processo histórico que ocorreu antes deste período. O foco deste trabalho é a utilização desta fração de paisagem pelo setor imobiliário que tem incorporado os elementos naturais, como também os elementos simbólicos referentes a estas paisagens, nas estratégias de *marketing* para a venda dos novos empreendimentos de habitações multifamiliares verticalizadas que estão sendo construídos na área estudada. Este estudo tem como base os fundamentos da Nova Geografia Cultural, e como objetivo interpretar a (trans)formação morfológica da paisagem do rio Capibaribe e do seu entorno e os significados das paisagens deste rio nos dias atuais para o setor imobiliário e os moradores da área delimitada que habitam em edificações multifamiliares. Tem-se como pressuposto que estas transformações são decorrentes, tanto das intervenções e regulações urbanas, promovidas pelo setor público, como das habitações multifamiliares verticalizadas, construídas pelo setor imobiliário, e que são viabilizadas de acordo com a demanda dos moradores desta área. Neste contexto, este trabalho visa a contribuir com a reflexão sobre as novas paisagens urbanas contemporâneas, cujas “*marcas*” são o resultado do conjunto de valores dos diversos grupos sociais caracterizadas por diferentes crenças, utopias e interesses.

Palavras-chaves: paisagem cultural; morfologia da paisagem; significados.

ABSTRACT

The main subject of this research is the landscape of the Capibaribe River, focused on the blocks throughout its margins along the Beira Rio Avenue, between the districts of Torre and Madalena. The historic period considered encompasses the period of time from the early 1980's until 2009, delimited by 2.590/53 and 7.427/63 law and the 14.511/83 and the 16.176/96 Urban Laws, although the former historical process is also taken into account. The focus of this research is on the usage of this fraction of the landscape by the real estate sector, which has been incorporating its natural elements, as well as its symbolic elements, as a marketing instrument to sell new residential buildings in that area. This study is based on the foundations of the New Cultural Geography, and aims to interpret the morphological transformation of the landscape of the Capibaribe River and of its surroundings and the significances of that river in the present days to the real estate sector and to the residents of the buildings in the delimited area. As an assumption, those transformations are a consequence of the urban interventions and regulations promoted by the public sector, as well as the residential buildings built by the real estate sector according to the demands of the residents of the area. In this context, this study has the purpose of contributing to the reflections about the new contemporary urban landscapes, whose "*marks*" are a result of the collection of values of the various social groups characterized by different beliefs, utopias and interests.

Key words: cultural landscape; morphological transformation of the landscape; significances.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1: Perfil dos Entrevistados por Setor de Renda

Gráfico 4.2: Perfil dos Entrevistados Quanto ao Tempo de Moradia

Gráfico 4.3: Trajetória Espacial Quanto ao Local de Origem

Gráfico 4.4: Trajetória Espacial Quanto as Motivações para Morar nas Quadras da Avenida Beira Rio entre os Bairros da Torre e da Madalena

Gráfico 4.5: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto as Atividades Exercidas pelos Moradores

Gráfico 4.6: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto as Paisagens

Gráfico 4.7: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto a Relação Estabelecida com a Paisagem

Gráfico 4.8: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Significados

Gráfico 4.9: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Elementos da Paisagem

Gráfico 4.10: Relação com as Intervenções Urbanas, Área antes da Construção da Avenida Beira Rio

Gráfico 4.11: Relação com as Intervenções Urbanas, Opinião Quanto ao Projeto Academia da Cidade

Gráfico 4.12: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto a Participação das Atividades Promovidas pelo Projeto Academia da Cidade

Gráfico 4.13: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto a Freqüência da Participação do Projeto Academia da Cidade

Gráfico 4.14: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Opinião sobre o Projeto Academia da Cidade

Gráfico 4.15: Perfil dos Entrevistados Quanto ao Tempo de Moradia

Gráfico 4.16: Trajetória Espacial Quanto ao Local de Origem

Gráfico 4.17: Trajetória Espacial Quanto às Motivações para Morar nas Quadras da Avenida Beira Rio entre os Bairros da Torre e da Madalena

Gráfico 4.18: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto as Atividades Exercidas pelos Moradores

Gráfico 4.19: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto às Paisagens

Gráfico 4.20: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto a Relação Estabelecida com a Paisagem

Gráfico 4.21: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Significados

Gráfico 4.22: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Elementos da Paisagem

Gráfico 4.23: Relação com as Intervenções Urbanas, Quanto à Opinião sobre a Construção da Avenida Beira Rio

Gráfico 4.24: Relação com as Intervenções Urbanas, Área após a Construção da Avenida Beira Rio

Gráfico 4.25: Relação com as Intervenções Urbanas, Área Antes da Construção da Avenida Beira Rio

Gráfico 4.26: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Frequência da Participação no Projeto Academia da Cidade

Gráfico 4.27: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto a Opinião sobre o Projeto Academia da Cidade

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1: Pintura do Porto da Cidade do Recife no século XVIII

Figura 3.2: Casa-grade e Capela do Engenho Torre

Figura 3.3: Povoado do Recife em 1635

Figura 3.4: Sobrados Altos e Magros no Bairro de Santo Antônio

Figura 3.5: Mocambos nas áreas Centrais do Recife

Figura 3.6: Vista do Bairro da Boa Vista a partir da Ponte Princesa Isabel

Figura 3.7: Passagem Fluvial do Arrabalde da Madalena

Figura 3.8: Ponte da Madalena

Figura 3.9: Parte da Passagem da Madalena

Figura 3.10: Mocambos nos Arrabaldes da Torre, Década de 1930

Figura 3.11: Chaminé da Fábrica da Torre Cercada Pelas Edificações Multifamiliares Verticalizadas

Figura 3.12: Relação dos Afastamentos

Figura 3.13: Seqüência de Fotos Correspondendo às Quadras Localizadas na Avenida Beira Rio, Entre os Bairros da Torre e da Madalena

Figura 3.14: Edifícios nas Margens do Rio Capibaribe no Bairro da Madalena

Figura 4.1: Conjunto Residencial Benfica

Figura 4.2: Edifício Duas Nações

Figura 4.3: Visão do Lixo nas Margens do Rio Capibaribe no Bairro da Madalena

Figura 4.4: Pessoas fazendo Cooper

Figura 4.5: Vista do Entorno de um dos Imóveis que estão em Construção na área em Estudo

Figura 4.6: Vista de uma das Varandas de um dos Empreendimentos que estão à venda na Área em Estudo

LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1: Mapa da Cidade do Recife em 1645

Mapa 3.2: Mapa da Cidade do Recife à partir do Porto

Mapa 3.3: Núcleos de Povoação da Cidade do Recife no Século XIX

Mapa 3.4: Malha Urbana da Cidade do Recife Representada pelas Pontes do Núcleo Central

Mapa 3.5: Malha Urbana do Núcleo Central da Cidade do Recife, Gravura em Cobre do Livro de Barléu, 1647

Mapa 3.6: Delimitação da Área de Estudo no Século XVII

Mapa 3.7: Mapa da Cidade do Recife com a Transformação dos Engenhos da Torre e da Madalena em Sítios e Chácaras

Mapa 3.8: Malha Urbana da Cidade do Recife Representada pelas Pontes nos Arrabaldes

Mapa 3.9: Malha Urbana da Cidade do Recife no Século XIX

Mapa 3.10: Malha Urbana Primitiva dos Arrabaldes da Torre e da Madalena

Mapa 3.11: Parcelamentos da Cidade do Recife na Década de 1970 com a Área em Estudo

Mapa 3.12: Parcelamentos da Cidade do Recife na Década de 1980 com a Área em Estudo

Mapa 3.13: Malha Urbana da área em Estudo com a Inserção da Avenida Beira Rio

Mapa 3.14: Parcelamentos das Quadras da área em Estudo

Mapa 3.15: Relação da Edificação com o Lote e o Espaço Público

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 2.1: Ciclo de Pesquisa

Diagrama 2.2: Relação entre Base Teórica e Objeto Empírico

Diagrama 2.3: Categorias de Análise

Diagrama 2.4: Esquema do Procedimento de Análise dos Dados

Diagrama 2.5: Critérios Adotados na Aplicação do Método Hermenêutico

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Fontes de Pesquisa e Material Coletado

Tabela 2.2: Síntese das Visitas Realizadas na Observação Livre

Tabela 2.3: Critérios para Elaboração das Entrevistas Quanto aos Universos Entrevistados

Tabela 2.4: Número de Domicílios por Habitações Multifamiliares

Tabela 2.5: Distribuição do Número de Entrevistas por Setor de Renda

Tabela 2.6: Significados do Rio Capibaribe e suas Margens

Tabela 3.1: Cronograma da Formação e ocupação dos Bairros da Torre e da Madalena

Tabela 3.2: Evolução do Processo de Verticalização no Bairro da Madalena

Tabela 3.2: Evolução do Processo de Verticalização no Bairro da Torre

LISTA DE *CROQUIS*

Croquis 3.1: Tipologia Arquitetônica da Década de 1950

Croquis 3.2: Perfil Longitudinal entre 1951 até 1961

Croquis 3.3: Tipologia Arquitetônica entre 1960 até 1970

Croquis 3.4: Perfil Longitudinal entre 1962 até 1982

Croquis 3.5: Perfil Longitudinal entre 1983 até 1995

Croquis 3.6: Tipologia Arquitetônica entre 1983 até 1995

Croquis 3.7: Perfil Longitudinal entre 1996 até 2009

Croquis 3.8: Tipologia Arquitetônica a partir de 1996

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

ADEMI – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário

ARU – Área de Reestruturação Urbana

DIRCON – Diretoria de Controle urbano e Ambiental

DPSH – Departamento de Proteção dos Sítios Históricos

INCGURPLAM – Núcleo de Informação Científica e Planejamento Urbano e Regional

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

MDU – Mestrado em Desenvolvimento Urbano

NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Espaço e Cultura

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

URB – Empresa de Urbanização do Recife

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

ZEPH – Zona Especial de Proteção Histórica

ZUP 1 – Zona de Urbanização Preferencial 1

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - O PERCURSO TEÓRICO	32
1. PAISAGEM CULTURAL: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO	34
1.1. Da Paisagem Emoldurada no século XVI às Paisagens Mercadorias	48
1.2. A Interpretação Morfológica da Paisagem Urbana	61
1.2.1 A Estrutura Morfológica da Paisagem	63
1.2.2 As bases de formação do tecido urbano	67
1.2.3 A ocupação e o uso do solo	68
1.2.4 A malha urbana	73
1.2.5 O espaço urbano	76
1.2.6 O edificado	79
CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	84
2.1 Fase Explanatória:.....	86
2.2 Trabalho de Campo	90
2.2.1. Observação Livre:	90
2.2.2. Entrevista semi-estruturada:	93
2.3 Tratamento do Material	100
2.3.1. Estudo da Morfologia da Paisagem e da Tipologia das Edificações Multifamiliares..	100
2.3.2. Interpretação das Entrevistas e dos Produtos Culturais.....	102
CAPÍTULO 3 – A INTERPRETAÇÃO DA MORFOLOGIA DE UMA FRAÇÃO DA PAISAGEM DO RIO CAPIBARIBE	106
3.1 A Confeção de uma Fração de Paisagem do Rio Capibaribe na Cidade do Recife	109
3.2 A (trans)formação de uma Fração da Paisagem: Torre e Madalena.....	127
CAPÍTULO 4 – OS SIGNIFICADOS DAS PAISAGENS DO RIO CAPIBARIBE NOS DIAS ATUAIS.....	189
4.1 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe.....	191
4.1.1 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe segundo a “ <i>maneira de ver</i> ” dos moradores do setor de renda média-baixa	193
4.1.2 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe segundo a “ <i>maneira de ver</i> ” dos moradores do setor de renda média e média-alta	214
4.1.3 Os significados da Paisagem do rio segundo a “ <i>maneira de ver</i> ” dos representantes do setor Imobiliário	241

CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
ANEXOS	273

INTRODUÇÃO

*“Arruar, ver apenas não, mas sentir a cidade...
Arruar, viver e recordar...”*

(SETTE, 1978, p. 118)

Este estudo é sobre a paisagem do rio Capibaribe, compreendido entre o seguinte período histórico: início da década de 1950 até 2009. O foco deste trabalho é a utilização de uma fração desta paisagem pelo setor imobiliário que tem incorporado os elementos naturais, deste recurso hídrico, como também os elementos simbólicos referentes às suas paisagens como estratégia de *marketing* para a mercantilização dos novos empreendimentos de habitações multifamiliares verticalizadas que estão sendo construídos em suas margens.

A escolha do tema está pautada nas minhas inquietações profissionais como arquiteta da área de projetos há nove anos, que deseja refletir sobre a prática de elaboração de projetos de habitações multifamiliares verticalizadas para atender a uma demanda de mercado, mesmo que para isto, sejam destruídos os marcos e monumentos que contribuem para a construção de uma identidade da cidade. Neste contexto, cabe fazer o seguinte questionamento: será que as novas paisagens urbanas que estão sendo produzidas na cidade do Recife por um conjunto de agentes é o melhor para a cidade e para os seus moradores? A partir desta indagação, foi escolhido o tema deste estudo.

O contexto deste trabalho se insere na perspectiva do estudo elaborado pela professora Dra. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo¹, sob o título: *A Paisagem do rio Capibaribe um Recorte de Significados e Representações*, fruto de sua tese de doutorado apresentada em 2003. A principal relevância deste estudo está em entender a paisagem a partir de uma nova perspectiva: a dos significados e representações. Com relação à dissertação aqui apresentada, o estudo da interpretação da paisagem será abordado segundo as suas dimensões morfológicas e subjetivas através dos significados.

Dando continuidade a esta abordagem, o trabalho aqui apresentado tem como entendimento que a paisagem é uma fração da superfície terrestre

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU).

(BESSE, 2006) proveniente de ações intencionais do homem, que no seu papel de agente portador de cultura imprime continuamente as suas “*marcas*” sobre o meio físico, de modo a refletir seu conjunto de valores baseados em: crenças, mitos, interesses e utopias. Assim, ela deve ser interpretada enquanto produto social.

A paisagem existe a partir do olhar de quem a observa, estando imbuída do conjunto de valores de quem a contempla e a vivencia. É também, a partir das “*diferentes maneiras de ver*” dos grupos sociais, que eles a (trans)formam continuamente de acordo com a sua cultura. Neste contexto, a paisagem é constituída por uma sucessão de camadas históricas, onde o observador projeta sua carga sócio-cultural e emocional, atribuindo ao meio ambiente físico diferentes significados.

A paisagem, carregada de significados, apresenta “*vários sentidos*” (CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, 1991, p. XIII), sendo, portanto, simbólica. Nesta perspectiva, com o intuito de compreender as manifestações culturais impressas pelos grupos sociais sobre o meio físico, se faz necessário interpretar a “*linguagem empregada através dos símbolos e de seu significado nesta cultura*” (MELO, 2003, p. 04).

Portanto, a paisagem do rio Capibaribe nos dias atuais é o resultado de um processo histórico, cujo produto é fruto de múltiplas apropriações sociais ao longo do tempo (COSGROVE, 1984b, p. 14). Neste contexto, o referencial teórico estabelecido para a elaboração deste estudo são as abordagens estabelecidas por alguns adeptos da Nova Geografia Cultural, que tem como premissa básica:

Descrever e **entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural**, as transformações feitas por nossa existência no mundo, da natureza, e a cima de tudo, os significados que as culturas atribuem para sua existência

e para as relações com o mundo natural² [grifos nossos]
(COSGROVE, 1994, p. 387).

A relação entre a **vida humana** e o **mundo natural** está na base deste estudo. Neste contexto, o sítio natural da cidade do Recife, no século XVI, apresentava uma configuração fisiográfica aquosa, formada notadamente pelo mar e pelos rios, cuja fisiografia possibilitou a instalação de um porto. Assim, foi em função da presença do rio Capibaribe e dos rios Beberibe e Tejipió que a cidade do Recife começou a se formar no final do século XVI, tendo sido instalado em suas várzeas, os primeiros engenhos³ para a produção da cana de açúcar e no núcleo central um porto para exportação deste produto.

Devido à relação estabelecida entre o homem e o rio Capibaribe, a planície passou a ser ocupada da seguinte maneira: em um extremo de um istmo de areia banhado pelos estuários dos rios Beberibe e Capibaribe, tendo arrecifes⁴ protegendo a sua costa, localizava-se o porto, enquanto os engenhos ocupavam as várzeas dos rios, permanecendo esta ocupação até o final do século XVIII.

A partir deste século a expansão da cidade do Recife em direção à área onde se localizavam os engenhos, se foi consolidando em função da presença dos rios que possibilitavam a implantação de núcleos de povoação. Assim, a formação da malha urbana da cidade se deu em função do percurso dos rios, notadamente do rio Capibaribe.

No século XIX, com a crescente expansão da cidade, o rio Capibaribe, passou a ter suas margens ocupadas por casas com a frente voltada para as suas margens (SILVA, 1993).

² -“Describing and understanding the relations between collective human life and natural world, the transformation wrought by our existence in the world of nature, and above all, the meanings that culture ascribe to their existence and to their relations with the natural worlds”.

³ Nome dado aos estabelecimentos de fabricação de açúcar no período do Brasil Colônia.

⁴ Os arrecifes constituem um cordão de proteção ao longo da costa da cidade do Recife, formado principalmente de arenito.

Neste período, o rio Capibaribe, se caracterizava por ser o fio indutor da ocupação da planície no sentido leste-oeste. Neste contexto, as suas margens, passaram por transformações em sua forma de ocupação. Os engenhos foram desmembrados em sítios e chácaras (MELO, 1978, p. 64) que eram ocupados por famílias abastadas no verão. O rio Capibaribe, também passou a ser utilizado como fonte de lazer ativo e contemplativo (FREYRE, 1961, p. 69).

Estas transformações da planície recifense estavam relacionadas com o conjunto de valores do século XIX, notadamente dos setores de renda dominantes, fruto de ações políticas que culminaram na Abertura dos Portos Brasileiros em 1808 (CAVALCANTI, 1977, p. 272). Neste período, o ideal de modernidade incorporado pelos grupos sociais estava relacionado ao conjunto de valores europeus, facilitado pela abertura dos portos.

A partir do século XX, ocorreram novas transformações morfológicas na forma de uso e ocupação do solo desta planície, e um maior adensamento populacional resultante da crescente migração do campo para a cidade (MELO, 2003, p. 06). Isto se deu por vários fatores sócio-econômicos e políticos dentre os quais se destaca a instalação das fábricas, notadamente as têxteis, que caracterizaram o início do processo de industrialização da cidade do Recife. (LUBAMBO, 1991, p. 55).

Como conseqüência deste fato, o Recife intensificou a vinda de mão-de-obra assalariada que se instalava precariamente nas áreas de solo inundado e de lama, onde era construído um tipo habitacional, que ficou conhecido como mocambo⁵ (BARRETO, 1994, p. 25). As várzeas dos rios foi o local escolhido pelos imigrantes fixarem suas residências, pois estes utilizavam os rios para fins de sobrevivência (CASTRO, 1992, p. 260).

Nas primeiras décadas do século XX, o rio Capibaribe passou a ficar cada vez mais poluído com o crescente despejo dos insumos provenientes das usinas (MELO, 2003, p. 90) assim como de dejetos e dos esgotos domésticos

⁵ Nome dado às habitações do Recife construídas nas áreas ribeirinhas, ocupadas por pessoas de renda muito baixa

(MELO, 2003, p. 07). Associado a isto, o advento dos transportes impulsionou a abertura de novas vias, o que tornou o rio Capibaribe cada vez menos navegável.

Além disto, as novas casas passaram a ser implantadas com a frente voltada para as vias. (MENEZES, 1978, p. 262). A crescente poluição deste recurso hídrico colaborou para que os recifenses passassem a utilizar os banhos de mar, a partir da década de 1920. (MELO, 2003, p. 89).

Neste contexto, de constantes (trans)formações urbanas, os antigos casarios voltados para o rio Capibaribe, foram em parte sendo paulatinamente substituídos por um novo tipo habitacional, a partir da década de 1970, caracterizado pela verticalização. Além disto, as habitações unifamiliares passaram a receber muros altos em substituição aos antigos cais de atracamento, que serviam de integração com o rio.

Esta nova forma de concepção, baseada em valores culturais, culminou em uma (trans)formação significativa, na maneira como os grupos sociais têm apreendido estas paisagens. Isto porque, nos dias atuais, a relação estabelecida entre alguns recifenses e este elemento hídrico tem mudado, pois eles preferem contemplar as belezas proporcionadas pelos seus meandros a partir das varandas dos imóveis.

Este fato se acentuou ainda mais, a partir das intervenções urbanas provenientes das regulações e dos projetos urbanísticos. O primeiro deles foi o decreto lei de Nº 2.590/53 e o segundo, o decreto lei de Nº 7.427/61. Ambos apresentavam uma codificação das normas de urbanismo e obras para as construções da cidade do Recife, constituindo assim, leis referenciais.

Posteriormente, sucederam outras regulações urbanas, notadamente as Leis de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, de Nº 14.511/83 e de Nº 16.176/96 que apresentavam parâmetros favoráveis para a crescente verticalização de grande parte da cidade. Aliado a isto, o projeto de abertura da

Avenida Beira Rio, foi determinante para a verticalização de uma fração dos bairros da Torre e da Madalena, localizados ao longo da Avenida Beira Rio.

Assim, no que concerne às transformações das paisagens recifenses, tem-se como pressuposto que elas são conseqüência direta das ações dos seguintes grupos culturais: os representantes do setor imobiliário, do setor público, através das regulações e projetos urbanos, e dos moradores das habitações multifamiliares verticalizadas localizadas às margens do rio Capibaribe.

O papel destes grupos culturais neste processo é distinto e ao mesmo tempo complementar. O setor público municipal tem o papel de legislar sobre o uso e a ocupação do solo da cidade assim como elaborar projetos urbanísticos que dotam a cidade de infra-estrutura, como abertura de vias, equipamentos urbanos de uso coletivo, entre outros. Tal fato tem culminado em (trans)formações morfológicas, em conjunto com as construções de edificações multifamiliares viabilizadas pelo setor imobiliário. Este setor e os moradores das habitações multifamiliares verticalizadas constituem os agentes que representam a oferta e a demanda respectivamente, no que diz respeito à mercantilização das edificações existentes nesta área.

É importante destacar, que no contexto deste trabalho, estes dois agentes apresentam uma relação de cumplicidade, onde o setor imobiliário oferta os tipos arquitetônicos com base nos interesses, mitos e utopias do segundo, que compra os imóveis disponibilizados por este setor, configurando assim, uma relação de dependência entre oferta e demanda.

Baseado neste pressuposto cabe fazer os seguintes **questionamentos**:

- Como se deu o processo de (trans)formação da morfologia da fração de paisagem compreendida entre as quadras dos bairros da Torre e da Madalena localizadas às margens do Rio Capibaribe?
- Sendo o setor imobiliário e os moradores das habitações multifamiliares verticalizadas os principais agentes de transformação

dessas paisagens, qual o significado desse elemento natural e de suas margens para estes setores?

- Quais são as diferentes “*maneiras de ver*” desta fração de paisagem para os representantes do setor imobiliário e para os moradores das habitações multifamiliares?

Estas questões nortearão este estudo, que tem como **objeto** a (trans)formação da paisagem do rio Capibaribe, a partir das relações estabelecidas entre o setor imobiliário, o setor público, por meio dos projetos de intervenções e regulações urbanas, e os moradores das habitações multifamiliares, com este recurso hídrico e as suas margens.

Assim, o **recorte físico** delimitado como estudo de caso para a interpretação da (trans)formação das paisagens do rio Capibaribe são as quadras localizadas ao longo da Avenida Beira Rio, entre os bairros da Torre e da Madalena, localizados na sua margem direita. Este recorte físico foi estabelecido a partir dos seguintes critérios:

- O primeiro critério corresponde à escolha de áreas marcadas pela presença do rio Capibaribe e suas margens que se caracterizam pelo alto potencial construtivo, consolidado através de uma regulação urbanística, segundo parâmetros instituídos pela Prefeitura da Cidade do Recife – PCR⁶. Com a abertura da Avenida Beira Rio, às margens do rio Capibaribe, houve uma rápida transformação no padrão morfológico desta área. O local de estudo é regulado predominantemente pelos parâmetros instituídos pela Zona de Urbanização Preferencial 1 (ZUP 1)⁷.

⁶ Na cidade do Recife, a legislação urbana – Lei de Uso e Ocupação do Solo é gerida pela Diretoria de Controle Urbano e Ambiental (DIRCON).

⁷ As áreas delimitadas como ZUP 1, na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife de No. 16.176/96 são caracterizadas pelo alto potencial construtivo, o que colabora para o processo de verticalização.

- O segundo critério corresponde à pluralidade de tipos edificados existentes na área. Estes tipos apresentam as seguintes características: edifícios multifamiliares ocupados por moradores de renda média-baixa, média e média-alta, residências unifamiliares⁸ e a presença de casarios que formam a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico 03 (ZEPH – 03)⁹, e que hoje são ocupados por instituições públicas. Contudo, devido ao processo de (trans)formação destas paisagens, tem ocorrido uma crescente homogeneização.
- O terceiro critério de escolha desta área é a presença do rio Capibaribe, que constitui um símbolo que identifica a cidade do Recife e que confere a esta o atributo de “Veneza Brasileira”, contribuindo como um dos eixos estruturadores da expansão da cidade do Recife, no sentido leste-oeste.

A **delimitação temporal** corresponde ao intervalo compreendido entre 1953 até 2009. O marco delimitador foi o advento da primeira lei referencial que trata do código de urbanismo e obras.

Também, será interpretado, de forma breve, o processo de (trans)formação das paisagens do rio Capibaribe relacionado à cidade do Recife desde a sua origem, no século XVII, pois segundo Chacon (1959) a história do rio Capibaribe se confunde com a história da cidade do Recife.

O processo de (trans)formação desta fração de paisagem será interpretada através da dimensão morfológica considerando-se os seguintes aspectos: a formação do tecido urbano, o uso e ocupação do solo, a malha urbana, o espaço urbano e o edificado. A interpretação da morfologia tem como

⁸ Todas As residências unifamiliares remanescentes na área delimitada para estudo de caso estão desocupadas.

⁹ A ZEPH corresponde a áreas do perímetro urbano da cidade do Recife já consolidadas e com a presença de edificações de interesse histórico e/ou artístico podendo ou não ser tombadas.

pressuposto que o homem é o agente portador de cultura responsável por (trans)formar esta fração de paisagem, imprimindo no meio físico as suas “*marcas*”.

As primeiras habitações multifamiliares implantadas na área em estudo, na década de 1970, eram caracterizadas pelo baixo número de pavimentos, sendo voltadas para o setor de renda média-baixa¹⁰, haja vista que estes bairros eram neste período bastante desvalorizados devido as enchentes¹¹ do rio Capibaribe. Este fato também colaborou para o afastamento gradativo de famílias que habitavam em residências unifamiliares com a frente voltada para as margens do rio Capibaribe. Devido a este contexto, a área, passou a ser ocupada pela população do setor de renda baixa.

Contudo a partir do advento da Lei de No. 14.511/83, associado à construção das barragens de Carpina, Goitá e Jucazinho, além da retificação da calha do rio Capibaribe em um trecho da zona urbana da cidade do Recife (MELO, 2003, p. 130), as margens do rio Capibaribe compreendida entre os bairros da Torre e da Madalena, passaram a ser ocupadas pelos edifícios multifamiliares verticalizados, sendo estes com a frente voltada para este elemento hídrico.

Assim, o tecido urbano do bairro da Madalena, nas quadras que compõem as margens do rio Capibaribe, era caracterizado no início da década de 1980, pelo contraste entre a presença dos mocambos e alguns casarios remanescentes do século XIX e apenas quatro habitações multifamiliares verticalizadas. Estes tipos arquitetônicos formavam entre si um contraste bastante característico nas paisagens recifenses.

¹⁰ De acordo com a ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa prevê-se que as pessoas enquadradas no setor de renda média baixa apresentam renda familiar bruta entre R\$ 1.391,00 até R\$ 2.327,00.

¹¹ As nove enchentes ocorridas na cidade do Recife entre os anos: 1924, 1940, 1950, 1960, 1962, 1965, 1966, 1970 e 1975 eram de grandes proporções sendo a última delas a que causou maiores prejuízos para a população (SILVA, 1998, p. 67).

Neste mesmo período, o bairro da Torre tinha o seu tecido urbano caracterizado pela existência de usos distintos, como a fábrica têxtil, construída ao final do século XIX nas margens do rio Capibaribe, as vilas operárias, os mocambos e três habitações multifamiliares verticalizadas

Inicialmente, estas novas edificações eram voltadas para o setor de renda média, e posteriormente, a partir da década de 1990, novos edifícios foram implantados, estes, porém, voltados para o setor de renda média-alta. A construção deste último tipo habitacional se deu por vários fatores.

O primeiro deles é a baixa disponibilidade de terrenos nas quadras que compõem a Avenida Boa Viagem, que atualmente já está praticamente toda ocupada. O segundo motivo deve-se à instauração da Lei 16. 719/01 que criou a ARU – Área de Reestruturação Urbana¹². De acordo com esta legislação urbana, doze bairros componentes da RPA¹³ Noroeste – Região Político Administrativa Noroeste passaram a ter parâmetros de verticalização bastante restritivos. Este fato, fez com que o setor imobiliário buscasse novas áreas da cidade, cujos parâmetros possibilitassem a verticalização.

O setor imobiliário tem utilizado as paisagens do rio Capibaribe, como estratégia de *marketing* incorporando os valores materiais e imateriais, que têm sido atribuídos a este rio ao longo do tempo, através do imaginário coletivo. Este tem sido um dos fatores que tem contribuído para que os setores de renda média¹⁴ e média-alta tenham procurado as suas margens para fixar as suas habitações.

¹² A ARU tem como objetivo, frear ou adequar as construções em função de uma infra-estrutura viária e dos serviços de abastecimento d'água, energia elétrica, esgotos e utilidades que não suportam maior demanda que a exigência atual (NUNES, 2008, p. 42).

¹³ RPA – Região Político Administrativa. Corresponde a unidades administrativas ou circunscrições administrativas que não possuem personalidade jurídica, constituindo unidades administrativas do município, por ele administradas, como fruto da técnica da descentralização administrativa (FERRARI, 2005, apud NUNES, 2008, p. 62).

¹⁴ De acordo com a ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa prevê-se que as pessoas enquadradas no setor de renda média apresentam renda familiar bruta entre R\$

A partir do que foi exposto, o **objetivo geral** delineado para a elaboração deste trabalho é interpretar as (trans)formações morfológicas desta fração da paisagem do rio Capibaribe, ao longo da Avenida Beira Rio, e os seus significados para o setor imobiliário e para os moradores das habitações multifamiliares verticalizadas. Os **objetivos específicos** delineados com vistas a responder às questões norteadoras deste estudo são:

- Interpretar o processo de (trans)formação morfológica da paisagem do Rio Capibaribe na área delimitada como estudo de caso, bem como da tipologia das habitações multifamiliares;
- Interpretar os significados do rio Capibaribe e de suas margens através das diferentes “*maneiras de ver*” do setor imobiliário, e dos moradores da área de estudo que participam direta e indiretamente da formação de novas paisagens.

Visando atingir aos objetivos deste estudo, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro deles, **O Percorso Teórico** consiste em investigar as diversas abordagens sobre as categorias de análise de paisagem cultural, tendo como aporte principal o enfoque da Nova Geografia Cultural. Estas categorias foram associadas a outras abordagens relativas à utilização das paisagens pelas sociedades capitalistas contemporâneas que as exploram enquanto um artefato de consumo com vistas à obtenção de lucros proveniente da venda destes imóveis. Neste capítulo também foi abordado a dimensão morfológica da paisagem e a tipologia arquitetônica, concepções teóricas utilizadas como aporte para interpretar as (trans)formações desta fração de paisagem.

O segundo capítulo trata **O Percorso Metodológico**, que versa sobre os procedimentos adotados para atingir os objetivos delimitados para este estudo. Nesta etapa, a abordagem escolhida se insere no ciclo de pesquisa proposto

por Minayo (2006). Neste sentido, este enfoque está dividido em três etapas: fase explanatória, trabalho de campo e tratamento do material. A partir deste procedimento, todas as etapas foram detalhadamente explicadas.

O terceiro capítulo versa sobre **A Interpretação da Morfologia de uma Fração de Paisagem do Rio Capibaribe** e está dividido em duas partes. Na primeira será contemplado o processo de formação e expansão da cidade do Recife, a partir dos elementos morfológicos, desde sua origem, no século XVII, até o século XIX, estando a sua expansão vinculada ao rio Capibaribe.

Na segunda parte será focada a (trans)formação da fração de paisagem do rio Capibaribe delimitada como estudo de caso, desde a sua formação morfológica no século XVII, com os engenhos da Torre e da Madalena mudando no século XIX para sítios e chácaras, que posteriormente, no século XX, foram parcelados em quadras e lotes que receberam a construção de habitações multifamiliares verticalizadas.

Com base nos procedimentos elaborados no capítulo metodológico, foi realizada a interpretação da morfologia desta fração de paisagem. O enfoque deste capítulo é interpretar como e por que se deu o processo de (trans)formação morfológica da área ao longo do tempo, enfatizando a relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente físico.

O quarto capítulo intitulado **Os Significados das Paisagens do Rio Capibaribe nos dias Atuais**, constitui a interpretação dos depoimentos orais obtidos através das entrevistas semi-estruturadas com os representantes do setor imobiliário e com os moradores da área delimitada para estudo de caso.

A interpretação destas entrevistas será feita a partir da aplicação do método hermenêutico, abordada na parte teórica, tendo em vista que este método é o mais utilizado pelos adeptos da Nova Geografia Cultural.

A estruturação do último capítulo deste trabalho focará com base no roteiro das entrevistas as diferentes “*maneiras de ver*” destes grupos culturais, que, embora complementares são distintos e atribuem à paisagem do rio

Capibaribe diferentes significados, a depender do conjunto de valores dos universos pesquisados.

Este trabalho visa contribuir com uma reflexão sobre a preservação da identidade do rio Capibaribe e de suas margens no contexto da cidade do Recife, uma vez que este recurso hídrico constituiu um importante elemento na formação e estruturação da cidade do Recife. Além disto, ele se foi constituindo no imaginário coletivo como um elemento de importante valor simbólico para os diferentes grupos sociais que habitam a cidade, sendo a sua presença um dos fatores responsáveis pela formação da identidade urbana do Recife.

CAPÍTULO 1 - O PERCURSO TEÓRICO

A paisagem [...] é um modo especial de compor estruturas e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra [...] as qualidades simbólicas que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa.

(COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 13)

Este capítulo enfoca o percurso teórico relativo à categoria de análise tomada como referência para o desenvolvimento deste estudo: a paisagem cultural nas dimensões morfológica e simbólica.

Neste contexto, na primeira parte deste capítulo será tratada a evolução do conceito de Paisagem Cultural, no âmbito da geografia cultural, a partir do final do século XIX, quando a geografia adquiriu o *status* de ciência. Contudo, este estudo se centralizará na década de 1980, quando foi criada a corrente de pensamento chamada Nova Geografia Cultural.

A segunda parte deste capítulo está subdividida em dois itens:

- Da Paisagem Emoldurada, no século XVI, às Paisagens Mercadorias
- A Interpretação Morfológica da Paisagem Urbana

No primeiro item coloca-se como discussão, a concepção de paisagem, segundo a abordagem adotada neste trabalho, tendo como pressuposto que esta é uma categoria de análise que apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão objetiva e subjetiva, em contraponto à concepção da paisagem, considerada apenas na sua dimensão estética. Esta tem sido a forma que alguns setores da sociedade atual, vêm tratando a paisagem, que no século XVI era representada de forma pictórica, e observada a partir de um enquadramento. Neste contexto, a paisagem tem sido veiculada como imagem enquadrada, e utilizada como estratégia de *marketing* pelo setor imobiliário. Assim, a paisagem é incorporada como valor simbólico aos edifícios que são colocados a venda, ou seja, é a paisagem utilizada como mercadoria.

O segundo item deste capítulo trata da dimensão morfológica da paisagem e da dimensão tipológica das habitações multifamiliares, que estão inseridas nesta fração de paisagem, que baseiam os estudos sobre as transformações que vêm ocorrendo na fração de paisagem delimitada como estudo de caso.

Para a interpretação da transformação morfológica da paisagem no recorte, objeto de estudo, serão considerados os elementos tipológicos que compõem esta forma. Isto porque as edificações multifamiliares verticalizadas são consideradas deste estudo como artefatos culturais imprescindíveis ao entendimento das “*marcas*” deixadas pelo homem.

Em linhas gerais, o estudo da morfologia e da tipologia tem como característica a junção entre os pressupostos da morfologia urbana e o do tipo arquitetônico. No contexto deste trabalho será estudada a forma urbana e a tipologia resultante da forma de ocupação. Considerando estes aspectos, ainda neste item, serão tratados alguns pressupostos da morfologia e da tipologia enquanto categorias de análise.

1. PAISAGEM CULTURAL: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

O estudo da paisagem cultural apresenta diversas concepções a partir de diferentes escolas, dentre as quais se destacam a francesa, a alemã, a americana e a anglo-saxônica. O recorte estabelecido para o desenvolvimento deste trabalho está pautado na perspectiva de abordagem anglo-americana que atualmente, caracteriza-se como uma das mais representativas no estudo da paisagem cultural.

A paisagem, neste trabalho, é tratada como uma categoria de análise, estruturadora da Ciência Geográfica. Como tal, o conceito de paisagem passou por um processo de evolução ao longo do tempo até chegar à concepção dos geógrafos anglo-americanos, que a partir da década de 1980 criaram a chamada “Nova Geografia Cultural”. Esta corrente deu origem a diversas abordagens sobre a paisagem cultural cujo foco prioritário é a sua dimensão subjetiva. A evolução do conceito de paisagem cultural pode ser sintetizada em três fases: a morfologia da paisagem, a simbologia da paisagem e a crítica marxista da paisagem simbólica¹⁵.

A análise da paisagem a partir da perspectiva cultural teve início no final do século XIX com os geógrafos alemães, notadamente Passarge e Schluter, inserida nos pressupostos do positivismo. Segundo Corrêa (1995, p. 04) a principal contribuição desses dois teóricos está na investigação de como se agrupam os elementos que compõem a paisagem, resultando em uma hierarquia de paisagens, e também as premissas culturais da paisagem, dando origem à concepção de paisagem cultural.

¹⁵ Esta divisão da evolução do conceito de Paisagem Cultural foi extraída de dois trabalhos: o livro de Ribeiro (2007) e da tese de Melo (2003).

A síntese dos estudos desses teóricos alemães foi posteriormente incorporada na década de 1925, pela Escola de Berkeley, cujo principal precursor foi o geógrafo Carl Ortwin Sauer. Em sua obra, “*A morfologia da paisagem*”, Sauer (1998) propõe um método corológico, onde a paisagem é vista como um conceito central na Geografia, capaz de romper com as dualidades desta ciência, tais como os aspectos físico/humano e geral/regional.

Segundo Mikesell, (1972, p. 09) os estudos de Sauer (1998) fizeram parte de um contexto positivista, em que foram realizadas várias tentativas de construir metodologias que faziam do estudo da paisagem algo quase exclusivo da Geografia. Corroborando com Mikesell (1972), Corrêa (1989) aponta que Sauer estava preocupado com os aspectos metodológicos. Na visão de Corrêa (1989), os métodos utilizados por Sauer (1998) foram: o indutivo e o empirista, onde a paisagem geográfica é fruto de generalizações derivadas da observação de cenas individuais.

Neste contexto a paisagem possui uma identidade que é baseada em uma constituição reconhecível, tendo limites e uma relação genérica com outras paisagens constituindo um sistema geral.

O trabalho de Sauer (1998, p. 304) é baseado nos seguintes postulados:

- Que há uma unidade orgânica ou quase orgânica na paisagem, uma estrutura nas quais certos componentes são necessários, sendo esses elementos chamados “formas”;
- Que a similaridade das formas em diferentes estruturas é reconhecida por causa de sua equivalência funcional, sendo dessa forma homólogas;
- Que os elementos estruturais podem ser colocados em séries, especialmente em uma unidade desenvolvimentista, partindo do incipiente até o final ou estágio completo.

Assim, tem-se o questionamento: Qual o interesse de Sauer e seus discípulos no estudo das paisagens? Sobre isto McDowell (1996, p. 162) dispõe que este teórico estava interessado em compreender a maneira como os indivíduos deixavam suas “*marcas*” na paisagem através das suas atividades produtivas, ou seja, na relação estabelecida entre os indivíduos e o seu meio.

Sauer (1998, p. 23) definiu a paisagem a partir de sua dimensão morfológica. Em sua obra, ele a considerava como sendo formada por artefatos materiais como as edificações e os objetos do dia-a-dia, produzidos pelo homem em sua ação sobre o meio ambiente:

Uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica.

Neste sentido, pode-se dizer que, para ele a paisagem seria *“uma área composta por uma associação distinta das formas ao mesmo tempo físicas e culturais”* e os agentes que a moldam seriam os grupos sociais. Assim, *“a cultura é o agente, a área é o meio, e a paisagem o resultado”* (SAUER, 1998, p. 23).

Esta assertiva de Sauer (1998) tem suas bases nos pressupostos dos geógrafos alemães Passarge e Schluter que fundamentaram os estudos da escola de Berkeley. Sauer (1998) toma desses dois autores os conceitos de paisagem natural e de paisagem cultural. O primeiro deles é compreendido como uma paisagem intocada, ou seja, sem as transformações do homem, enquanto a segunda é vista como um produto da ação do homem. No contexto dos estudos de Sauer (1998) e de seus precursores, o homem é visto como o agente cultural que modifica o meio físico.

Segundo a Escola de Berkeley, a cultura e o indivíduo devem ser analisados separadamente como se fossem independentes, conforme explica Duncan (2003, p. 68) ao criticar os pressupostos de Sauer (1998):

Não precisamos nos preocupar com o indivíduo, porque ele é um mero agente de forças culturais, um mensageiro levando informações através das gerações e de lugar para lugar.

Esta acepção da cultura baseada nos estudos de Sauer (1998) sobre a paisagem considera-a como algo que é externo ao indivíduo. Neste sentido, Mcdowell (1996, p. 162) compreende a idéia de cultura de Sauer (1998) como uma abstração, na medida em que *“a cultura é vista mais como uma totalidade, quase como uma “caixa preta”, do que como um conjunto pluralístico de práticas sociais”* [grifos da autora]. É a partir de alguns questionamentos sobre

a abordagem de Sauer (1998), que teve início uma nova concepção de paisagem, renovando a chamada Geografia Tradicional, que teve o seu declínio entre as décadas de 1940 e 1970, como será visto a diante.

Portanto, embora, na década de 1980 tenham surgido diversas críticas sobre a obra de Sauer (1998) e de seus discípulos, é inquestionável a sua importância para o avanço do conceito de paisagem cultural.

Segundo Duncan (2003, p. 61) o homem, por si só, é portador de cultura, e transforma o meio físico, refletindo seus anseios, mitos e utopias. A cultura não é homogênea, mas fruto de diversas interações do agente (o homem) e o meio ambiente. O trabalho de James Duncan originalmente publicado em 1980 intitulado "*The superorganic in American Cultural Geograph*" constitui uma crítica à concepção de cultura supra-orgânica abordada por Sauer (1998), marcando o início de uma nova abordagem cultural.

A segunda fase referente à evolução do conceito de paisagem tem início a partir da década de 1970, tendo como pressuposto que esta passou a ter uma dimensão simbólica. A partir deste período, as dimensões não-material e simbólica passam a ser incorporadas ao conceito de paisagem, dando início à ruptura com o positivismo lógico, aproximando a Geografia das filosofias ditas humanistas.

Neste contexto é criada a Geografia Humanista que tinha como pressuposto a crítica ao positivismo lógico. Esta nova perspectiva foi trazida como um questionamento à "revolução teórica-quantitativa", notadamente no que se refere ao uso de leis para o comportamento humano. A nova abordagem dos adeptos da Geografia Humanista considera que as ações humanas só deveriam ser entendidas através de teorias que considerem os significados e os aspectos subjetivos da paisagem (MELO, 2003, p. 22).

A proposta inicial da Geografia Humanista, tinha como pressuposto fazer uma oposição à análise espacial quantitativa. Para isto, os geógrafos humanistas tomavam como referência as filosofias do significado, notadamente a fenomenologia e o existencialismo (LEY, 1981, pp. 250-251). Assim, a paisagem passou a ser compreendida "*menos como um objeto do que como*

uma representação, um valor, uma dimensão do discurso e da vida humana, ou ainda uma formação cultural” (BESSE, 2006, p. 78). A Geografia humanista privilegiou a concepção fenomenológica adotada por Husserl. Sobre isto Melo (2003, p. 23) dispõe:

O ponto de partida são os dados concebidos pela consciência pura, que se orienta em um mundo de experiências vividas formado pelas experiências fenomenais e pelas comunicações intersubjetivas.

Neste sentido, a Geografia Humanista compreende a paisagem a partir de uma visão *holística*, ou seja, em sua totalidade, onde o homem, enquanto portador de cultura influencia, e ao mesmo tempo é influenciado pelo ambiente. De acordo com Melo (2003, p. 23) nesta perspectiva de abordagem:

Todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia a sua conduta. A realidade é interpretada e os fenômenos são observados como parte de um fenômeno maior, integral, sendo a paisagem percebida pelo indivíduo não como uma soma de objetos próximos uns dos outros, mas de forma simultânea.

Corroborando a afirmação de Melo (2003), Besse (2006, p. 78) coloca que o grande avanço proporcionado pela perspectiva fenomenológica está no fato de permitir a abertura de novos campos de pesquisa, *“suscitando o interesse pelas percepções, representações, atitudes diante do espaço”*, ou seja, a dimensão não-material.

Lowenthal (1976, p. 123), que foi um dos geógrafos precursores da Geografia Humanista, explica que ela deve ser baseada no antropocentrismo, pois o homem é a medida de todas as coisas, já que toda explicação teria validade se estivesse fundamentada no homem. Com isto, a cultura passou a ser compreendida não apenas a partir dos seus valores materiais, mas também dos seus aspectos subjetivos. Tal fato contribuiu para que o homem fosse entendido como portador de cultura. Concordando com esta abordagem Mcdowell (1996, p. 164) aponta que foi a partir da Geografia Humanista que houve uma nova compreensão da produção e reprodução cultural, através das práticas humanas.

Neste sentido, o grande avanço da Geografia Humanista é a compreensão de que o homem enquanto portador de cultura intervém no meio

físico. Estas intervenções apresentam características próprias que são inerentes a cada grupo social e, portanto, é um produto cultural.

A partir destas questões referenciadas por Mcdowell (1996), Besse (2006, p. 92) sintetiza que para a Ciência Geográfica a paisagem é a materialização das expressões humanas:

A paisagem é *expressão*, e, mais precisamente, expressão da existência [humana]. Ela é portadora de um sentido, porque ela é marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano. A paisagem é essencialmente mais *mundo* do que *natureza*, ela é o mundo humano, a *cultura* como encontro da liberdade humana como o lugar do seu desenvolvimento: a terra [grifos do autor]

A partir de 1980, tiveram início as críticas à Geografia Humanista (HOLZER, 1992, p. 252) pelos geógrafos da chamada “Nova Geografia Cultural”, cujos representantes mais relevantes são os geógrafos anglo-americanos, James Duncan, Denis Cosgrove e Peter Jackson. Esta corrente de pensamento tinha como base as relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente, a partir da produção material humana, incorporando também os valores imateriais (crenças, interesses, mitos e utopias). Para Cosgrove (1998, p. 97), “*todos tiveram a sua parte em encaminhar a geografia humana para a geografia humanística. Mas a idéia da geografia humana como humanidade dificilmente é madura ou plenamente desenvolvida*”.

Ribeiro (2007, p. 26) afirma que há um desdobramento na forma de trabalhar o conceito de paisagem no contexto da Nova Geografia Cultural. Este desdobramento tem como premissa, a abordagem da paisagem “*através de um conceito teórico de fundo marxista*” (RIBEIRO, 2007, p. 26), que na visão deste autor, passou a constituir a terceira fase da abordagem da paisagem cultural.

Para Ribeiro (2007), o principal teórico que trabalha com a crítica marxista da paisagem cultural é Denis Cosgrove. Segundo ele (2007, p. 26) Cosgrove assinala que “*os aspectos simbólicos da paisagem são produzidos pelos meios de produção de uma sociedade*” E acrescenta que (RIBEIRO, 2007, p. 27):

A paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade. O autor associa a produção cultural à prática material [...] As

mudanças nas formas como os homens se organizam para produzir suas vidas materiais resultam e, ao mesmo tempo influenciam as mudanças no relacionamento com seus ambientes físicos.

O trabalho organizado por Denis Cosgrove e Stephen Daniels, sob o título *“The iconography of lanscape”*, publicado originalmente em 1988, consiste em uma coletânea de artigos que discutem a paisagem enquanto imagem constituída de significados (2000, p. 01):

De fato, os significados do verbal, do visual e das paisagens construídas apresentam uma história complexa. Para compreender a paisagem construída é geralmente necessário compreender as suas representações verbais e escritas, não como ‘ilustrações’, como imagens externas a ela, mas como imagens constituintes de seu(s) significado(s)¹⁶

No contexto deste estudo as idéias descritas à cima são fundamentais para interpretar os significados das paisagens produzidas pelo setor imobiliário, as quais são comercializadas através da relação entre a oferta dos edifícios, e a demanda representada pelos compradores destas unidades habitacionais. Estas constituem produtos culturais dos grupos dominantes que se concretiza na paisagem através da verticalização. Contudo, é importante ter como pressuposto que a paisagem reproduz na sua materialidade normas e valores culturais destes grupos (COSGROVE, 1998, p. 106).

Portanto, deve ser destacado que no bairro da Madalena, ocorreu a retirada de dois assentamentos populares: José de Holanda e Arlindo Gouveia. A saída destes assentamentos corrobora a seguinte afirmação de Cosgrove (1998, p. 116): *“por sua natureza, as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes”*.

Contudo, é importante destacar, que as crenças, valores, mitos e utopias dos grupos culturais excluídos também constituem *“marcas”* na paisagem através de elementos que serão interpretados no estudo da morfologia urbana e da tipologia das edificações verticalizadas que estão às margens do rio Capibaribe, na área delimitada como estudo de caso. Sobre isto Cosgrove

¹⁶ Indeed the meanings of verbal, visual and built landscapes have a complex interwoven history. To understand a built landscape [...] it is usually necessary to understand written and verbal representations of it, not as ‘illustrations’, images standing outside it, but as constituent images of its meaning or meanings.

(1998, pp. 120-121 dispõe que: “a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos de seu significado simbólico”.

No contexto do trabalho aqui apresentado, nos interessa interpretar predominantemente a formação das paisagens produzidas segundo as “maneiras de ver” das classes dominantes, aqui representadas pelo setor imobiliário, e pelo setor público, através das regulações urbanas; e os significados que têm as (trans)formações destas paisagens para os moradores da Avenida Beira Rio e os representantes do setor imobiliário que tem empreendimentos, na área delimitada como estudo de caso, através dos dados coletados nas entrevistas semi-estruturadas¹⁷. Este setor tem gerado tipos construtivos de habitações multifamiliares caracterizados pelo seu elevado gabarito. Segundo Cosgrove (1998, p.113), “em termos de paisagens existentes, naturalmente somos inclinados a ver a expressão mais clara da cultura dominante no centro geográfico do poder”. Assim (COSGROVE, 1998, p. 105):

O poder é exposto e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como sendo comum. Isto às vezes é chamado de *hegemonia cultural* [grifos do autor].

Portanto, é possível perceber que na área delimitada como estudo de caso há outras expressões materializadas na paisagem que não pertencem aos grupos citados. Como exemplo disso, pode-se assinalar os edifícios que estão às margens do rio Capibaribe que são utilizados por indivíduos que não pertencem ao setor de renda dominante da sociedade.

Além desses tipos construtivos, é possível ainda observar na Avenida Beira Rio, no trecho correspondente ao bairro da Torre, habitações unifamiliares que pertencem aos setores de baixa renda, constituindo os excluídos da sociedade. Entretanto, é importante enfatizar que com a abertura da Avenida Beira Rio, estas habitações unifamiliares estão sendo rapidamente substituídas por edifícios multifamiliares, (trans)formando-a paulatinamente em uma paisagem homogênea. As habitações de baixa renda remanescentes no

¹⁷ A coleta e sistematização dos dados será detalhadamente abordada no capítulo 2.

bairro da Torre, ainda marcam a sua paisagem e convivem com os edifícios que estão voltados para outro seguimento da sociedade.

Assim, no contexto deste estudo, os grupos não dominantes também são contemplados, pois, muitos dos seus símbolos permanecem. Como exemplo disso, pode-se citar as vilas remanescentes habitadas por operários no bairro da Torre, onde durante muitos anos funcionou uma fábrica têxtil, o Cotonifício Torre, hoje desativada, mas cujas instalações também estão expressas na paisagem. No entanto, com a abertura da Avenida Beira Rio, essas antigas vilas estão paulatinamente sendo substituídas por edificações multifamiliares, representadas pelos edifícios que são habitados por pessoas de alto poder aquisitivo, corroborando também para o processo de homogeneização desta fração de paisagem.

Ainda do contexto da Nova Geografia Cultural, destaca-se o geógrafo James Duncan que publicou em 1990 o livro *“The City as a Text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyan Kingdom”*. Neste trabalho, ele coloca que a interpretação da paisagem é subjetiva, e cada grupo cultural a interpreta conforme seus conjuntos de símbolos.

Duncan (1990) explica que a vida social é marcada por relações de poder e a paisagem é parte constitutiva desse processo, uma vez que ela é o meio físico sobre o qual o homem, enquanto portador de cultura intervém deixando suas *“marcas”*. No seu trabalho, ele assinala três objetivos principais:

- Fornecer uma metodologia para a interpretação das paisagens;
- Mostrar que a paisagem pode ser entendida como um processo cultural;
- Analisar o relacionamento entre a paisagem e o poder político.

A contribuição deste trabalho de Duncan (1990, p. 13) está no fato de demonstrar o papel da paisagem nos processos social e cultural, o diálogo estabelecido com os pesquisadores das ciências sociais e das humanidades e a importância da hermenêutica como método a ser adotado na interpretação das paisagens. Nesse trabalho, o autor também enfatiza que as paisagens são como textos escritos, constituindo unidades gramaticais passíveis de serem lidas e interpretadas, já que expressam os valores dos diferentes grupos culturais que as constroem e as (trans)formam.

Portanto, no contexto deste trabalho, a interpretação da paisagem se dá a partir da hermenêutica, pois, o homem enquanto portador de cultura a interpreta segundo suas próprias crenças, mitos e utopias, fruto de sua bagagem individual que está inserida dentro do contexto social ao qual ele pertence e que também é fruto de um período histórico.

Paralelamente a estas questões Duncan (1990, pp. 03-11) afirma que a paisagem é fruto de uma produção social, cujo principal agente que intervém na paisagem é o homem que a modifica ao longo do tempo a partir do seu conjunto de valores e crenças e que estas são continuamente influenciadas pelos grupos dominantes, notadamente o poder político.

Para Duncan (1990, p. 11) a paisagem é considerada um “*sistema de significações*”. A partir deste pressuposto tem-se que a paisagem é passível de ser “*lida*”, ou melhor, interpretada por outros atores sociais, tendo como parâmetro o sistema de valores e significações de quem a interpreta. Portanto, na visão deste teórico, as paisagens não são neutras e estão em processo contínuo de (trans)formação.

Para os adeptos da Nova Geografia Cultural a paisagem pode ser interpretada a partir de diversas representações, de acordo com o objeto a ser estudado (RIBEIRO, 2007). Assim, a paisagem também pode ser interpretada através dos produtos culturais, como por exemplo: as obras literárias, os *folders* produzidos pelo setor imobiliário, as “*marcas*” impressas na paisagem, a linguagem expressa nas entrevistas.

Segundo Jackson (1992, p. 230) a geografia cultural passou a ser compreendida como o resultado da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento relativa aos estudos culturais. Dentre elas se destacam: a sociologia e a filosofia.

O método hermenêutico tem sido utilizado pelos adeptos da “Nova Geografia Cultural” por ser o que melhor se adequa à interpretação das paisagens, de acordo com esta perspectiva de abordagem. Segundo Minayo (2006, p. 166), a hermenêutica trabalha com a comunicação da vida cotidiana. Para Outthwaite (1996, pp. 350-351), a hermenêutica constitui uma área do

conhecimento que *“diz respeito à teoria e à prática da compreensão em geral, e à interpretação do significado de textos e ações em particular”*.

Ainda segundo Outthwaite (1996, p. 351), a hermenêutica passou a ser um tópico central nas ciências humanas, como por exemplo, os textos expressos na linguagem do discurso dos diferentes atores sociais e as imagens, como por exemplo, os mapas, as fotografias, as iconografias; haja vista que ela trata fundamentalmente na análise cultural dos processos sociais. Sobre este assunto, Minayo (2006, p. 166) dispõe:

A hermenêutica trabalha com a comunicação da vida cotidiana e do senso comum, dentro dos seguintes pressupostos: o ser humano como ser histórico e finito complementa-se por meio da comunicação; sua linguagem também é limitada, ocupando um ponto no tempo e no espaço; por isso, é preciso compreender também seu contexto e sua cultura.

Sob o ponto de vista metodológico, a hermenêutica tem ocupado um lugar central na interpretação dos conteúdos culturais. Ela foi definida por Outthwaite (1996, p. 354) da seguinte maneira:

O pensamento hermenêutico destaca a localização de toda a atividade dentro de uma estrutura particular de interpretação. Como tal, chama nossa atenção para os pressupostos e limitações de todas as formas de pensamento e prática social. O objetivo dos que o propõem tem sido fomentar a interação comunicativa e, com isso, facilitar o desenvolvimento de formas humanísticas e autenticamente regionais de co-existência social.

Neste sentido a idéia do pensamento hermenêutico proposta por Minayo (2006) e Outthwaite (1996) se complementam, haja vista que os dois autores destacam que a abordagem hermenêutica prioriza a interpretação da comunicação a partir dos conteúdos sociais que estão implícitos.

Além disto, a abordagem hermenêutica tem como pressuposto que a interpretação dos conteúdos culturais se dá no presente, mas que é fruto do pensamento humano ao longo do tempo. Sobre isto Minayo (2006, p. 328) afirma que:

Na abordagem hermenêutica, a unidade temporal é o presente onde se marca o encontro entre o passado e o futuro, ou entre o diferente e a diversidade dentro da vida atual mediada pela linguagem.

O método hermenêutico será utilizado, no contexto deste trabalho, tendo como base a interpretação dos seguintes produtos culturais: as “*marcas*” deixadas pelo homem na paisagem através dos artefatos construídos, os *folders* e os anúncios dos empreendimentos nos jornais de grande circulação na cidade do Recife¹⁸, utilizados como estratégia de *marketing* pelo setor imobiliário, os mapas e iconografias. Todos esses produtos serão interpretados a partir dos seguintes pressupostos discriminados por Minayo (2006, p.167):

- Buscar esclarecer o contexto dos diferentes atores e das propostas que produzem (resultando na (trans)formação da paisagem);
- Acreditar que existe um teor de racionalidade e de responsabilidade nas diferentes linguagens que servem como veículo de comunicação;
- Colocar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores;
- Produzir um relato dos fatos em que os diferentes atores se sintam contemplados.

Neste sentido, o método hermenêutico será utilizado neste trabalho para interpretar as diferentes “*maneiras de ver*” dos atores sociais que estão diretamente envolvidos do processo de (trans)formação das paisagens, formadas pelo rio Capibaribe na área delimitada para estudo de caso.

Nesta perspectiva de abordagem, a cultura passa a ter outra acepção baseada nos pressupostos de Berger (1972): a de que as paisagens não são neutras, mas refletem as relações de poder e as “*maneiras de ver*” dos setores dominantes que contribuem em sua formação, segundo as suas concepções de mundo. Segundo Cosgrove (1998, p. 104) “*o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder*”.

A abordagem de alguns adeptos da Nova Geografia Cultural, como Claval (1999, p. 62), que permeia o referencial teórico, entende a cultura como:

A soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos que [dela] fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra.

¹⁸ Os jornais pesquisados foram: Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco.

Neste sentido, a cultura é transmitida através das gerações, e não é homogênea, pois tanto ela é um produto da herança de diferentes grupos, onde cada um deles estabelece códigos que lhes são próprios, como dentro de uma mesma sociedade existem diferentes culturas.

Por isto, a cultura não é introjetada da mesma forma por diferentes grupos culturais ou mesmo por indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social. Sendo assim, ela não é homogênea, conforme explica Jackson (1989, p. 02): “[os] grupos sociais desenvolvem modelos distintos de vida, chamados de culturas, que são mapas de significados através dos quais o mundo se torna inteligível”. Por isto, segundo Mitchell (1999, p. 31) a “cultura é simbólica, ativa, constantemente sujeita às mudanças e marcada por relações de poder”. Ainda segundo Cosgrove (1998, p. 102), a “cultura é sempre potencialmente capaz de ser trazida ao nível da reflexão consciente e da comunicação”. Por isto, de acordo com Mitchell (1996, p. 31), “a cultura existe e se reflete concretamente na paisagem”.

Entre os trabalhos que abordam o conceito de paisagem cultural neste estudo, foi tomado também como referência o trabalho desenvolvido por Berque (1999), que, embora sendo um geógrafo francês, apresenta pressupostos que se alinham com os adeptos anglo-americanos da Nova Geografia Cultural.

No trabalho de Augustin Berque, originalmente publicado em 1984 intitulado “*Paisagem marca, paisagem matriz: elementos de uma problemática para uma geografia cultural*”, o autor afirma que a paisagem é o resultado de uma interação complexa entre o meio e o homem, que é o agente portador de cultura. Neste sentido a paisagem é simultaneamente matriz e marca (BERQUE, 1999, p. 33):

Paisagem Matriz na medida em que as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; Paisagem Marca, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade.

Sobre as marcas deixadas pelo homem na paisagem, pode-se dizer que as edificações localizadas na Avenida Beira Rio constituem (CLAVAL, 1999, p. 73):

Mensagens forçosamente assimétricas, cuja emissão é monopolizada por uma estreita elite de seres de exceção, muito dotados e submetidos a uma longa formação [...]. Sua mensagem é também aquela de seus comandatários – as classes no poder.

No contexto brasileiro destaca-se no estudo da Geografia Cultural, o grupo de pesquisa denominado NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura. Este grupo é coordenado pela professora Dra. Zeny Rosenthal¹⁹ com a colaboração do professor Roberto Lobato Corrêa²⁰. Os representantes do NEPEC divulgam os pressupostos da Escola Francesa, da Escola de Berkeley e das novas correntes da Geografia Cultural e tem como objetivo:

Introduzir os geógrafos brasileiros à geografia cultural, mostrando como o espaço está impregnado de cultura. Paisagem cultural, percepção ambiental, espaço, simbolismo e cultura e lugares centrais são alguns dos temas que a geografia cultural considera (NEPEC, 2009)²¹.

Segundo Corrêa (1998) a paisagem cultural é um conceito que envolve diversas dimensões:

- Morfológica, que constitui a dimensão objetiva da paisagem. Esta é representada pelas marcas que o homem, enquanto portador de cultura imprime no meio físico;
- Simbólica, que constitui a dimensão subjetiva. Esta dimensão é portadora de significados refletindo valores, crenças, mitos, utopias e interesses;
- Histórica, que resulta da ação do homem sobre o meio físico, imprimindo as suas marcas ao longo do tempo;
- Funcional, por apresentar relações entre suas diferentes partes.

A abordagem do grupo brasileiro vinculada ao NEPEC dispõe que os estudos relacionados à paisagem cultural tem sido fruto de um processo de

¹⁹ Membro do NEPEC e professora da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

²⁰ Roberto Lobato Correa, professor do Depto de Geografia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e membro do NEPEC.

²¹ <http://www.nepec.com.br/revista.htm> Disponível em: 06, jun, 2009 18:49:03

construção contínuo estreitamente relacionado com as escolas europeia e americana.

Com estes trabalhos, é possível observar que a Nova Geografia Cultural começou a trilhar novas perspectivas quanto ao estudo da paisagem e passou a evidenciar as inter-relações entre paisagens, linguagens estéticas e discursos para a sua compreensão. Segundo Ribeiro (2007, p. 31) a principal contribuição desses teóricos consiste no fato de que *“a geografia cultural teve o papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem”*. A abordagem da Nova Geografia Cultural pode ser definida, segundo Claval (2001, p. 42) como:

[modificadora da] perspectiva global da geografia humana, que não tem mais por finalidade simplesmente descrever a diversidade da Terra, inventariar os tipos de paisagens que se encontram nela e explicar as formas de organização do espaço que nela se desenvolveram; trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças

Daí tem-se o questionamento: Como a ação do homem, enquanto portador de cultura se materializa na paisagem? A cultura está constantemente sendo materializada na paisagem através das práticas sociais estabelecidas por seus diferentes grupos, que estão continuamente modificando o meio natural de modo a refletir seus valores culturais. Assim, pode-se dizer que *“a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”*. (COSGROVE, 1998, p. 102).

A incorporação da dimensão subjetiva na interpretação das paisagens constituiu um grande avanço para a compreensão da formação e transformação das paisagens como resultado das relações estabelecidas entre os grupos sociais e o meio ambiente.

1.1. Da Paisagem Emoldurada no século XVI às Paisagens Mercadorias

Neste item serão discutidas duas concepções de paisagem: a primeira delas é que a paisagem é uma produção cultural, conforme abordado no item

anterior, e estudada no âmbito da Ciência Geográfica, tendo uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. Nesta discussão serão tomados como referência alguns pressupostos contidos no livro de Jean-Marc Besse²², intitulado *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*.

A outra perspectiva de abordagem é a que se refere à paisagem enquanto representação, que segundo Besse (2006, p.61) é a concepção que se tem na atualidade, onde a paisagem é considerada apenas na sua dimensão estética, “*cuja origem seria, antes de tudo, pictórica*” (BESSE, 2006, p. 61).

O termo paisagem está fortemente disseminado na cultura ocidental e segundo Claval (2004, p.13), esta palavra surgiu no século XV nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*, para representar um pedaço da natureza a partir de um enquadramento. *A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação* (CLAVAL, 2004, p. 13). Assim, na sua concepção inicial a paisagem era considerada uma “*imagem*” representada.

Corroborando esta afirmação de Claval (2004), Ptolomeu (1998, pp. 305-308 apud), Besse (2006, p.17) afirma que desde o século XVI o vocabulário utilizado para as descrições das representações geográficas, através da cartografia, era o mesmo utilizado para a pintura de paisagem.

A geografia é uma imitação gráfica da parte conhecida da terra, considerada globalmente, nos seus traços mais gerais; [...] se os matemáticos se permitem explicar à inteligência humana o próprio céu, tal qual ele é ao natural, porque pode-se vê-lo girar em torno de nós para a terra, ao contrário, é-se obrigado a recorrer à representação pictórica

A partir desta citação de Ptolomeu que Besse (2006) apresenta, é possível constatar que no século XVI, havia uma preocupação por parte dos cartógrafos em reproduzir as suas experiências de mundo, segundo uma representação mimética. A mimese é caracterizada pela representação fiel de algo, tal como ele é visto pelo olhar humano.

²² Filósofo francês, pesquisador do Centre National de La Reserche Scientifique. Trabalha com a história e a epistemologia da geografia e com as questões de paisagem e de ambiente na cultura contemporânea.

A perspectiva da mimese permaneceu durante todo o século XVI. A partir dos séculos XVII e XVIII a paisagem passa a ter o significado territorial e geográfico (BESSE, 2006, p. 20), constituindo uma nova *“experiência geográfica de mundo”* (BESSE, 2006, p. 41).

Na concepção de Besse (2006), nesta nova perspectiva geográfica, a paisagem, passa a ser entendida como um *“espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada pelo sujeito”* (BESSE, 1996, p. 21). Esta assertiva nos leva a interpretar que a Terra passou a ser concebida como um espaço (geográfico), no qual é necessário o distanciamento do olhar humano para que este, na sua condição de agente cultural, possa compreendê-la. Neste sentido, a paisagem do século XIX passa a ser compreendida a partir dos seus aspectos visíveis; no entanto para Besse (2006, pp. 63-64) este *“visível”* vai além da fruição estética, cabendo ao cientista ultrapassar esta superfície exterior *“para captar a verdade da paisagem”*. Assim:

A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de apreender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção

Portanto, o conceito de paisagem não é considerado apenas uma representação, ou um mecanismo de projeção subjetiva e cultural (BESSE, 2006, p. 64). Ela é, sobretudo, um sítio e um território, ou seja, possui uma dimensão visível e concreta (BESSE, 2006, p. 64).

Entretanto, o fato da paisagem ter uma dimensão objetiva, não significa que ela deixe de ter uma dimensão subjetiva. Isto porque, ela é o resultado da produção humana, e como tal, o seu aspecto visível é fruto das ações do homem sobre o meio físico, de modo a refletir seus valores, crenças, mitos e utopias. Assim, a dimensão material da paisagem pode ser sintetizada a partir do seu aspecto visível que é a sua forma, a concretude:

Mesmo sendo a paisagem uma dimensão visível, esta paisagem é o resultado, o efeito, ainda que indireto e complexo, de uma produção. A paisagem é um produto objetivo, do qual a percepção humana só capta, de início o aspecto exterior. Há como que o *“interior”* da paisagem, uma substância, um ser da paisagem que só deixa ver o seu exterior (BESSE, 2006, p. 65).

Este aspecto visível referenciado por Besse (2006) é o que a Escola Francesa de Geografia denominou, no século XX, de “*fisionomia de uma região*”, “*fisionomia de um país*” “*fisionomia da paisagem*” ou “*fisionomia da terra*”. Neste contexto, a fisionomia refere-se a realidades objetivas, concretas e que são visíveis no território.

A “*fisionomia*” colocada pela Escola Francesa está impregnada de aspectos não visíveis, que são impressos na paisagem por diferentes grupos culturais ao longo do tempo. Assim, a superfície terrestre é o substrato, onde os grupos culturais intervêm de modo a refletir seus conjuntos de valores que são concretizados na superfície terrestre, ou seja, na paisagem.

O que se pode transpor das idéias de Besse (2006) sobre a paisagem é que esta é acima de tudo visível. Simultaneamente, ela é objetiva, na medida em que é visível e concreta, e subjetiva, pois tem múltiplos significados a depender de quem a interpreta. Sobretudo, a paisagem não é apenas uma imagem ou uma representação, como os representantes do setor imobiliário demonstram através das campanhas de *marketing*. Besse (2006) compreende a paisagem enquanto fruto de uma produção humana, ou seja, ela é um produto objetivo, pautada em valores, significados, mitos e utopias. Assim, cabe fazer o seguinte questionamento: Como a paisagem é (re) produzida?

A paisagem é uma sucessão de camadas históricas que vão se superpondo ao longo do tempo. Contudo, uma nova camada não se superpõe em relação à anterior apagando-a completamente. Ela vem como um acréscimo, como uma soma, constituindo novas unidades paisagísticas de caráter objetivo com inúmeros conflitos na sua (re) produção. Conflitos estes que são inerentes a sua contínua dinâmica, contribuindo para o seu processo de construção constante. Assim para Menezes (2002, p. 36):

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” [grifo do autor] que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo.

Estes são alguns pressupostos da paisagem como produção cultural. Na concepção de paisagem, enquanto representação pictórica Cauquelin (2007, p.07) afirma que na concepção da paisagem ocidental, no século XIX:

A paisagem fora pensada e construída como o equivalente da natureza. [...] Desse modo, a natureza só podia ser percebida por meio de um quadro; a perspectiva, apesar de artificial, tornava-se um dado de natureza, e as paisagens em sua diversidade pareciam uma justa e poética representação do mundo.

Contudo, esta representação do mundo estava e está subordinada à maneira como uma determinada sociedade percebe o mundo que a rodeia e, portanto, é constituído de forte elemento subjetivo, pois reflete crenças e valores sociais ao longo do tempo (CAUQUELIN, 2007, p. 15). Neste sentido (CAUQUELIN, 2007, p. 31):

A paisagem está ligada a muitas emoções, a muitas infâncias, a muitos gestos [...]. Ligada a esse sonho sempre renascente da origem do mundo – ela teria sido “pura”, de uma pureza na qual nos mantêm os édens e à qual retornamos, não obstante nosso saber [grifo da autora].

De acordo com Cauquelin (2007), a paisagem tem um quê de idealização, que está fortemente enraizada na construção cultural de diferentes grupos sociais. Assim, ela é considerada como um produto social resultante de uma construção que apresenta diferentes dimensões e significados a partir do grupo que a observa e a vivencia.

O advento da fotografia mudou significativamente o enquadramento da paisagem. Degrémont (2000) e Saule-Sorbé (1991, p. 167) sugerem que “*a iconografia fotográfica oferece enquadramentos específicos*”. Contudo a fotografia trás um novo olhar para a pintura, o olhar subjetivo.

Esta assertiva tem forte respaldo na idéia de Berger (1972) de que as paisagens são o resultado de diferentes “*maneiras de ver*”, haja vista que na concepção de Menezes (2002, p. 46) “*o olhar é um fator de construção da paisagem [...] [e] as formas de olhar classificam socialmente o indivíduo*”. Assim, tanto a fotografia quanto a pintura dependem do ponto de vista de quem as cria e de quem as interpreta. Portanto, pode-se dizer que ela de fato é “*idealizada*” para alguns observadores como explica Cauquelin (2007).

A partir do pressuposto de paisagem idealizada, o setor imobiliário e os moradores da Avenida Beira Rio têm explorado a idéia de paisagem, conforme concebida na sua origem, a partir de um enquadramento. Esta situação se reproduz nos dias atuais, porém de forma diferente. A paisagem real e não

mais pictórica passa a ser emoldurada pelas janelas e varandas dos edifícios que estão localizados nas margens do Capibaribe. Só podem ter acesso às janelas para o rio Capibaribe as famílias que podem adquiri-las.

Assim, esta fração de paisagem passa a ser compreendido como uma imagem. Para o início desta discussão foi tomado como conceito de imagem a seguinte assertiva de Lynch (1999, p. 07):

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o seu ambiente [...] A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes.

Neste sentido, a imagem pode ser compreendida como uma *“sobreposição de muitas imagens individuais”* (LYNCH, 1999, p. 53). A valorização da imagem está fortemente relacionada com a forma capitalista do mundo ocidental, onde as imagens constituem cenários que dão suporte à vida contemporânea.

É importante observar que a noção de imagem veiculada neste trabalho tem rebatimento na noção de paisagem emoldurada pelas janelas dos edifícios, estando muito mais relacionada com a noção de modo de vida do mundo ocidental capitalista dos dias atuais que, via de regra, a percebe como um artefato de consumo, como apenas uma representação de fruição estética de acordo com os pressupostos de Besse (2006). Sobre isto, Menezes (2002, p. 49) dispõe que *“a cidade reduzida ao jogo de pura imagem tem íntima vinculação com a lógica do consumo e a venda de estilos de vida”*, ou seja, é paisagem utilizada como estratégia de *marketing* para a venda das novas habitações multifamiliares verticalizadas.

Portanto, as paisagens atuais são caracterizadas pelo forte apelo da imagem visual. As áreas históricas passam a ser vistas como espaços mercantilizados, tendo seu valor de antiguidade usado para justificar sua permanência, sendo defendida pelo setor imobiliário nas suas campanhas publicitárias, a importância da convivência da relação entre os artefatos construídos novos e antigos na cidade do Recife.

Assim, a arquitetura que compõe algumas partes da cidade a tem (trans)formado em um simulacro, onde há uma alteração de seus símbolos e significados. Dessa forma, ela passa a ser encarada como uma imagem a ser contemplada e consumida, não mais vivenciada pela população (ARANTES, 1995). Portanto, a paisagem tem-se tornado cada vez mais homogeneizada e desistoricizada (MENEZES, 2002, p. 09). Esta afirmativa também é corroborada por Zukin (2000, p. 91):

Embora nenhum critério claro separe as cidades modernas das pós-modernas, percebemos que algo mudou na maneira como organizamos o que vemos: o consumo visual do espaço e do tempo, que está ao mesmo tempo acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga a dissolução das identidades espaciais tradicionais e a sua reconstrução sobre novas bases. [...] [Assim], o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende da fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que é fortemente matizada pelas novas formas de apropriação cultural. A genialidade dos investidores imobiliários, neste contexto, consiste em inverter a narrativa da cidade moderna, tornando-a um nexó fictício, uma imagem [...], um panorama onírico de consumo visual.

Vale salientar que o bairro da Torre era ocupado no século XX por habitações mais populares, devido à presença da fábrica têxtil, o Cotonifício Torre. No entanto, durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, apesar do rio poluído, observa-se, nestes bairros, a volta das habitações construídas com a frente voltada para as margens do rio Capibaribe, porém com uma nova tipologia caracterizada pela verticalização.

Este fato está relacionado com a revalorização da paisagem do rio Capibaribe devido à crescente expansão imobiliária que tem relacionado os elementos naturais da paisagem à venda desses imóveis para os setores de renda média e média-alta. Assim, é importante observar que esta volta está pautada nas mudanças culturais e de interesses que têm ocorrido na cidade do Recife no final do século XX e início do século XXI, e que se expressam na paisagem.

O poder econômico dos grupos sociais dominantes é materializado na paisagem pela crescente verticalização ocorrida às margens do rio Capibaribe,

como pode ser observado em sua margem direita em função da construção da Avenida Beira Rio.

O resultado desta transformação está relacionado com a mudança morfológica e tipológica nos bairros da Torre e da Madalena. Observa-se que, a partir da abertura dessa avenida, se iniciou a substituição de habitações unifamiliares por edifícios multifamiliares de elevado gabarito, onde residem pessoas de renda média e média-alta.

Pode-se dizer que a nova paisagem que está sendo consolidada às margens do rio Capibaribe reflete os valores simbólicos e culturais dos setores de renda dominantes atuais, formando uma nova paisagem, baseada no seu consumo.

Para esta discussão, será tomado como pressuposto o trabalho de Norma Lacerda de Melo²³ intitulado “*A produção social dos interesses fundiários e imobiliários - o caso de Recife*”. Neste trabalho, a autora explica que o processo de verticalização que vem ocorrendo na cidade do Recife está estreitamente relacionado com a organização sócio-cultural da nossa sociedade.

A política e cultura no Recife foram forjadas por uma sociedade agrária, traçada desde a época da colonização ao mercado mundial. Assim, à medida que a cidade conheceu um intenso crescimento demográfico e foi se estruturando socialmente, ela elaborou traços particulares nos quais estão presentes os componentes de sua formação histórica. Um desses traços é a mentalidade conservadora que se manifesta tanto na vida política quanto no estilo de vida. [...] É sintomático que no seio das classes médias e ricas, existe sempre um conflito entre a tradição e a modernidade, entre o agrário e o urbano (MELO, 1996, pp. 10-11).

Assim, o processo de verticalização está estreitamente relacionado ao desejo da sociedade em manter o vínculo com determinados bairros da cidade, conformando o que Melo (1996, p. 15) estabeleceu como sendo um modelo que considera a relação “*densidade-verticalidade como uma variável determinante*”.

²³ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este modelo, ao qual a autora se refere, baseia-se na relação que os setores de renda média e média-alta têm com determinados locais da cidade. No Recife, estes setores sociais, tendem a preferir habitar as zonas que apresentam significações culturais e sociais. No contexto deste trabalho, estas zonas estão fortemente relacionadas às áreas dos antigos engenhos que foram se estabelecendo na várzea do rio Capibaribe e que nos dias atuais conformam alguns bairros da cidade, dentre os quais se destacam os bairros da Torre e da Madalena à margem direita deste recurso hídrico.

Estas áreas apresentam significado simbólico para os setores de renda mais altos da sociedade vinculado à presença do rio Capibaribe, o qual tem uma relação histórica com o desenvolvimento da estrutura sócio-cultural do Recife.

Neste sentido, o processo que vem ocorrendo na área delimitada como estudo de caso, apresenta uma vinculação com o modelo “*densidade-verticalidade*” colocado por Melo (1996) na medida em que há um aumento demográfico da população e o desejo de morar em determinadas áreas da cidade.

Sensível a estas necessidades, os representantes do setor imobiliário materializam o desejo dos setores de renda média e média-alta criando as condições necessárias através da construção de unidades multifamiliares representadas pela verticalização. Estes edifícios possibilitam a moradia de um maior número de indivíduos em uma determinada área, pois um lote que antes abrigava uma única família passa a abrigar um maior número de famílias. Sobre isto Melo (1996, p. 29) dispõe:

Abordar a propriedade imobiliária e sua localização a partir das famílias, apreendendo-as em termos simbólicos (de prestígio, de recuperação, de uma identidade, de sucesso econômico...) é supor que elas têm funções sociais distintas, acompanhadas de repercussões no domínio econômico.

O setor imobiliário, por sua vez, cria as estratégias de *marketing* visando atender às necessidades estabelecidas por estes setores da sociedade. Estas estratégias objetivam incorporar as paisagens do rio Capibaribe como valor simbólico para a venda destes imóveis. Estes anseios são muito bem trabalhados através dos produtos culturais produzidos por este

setor. Dentre estes produtos, podemos destacar os periódicos²⁴ e os *folders* desenvolvidos por três grandes construtoras da cidade do Recife.

Nestes trabalhos, observa-se que há uma forte relação entre o novo x o antigo²⁵, entre a tradição x a modernidade que é tão desejada pelos setores de renda mais alta da sociedade recifense. Os conteúdos destes produtos culturais serão mais bem explorados no quarto capítulo deste trabalho, que corresponde à dimensão subjetiva.

Com isto, procura-se demonstrar que o setor imobiliário e o consumidor final, que no contexto deste estudo são os moradores da Avenida Beira Rio na área delimitada como estudo de caso, possuem uma relação de cumplicidade, onde o setor imobiliário disponibiliza as unidades habitacionais, configurando a oferta, e os consumidores que tem o poder aquisitivo para adquirir estes empreendimentos configuram a demanda. Isto consolida uma relação de parceria entre oferta e demanda, onde um não existe sem o outro.

Aliado à valorização simbólica, Melo (1996, p. 26) dispõe que a acessibilidade é uma das variáveis importantes para o estabelecimento destes empreendimentos. Contudo, ela está subordinada “aos *imperativos sociais*”. E como tal, o significado social do imóvel está associado ao local onde este se insere. Assim (MELO, 1996, p. 30):

No que concerne à sua função social, percebemos que a propriedade vincula a família a um grupo ou classe [...]. O significado social do bem imobiliário reside assim, em grande parte, em inserir o seu detentor em determinado grupo, incitando-o a defender os valores e interesses do mesmo como forma de proteção da própria família. Por trás, vem naturalmente, o reconhecimento social do proprietário por habitar determinado bairro, cuja norma é sinal de distinção coletiva e de prestígio. Daí a significação multiforme de escolha do bairro.

²⁴ Esta assertiva está fortemente relacionada com as idéias veiculadas pelos periódicos pertencentes às maiores construtoras do estado de Pernambuco.

²⁵ As linguagens escritas destes periódicos defendem que as edificações novas e antigas convivem em harmonia e que os novos imóveis se integram às construções antigas confeccionando paisagens que se baseiam no respeito com os aspectos tradicionais que na concepção dos periódicos é tratado como memória que deve ser preservada.

Paralelo a estas questões, os tipos arquitetônicos que estão sendo consolidados na área de estudo seguem os mesmos pressupostos estabelecidos pelas relações simbólicas, apresentando tipologia caracterizada da seguinte maneira: as unidades habitacionais que compõem esses edifícios não são inferiores a 180.00 m², geralmente apresentam quatro quartos e salas amplas. As áreas comuns dessas edificações apresentam uma série de infra-estruturas de lazer, tais como piscinas, quadras poliesportivas, pistas de Cooper²⁶.

Além disto, os imóveis que se encontram na Avenida Beira Rio, notadamente os mais novos, apresentam uma forte ruptura com as áreas públicas, refletindo uma segregação intencional com a rua através de grandes muros e dos recuos frontal e laterais que os edifícios apresentam.

O rio Capibaribe, cortado por suas pontes, constitui o elemento que mais caracteriza a cidade do Recife como “*imagem*” que a identifica. O mesmo pode ser dito sobre os imóveis antigos imponentes em suas margens nos bairros centrais da cidade, hoje amplamente representados nos cartões postais. O mesmo poderá ocorrer com a Avenida Beira Rio, com os edifícios que compõem os bairros da Torre e da Madalena. Isto porque, eles estão sendo paulatinamente incorporados à paisagem recifense como referenciais que caracterizam a cidade moderna se contrapondo à cidade antiga, o que é enaltecido no discurso do setor imobiliário, através do *marketing* para venda desses imóveis, ao enfatizar que o novo e o velho se completam.

Para compreender a noção de valor simbólico é de fundamental importância caracterizar antes a noção de valor. Primeiramente, vale salientar que valor é uma característica que não é inerente ao objeto, mas sim algo que lhe é atribuído (CONNOR, 1994). A partir deste pressuposto, pode-se dizer que a noção de valor é relativa e tem múltiplas interpretações, variando de cultura para cultura, e de lugar para lugar.

Neste sentido, os valores são construídos a partir de consensos e acordos entre os homens, só fazendo sentido se forem consideradas

²⁶ Estes dados foram obtidos a partir do exame dos projetos da Avenida Beira Rio nas 4^a.e 5^a. Regionais da PCR/DIRCON, realizadas nos dias 09 e 10 de junho de 2009.

simultaneamente as variáveis tempo e espaço. É uma construção humana, e não tem representação quantitativa como os sistemas de medição (CONNOR, 1994), e sim qualitativa.

Os símbolos também variam de acordo com a cultura de cada lugar ao longo do tempo. Assim, segundo Chevalier & Gheerbrant (1991, p. XVI):

O símbolo tem precisamente essa propriedade excepcional de sintetizar, numa expressão sensível, todas as influências do inconsciente e da consciência, bem como das forças instintivas e espirituais, em conflito ou em via de se harmonizar no interior de cada homem.

A partir destes pressupostos, tem-se a noção de valor simbólico das estruturas materiais, que pode ser caracterizada de acordo com Chevalier & Gheerbrant (1991, p. XVI) da seguinte maneira:

Ele exprime uma realidade que responde às necessidades múltiplas de conhecimento, de carinho e de segurança. Ele é alguma coisa de indefinível, mas de profundamente sentido como a presença de uma energia física que fecunda, cria e alimenta. Resistir ao símbolo é como amputar uma parte de si mesmo, empobrecer a natureza inteira e fugir, sob pretexto de realismo, de uma vida mais completa. Um mundo sem símbolo seria um mundo irreparável. Ele provocaria imediatamente a morte do homem.

Esta assertiva está estreitamente relacionada com o fato dos bairros objeto desse estudo constituírem referências no processo de formação da cidade do Recife. Assim, pode-se dizer que eles estão impregnados de valor simbólico atribuídos pela sociedade local, haja vista que durante muitos anos esses lugares representaram o poder econômico e social da cidade do Recife, representada pelos engenhos.

Para contextualizar a discussão de valor, será tomado como parâmetro a construção dos valores estabelecidos para a venda dos imóveis. Segundo Calabria (2006, p. 31) a noção de valor está relacionada com o aspecto marxista, no qual *“toda atividade capitalista desenvolvida no ambiente urbano utiliza o espaço como uma ‘condição de produção’ para ‘fins de lucro’*” [grifos da autora]. Portanto, neste contexto marxista, o aspecto de atribuição de valor está relacionado com os meios de produção.

Porém, observa-se que existem outras variáveis de ordem não-econômica que influem na atribuição de valores destes imóveis, dentre os quais se destacam as variáveis simbólicas e de localização. Sobre isto, Melo (1996, p. 06) dispõe:

Que as regras de trocas fundiárias e imobiliárias devem ser procuradas também nos equivalentes simbólicos associados às localizações, que são uma forma de valor de troca, não aquele definido por Marx, mas antes aqueles de mercado.

Assim, pode-se interpretar que no processo de atribuição de valor dos imóveis que estão localizados na área delimitada para estudo de caso, existem variáveis de cunho subjetivo que interferem na precificação das edificações. Concordando com estas idéias Guatanarri e Rolnick (1993, p. 15) explicam que:

O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam por meio de um modo de controle de subjetivação, que eu chamaria de cultura de equivalência ou de sistema de equivalência na esfera da cultura. Desse ponto de vista, o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para produção e consumo de bens. É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia²⁷ econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade (*sic*)

Por isto, as novas paisagens urbanas são apropriadas pelas camadas de maior poder aquisitivo, como o setor imobiliário e os moradores da Avenida Beira Rio, visando o consumo e passando a constituir imagens vistas, porém não vivenciadas, por estes setores da sociedade (HUYSSSENS, 1984, apud HARVEY, 2002, p. 45). Assim:

O que acontece num nível como último modismo, **promoção publicitária e espetáculo vazio** é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo “pós-moderno” é, na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação são discutíveis, mas transformação ela é. Não quero ser entendido erroneamente como afirmasse

²⁷ A mais-valia caracteriza-se pela “*existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho*” (CALABRIA, 2006, p. 39).

haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distinguem um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições de um período precedente [grifos nossos]

Neste contexto, o rio Capibaribe vem paulatinamente se transformando numa imagem de contemplação, vivenciado por estes habitantes através das varandas dos edifícios e não mais pela relação direta dos grupos sociais como no passado, estabelecendo uma dicotomia entre a beleza proporcionada pelos seus meandros e a sua utilização efetiva por parte desses habitantes. Neste sentido, a construção das paisagens urbanas *“não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade”* (GANDY, apud CLAVAL, 2004, p.80).

1.2. A Interpretação Morfológica da Paisagem Urbana

A segunda parte do capítulo teórico corresponde à dimensão morfológica da paisagem. Este aporte teórico tem como objetivo auxiliar na compreensão da formação e (trans)formação da fração de paisagem delimitada como estudo de caso para este trabalho.

A dimensão morfológica corresponde à dimensão objetiva, pois constitui as *“marcas”* que o homem deixa no meio físico ao longo do tempo. Para a compreensão desta dimensão, se faz necessário, fazer sua interpretação, haja vista que as transformações das paisagens são o resultado das relações estabelecidas entre os grupos sociais e o meio ambiente.

A interpretação das transformações da fração de paisagem delimitada como estudo de caso também serão realizadas através dos elementos tipológicos das edificações verticalizadas que são artefatos culturais imprescindíveis ao entendimento das *“marcas”* deixadas pelo homem nas quadras que estão localizadas nas margens do rio Capibaribe, entre os bairros da Torre e da Madalena.

Nesta direção, será tomado como referencial teórico o trabalho de Luz Valente Pereira²⁸ (1996) que irá compor toda a seqüência de análises desenvolvidas neste trabalho, cuja aplicação será realizada no próximo capítulo, além dos seguintes autores: Lamas (2004), Kohlsdorf (1996), Rossi (1995), Lynch (1999) e Sauer (1998). Embora Sauer tenha desenvolvido o método morfológico, ele o utilizou na análise e caracterização das áreas rurais e no contexto deste trabalho, o foco são as paisagens urbanas.

Segundo Pereira (1996), na sua discussão morfotipológica²⁹, com o objetivo de caracterizar a paisagem, a leitura da imagem urbana constitui o primeiro passo para se chegar a um diagnóstico preciso sobre uma área. De acordo com esta autora (1996, p. 01):

A realização da leitura de uma imagem da área é ainda fundamental para definir e orientar, integrando-os, os estudos sectoriais necessários para obter um conhecimento mais objectivo e aprofundado e que se irão desenvolvendo ao longo do processo de planeamento conforme as exigências de informação que se forem manifestando.

Embora, no contexto deste estudo, a paisagem não seja concebida como imagem, haja vista que ela apresenta uma dimensão concreta, de acordo com o que já foi trabalhado no item anterior, o trabalho de Pereira (1996) foi tomado como um método auxiliar na sistematização das análises.

Neste sentido, a leitura da imagem urbana, enquanto método, corresponde à análise de uma determinada área a fim de *“entender a sua presença viva e em transformação”* (PEREIRA, 1996, p. 01), visando compreendê-la concretamente, ou seja, de forma palpável, a fim de *“interpretar os diversos conteúdos que a constituem”* (PEREIRA, 1996, p. 02). A partir deste contexto, é possível formular a seguinte questão: Qual é a finalidade de se observar a forma urbana? Segundo Pereira (1996, p. 05):

²⁸ Arquiteta e Urbanista portuguesa, professora do Departamento de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, membro do Núcleo de Informação Científica e Planeamento Urbano e Regional (INCGURPLAM) pertencente ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

²⁹ Luz Valente Pereira (1996) expõe que não deveria existir uma separação entre a dimensão morfológica e tipológica, contudo, os demais autores consultados tratam este assunto de forma separada. Assim sendo, para a sistematização desta temática no contexto deste trabalho, escolhemos realizar os procedimentos de interpretação da dimensão morfotipológica separadamente.

Observa-se a imagem urbana para identificar os aspectos que a caracterizam como um meio específico; para perceber como se relacionam entre si e como traduzem os processos de formação e transformação urbanos, espaciais e dos modos de vida para apreender o que nela representa qualidade urbana e caráter próprio [...]

Em suma, a leitura da forma urbana é parte da caracterização morfológica e tipológica. Isto porque as áreas são constituídas de processos constantes e inacabados em contínua (trans)formação. Por isto, sua compreensão está fortemente vinculada à interpretação/compreensão histórico-morfológica e tipológica de sua formação, conforme será visto no capítulo 3.

No contexto deste estudo, a partir do resultado da leitura da imagem urbana é que será possível interpretar as transformações ocorridas nas paisagens da área de estudo.

Para a compreensão da dimensão morfológica, dividiu-se esta parte do capítulo em itens: a estrutura morfológica da paisagem, as bases de formação do tecido urbano, a ocupação e o uso do solo, a malha urbana, o espaço urbano e o edificado. Os cinco primeiros itens referem-se à dimensão morfológica da paisagem urbana e o último constitui a dimensão tipológica das edificações.

1.2.1 A Estrutura Morfológica da Paisagem

Para Lamas (2004) o estudo da forma urbana deve ser feito segundo escalas hierarquizadas de observação da forma, enquanto Rossi (1995) trabalha com a análise tipológica da forma urbana a partir do pressuposto de que a arquitetura é o elemento articulador da forma urbana, pois é ela que possibilita as relações espaciais entre a sociedade e o meio urbano. Lynch (1999) irá contribuir para a abordagem da forma da cidade a partir de sua imagem, e da apreensão da leitura do meio urbano pelo homem a partir dos seus elementos componentes que são: marcos, vias, limites, monumentos, entre outros. O trabalho de Kohlsdorf (1996) contribuirá para a compreensão de que o ambiente urbano é o resultado de uma construção intencional, ou seja, ele está vinculado aos aspectos políticos e sociais.

Segundo Lamas (2004, p. 41) a forma se refere à aparência ou configuração física. Neste sentido, “a construção do espaço físico passa necessariamente pela arquitetura [...] [onde] a noção de forma urbana corresponderia ao meio urbano como arquitetura, ou seja, um conjunto de objetos arquitetônicos ligados entre si por relações espaciais”. Esta assertiva corrobora a idéia de Rossi (1995, p. 13) de que a forma urbana está vinculada à arquitetura:

Ora, por arquitetura da cidade podem-se entender dois aspectos diferentes: no primeiro caso, é possível assimilar a cidade a um grande artefato, uma obra, uma obra de engenharia ou arquitetura, mais ou menos grande, mais ou menos complexa, que cresce no tempo; no segundo caso, podemos nos referir a entornos mais limitados da cidade inteira, a fatos urbanos caracterizados por uma arquitetura própria, portanto, por uma forma própria.

Para se empreender a leitura urbana, é importante interpretar a estrutura morfológica e tipológica que corresponde à forma urbana e aos tipos arquitetônicos que estão inseridos nesta forma. Portanto, para Lamas (2004) o estudo da forma está relacionado com a dimensão concreta, ou seja, com as estruturas materiais.

Segundo Pereira (1996, p. 09) a análise morfológica e tipológica tem como objetivo:

Perceber as origens funcionais e sociais que organizaram as formas representativas do passado e que permanecem eventualmente desadaptadas aos novos conteúdos, e as dinâmicas de transformação visíveis nas alterações físicas e do ambiente provocadas por novos usos, diferente estatuto social dos utilizadores e novos valores culturais.

Esta afirmação de Pereira (1996) está estreitamente relacionada com os estudos do geógrafo Sauer (1998) intitulado “*A morfologia da paisagem*” que evidenciava os aspectos culturais. Sobre isto o autor dispõe que o trabalho do geógrafo seria “*analisar as paisagens culturais e a morfologia física deveria ser vista como um meio transformado pelo agente que é a cultura*” (SAUER, 1998, p. 59).

A importância de Sauer (1998) para a compreensão do estudo sobre a morfologia urbana está no fato de que em sua teoria o método morfológico é

utilizado como método empírico³⁰. Para Sauer, as formas são agregadas e ordenadas constituindo uma estrutura que caracteriza o seu método.

Sauer (1998) evidencia que o estudo da morfologia não considera o organismo no sentido biológico, mas como unidades organizadas que se relacionam entre si. Neste sentido, esta fração de paisagem será interpretada a partir dos seus elementos morfológicos, já que estes constituem as “*marcas*” do homem, enquanto portador de cultura, sobre o meio físico.

Portanto, no contexto deste trabalho, as quadras da Avenida Beira Rio entre os bairros da Torre e da Madalena serão consideradas elementos morfológicos da paisagem cultural bem como as edificações, caracterizadas como tipo, que estão inseridas nos lotes que compõem as quadras.

O conceito de morfologia do teórico José Garcia Lamas³¹ através do seu trabalho intitulado “*Morfologia urbana e desenho da cidade*” propõe que o conceito de morfologia deve-se basear em três pontos fundamentais (LAMAS, 2004, pp. 38-39):

- A morfologia é o estudo da forma urbana nas suas partes físicas exteriores [...] e na sua produção e transformação no tempo;
- Um estudo de morfologia urbana ocupa-se da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológicos) e da articulação destes entre si e com o conjunto urbano que definem os lugares que constituem o espaço urbano;
- Um estudo morfológico deve necessariamente tomar em consideração os níveis ou momentos de produção do espaço urbano. Níveis esses que possuem dentro da disciplina urbanístico-arquitectónica, a sua lógica própria, articulada sobre estratégias políticas e sociais.

A partir dos pressupostos de Lamas (2004) descritos a cima, apreende-se que o meio urbano é passível de múltiplas interpretações que variam de acordo com o objeto a ser estudado, considerando a especificidade do contexto onde ele está inserido.

³⁰ Segundo a visão de Mikessell e de Corrêa o trabalho de Sauer é baseado no empirismo.

³¹ Arquiteto e urbanista português, professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Sobre isto Kohlsdorf (1996) complementa que o meio urbano é o resultado das regulações e projetos que incidem no meio físico. Deve-se ressaltar também que este é o resultado, tanto da produção espontânea como da produção que obedece às regulações urbanas.

É considerando estes aspectos que este trabalho abordará as (trans)formações das paisagens, da área delimitada como estudo de caso. Assim, a análise morfológica trata dos aspectos objetivos, mas não apenas físicos, haja vista que aspectos sociais, político-institucionais e econômicos influem diretamente nas (trans)formações das paisagens.

Neste contexto a produção dos artefatos arquitetônicos será considerada no desenvolvimento deste estudo. Segundo Rossi (1995, p. 01) “*a arquitetura é assim, inseparável da formação da civilização e é um fato permanente, universal e necessário*”. Isto porque, conforme já mencionado anteriormente, o estudo da forma urbana também se caracteriza pela presença dos tipos edificados. Segundo Rossi (1995 p. 25-26):

A palavra ‘tipo’ não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo. (...) O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, não é um objeto que se deve repetir tal como ‘é’, pelo contrário, um objeto, segundo o qual cada um pode conceber obras, que não se assemelharão entre si [grifo do autor].

No contexto desta pesquisa, a tipologia corresponde ao estudo dos tipos. Os tipos não estão relacionados apenas aos edifícios, mas a todos os elementos ou edificações que dão forma a cidade. Para Rossi (1995) e Kohlsdorf (1996) a cidade é formada por vários elementos, como as ruas, as praças, os lotes, as quadras, as edificações, sendo todos eles arquitetura. Paralelo à assertiva de Rossi (1995) e Kohlsdorf (1996), Lamas (2004) trata estes mesmos elementos urbanos como sendo elementos morfológicos. No contexto deste estudo, os elementos citados por Rossi (1995) e Kohlsdorf (1996), como sendo arquitetura, serão analisados à luz das concepções colocadas por Lamas (2004).

A análise que será desenvolvida no capítulo 3 deste trabalho seguirá a estrutura morfológica proposta por Pereira (1996, p. 23) cujo objetivo é:

Reunir a informação necessária para **caracterizar e interpretar o espaço urbano** [grifos da autora], [e] perceber como se constitui e organiza as características que o definem como elemento constitutivo de uma área.

Vale destacar, que para este trabalho, nos interessa caracterizar e interpretar as (trans)formações do espaço urbano que se materializa na paisagem. Segundo Pereira (1996), a estrutura morfotipológica é formada por cinco itens principais: as bases de formação do tecido urbano, o uso e a ocupação do solo, a malha urbana, o espaço urbano e o edificado.

1.2.2 As bases de formação do tecido urbano

Para interpretar a formação do tecido urbano em uma fração da paisagem delimitada para este estudo, é necessário considerar a evolução histórica. Assim, a compreensão da passagem do sítio rural para o sítio urbano constituiu a (trans)formação da paisagem pelo agente cultural que é o homem que nela imprime suas “*marcas*” a partir do seu conjunto de valores, mitos crenças e utopias.

Neste sentido, esta transformação tem ocorrido ao longo do tempo por meio das intervenções humanas sobre o meio físico. Sobre isto Pereira (1996, p. 24) dispõe que:

Os elementos estruturadores do tecido urbano definem-se tendo por base a morfologia da paisagem e a evolução histórica da constituição do seu tecido marcando, reforçando ou desfazendo os traços e a divisão da propriedade existentes de acordo com as sucessivas exigências das urbanizações e os conceitos de cidade que a formam [grifos da autora].

A partir desta assertiva de Pereira (1996), pode-se dizer que a interpretação da formação do tecido urbano de uma determinada área constitui uma informação de relevada importância para a compreensão de sua (trans)formação ao longo do tempo. Isto porque, conforme dito anteriormente, uma área é constituída por múltiplas camadas que não se superpõem completamente, mas são somadas formando as paisagens nos dias atuais. As múltiplas intervenções do homem sobre o meio físico ao longo do tempo ocorrem segundo intervenções feitas por grupos sociais a partir de diferentes “*maneiras de ver*” os elementos que compõem a paisagem.

O aspecto temporal assume relevada importância no contexto da formação do tecido urbano, pois é ao longo do tempo que este se forma, conforme explica Rossi (1995, p. 02):

Mas com o tempo, a cidade cresce sobre si mesma, adquire consciência e memória de si mesma. Na sua construção permanecem os motivos originais, mas, simultaneamente, a cidade torna mais preciosos e modifica os motivos de seu desenvolvimento .

Esta afirmativa de Rossi (1995) está vinculada ao processo contínuo de (trans)formação das paisagens. Isto porque, a cidade, apesar de sua dinâmica, tem seu tecido urbano com certas características que continuam preservadas, se mantendo o fio condutor de sua evolução.

Assim, a área objeto deste estudo será analisada e interpretada a partir da sua formação desde a sua passagem de um sítio rural, até o seu tecido urbano atual, a fim de que se possa entender a evolução desta fração de paisagem ao longo do tempo e interpretá-la nos dias atuais.

1.2.3 A ocupação e o uso do solo

A ocupação do solo tem algumas características que precisam ser analisadas como: os índices quantitativos, que são a relação dos lotes com as quadras nas quais eles se inserem, a relação entre espaço edificado e não edificado e a relação entre os edifícios e os lotes. Estes índices são estabelecidos por Pereira (1996, p. 24) como sendo: o solo edificado, o espaço público e os espaços privados exteriores.

No contexto deste trabalho, não serão tomados como referência aspectos de ordem quantitativa e sim, qualitativa, haja vista que o que interessa interpretar são as transformações que têm ocorrido no sítio ao longo do tempo, e estes não estão subordinados apenas a fatores de ordem numérica, mas também a questões de ordem subjetiva. Dentre estes podem ser destacados os valores simbólicos e culturais que levam os grupos sociais a escolherem e ocuparem determinados sítios. Portanto, é a interpretação da forma de ocupação do solo destes grupos sociais tendo como base estes valores, que serão contemplados neste estudo.

Neste trabalho a ocupação do solo está estreitamente relacionada com a formação do tecido urbano, onde será enfatizada, como eixo norteador para a formação da ocupação destes bairros, a presença do Rio Capibaribe. Este elemento natural foi o eixo estruturador, que contribuiu na formação dos engenhos, que posteriormente foram sendo substituídos por sítios e chácaras e que no processo de expansão da cidade do Recife, foram se constituindo em subúrbios e posteriormente, nos bairros atuais.

Para Lamas (2004) a ocupação do solo constitui um elemento fundamental para a compreensão de uma área, pois ela é a base para as futuras intervenções e para o entendimento das características da população residente. Para este autor, a ocupação do solo se dá em função da variável tempo, estando esta subordinada às necessidades que vão sendo impostas pela sociedade. Assim, *“os aspectos morfológicos do meio urbano e as suas relações recíprocas [vão] definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura* (LAMAS, 2004, p. 37).

Portanto, Lamas (2004) explica que a ocupação do solo se dá a partir de múltiplas interações entre os diferentes elementos morfológicos, que para ele são: as quadras, os lotes, as vias e as edificações. Vale salientar que para este teórico, a ocupação do solo se dá a partir das inter-relações entre estes elementos, pois eles não são construídos de forma independente, mas ligados a partir de uma relação de dependência, onde um existe para atender à necessidade do outro.

Como exemplo das idéias referenciadas por Lamas (2004) pode-se observar a relação de dependência que existe entre o elemento morfológico Avenida Beira Rio e as quadras que a margeiam. Ao se observar a relação entre elas, pode-se dizer que a abertura desta via associada às regulações urbanas, dentre as quais se destacam as Leis de Uso e ocupação do Solo de Nº. 14.511/83 e a de Nº 16.176/01 viabilizaram os remembramentos de vários lotes, possibilitando a construção dos edifícios verticalizados nos dias atuais. Paralelamente, estes imóveis são dependentes da via que fornece a ligação com outras partes da cidade e onde se dá o fluxo de pessoas e veículos.

De acordo com Rossi (1995) a partir da ocupação do solo é possível iniciar um processo de compreensão da forma da cidade, pois ela tem caráter

individual e coletivo simultaneamente. A forma de ocupação do solo é o resultado das relações que se estabelecem com base nos valores, e interesses, que são, via de regra, conflitantes.

Corroborando a opinião de Rossi (1995), Lynch (1999, p. 02) coloca que a ocupação do solo é fruto de um processo contínuo e, portanto sempre inacabado, assim: *“a cidade não é apenas um objeto percebido [...], mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias nunca deixam de modificar a sua estrutura”*.

Esta idéia referenciada por Lynch (1999) é constatada nos dias atuais nas quadras que estão às margens do rio Capibaribe entre os bairros da Torre e da Madalena. Estas apresentam a ocupação do solo caracterizada pela heterogeneidade, que é marcada simultaneamente pela presença dos grupos dominantes, em sua maioria, e pelos grupos não-dominantes. No entanto, devido ao rápido processo de mudança de uso e ocupação do solo que tem ocorrido nesta área, tem havido uma tendência a uma homogeneização de suas paisagens pela ocupação de unidades multifamiliares que são destinadas à moradia de famílias dos setores de renda média-alta.

Como exemplo das *“marcas”* impressas nestas paisagens pelos grupos não dominantes, destaca-se no bairro da Torre algumas habitações unifamiliares de caráter informal³² ao lado das habitações multifamiliares que são ocupadas por representantes dos setores de renda média e média-alta, provando que a ocupação do solo é fruto de muitos *“construtores”*, conforme caracterizado por Lynch (1999).

Em relação aos demais autores referenciados, Lamas (2004), Rossi (1995) e Lynch (1999), Kohlsdorf (1996, p. 17) acrescenta que a ocupação do solo urbano está subordinada tanto às relações humanas como também a questões de ordem política através de *“regras de governo e objetivos administrativos”*. Assim, ela explica que *“o que qualificaria algumas cidades como “planejadas” seria uma ação profissional que associa o fazer urbanístico à ação do Estado”* [grifo da autora].

³² As habitações unifamiliares que ainda existem no bairro da Torre, são consideradas informais, pois não apresentam registros de sua existência nos órgãos reguladores da ocupação urbana, PCR/DIRCON.

Esta assertiva de Kohlsdorf (1996) adquire importância no contexto deste estudo, uma vez que as “*marcas*” impressas na paisagem são fruto de ações não apenas dos grupos que habitam as áreas delimitadas para estudo, mas também do setor público que é o responsável pela criação das regulações e projetos urbanos e, portanto é um dos agentes responsáveis pela (trans)formação destas paisagens.

Assim como os outros autores referenciados na seção deste capítulo, Kohlsdorf (1996, p. 21) assinala que a “*formação do espaço urbano e sociedade são duas faces da mesma moeda*”. Assim (KOHLSDORF, 1996, p. 19):

A partir do trabalho humano e seu processo de produção, afirmando que a característica fundamental dos mesmos é a sua *intencionalidade*: o que faz as ações serem humanas é o fato de conterem uma estratégia de atendimento a objetivos conscientes [grifos da autora]

Para que o solo seja ocupado, é necessário que haja usos compatíveis com as formas de ocupação. Contudo, em alguns casos tem-se que os usos nem sempre estão inter-relacionados com as formas de ocupação. Assim, Pereira (1996, p. 09) explica que é importante:

Perceber as origens funcionais e sociais, que organizaram as formas representativas do passado e que permanecem eventualmente desadaptadas aos novos conteúdos, e as dinâmicas de transformação visíveis nas alterações físicas e do ambiente provocadas por novos usos.

Esta constatação de Pereira (1996) reflete a necessidade de novas adaptações na ocupação do solo compatibilizando-as com os novos usos. É importante destacar que tal afirmação não significa que as antigas estruturas físicas devam ser destruídas. Todavia, o que se constata é que devido à abertura da Avenida Beira Rio, tem ocorrido uma rápida (trans)formação na ocupação do solo, pautada nas mudanças das funções que atendiam às necessidades de usos dos grupos sociais do passado, para atender aos interesses e necessidades de moradia dos novos grupos sociais no presente.

A mudança na ocupação de habitações unifamiliares para habitações multifamiliares, tem o objetivo de atender às novas necessidades impostas pela sociedade contemporânea que acarreta, segundo Lamas (2004, p. 48) em alterações na forma urbana, haja vista que ela necessita sofrer adaptações a

fim de atender a um novo tipo de habitação. Assim, sendo, pode-se dizer que este teórico concorda que os tipos de ocupação e os usos visam atender às novas necessidades sociais, constituindo assim, o eixo estruturador para as mudanças da morfologia urbana da paisagem.

Rossi (1995, p. 16) por sua vez afirma que os usos que se dão no espaço urbano, e em particular nas edificações estão relacionados com o conjunto de valores da sociedade. Portanto: *“a cidade como agrupamento é explicada com base precisamente naquelas funções que os homens queriam exercer; a função de uma cidade torna-se sua razão de ser, e é sob essa forma que ela se revela”* (ROSSI, 1995, p.31). Neste sentido, as ocupações, os tipos e os usos são responsáveis por alterar a forma urbana, ou seja, a morfologia da paisagem.

Contudo, este autor explica que se por um lado, a forma se altera em função do uso, há partes da cidade que se mantêm. Sobre isto Rossi (1995, p. 16) complementa que:

Alguns valores e algumas funções originais permaneceram, outros mudaram completamente; e em alguns aspectos da forma temos uma certeza estilística, enquanto outros sugerem contribuições remotas; todos nós pensamos nos valores que permanecem e devemos constatar que, embora esses valores tenham uma conexão na matéria e seja esse o único dado empírico do problema, também nos referimos a valores espirituais.

No contexto da área delimitada para estudo, o casario da Madalena que constitui a ZEPH³³ – 03, denominada de Benfica, que está inserida no bairro da Madalena, é um exemplo de mudança de uso, cuja forma sofreu algumas alterações em relação à original. Porém, a estrutura tipológica destas edificações, pelo menos no que diz respeito às fachadas, continua impressa na paisagem, e constituem *“marcas”* visíveis, onde algumas características do passado ainda se expressam na paisagem dos dias atuais.

Em sua obra Kohlsdorf (1996, p. 25) explica que os usos estão relacionados com *“o controle exercido pela renda fundiária urbana, pelo valor*

³³ ZEPH – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-cultural. Estas áreas são constituídas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do município (LUOS, 16.176/96, p. 05)

do solo construído e pela mais-valia que pode ser extraída de elementos arquitetônicos". Baseado em seu pressuposto, observa-se que os usos são fruto de uma demanda solvável, e, portanto do controle social que determinados setores da sociedade têm em relação aos espaços da cidade. Ainda sobre este assunto, a autora complementa que os usos do espaço urbano estão subordinados aos *"interesses das classes dominantes, realizados por meio de morfologias que restringem comportamentos efetivamente democráticos dos cidadãos"* (KOHLSDORF, 1996, p. 25).

No contexto desta pesquisa, é a partir da análise da ocupação do solo e dos seus usos, em conjunto com a formação do tecido urbano, que pode-se identificar algumas características da área delimitada como estudo de caso como, por exemplo:

- A relação da ocupação do solo no espaço privado dos lotes com as edificações e com os espaços públicos (vias);
- A ocupação do solo no espaço privado dos lotes em relação às edificações e aos espaços públicos (vias);
- A (trans)formação da forma de ocupação dos espaços públicos, notadamente do rio Capibaribe e suas margens, entre os bairros da Torre e Madalena, sobretudo das quadras que estão às margens do rio Capibaribe.

1.2.4 A malha urbana

A malha urbana corresponde à geometria desenhada no solo (PEREIRA, 1996, p. 25). Para a interpretação destes elementos, Pereira (1996, p. 25) afirma que é necessário considerar três aspectos:

- Os traçados e suas orientações, ou seja, como se dá o acesso à Avenida Beira Rio;
- A geometria desenhada pela malha, que é a forma enquanto geometria;

- A rede formada pelos espaços públicos lineares, que no contexto deste trabalho são as vias, e de modo especial, a Avenida Beira Rio.

O traçado é o responsável pela configuração da malha urbana, haja vista que é a partir dele que são estabelecidas as quadras e os lotes. Estes por sua vez induzem certas adaptações de diferentes tipologias edificadas, marcando um determinado período histórico, além de estabelecer certos critérios direcionais.

A malha urbana é principalmente formada por ruas e vias e segundo Lamas (2004, p. 100) o traçado das vias é o elemento morfológico de maior permanência, constituindo assim, aquele que é mais claramente identificável, visto que ele é o responsável por regular a disposição das quadras e das edificações que estão inseridas nos lotes que as compõem. Assim, o traçado está relacionado com a formação e a expansão da cidade, pois é o responsável pela mobilidade das pessoas, do fluxo de idéias dos grupos sociais, notadamente dos grupos dominantes.

Ao transpor estas concepções para a área em estudo, é possível observar que a construção da Avenida Beira Rio, entre os bairros da Torre e da Madalena, tem induzido a construção de edificações caracterizadas pela sua verticalidade, já que esta via é um importante corredor viário que interliga esta área a vários bairros da cidade.

Este fato é corroborado pelas idéias de Melo (1996) que aponta a importância da acessibilidade como um dos elementos capazes de agregar valor a uma determinada área. Este fato possibilita a implantação de edificações voltadas para os setores de renda média e média-alta, que têm condições financeiras de adquirir estes imóveis, cujo valor de venda é mais elevado, quando comparado ao de outras áreas, cujo solo é menos valorizado na cidade

Lamas (2004, p. 228) afirma que a configuração das quadras também se modifica na medida em que vão sendo realizados os remembramentos dos lotes. As alterações morfológicas provenientes da construção da Avenida Beira Rio alteraram a configuração das quadras, caracterizando um tipo de parcelamento baseado no remembramento dos lotes. Segundo Kohlsdorf

(1996, p. 144), o parcelamento “[é] a maneira como o solo é dividido para vários tipos de ocupação, sejam edifícios ou áreas abertas”. Esta autora complementa que existem dois tipos de parcelamento: as macroparcelas e as microparcelas. O primeiro deles refere-se ao parcelamento das quadras e quarteirões, enquanto o segundo se refere aos lotes (KOHLSDORF, 1996, p. 144)

Conforme observado por Lamas (2004), as quadras constituem um elemento morfológico que está vinculado ao traçado das vias e, portanto, sofrem alterações na sua forma com a abertura delas já que estão condicionadas a elas. Além disso, a configuração das quadras também se modifica na medida em que vão sendo realizados os remembramentos dos lotes (LAMAS, 2004, p. 228).

Segundo Lynch (1999, pp. 59-60) “as ruas podem não apenas serem identificáveis e contínuas, mas ter, também qualidade direcional: uma direção ao longo de um percurso pode ser facilmente diferenciada de seu contrário”. A qualidade direcional designada por Lynch (1999) é fundamental, pois é a partir deste atributo que são estabelecidos as formas de circulação de pedestres e de automóveis em uma determinada área. Além disto, é a partir desta qualidade que são estabelecidas hierarquias de importância das vias de circulação na cidade.

Os pressupostos colocados por Lynch (1999) podem ser observados na área em estudo. A abertura da Avenida Beira Rio é responsável por induzir determinados padrões construtivos a partir de sua qualidade direcional que possibilita a comunicação dos habitantes desta área em relação às demais partes da cidade.

Corroborando Lynch (1999), Kohlsdorf (1996, p. 70) afirma que os “espaços possuem qualidades que permitem informar com maior ou menor facilidade, àqueles que o freqüentam, onde estão e como se deslocar com objetivos conscientes para outros lugares, seguindo certos trajetos”. Esta assertiva se aproxima dos aspectos assinalados por Lynch (1999) na medida em que esta autora também concorda que o direcionamento é uma variável importante para a compreensão da formação dos espaços e de suas partes componentes, como por exemplo, as vias, os lotes e as quadras. Assim:

A análise do comportamento dos espaços urbanos, em termos de identificação e orientação das pessoas, requer que se examine sua forma a partir de seus elementos visualmente relevantes na estrutura das informações (KOHLSDORF, 1996, p. 72).

O modo como os espaços públicos lineares, que no contexto deste trabalho é denominado de malha urbana, se comportam, permite perceber vários aspectos, tais como: o modo de urbanização do sítio em termos de acessibilidade, a sua atratividade quanto à localização de atividades, as seqüências e interrupções das diferentes hierarquias viárias e a adaptabilidade que oferece à implantação de diferentes tipologias do edificado³⁴ (PEREIRA, 1996, p. 26).

Tendo em vista estes aspectos, para Kohlsdorf (1996, p. 124) os espaços lineares precisam ser legíveis. Segundo a autora, esta característica se dá através da *“clareza das articulações, possibilidade de reconhecimento das costuras, relações claras e ligações transversais”*.

Portanto, todos estes aspectos têm uma função para a estrutura da área em si, mas também cumpre uma função em relação à cidade. Por isto, no capítulo 3, serão interpretadas como se dão estas funções na área delimitada como estudo de caso.

1.2.5 O espaço urbano

Pereira (1996, pp. 27-28) afirma que o espaço urbano está organizado segundo uma forma seqüencial, cujo relacionamento entre as suas partes se dá a partir da malha urbana, estando assim, dependente deste elemento. Para esta autora (1996, p. 28), o espaço urbano é formado por três variáveis:

- Espaço urbano privado: caracteriza-se pelo fato de não ser acessível a todas as pessoas, geralmente fechado pela construção, como por exemplo, os edifícios multifamiliares;
- Espaço urbano semi-público: ele é caracterizado pelas áreas comuns das edificações multifamiliares, onde apenas os indivíduos que

³⁴ A tipologia das edificações será estudada detalhadamente na seção intitulada “O edificado” deste capítulo.

pertencem ao grupo de moradores, podem circular livremente, sendo o seu acesso proibido ou restrito aos funcionários do prédio, de acordo com a função que cada um deles exerce, criando dúvidas sobre a possibilidade de nele se penetrar incondicionalmente. Este espaço é caracterizado por estar ligado a um grupo restrito de pessoas, de modo a dar-lhe certa privacidade que faz pressupor regras de utilização e apropriação particularizadas. No contexto deste estudo, este tipo espacial não será contemplado, haja vista que este trabalho se restringe à dimensão urbana, sendo o espaço privado derivado das habitações, tratado no âmbito da escala pública;

- Espaço público: caracteriza-se pela acessibilidade livre e sem barreiras, como por exemplo, as praças, as vias e no contexto deste estudo aos equipamentos urbanos, dentre os quais podem ser destacados a Academia da Cidade, as ciclovias e as pistas de Cooper na Avenida Beira Rio.

A partir destas três variáveis do espaço urbano, estabelecidas por Pereira (1996), a acessibilidade é uma das características inerentes à configuração do mesmo. Isto é corroborado por Lynch (1999) que vê a acessibilidade como uma das características fundamentais para garantir a boa forma da cidade.

Além do aspecto físico, a acessibilidade tem um caráter social. No caso específico da Avenida Beira Rio, o caráter de segregação é muito nítido, haja vista que é possível observar a existência de pactos sociais estabelecidos na área. O equipamento urbano representado pelo projeto Academia da Cidade, localizado no bairro da Torre é mais utilizado pelo setor de renda média-baixa que não tem condições de pagar uma academia. Os moradores de renda média e média-alta já não constituem os principais grupos culturais que utiliza este equipamento, pois ele é visto como um elemento que não agrega *status* social aos frequentadores. O mesmo já não pode ser mencionado em relação à pista de Cooper³⁵.

³⁵ Estes dados serão mais bem explorados no Capítulo 4 deste trabalho, que trata da dimensão subjetiva.

Assim, é possível observar que o espaço urbano público, embora seja acessível a todos os grupos que desejam utilizá-lo, torna-se um local que remete a uma segregação social, fruto de aspectos associados ao conjunto de valores das pessoas que habitam a área. Neste sentido, a relação entre espaço público e privado está pautada em um conjunto de valores que são distintos nos grupos culturais.

Tal fato, está relacionado com o que Lynch (1999, p. 09) denominou de identidade onde o espaço urbano, seja ele público, semi-público ou privado necessita de uma identificação por parte dos diferentes grupos sociais que o freqüentam, a fim de que este possa ser apropriado pelos diferentes atores urbanos.

Complementando as concepções de Lynch (1999), Kohsdorf (1996, p. 208) assinala que a identidade está relacionada com a construção de símbolos coletivos que são construídos pela sociedade ao longo do tempo. Estes símbolos se materializam concretamente na paisagem através dos elementos morfológicos, como por exemplo, a pista de Cooper, a praça. Assim: *“quando nos referimos à identidade dos lugares, ela se relaciona à conservação de certas propriedades e características”* (KOHSDORF, 1996, p. 208). A isto ainda é possível acrescentar outra característica: o valor de uso, associado ao valor simbólico que as estruturas físicas remetem aos diferentes grupos sociais.

Ao tomarmos como parâmetro a construção da Avenida Beira Rio, é possível observar que os diferentes espaços públicos são freqüentados por grupos sociais distintos. Assim, a pista de Cooper, é mais freqüentada pelos setores de renda média e média-alta, enquanto as praças são mais freqüentadas pelas crianças do setor de renda média-baixa³⁶

No contexto deste estudo, o espaço urbano será caracterizado a partir do pressuposto de que as mais diferentes atividades são desenvolvidas, onde a vida urbana se realiza, produzindo emoções e sensações repletas de significados. Significados estes que serão interpretados também à luz da geografia cultural.

³⁶ Estes dados foram coletados a partir da Observação Livre que será caracterizada no Capítulo 2, intitulado Percurso Metodológico.

1.2.6 O edificado

No contexto deste trabalho, o edificado corresponde “*as fachadas [dos edifícios] [que] são [...] parte integrante do espaço urbano*” (PEREIRA, 1996, p. 31) Todos os autores referenciados nesta parte teórica concordam que a massa edificada, formada pelas edificações são induzidas pelo desenho urbano, os quais refletem o conjunto de valores e interesses de diferentes grupos sociais.

Nesta perspectiva, as edificações que estão localizadas na Avenida Beira Rio influenciam e ao mesmo tempo são influenciadas pelo desenho urbano resultante das regulações e projetos urbanísticos propostos para a cidade, incluindo o entorno das margens do rio Capibaribe, notadamente nas quadras que compõem os bairros da Torre e da Madalena.

Assim sendo, Pereira (1996, p. 34) explica a importância dos tipos construtivos para leitura da imagem urbana porque:

A identificação da variedade tipológica dos edifícios da Área [...] permite conhecer e avaliar, em termos gerais, o edificado e orientar a escolha de edifícios representativos da variedade dos tipos presente para proceder ao levantamento detalhado das características da organização espacial e construtiva

Para compreender esta assertiva de Pereira (1996) se faz necessário nos remetermos à noção de tipo referenciada por Rossi (1995), na primeira parte deste capítulo. Ainda sobre isto, este autor complementa que o tipo constitui um conjunto de características (arquitetônicas) que se materializam na paisagem. Estas são fruto dos valores, econômicos e simbólicos dos grupos sociais. Assim, para Rossi (1995, p. 25):

[O] *tipo* vai se constituindo, pois de acordo com as necessidades e com as aspirações de beleza, único, mas variadíssimo em sociedades diferentes, ele está ligado à forma e ao modo de vida. Por conseguinte, é lógico que o conceito de tipo se constitua em fundamento da arquitetura e retorne tanto na prática como nos tratados [grifo do autor].

Corroborando as idéias de Rossi (1995), Kohlsdorf (1996, p. 137) assinala que os tipos constituem “*conjuntos de características essenciais e*

comuns a vários objetos". Portanto, os tipos são responsáveis por materializar "os traços fisionômicos dos lugares" (p. 149).

Para a elaboração do estudo tipológico foi estabelecido como parâmetro de análise dos tipos edificados o estudo de Kohlsdorf (1996). Na visão desta autora, o tipo está relacionado com a forma das estruturas físicas. Estas, por sua vez estão vinculadas aos anseios dos grupos sociais, e em particular dos grupos dominantes (KOHLSDORF, 1996, p. 203).

De acordo com Kohlsdorf (1996, pp. 134-135) o edificado se materializa a partir da dimensão concreta e, portanto se expressa de maneira essencialmente gráfica, cujas informações são materializadas a partir do plano euclidiano, onde são consideradas as dimensões, as proporções e as composições plásticas.

As categorias de análise sobre tipo referenciadas por Kohlsdorf (1996) são: relações intervolumétricas, **relações da edificação com o lote e o espaço público, volumetria e fachadas, dimensão e proporção**, zoneamento, **relações entre vedações e aberturas**³⁷, coroamento, aberturas, materiais, cores, texturas e elementos decorativos, composição, coberturas, forma, ampliações e relação entre temas-base e temas-destaque,

Para a interpretação dos tipos edificados, de acordo com Kohlsdorf (1996), foram tomadas como referência apenas as categorias de análise que são importantes para caracterizar os artefatos construídos da paisagem.

Portanto, para o desenvolvimento teórico deste capítulo, foram referenciadas as seguintes categorias de análise destacadas por Kohlsdorf (1996):

- Relações da edificação com o lote e o espaço público:

Na visão da autora esta categoria de análise refere-se "*à implantação do edifício no lote como transição entre instâncias públicas e privadas, realizadas pelas portas da edificação, seus afastamentos frontais e a presença ou*

³⁷ Foram destacados apenas os itens que serão tomados como referência para a elaboração deste estudo.

ausência de muros e cercas separando o lote da área pública” (KOHLSDORF, 1996, p. 151).

Segundo Kohlsdorf (1996, p. 151) a interpretação destas relações é fundamental para identificar as seqüências visuais. Estas seqüências auxiliam no comportamento das edificações em relação ao espaço público. No contexto dos edifícios que compõem esta fração de paisagem, é a partir da verificação de como se estabelece esta relação que poderemos interpretar como se dá o “diálogo” entre as edificações e o espaço público, ou seja, entre os espaços públicos e privados.

- Volumetria e Fachadas:

Para Kohlsdorf (1996, p. 151) a volumetria corresponde “*as dimensões métricas, geométricas e plásticas do volume da edificação, procurando caracterizá-lo por intermédio dos tipos de superfície [...] e da relação com as mesmas*”. Para a autora, estas superfícies podem ser: planas, côncavas, convexas, onduladas ou poliédricas.

Portanto, Kohlsdorf (1996, p. 151) aponta que o estudo da volumetria deve relacionar as partes da edificação com o todo, e esta edificação com as demais que estão no seu entorno. Isto porque, o edifício estabelece um “diálogo” com a cidade, e principalmente com os espaços públicos que estão no seu entorno mais próximo.

No contexto deste estudo, a interpretação se dá a partir da volumetria, que na visão de Kohlsdorf (1996, p. 152) constitui um “*traço fisionômico importante dos lugares*”. A isto se pode acrescentar que a fisionomia é compreendida neste estudo como a “*imagem*” que os edifícios verticalizados representam na confecção das paisagens contemporâneas, que na visão de Zukin (2000, p. 91) constituem “*um nexo fictício de consumo visual*”.

Segundo Kohlsdorf (1996, p. 153) a:

Caracterização morfológica dos lugares por seus edifícios, as correspondentes fachadas devem ser consideradas prioritariamente quando voltadas para as áreas livres públicas, pois então constituem as paredes laterais dos

espaços mais expostos ao registro perceptivo extrapolando, assim, o seu papel tipológico das edificações.

Portanto, a interpretação que pode ser feita sobre a concepção das fachadas assinalada por Kohlsdorf (1996, p. 153) é que elas constituem unidades morfológicas e como tal, a composição de cada uma delas participa de um conjunto, mesmo sendo projetadas e executadas individualmente.

Assim, fazendo parte de um conjunto volumétrico, as fachadas são responsáveis por formar um “diálogo” com o espaço público e por isto também são passíveis de serem “lidas” e interpretadas dentro do contexto onde estão inseridas, conforme será visto no capítulo 3.

- Dimensão e proporção:

Estes dois itens estão estreitamente relacionados, haja vista que ambos são interdependentes. A dimensão constitui *“as alturas e larguras [que] determinam parte das proporções da estrutura interna dos espaços livres da cidade e, em vários casos, são elementos essenciais na estrutura imagética”* (KOHLSDORF, 1996, p. 154).

A proporção representa a relação entre as dimensões, sendo estas representadas pela altura e largura das fachadas (KOHLSDORF, 1996, p. 154). Esta relação, juntamente com a dimensão é responsável por definir a *“formação de diversos efeitos de composição”*.

Neste estudo, interessa interpretar a proporção dos edifícios nos dias atuais em relação aos demais edifícios do entorno delimitado como estudo. Portanto, as análises relativas à dimensão e proporção estão estruturadas com vistas a interpretar como estas se relacionam com o conjunto e não individualmente. Isto porque, o objetivo é compreender a variação tipológica que a área vem sofrendo ao longo do tempo.

- Relação entre vedações e aberturas:

Kohlsdorf (1996, p. 155) assinala que as relações entre vedações e aberturas são: *“tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos de superfícies*

opacas em relação às superfícies transparentes” Para este trabalho, as superfícies opacas serão caracterizadas pelas paredes enquanto as transparentes serão representadas pelas aberturas. A esta relação, podemos também dar o nome de cheios e vazios. Na visão desta autora os cheios e vazios se referem à relação entre os espaços livres e os espaços edificados.

Assim, observa-se que as edificações verticalizadas que estão voltadas para os setores de renda média e média-alta, apresentam fachadas voltadas para o rio Capibaribe, porque este elemento natural é imbuído de valor simbólico, que o setor imobiliário, através das estratégias de *marketing* induz ao consumidor final.

Neste estudo, é importante destacar que nos interessa conhecer e interpretar os tipos construtivos que estão sendo gerados pelas regulações e projetos urbanísticos em conjunto com o setor imobiliário que atende a demanda da sociedade, notadamente no que diz respeito à população que habita nas edificações multifamiliares de elevado gabarito.

Portanto, para a consecução dos objetivos estabelecidos para este trabalho, serão estudadas características tipológicas quanto ao estudo volumétrico gerado pelos projetos e regulações urbanas.

Assim, o estudo tipológico referenciado neste capítulo visa à identificação das especificidades que estão presentes nas edificações a fim de que estas possam ser interpretadas, objetivando a compreensão da (trans)formação destas paisagens.

CAPÍTULO 2 – O PERCURSO METODOLÓGICO

“Numa oposição frontal ao positivismo, a sociologia compreensiva propõe a subjetividade como fundante de sentido e defende-se como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo. Essa corrente de pensamento não se preocupa com os processos de quantificação, mas de explicar os meandros das relações sociais considerada essência e resultado das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que a vivenciam”

(MINAYO, 2006, p. 24)

O percurso metodológico foi estruturado com o intuito de organizar as etapas da pesquisa. Para isto, foram adotados alguns procedimentos distintos de abordagem que juntos forneceram os subsídios necessários para a obtenção de respostas capazes de responder às questões norteadoras estabelecidas na introdução.

A organização metodológica para a elaboração desse trabalho está baseada no ciclo de pesquisa de Minayo (2006, p. 32), segundo o qual:

A idéia central da prática teórica é que toda pesquisa deveria realizar-se dentro da dinâmica de Ciclo a partir de um processo de trabalho que termina num produto provisório e recomeça nas interrogações lançadas pela análise final

O ciclo de pesquisa proposto por Minayo (2006) pode ser sintetizado no diagrama 2.1.

Diagrama 2.1: Ciclo de Pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2009 a partir da interpretação do livro de Minayo (2006).

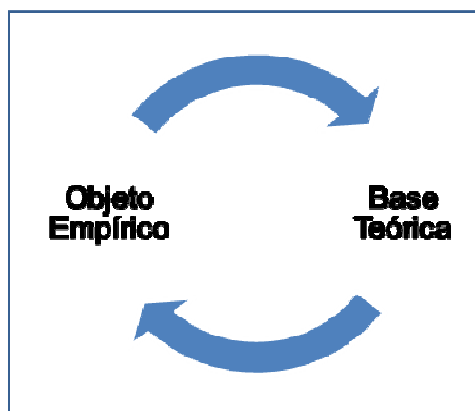
Segundo Minayo (2006, p. 33), “o ciclo completo projeta a investigação como um processo com etapas e atividades específicas em cada fase”. Assim, a metodologia proposta para a elaboração desta pesquisa se baseia no ciclo proposto e foi dividida em três etapas, a saber:

- Fase Explanatória
- Trabalho de Campo
- Tratamento do Material

2.1 Fase Explanatória:

Esta etapa corresponde à primeira parte da pesquisa e refere-se ao processo de delimitação da base teórica e do objeto empírico. Vale destacar que ambos estão fortemente interligados, sendo necessária uma constante ida e vinda entre a base teórica e o objeto empírico, esquematizada no diagrama 2.2:

Diagrama 2.2: Relação entre a Base Teórica e o Objeto Empírico



Fonte: Elaboração própria, 2009.

O estudo se desenvolve a partir de duas categorias de análise: paisagem cultural, segundo a corrente de pensamento da Geografia Cultural e a morfologia urbana. Neste estudo, buscou-se associar os fundamentos do conceito de paisagem cultural, centrando esta perspectiva de abordagem de pensamento denominada de Nova Geografia Cultural.

A morfologia urbana representa uma dimensão objetiva e concreta. “É fundamentalmente a dimensão física e morfológica da cidade (...) porque é essa dimensão arquitetônica que melhor permite o entendimento cultural da cidade” (LAMAS, 2004, p. 26). A tipologia também é fundamental para a compreensão das edificações que estão inseridas na fração de paisagem delimitada para estudo. Segundo Rossi (1995, p.27) “a tipologia se apresenta, pois, como o estudo dos tipos não ulteriormente redutíveis dos elementos urbanos, tanto de uma cidade como de uma arquitetura”.

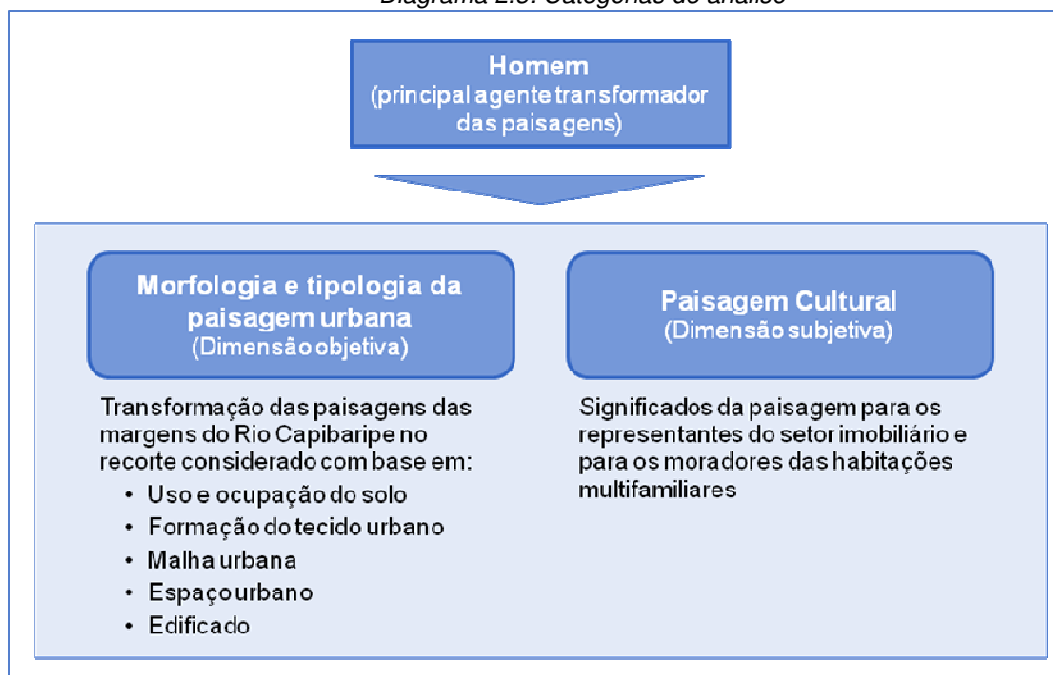
Portanto, o trabalho se estruturou a partir de duas dimensões: a objetiva, que é a morfologia urbana; e a subjetiva, que corresponde aos significados do rio Capibaribe para o setor imobiliário e para os moradores das habitações multifamiliares da Avenida Beira Rio, na fração de paisagem escolhida para estudo.

A dimensão objetiva refere-se à interpretação da ação do homem sobre o meio ambiente físico, que imprime suas “*marcas*” na paisagem, enquanto a dimensão subjetiva refere-se à interpretação dos significados contidos na paisagem por aqueles que a fizeram e a transformaram (Cosgrove, 1998, p. 109).

A concepção geográfica de paisagem cultural, tem como pressuposto, segundo Cosgrove (1998) que o homem, enquanto portador de cultura intervém na paisagem através de diferentes “*maneiras de ver*”. Por isto, os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e com os grupos e instituições sociais irão adquirir uma relevada importância no contexto deste trabalho (GIL, 1999, p. 42).

As categorias de análise podem ser sintetizadas no diagrama 2.3:

Diagrama 2.3: Categorias de análise



Fonte: Elaboração própria, 2009.

Como procedimento metodológico, foi adotado o estudo de caso, que pode ser definido como “*um meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado*” (GOODE & HATT, 1969, p. 422 apud MINAYO, 2006, p. 164). Ele deve ser usado quando é possível fazer a observação direta sobre os fenômenos, evidenciando ligações causais entre intervenções e situações da vida real.

O estudo foi dividido em duas fases: a pesquisa documental e a pesquisa de campo, que corresponde a observação livre e entrevistas. Na primeira fase, foram estudadas a morfologia da formação dos bairros da Torre e da Madalena, com ênfase nas quadras localizadas nas margens do rio Capibaribe. A pesquisa documental foi realizada através de fontes bibliográficas, cartográficas, iconográficas e documentos institucionais capazes de subsidiar o processo de formação e (trans)formação dos bairros objeto desse estudo nas margens do rio Capibaribe.

As fontes documentais para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa foram coletadas em diferentes acervos e bibliotecas. O material pesquisado e os respectivos acervos foram sistematizados na tabela 2.1:

Tabela 2.1: Fontes de Pesquisa e Material Coletado

MATERIAL COLETADO	ACERVO
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto da Avenida Beira Rio • Memorial do Projeto da Avenida Beira Rio 	Empresa de Urbanização do Recife (URB)
Bibliografias sobre a formação do Recife	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco • Biblioteca Pública do Museu do Estado • Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Iconografias de vários períodos para evidenciar o processo de transformação das paisagens da área objeto de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Mapas de vários períodos, com o objetivo de identificar a ocupação e usos do solo, a formação da malha urbana e as características morfológicas e tipológicas dos bairros objeto deste estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivo Público Estadual • Biblioteca Pública do Museu do Estado • Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Documentos institucionais, tais como as legislações e regulações urbanas que irão subsidiar a análise do processo de verticalização ocorrida entre 1953 até 2009.	PCR/DIRCON (4ª. Regional)
Material de marketing das construtoras e incorporadoras, tais como <i>folders</i> , panfletos e periódicos,	Construtoras e <i>Stands</i> de venda

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Os produtos culturais passíveis de interpretação são muito distintos. Para a consecução dos objetivos estabelecidos para este estudo foram tomados como produtos culturais relativos ao:

- **Setor imobiliário:** os *folders* visando o *marketing* imobiliário, os conteúdos dos *web sites* das construtoras, os anúncios de jornais dos empreendimentos imobiliários, as “*marcas*” existentes na paisagem constituídas pelas edificações, a linguagem falada interpretada através das entrevistas semi-estruturadas com os representantes deste setor.

- **Instituições públicas:** as regulações urbanas produzidas pelos planejadores urbanos, os projetos urbanos, os memoriais dos projetos urbanos, o desenho morfológico e tipológico resultante dos projetos e regulações.
- **Moradores das habitações multifamiliares das quadras da Avenida Beira Rio entre os bairros da Torre e da Madalena:** a linguagem falada resultante das entrevistas semi-estruturadas com este setor.

Paralelo às coletas do material de *marketing* imobiliário que foi realizada nas construtoras e nos *stands* de venda, foram pesquisados em jornais³⁸ e nos *web sites* das construtoras, anúncios de edifícios, que possuem unidades habitacionais a venda na área delimitada para estudo. Estes materiais são produtos culturais produzidos pelo setor imobiliário e irão auxiliar na interpretação dos significados do rio Capibaribe e de suas margens, no que diz respeito a atribuição de valor que é dada a este elemento hídrico e às suas margens.

2.2 Trabalho de Campo

A pesquisa de campo constitui a segunda fase que corresponde ao recorte empírico. Esta fase do trabalho diz respeito à prática da construção teórica, que está subdividida em duas partes. A primeira delas corresponde à observação livre; a segunda, à aplicação de entrevistas semi-estruturadas com os representantes do setor imobiliário e com os moradores da Avenida Beira Rio.

2.2.1. Observação Livre:

Esta etapa do trabalho constitui a fase de conhecimento da área objeto de estudo através da observação direta. Nela, foi tomado como referência

³⁸ Os jornais pesquisados foram: Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco.

teórica o trabalho de Luz Valente Pereira, intitulado “*A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planejamento/acção da sua reabilitação*”.

Segundo Pereira (1996, p. 05), a observação livre tem como objetivo “*identificar os aspectos que a caracterizam como meio urbano específico, para perceber como se relacionam entre si e como traduzem os processos de formação e transformação urbanos, espaciais e dos modos de vida*”. Devido a isso, a autora explica que a observação livre deve ser realizada através da observação direta e de forma articulada (PEREIRA, 1996, pp. 07-08).

Para a consecução dos objetivos deste estudo, a observação direta se realizou em duas etapas:

- **Etapa 1:** A primeira etapa do trabalho foi realizada a partir de visitas feitas em automóvel ao longo da Avenida Beira Rio. O seu objetivo foi fazer o percurso de carro para identificar e delimitar a área de estudo.
- **Etapa 2:** A segunda etapa, correspondeu à realização do mesmo percurso feita a pé. Nesta fase, foi realizado um diário de campo³⁹ contendo as anotações relativas às seguintes questões: os tipos arquitetônicos predominantes e os usuários mais presentes no local, além da realização dos registros fotográficos.

Durante as duas etapas, foram escolhidos dias e horários distintos conforme sintetizado na tabela abaixo. Isto porque foi tomado como pressuposto que o número de pessoas que circulam na área, varia quanto ao setor de renda às atividades por elas exercidas. A distribuição das visitas realizadas nas duas etapas foi sintetizada na tabela 2.2:

³⁹ O diário de campo encontra-se em anexo.

Tabela 2.2: Síntese das Visitas Realizadas na Observação Livre

Horário/ Dia	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	5ª. Feira	6ª. Feira	Sábado	Domingo
Manhã	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Tarde	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Noite	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Este procedimento buscou a aproximação com o recorte espacial para conhecer e identificar as especificidades da área objeto de estudo. Isto possibilitou o conhecimento da ambiência, identificando as características do local que o fazem um “*locus*” para determinados grupos sociais. Como exemplo disto, foi identificado os *stands* de venda do setor imobiliário que mercantiliza os imóveis localizados às margens do rio Capibaribe e os moradores que escolheram o local para fixar residência através de suas diferentes “*maneiras de ver*” a paisagem.

A partir das visitas realizadas na observação livre foram constatados que:

- Nos dias da semana os diferentes trechos ao longo da Avenida Beira Rio, são utilizados por atores sociais de diferentes setores de renda. A Madalena é mais freqüentada por pessoas dos setores de renda média-alta. A Torre constitui o único bairro deste estudo que tem uma Academia da Cidade⁴⁰, o que torna este trecho da Avenida Beira Rio com maior fluxo de pedestres. Também foi observado que devido à presença deste equipamento urbano, a Torre é freqüentada por pessoas de renda média e média-alta que utilizam a pista de Cooper para realizar caminhadas. Durante o período noturno, mesmo em dias úteis, observa-se a pouca presença de transeuntes. O mesmo

⁴⁰ A Academia da Cidade é um programa realizado pela Prefeitura da Cidade do Recife que consiste na construção de uma infra-estrutura de apoio com o objetivo de promover atividades físicas em dias e horários específicos para a população das imediações onde a infra-estrutura foi implantada.

não pode ser dito do fluxo de automóveis que durante o período de 17h30min-20h00min é bastante intensificado.

- Os finais de semana são fortemente marcados pela ausência do transeunte em todos os trechos delimitados como área de estudo, exceto nas imediações da pista de Cooper que está próxima ao equipamento urbano Academia da Cidade, no bairro da Torre. O fluxo de veículos também é menos intenso na área delimitada para estudo, quando comparado aos demais dias da semana.

2.2.2. Entrevista semi-estruturada:

Para a interpretação dos significados do rio Capibaribe e de suas margens foi adotada a pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas. A construção de gráficos se fez necessária apenas para sistematização das informações contidas nas entrevistas.

Goode & Hatt (1973, p. 398, apud RICHARDSON, 2007, p. 79) explicam que não deve existir uma separação rígida entre os estudos quantitativos e qualitativos, pois, segundo eles, tanto o que se interessa conhecer e o que se deseja medir devem ser uma qualidade. Sobre isto, Minayo (2006, p. 27) acrescenta que o mais importante na pesquisa, seja ela de cunho quantitativo ou qualitativo é:

Modificar a prática do pensamento positivista que valoriza regularidades e normas, e tentar mostrar que as coisas mudam ao longo do tempo e compreender “o que” e principalmente “como” mudam [grifos da autora].

A pesquisa qualitativa pode ser compreendida da seguinte maneira:

A visão qualitativa demarca um espaço radical: ela amplia e contém as articulações da realidade social. Pensada assim, cultura não é apenas um lugar subjetivo, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é o *locus* [grifo da autora] onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há nada humano sem significado e nem apenas uma explicação para os fenômenos (MINAYO, 2006, p. 31).

A abordagem qualitativa foi empregada neste estudo com o objetivo de interpretar os significados do rio Capibaribe na área delimitada para estudo, tanto para o setor imobiliário quanto para os moradores das habitações multifamiliares que escolheram esta área para residirem.

O tipo de entrevista selecionado para o desenvolvimento desta pesquisa foi a semi-estruturada⁴¹. Ela se caracteriza por:

[Obedecer] a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na seqüência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa (MINAYO, 2006, p. 267)

A utilização desta técnica de entrevista teve como objetivo interpretar diferentes “*maneiras de ver*” a paisagem, tendo como produto as suas representações, sejam elas orais, ou escritas.

Para a consecução dos objetivos propostos ao desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o universo de estudo proposto por Richardson (2007, p. 161) de amostra intencional ou amostra de seleção racional que foi caracterizado por este autor da seguinte maneira:

Os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam a população, é necessário assegurar a presença do sujeito-tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que apresentam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população

Baseado nesta assertiva de Richardson (2007) foram identificados os sujeitos-tipos que irão compor a amostra desta pesquisa, o que corresponde a 10% do total de construtoras que possuem empreendimentos na área delimitada como estudo de caso. Conforme pesquisado, há uma construtora na cidade do Recife cujo número de empreendimentos corresponde ao total de

⁴¹ Os roteiros das entrevistas semi-estruturadas encontram-se em anexo neste trabalho.

15%, constituindo assim, o número de entrevistas maior do que o percentual delimitado por Richardson (2007).

Universo 1 – Representantes do Setor imobiliário

- **Sujeito-tipo A1 – Especulador Imobiliário:** é o indivíduo que detém a posse da terra e que a guarda (esperando a sua valorização no mercado imobiliário) para vendê-la. Para a realização da entrevista com este sujeito-tipo, foi selecionada uma pessoa que apresentava estas características.
- **Sujeito-tipo B1 – Diretor Comercial da construtora:** corresponde ao sujeito que está diretamente envolvido no processo de construção e comercialização do empreendimento e do lucro com a sua mercantilização. O sujeito selecionado para a entrevista foi um representante da construtora que mais possui empreendimentos da área de estudo.
- **Sujeito-tipo C1 – Secretário Executivo da ADEMI (Associação das Empresas de Mercado Imobiliário):** este representante tem como característica fundamental fazer parte do grupo que apóia o processo de verticalização da cidade do Recife, e tem como prioridade a geração de lucros através do mercado da construção civil.
- **Sujeito-tipo D1 – Profissional de *Marketing*:** corresponde ao sujeito que tem como papel definir as estratégias de *marketing* que irão auxiliar a venda do empreendimento.

Universo 2 – Moradores

- **Sujeito-tipo A2 – Morador dos edifícios do setor de renda média e média-alta:** corresponde ao universo que tem uma representatividade superior em relação ao número de edifícios presente na área de estudo.
- **Sujeito-tipo B2 – Moradores dos edifícios do setor de renda média-baixa:** corresponde aos primeiros moradores que habitam a área em edificações multifamiliares. Geralmente são indivíduos que foram morar nestes bairros quando eles ainda eram desvalorizados em função da existência de áreas ocupadas por assentamentos irregulares de baixa renda e da inexistência de uma via às margens do rio Capibaribe, a Avenida Beira Rio.

Devido à heterogeneidade dos subgrupos identificados, foi necessária a elaboração de dois tipos de entrevistas semi-estruturadas. A primeira delas foi aplicada junto aos representantes do setor imobiliário e a segunda foi aplicada com os moradores dos empreendimentos da área delimitada como estudo de caso.

Visando à aplicação das entrevistas semi-estruturadas, o roteiro foi organizado a partir de tópicos, visando obter as respostas aos seguintes questionamentos delimitados na introdução deste trabalho.

Embora tendo sido elaborado um roteiro para as entrevistas, as questões foram dirigidas com o intuito dos entrevistados se expressarem livremente. O roteiro para a elaboração da pesquisa obedeceu aos seguintes critérios:

- **Trajetória Espacial** – este tópico teve como objetivo identificar o local de origem dos entrevistados, o motivo da escolha da área para moradia e o vínculo com a área.
- **Relação estabelecida com o rio Capibaribe e suas margens** – este tópico teve o intuito de apreender a importância do rio Capibaribe e de suas margens enquanto elemento afetivo, profissional e simbólico.

- **Posicionamento quanto aos projetos de intervenções urbanas** – este tópico teve como objetivo identificar como os diferentes atores sociais (formado pelo universo 1 e pelo universo 2) se posicionam em relação às principais vantagens e desvantagens advindas com a abertura da Avenida Beira Rio e a criação da Academia da cidade no bairro da Torre.

Estes critérios não são os mesmos para os diferentes grupos identificados na área. Por isto foi elaborada a tabela 2.3 onde são destacados os tópicos abordados com cada um deles.

Tabela 2.3: Critérios para Elaboração das Entrevistas Quanto aos Universos Entrevistados

Universos	Trajectoria Espacial	Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens	Projetos de intervenções Urbanas
Moradores	<ul style="list-style-type: none"> • Local de origem • Escolha da área para moradia • Vínculo com a área 	<ul style="list-style-type: none"> • Importância afetiva • Importância profissional • Importância simbólica 	Vantagens e desvantagens da abertura da Avenida Beira Rio e do Projeto Academia da Cidade
Representantes do Setor Imobiliário	Escolha da área para elaboração dos empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Importância profissional • Importância simbólica 	Vantagens e desvantagens da abertura da Avenida Beira Rio e do Projeto Academia da Cidade para os empreendimentos imobiliários.

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Para que as entrevistas constituam uma ferramenta de análise confiável e segura, é necessário o estabelecimento de uma amostragem. Segundo Richardson (2007, p. 157) “*se todos os elementos de uma população fossem idênticos, não haveria necessidade de selecionar uma amostra; bastaria estudar somente um deles para conhecer as características de toda a população*”.

O critério de seleção para as entrevistas semi-estruturadas com os representantes do setor imobiliário e com os moradores da Avenida Beira Rio

foi a amostra aleatória. Esta caracteriza-se por ser “aquela que surge de um procedimento de seleção de um grupo de elementos de modo tal que dá a cada elemento da população uma probabilidade de inclusão na amostra calculável e diferente de zero”. (BARBETTA, 2002, p. 32)

Para a definição da amostra com os moradores das habitações multifamiliares da Avenida Beira Rio, foi realizada uma pesquisa relativa ao número de edifícios multifamiliares existentes na área objeto de estudo, associando a cada um deles o número de domicílios. Os usos não-habitacionais, embora tenham sido identificados, não irão fazer parte do universo de pesquisa.

Os resultados foram sintetizados na tabela 2.4⁴²:

Tabela 2.4 Número de domicílios por Habitações Multifamiliares⁴³

Bairros	Nº de Edifícios Multifamiliares	Nº de Unidades Habitacionais Multifamiliares	Nº de Habitações Unifamiliares	Usos não-Habitacionais
Torre	12	245	03	04
Madalena	16	395	05	05
Total	28	640	08	09

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela 4ª Regional da PCR/DIRCON, confrontados com a observação livre.

A amostragem dos representantes dos moradores foi definida a partir do percentual de 10% do universo. Este percentual deve ser aplicado quando o universo da população for inferior a 10.000 elementos, conforme o universo de pesquisa deste trabalho (RICHARDSON, 2007, p. 163).

A tabela 2.5, refere-se ao número de domicílios em função do número de unidades habitacionais em cada edifício. Para a elaboração deste trabalho, foi estabelecido que os representantes do setor de renda média-baixa são aqueles

⁴² O critério estabelecido para enquadrar as edificações nos bairros delimitados como estudo de caso foi a Lei No. 16.293 de 22/01/1997, que estabelece novos limites para as regiões Político-administrativas e os limites físicos dos bairros componentes da cidade do Recife.

⁴³ Para a elaboração desta tabela, foram excluídos os edifícios que estão em construção, haja vista que eles ainda não possuem moradores.

que habitam em edifícios cujo número de quartos é igual ou inferior a dois. O setor de renda média e média-alta foi estabelecido também em função do número de quartos, sendo este igual ou superior a três por apartamento⁴⁴.

A partir da definição da amostra, foi selecionado o total de 69 entrevistados da área a partir do seguinte critério: para todos os bairros, foram selecionados 10% do total de domicílios multifamiliares. Deste percentual, foram selecionados 5% de domicílios representando o setor de renda média-alta e 5% representando o setor de renda média-baixa⁴⁵. Esta delimitação deve-se ao fato de que, ao se observar a tabela 2.5, constata-se que há um número ligeiramente superior de representantes do setor de renda média-baixa.

O total de domicílios quanto ao setor de renda foi sintetizado na tabela 2.5:

Tabela 2.5: Distribuição do nº de Entrevistas por Setor de Renda

Bairros	Nº de domicílios enquadrados no setor de renda média-baixa	Nº de domicílios enquadrados no setor de renda média e média-alta
Torre	124	121
Madalena	268	127
Total	392	248

Fonte: Elaboração própria a partir dos percentuais estabelecidos por Richardson (2007, p. 163)⁴⁶.

Ambos constituem universos bastante heterogêneos, haja vista que os diferentes setores são formados por atores distintos que exercem funções diferentes. O mesmo pode-se dizer dos moradores da Avenida Beira Rio. Isto porque, cada um deles, apresenta características sócio-culturais diferentes

⁴⁴ Este critério adotado é o mesmo que as construtoras utilizam para dividir os setores de renda.

⁴⁵ Os percentuais delimitados foram selecionados com base na proporção dos tipos edificados existentes na área de estudo.

⁴⁶ O número de habitações unifamiliares e a tipologia das edificações foram estabelecidos a partir da análise dos projetos na 4ª. Regional da PCR/DIRCON.

dentro de um mesmo universo. Assim, o total de número de entrevistados somando os universos 1 e 2 foi de 64 pessoas, contudo, com base no pressuposto de que deve existir uma margem de segurança, foi realizada entrevistas com 69 pessoas.

2.3 Tratamento do Material

Esta fase corresponde ao fechamento do ciclo proposto por Minayo (2006). Nesta etapa, o material foi ordenado, classificado e analisado, solidificando o ciclo da pesquisa. O tratamento do material foi dividido em duas etapas:

- O estudo da morfologia da paisagem e da tipologia das edificações multifamiliares que estão inseridas na área delimitada para estudo de caso.
- A interpretação das entrevistas e dos produtos culturais coletados nos *stands* de venda das construtoras e os anúncios de jornais coletados durante o ano de 2009.

2.3.1. Estudo da Morfologia da Paisagem e da Tipologia das Edificações Multifamiliares

O tratamento do material coletado para a interpretação morfológica da paisagem e tipológica das habitações multifamiliares verticalizadas iniciou-se com a leitura da cartografia histórica. Esta foi realizada com base nas seguintes categorias analíticas estabelecidas no capítulo 1. Para esta etapa foram confeccionados três tipos de mapa⁴⁷, a partir das bases cartográficas pesquisadas:

⁴⁷ Os mapas foram confeccionados tendo como referência a cartografia histórica existente nos arquivos. Como elas foram fotografadas para serem inseridas no trabalho e não apresentavam cotas, não foi possível fazer uso da escala gráfica. Os mapas não apresentam boa legibilidade de impressão porque eles se encontram em elevado grau de deterioração nos arquivos.

- As bases da formação do Tecido Urbano – Neste item foram contemplados: delimitação da área de estudo, estrutura física (contendo as linhas de força e as linhas secundárias e os espaços públicos referenciais)
- O uso e a ocupação do Solo – Neste item foram contemplados: delimitação da área de estudo, os usos ao longo do tempo e as formas de ocupação
- Malha Urbana – Neste item foram contempladas as linhas de força que estruturam a disposição dos fluxos

O último item, intitulado o edificado, foi analisado por meio de fotografias de satélite disponíveis no *google maps* e de fotografias realizadas *in loco*, onde foram contemplados os seguintes aspectos: a volumetria e a escala das edificações na sua relação com a quadra e o lote.

Após a confecção dos mapas acima citados, foram realizadas as seguintes atividades:

- Análise individual de cada mapa selecionado
- Análise comparativa e seqüencial entre os mapas selecionados
- Complementação analítica entre os mapas, fontes iconográficas e fontes bibliográficas

Com este levantamento de dados, foi possível construir uma narrativa da formação morfológica, tendo como parâmetro o rio Capibaribe como principal elemento estruturador da formação destes bairros.

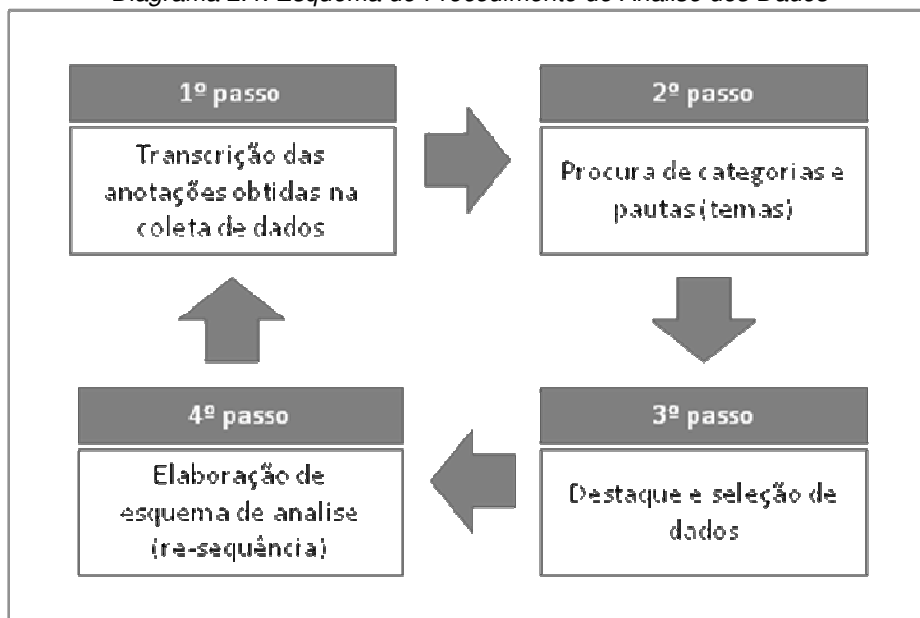
Após esta etapa, foram tomadas como referência para a interpretação morfológica deste trabalho os mapas referentes aos anos de: 1645, 1647, 1870, 1906/07, trabalho as fotos de satélite disponibilizadas pelo *Google Maps*, cujas imagens são mais recentes do que as disponibilizadas pela unibase datada de 1996. Para a consecução desta análise, foram utilizados os seguintes critérios:

- Análise geral para a obtenção de uma forma da área de estudo e a identificação de algumas unidades morfológicas que representassem os seus padrões de ocupação. Isto possibilitou a comparação da área no seu estado atual com a seqüência histórica da cartografia.
- Após a identificação das unidades morfológicas, estas foram detalhadas e analisadas separadamente, objetivando a constatação do retrato urbanístico da área.

2.3.2. Interpretação das Entrevistas e dos Produtos Culturais

O tratamento do material coletado nas entrevistas refere-se à forma como este foi sistematizado. Nigel Fielding (1993, p. 163, apud RICHARDSON, 2007, p. 98) propõe um modelo de orientação para se processar a análise dos dados, conforme ilustrado no diagrama 2.4.

Diagrama 2.4: Esquema do Procedimento de Análise dos Dados



Fonte: Elaboração própria, 2009 a partir do diagrama proposto por Fielding (1993)

Com base no esquema proposto neste diagrama, a interpretação das entrevistas se processou da seguinte maneira:

- **Transcrição das anotações obtidas na coleta de dados** – nesta etapa, o resultado das entrevistas semi-estruturadas foi transcrito do

meio digital a fim de possibilitar a leitura de cada uma das entrevistas.

- **Procura de Temas** – após a transcrição das entrevistas, foram realizadas as leituras de cada uma delas com o objetivo de encontrar pontos em comum, os temas.
- **Sistematização dos dados** – os temas identificados em cada entrevista foram sistematizados em planilhas, em que foram associados os temas aos entrevistados que os mencionaram.
- **Esquema de análise** – nesta etapa foram realizadas as interpretações sobre os significados das paisagens do rio Capibaribe e de suas margens.

A análise das entrevistas foi realizada a partir da construção de uma matriz, cujo objetivo foi organizar os temas encontrados durante a transcrição das entrevistas, sistematizando as análises.

O modelo para a construção da matriz foi sintetizado na tabela 2.6:

Tabela 2.6: Significados do rio Capibaribe e suas Margens

Significados do Rio Capibaribe e de suas margens	Moradores da Avenida Beira Rio					
	Renda Média Baixa			Renda Média e Média Alta		
	Morador 1	...	Morador 19	Morador 20	...	Morador 69
Tema 1						
Tema 2						
...						
Tema N						

Fonte: Elaboração própria, 2009.

A partir dessa matriz, foi possível interpretar os significados da paisagem do rio Capibaribe e de suas margens para cada um dos setores de renda (média-baixa; média e média-alta) representados na amostra de respondentes deste trabalho.

Os produtos culturais e as análises das entrevistas foram realizados a partir do método hermenêutico, que foi referenciado no capítulo 1. As interpretações têm um caráter subjetivo, sendo necessário ao pesquisador se posicionar de modo a não interferir na explanação dos entrevistados.

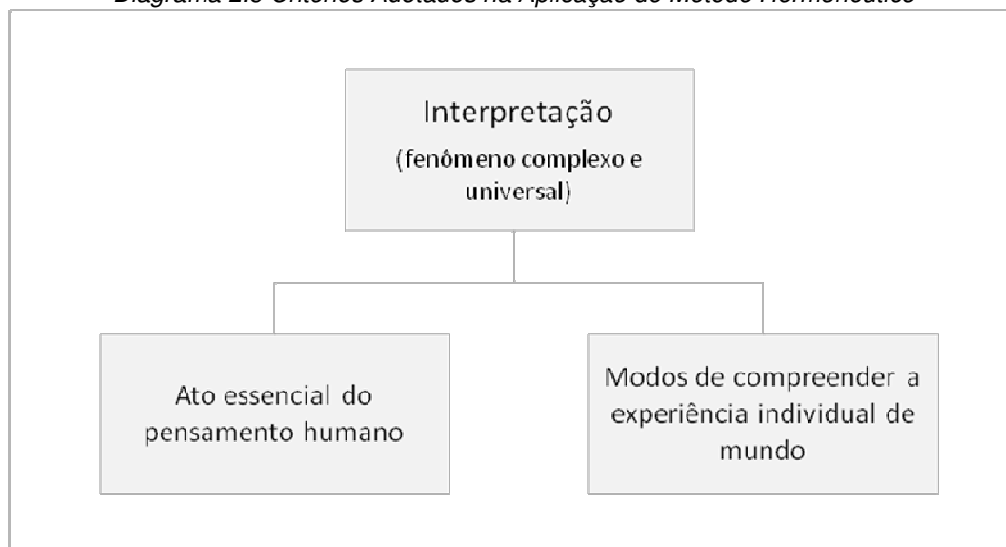
A base para a interpretação, através do método hermenêutico se deu a partir do seguinte critério: a não separação entre o sujeito e o objeto, no caso a busca da interação entre os agentes culturais e a (trans)formação das paisagens do rio Capibaribe e suas margens nos dias atuais, pois tem-se o entendimento de que o homem, enquanto portador de cultura é o agente responsável pela transformação dessas paisagens.

Com a interpretação das entrevistas observa-se que:

- Diferentes grupos sociais apresentam interpretações distintas sobre o rio Capibaribe e suas margens, a partir de diferentes “*maneiras de ver*”.
- O pesquisador apesar de ter um envolvimento quanto ao tema abordado não deve induzir o entrevistado a partir de sua “*maneira de ver*”

Estes critérios foram sintetizados a partir do diagrama 2.5.

Diagrama 2.5 Critérios Adotados na Aplicação do Método Hermenêutico



Fonte: Elaboração própria, 2009.

O método hermenêutico foi utilizado na interpretação do processo de (trans)formação da morfologia, bem como dos significados das paisagens do rio Capibaribe e de suas margens para estes atores culturais.

Esta interpretação foi realizada com base nas representações dos produtos culturais coletados, sendo estes cruzados com as diferentes fontes bibliográficas, iconográficas e documentais.

A última etapa, intitulada tratamento do material, fecha o ciclo de Minayo (2006). A partir deste trabalho, podem ser feitos outros questionamentos e indagações sobre o tema estudado, dando origem a outras pesquisas.

CAPÍTULO 3 – A INTERPRETAÇÃO DA MORFOLOGIA DE UMA FRAÇÃO DA PAISAGEM DO RIO CAPIBARIBE

*“História e poder sempre estiveram muito juntos, muito próximos.
Final, a memória do passado é sempre refeita por aqueles que detêm
os meios de instituir e divulgar o que deve ser
lembrado e o que apagado”.*

(MOTENEGRO, 1987, p. 107)

A cidade do Recife apresenta uma forma de ocupação caracterizada pela presença de duas nucleações distintas que tiveram grande importância para a estruturação e formação do seu **tecido urbano**. A primeira delas era voltada para o comércio externo, cujas principais atividades tinham por base o setor econômico devido à presença do porto, haja vista que este equipamento era o responsável por escoar a produção da cana-de-açúcar produzida nos engenhos que se localizavam às margens do rio Capibaribe.

O porto situa-se no atual Bairro do Recife e apresentava intensa atividade comercial. Tal fato marcava a sua característica de entreposto comercial e o diferenciava da segunda nucleação, que era rural, e se prestou até o ano de 1882 à produção da cana-de-açúcar e à criação de gado (MELLO, 1992, p. 195), configurando nucleações muito distintas.

Os engenhos estavam localizados nesta segunda nucleação. Dentre eles, se destacam o da Torre e o da Madalena, que durante o processo de expansão e desenvolvimento da cidade foram paulatinamente se transformando em sítios e chácaras. Segundo Melo (1978, p. 63), estes engenhos, posteriormente deram origem ao nome dos bairros nos dias atuais.

Este capítulo visa à interpretação da morfologia urbana das quadras localizadas às margens do rio Capibaribe. Para isto, será interpretada de forma breve como foi ocorrendo a evolução da morfologia da paisagem entre a primeira nucleação, o porto de Recife, e a segunda, onde se localizavam os engenhos, que representa a fração de paisagem, objeto deste estudo. A importância de interpretar esta evolução entre o século XVI e o século XXI, decorre de dois fatores.

No primeiro deles, considera-se que foi a partir das relações econômicas e sociais existentes entre estes dois núcleos que se viabilizou a formação e estruturação da cidade do Recife. No segundo fator levou-se em conta a importância da interpretação da dimensão histórica da paisagem para apreender o processo de sua (trans)formação ao longo do tempo. A abordagem cronológica, desde o século XVI até o ano de 2009, será feita conforme sintetizado na tabela 3.1:

Tabela 3.1 Cronologia da Formação e Ocupação dos Bairros da Torre e da Madalena

Período	Fatos Históricos
Século XVI até início do século XVIII	Engenhos – cultivo e produção da cana-de-açúcar
Primeira metade do século XVIII	<ul style="list-style-type: none"> • Crise da produção da cana-de-açúcar • Início dos desmembramentos dos engenhos em chácaras e sítios • Construção das casas que atendiam à fidalguia pernambucana • Ocupação das margens do rio Capibaribe pelos mocambos
Segunda metade do Século XIX	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de fábricas têxteis em algumas áreas remanescentes dos antigos engenhos, como o da Torre • Construção das vilas operárias • Início da desvalorização das margens do rio Capibaribe devido às enchentes e a construção de vias (edificações passam a dar as costas para o rio Capibaribe)
Primeira metade do Século XX	Início do parcelamento das chácaras e dos sítios em lotes
Segunda metade do século XX	<ul style="list-style-type: none"> • Advento do decreto lei: 2.590/53 • Advento do decreto lei: 7.427/61 • Início da revalorização das margens do rio Capibaribe e o advento da Lei 14.511/83, que possibilitou o retorno das habitações, porém com uma nova tipologia, caracterizada pela verticalização
Primeira metade do século XXI	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do processo de ocupação das margens do rio Capibaribe no bairro da Madalena por habitações multifamiliares • Início do processo de ocupação das margens do rio Capibaribe no bairro da Torre por habitações multifamiliares

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Tendo em vista este contexto, este capítulo foi estruturado em duas partes: na primeira será considerada a expansão urbana da cidade do Recife, que se iniciou no núcleo central compreendido pelos bairros Ilha do Recife, onde se localiza o porto, Santo Antônio e São José. Esta parte contempla o processo de expansão em direção ao continente, que teve um direcionamento rádio-concêntrico.

A interpretação morfológica ficará restrita à expansão no sentido leste-oeste, onde estão localizados os bairros objetos deste estudo. Nesta primeira parte, será feita a interpretação da morfologia urbana e da tipologia das edificações até o século XIX, quando os laços de dependência entre o núcleo central e o núcleo periférico eram mais estreitos.

Na segunda parte, o foco deste capítulo se centra na formação morfológica das quadras localizadas ao longo da Avenida Beira Rio, nos bairros da Torre e da Madalena, entre os séculos XVI e XXI.

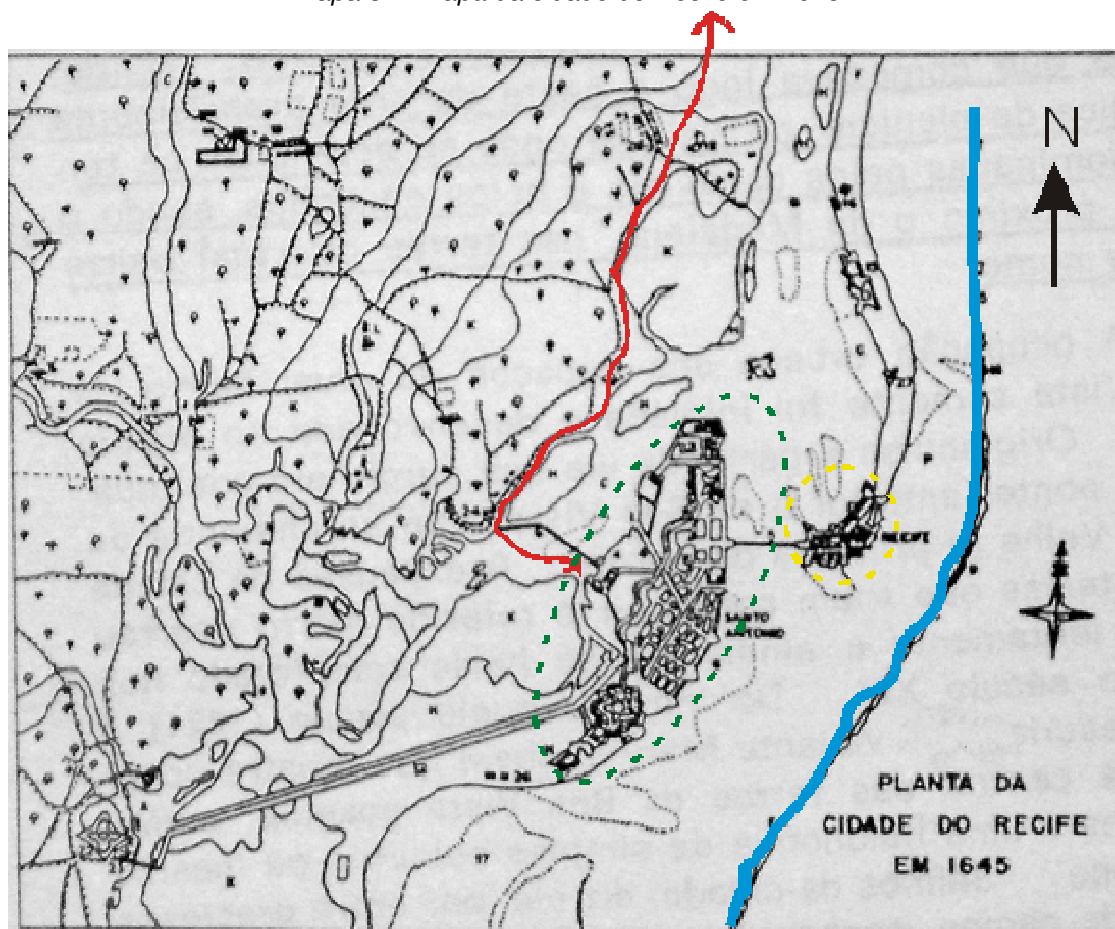
3.1 A Confeção de uma Fração de Paisagem do Rio Capibaribe na Cidade do Recife

Conforme discutido no capítulo teórico, a confeção das paisagens está associada a processos culturais. Assim, a ação do homem sobre o meio físico altera a sua configuração ficando impressas suas “*marcas*” no sítio. Dentre elas serão interpretadas: as vias, os marcos, os monumentos e de modo especial, no contexto deste trabalho, as habitações multifamiliares verticalizadas.





Portanto, para a interpretação morfológica desta fração de paisagem, foi tomado como pressuposto que as “*marcas*”, são fruto de processos contínuos de (trans)formação destas paisagens. Elas materializam no meio físico o conjunto de valores de diferentes grupos sociais.

Com base nestes pressupostos teóricos, a formação da cidade do Recife, está subordinada a uma expansão caracterizada por um sistema radio-concêntrico que se foi consolidando a partir do porto (CASTRO, s/d, p. 166 e Melo 1978, p. 78). O mapa 3.1 ilustra a cidade do Recife do século XVII e constitui uma reprodução elaborada por Marcos Domingues em 1975, a partir do mapa de Barléu de 1645 representando a cidade de Recife e os seus arrabaldes neste período.

Mapa 3.1: Mapa da cidade do Recife em 1645



Legenda

-  Linha de Força - Rio Capibaribe
-  Arrecifes
-  Porto do Recife
-  Bairro de Santo Antônio

Fonte: Arquivo Público Estadual

A partir desta ilustração, verifica-se que a cidade do Recife, no século XVI era caracterizada pela ocupação canvieira, notadamente “as das várzeas do Capibaribe” que na época, constituíam as áreas de “solos bons para os canaviais” (MELO, 1978, p. 63). Complementando os dados fornecidos por

Melo (1978), Rocha (apud, Melo, 1978, p. 63) afirma que: “*na própria várzea do Capibaribe [...] surgiram os engenhos da Casa Forte, do Monteiro, dos Apipucos [...] e os da **Madalena** [...] e da **Torre***” [grifos nossos].

A partir da historiografia, pode-se interpretar que na primeira fase da ocupação do Recife, o núcleo central, estava estreitamente vinculado economicamente e socialmente ao plantio da cana-de-açúcar. Assim como a existência dos engenhos só foi possível em virtude da implantação do porto localizado em um istmo, hoje denominado de Bairro do Recife, que neste período viabilizava a exportação da produção canavieira, corroborando uma relação de dependência econômica entre o aglomerado urbano e as áreas rurais.

A **ocupação e o uso do solo**, caracterizada por esta relação entre os engenhos e porto, está fortemente relacionada com o conjunto de valores dos seus colonizadores, notadamente o povo luso. Este colonizador escolheu o núcleo do Recife para a instalação do porto, ou seja, da área comercial e como sede do seu domínio, o núcleo de Olinda, que ficava na parte alta. Isto ocorreu porque de acordo com Josué de Castro (s/d, p. 78):

A formação cultural dos portugueses e o seu sentido de vida econômica e social estavam longe de impulsioná-los ao ato de criação de uma cidade no meio de charcos e paús, infestados de miasmas, em terrenos impróprios e difíceis, e quase impossíveis de serem defendidos dentro dos métodos e processos defensivos por eles conhecidos.

Este foi o tipo de relação que se foi estabelecendo entre o homem e este sítio. Assim, os primeiros **usos e ocupação do solo** se deram em função do funcionamento do porto.

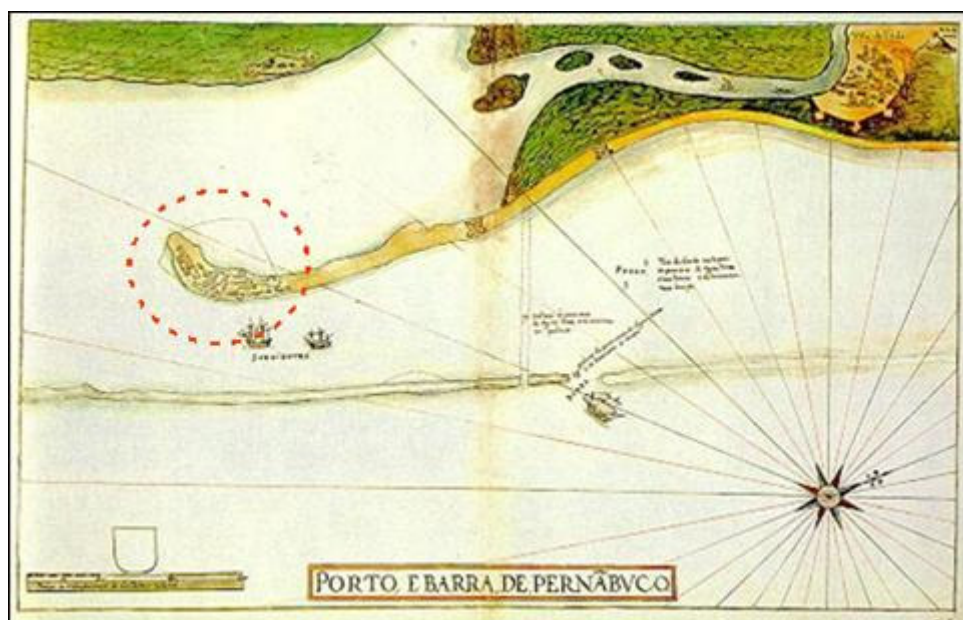
É neste contexto que o **tecido urbano** no núcleo central da cidade do Recife começou a ser estruturado. Este caracterizava-se por ruas e becos estreitos e irregulares (COSTA, 1944, p. 129), constituindo uma característica do urbanismo português daquele período (MELO, 2003, p. 57).

O porto e suas instalações eram fundamentais para o contexto econômico da cidade. Segundo Silva (1998, p. 27) durante muitos anos este

equipamento funcionou como importante entreposto comercial para Pernambuco assim como para todo o Brasil, sendo a cana-de-açúcar, o principal produto de exportação até o final do século XVIII.

O então povoado do Recife foi documentado pelos portugueses no século XVI através do mapa de Albernaz. Os mapas são registros que constituem produtos culturais e refletem as “*maneiras de ver*” do colonizador, a partir do seu conjunto de valores. O mapa 3.2 mostra a ocupação do Recife, dando ênfase à importância do porto, em torno do qual se foi formando o **tecido urbano** existente naquele período.

Mapa 3.2: Mapa da Cidade do Recife, a partir do Porto



Legenda

— — — — Porto do Recife

Fonte: MENEZES, J.L., 1999, p. 88.

A movimentação existente em torno deste equipamento, no século XVIII pode ser observada na figura 3.1. Neste período, a cidade tinha um grande fluxo de embarcações na área portuária, tanto devido à exportação da cana-de-açúcar como também “*pelo surgimento da demanda de algodão [...] passando*

a ser em 1796, o segundo porto brasileiro exportador de algodão” (ALVES, 2009, pp. 40-41).

Figura 3.1: Pintura do Porto da Cidade do Recife no Século XVIII



Fonte: FERREZ, 1984, pp. 64-65 (Autor desconhecido)

A condição favorável para a implantação do porto neste istmo deve-se ao fato de que a fisiografia da cidade do Recife é fortemente marcada pelas águas do mar e dos rios Capibaribe e Beberibe, desde o início da sua ocupação, constituindo uma característica marcante, conforme assinala Castro (s/d, p.34) nesta passagem:

É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e paúis, envolvidos pelos braços de água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar de colinas, se espraiam remansos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados – mistura ainda incerta de água e terra – que nasceu a cidade do Recife [...] [assim] como Amsterdam e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro da água, aparecendo numa perspectiva aérea, com os seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas.

Corroborando esta afirmação, Waldemar Oliveira (1942, p. 39) qualificou a cidade do Recife de “*cidade anfíbia*”, enfatizando ainda que o Recife é uma dádiva do mar e dos rios assim como o Egito é um dom do Nilo.

Esta característica fisiográfica, do sítio onde se instalou a cidade do Recife, contribuiu para a formação do seu **tecido urbano**, cuja expansão estava subordinada aos aterros, que se deram a partir da ligação do istmo com a Ilha, onde estavam localizados os bairros de Santo Antônio e São José, e

posteriormente, com a expansão em direção ao continente que deu origem ao bairro da Boa Vista.

Esta ocupação do sítio ocorreu a partir de varias intervenções do homem, principalmente através dos aterros que deram origem aos bairros centrais. De acordo com Cavalcanti (1977, p. 68):

Aterraram dos lados do mar e do rio e uma nova configuração urbana foi se fixando [...] na paisagem [...]. A fisionomia atual de onde era o primitivo istmo, é, pois recente. Por isso mesmo, poucas modificações recebeu esta parte do bairro [...]. Somente o aglomerado inicial provocado pelo porto, em redor da ermida de Santelmo, sofreu as justas imposições do progresso, embora mal aplicadas pelos urbanistas.

Os **usos e as ocupações**, assim como a formação do **tecido urbano** da cidade do Recife é o resultado de múltiplas intervenções do homem sobre o meio físico a fim de atender às suas necessidades. Estas intervenções, notadamente os aterros, (trans)formaram as paisagens do Recife ao longo do tempo. Silva (1998, p. 17) aponta que muitos destes aterros tiveram como conseqüência o fim de bairros fluviais que conformavam pequenas ilhas formadas pelos deltas dos rios.

Melo (1978) e Castro (s/d) apontam que a expansão da cidade do Recife a partir do porto, em direção ao continente, está relacionada com os fatores fisiográficos, notadamente no que se refere ao solo e à presença das águas dos rios que propiciaram na área rural a instalação dos engenhos. O fato da cidade do Recife ser dependente destes cursos d'água é enfatizado por Josué de Castro (s/d, p. 132) nesta passagem:

Foi o açúcar produzido nos solos aluvionais e de decomposição do Nordeste, nas famosas terras de massapê [...] que constituiu desde o começo e durante quase todos os períodos da história nordestina, o fator fundamental de propulsão e de evolução da cidade do Recife. Foi no vale do Capibaribe, nas suas margens alongadas em várzeas fecundas que se iniciou o plantio da cana no país.

Portanto, **o uso e ocupação do solo** nos engenhos eram propiciados pela presença do rio Capibaribe, que facilitava a instalação de vastas plantações em suas margens alagadas (BEZERRA, 1965, p. 38). A

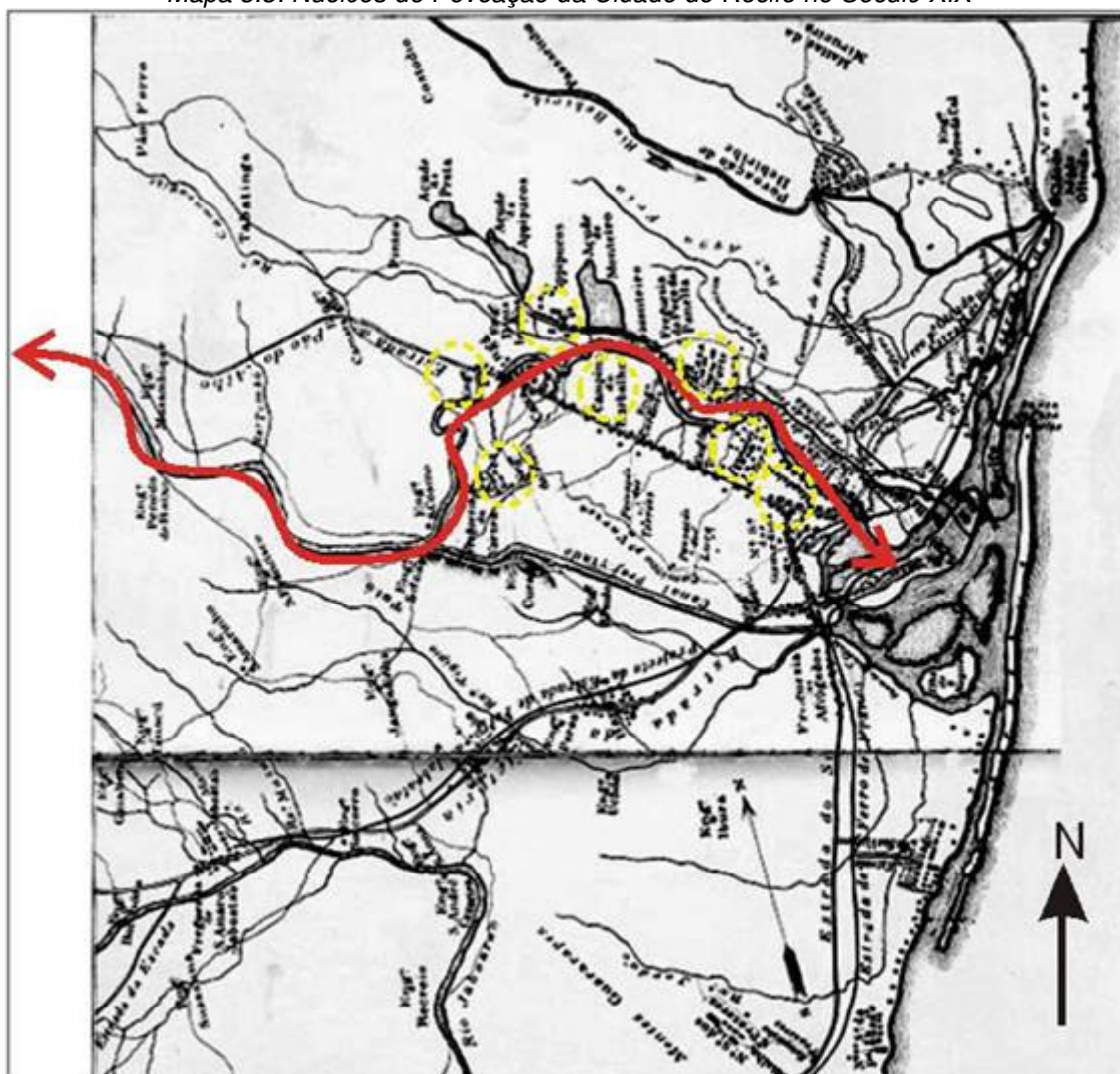
necessidade do estabelecimento dos engenhos ao longo dos cursos d'água era justificada pela necessidade ora de irrigação das plantações, ora como meio de escoamento da produção até o porto. Esta característica nos remete à dependência dos recifenses em relação aos cursos d'água naquele período.

Costa (1905, p.VII) afirma que em 1630, o Recife possuía 16 engenhos de açúcar sendo estes caracterizados por grandes latifúndios, onde as pessoas trabalhavam incessantemente. Os equipamentos que os constituíam eram caracterizados pelo que Silva (1993, p. 207) denominou de triângulo rural que marcou o início do processo de **uso e ocupação do solo** no núcleo rural.

Este era constituído por: casa-grande, senzala e capela. Ainda segundo este autor (1993, p. 207) foi a partir dos cursos d'água, e em particular, do rio Capibaribe, que surgiram os primeiros núcleos de povoação ao longo das várzeas, formando "*um conjunto ligado pelo rio*" (MELO, 2003, p. 69). O mapa 3.3 ilustra os núcleos de povoação que estavam localizados nas margens direita e esquerda do rio Capibaribe.

Este mapa corresponde a uma litogravura de F. H. Carls datada de 1870. Nesta imagem, o autor representou a cidade do Recife, a partir do porto com alguns núcleos de povoação existentes nas proximidades dos cursos d'água, e em especial, nas margens do rio Capibaribe.

Mapa 3.3: Núcleos de Povoação da Cidade do Recife no Século XIX



Legenda

—→ Linha de Força – Rio Capibaribe

— — — Núcleos de Povoação

Fonte: Litogravura de F.H.Carls. Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Estes primeiros povoados começaram a surgir entre os séculos XVII e XVIII em função da existência dos engenhos (CASTRO, s/d e Melo 1978). Eles foram caracterizados por Olímpio Costa (apud, CASTRO, s/d, pp. 136-137) como:

Uma grande povoação com muita gente branca e de cor, senhores e escravos, foram assim aqueles engenhos que, seguindo as margens do Capibaribe, situados na extensa

planície do Recife condicionaram a situação da cidade. Todos eram, como se vê, centros de grande atividade, de cultura, de população numerosa, verdadeiras zonas de riqueza e prosperidade, assentados às margens do Capibaribe, desse rio que se impôs como acidente geográfico e fator econômico e histórico de primeira ordem, na comunicação desses valores locais, com um centro comum que era o porto.

Assim sendo, observa-se que nos engenhos havia a presença de diferentes grupos sociais, caracterizados pelos ricos, que eram os senhores de engenho, e pelos pobres, que eram os escravos.

Portanto, ao se interpretar a assertiva de Olímpio Costa (apud CASTRO, s/d), tem-se a materialização da idéia dos geógrafos culturais de que o meio físico é um fator que condiciona as práticas sociais e simultaneamente é condicionado por elas. Ele condicionou, na medida em que o rio Capibaribe, foi um elemento que influenciou na forma de organização dos núcleos rurais determinando seu **uso e ocupação** e ao mesmo tempo sendo condicionado por ela, na medida em que o homem, enquanto portador de cultura, o modifica e atribui constantemente novos valores de modo a atender às suas necessidades.

Neste contexto, o **uso e a ocupação** do solo foram ocorrendo em função das necessidades dos senhores de engenho que definiam de acordo com os seus interesses a organização espacial existente nestes núcleos. Paralelamente, é importante observar que as edificações formadas pelos engenhos pressupunham uma caracterização **tipológica**. Dentre os autores trabalhados, nenhum deles registrou como era a **tipologia** das senzalas. Esta constatação nos remete às idéias de Cosgrove (1998), de que somos habituados a ver sempre as “*marcas*” dos grupos dominantes impressas na paisagem.

Tollenaire (1978, p.68) descreve a casa-grande dos engenhos como sendo desprovidas de conforto, porém com grandes proporções, caracterizadas da seguinte maneira:

Em geral, a casa de vivenda é elevada sobre pilares; o porão serve de estribaria ou de morada aos negros; um

largo patamar dá acesso ao pavimento habitado, e é neste patamar ou terraço que se toma fresco.

A figura 3.2 retrata uma litografia da casa-grande e da capela do Engenho Torre no ano de 1819 de autoria de G. Shoosmith. Nesta imagem é possível observar que a capela encontra-se muito próxima da casa-grande, refletindo que o poder religioso tinha grande importância na formação da sociedade canavieira.

Figura 3.2 Casa-grande e Capela do Engenho Torre



Fonte: Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Durante o século XVII, a formação do **tecido urbano** da cidade do Recife esteve relacionada com o processo de expansão rural, representado pelo plantio da cana-de-açúcar. Neste sentido, a expansão da cidade “*foi-se estendendo para o lado dos engenhos, para aquelas terras situadas entre os rios*” (CASTRO, s/d, p. 134). Portanto, a formação do **tecido urbano** da cidade do Recife, no século XVII estava subordinada aos caminhos percorridos pelos rios, e em especial para este trabalho, em relação ao curso do rio Capibaribe.

Devido à necessidade de expansão do **tecido urbano**, do núcleo central, começaram a surgir na primeira metade do século XVII, um novo elemento morfológico na paisagem: as pontes. Elas foram em parte responsáveis pela formação da **malha urbana** da cidade do Recife, pois objetivavam a interligação entre os diferentes bairros fluviais, facilitando a sua comunicação, e posteriormente, no século XIX, a expansão da cidade em direção aos arrabaldes.

Neste contexto, em 1634 começou a ser construída, a primeira ponte do Brasil colonial, que ficou conhecida pelo nome de Ponte Maurício de Nassau, (JORGE, 2007, p. 59). A ponte da Boa Vista, foi construída em 1644 (JORGE, 2007, p. 71) e teve como objetivo servir de eixo de ligação entre a Ilha de Antônio Vaz e o continente, contribuindo para o desenvolvimento do atual bairro da Boa Vista. (JORGE, 2007, p. 73).

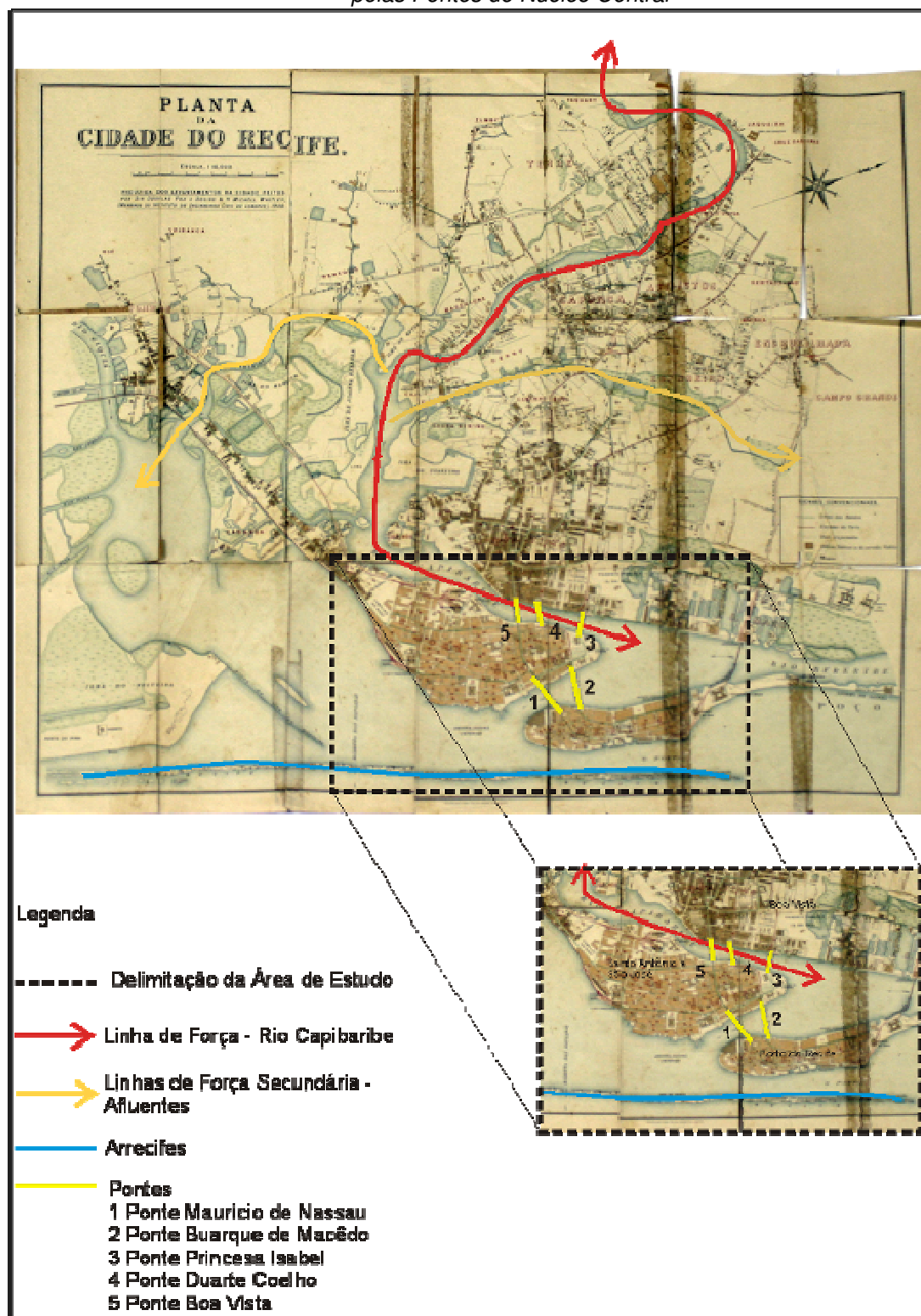
Além do valor de uso atribuído às pontes, é importante destacar que estas também representavam valores de ordem simbólica, como por exemplo, as manifestações do cotidiano, os hábitos e costumes de uma sociedade tradicional, notadamente, das festas típicas de uma sociedade católica. Sette (1978, p. 36) descreve que no século XIX, as pontes serviam de local para diferentes manifestações culturais.

É neste sentido que segundo Lamas (2004, p. 58) as pontes constituem elementos morfológicos de referência, que situam as pessoas na cidade, conferindo a esta uma identidade, haja vista que *“a cidade depende de um sistema de referência: marcos ou monumentos, zonas ou bairros, traçados e nós”*.

Paralelo a estes elementos morfológicos, Chacon (1959, p. 46) assinala que o acesso aos engenhos também era feito por meio do rio Capibaribe, que se foi consolidando como um elemento que fazia parte da **malha urbana** da cidade do Recife. O transporte coletivo de pessoas era feito por meio de balsa, enquanto o transporte de mercadorias era realizado por meio de barcaças (FREYRE, 1961, p. 104).

O mapa 3.4 realizado a partir dos levantamentos de *Sir Douglas Fox* em 1906/1907 destaca a **malha viária** representada pelas pontes na cidade do Recife.

Mapa: 3.4: Malha Urbana da Cidade do Recife Representada pelas Pontes do Núcleo Central



Fonte: Arquivo Público Estadual

Enquanto o núcleo central ia-se expandindo, a nucleação, composta pelos engenhos, tinha como base de **formação do tecido urbano**, a posse da terra pelos colonizadores que se deu com a chegada dos lusos, dando início ao sistema de sesmarias, que eram caracterizadas pelo domínio da terra, porém sem a detenção de sua posse.

Em Portugal, havendo necessidade de procurar estimular o progresso material do país e desenvolver a sua fortuna particular, elementos poderosos de prosperidade nacional, determinou-se a concessão de terras [...] a quem os solicitasse, mediante o pagamento de pequena renda que desde os remotos tempos era a sexta parte dos frutos – a sesma – de onde essas terras assim concedidas se chamaram de sesmarias (BEZERRA, 1965, p. 37).

Em outras palavras, o detentor das sesmarias tinha que pagar a coroa portuguesa um sexto dos seus lucros a fim de deter a sua posse. Estas, contudo, eram de propriedade de Portugal, e aos donatários era dado o direito de explorá-las, desde que os lucros fossem divididos com a coroa portuguesa. Esta forma de apropriação das terras da Colônia caracterizava a “*maneira de ver*” lusa, baseada na exploração das riquezas do novo continente.

A propriedade das terras nos dias atuais está embasada nos **desmembramentos** dos antigos latifúndios. Melo (p. 78 apud Alves, 2009, p. 158) afirma que, os proprietários de terra:

Concluem que devem ser eles mesmos os loteadores. Este caso foi, e ainda é importante em Recife, onde o domínio Peri - urbano de cidade é propriedade de alguns grupos familiares. Porém, como a propriedade fundiária representa o fundamento de sua classe, muitos se negam a loteá-la.

O processo de exploração das terras urbanas no contexto da cidade do Recife se dá de acordo com as idéias estabelecidas pelo setor imobiliário, notadamente o especulador fundiário. Assim, para Melo (1996) este agente detém as terras e aguarda o momento para comercializá-la em troca de benefícios monetários.

Nos séculos XVIII e XIX, enquanto os arrabaldes ainda eram pontuados pelos engenhos e suas respectivas nucleações, a caracterização **tipológica** das habitações localizadas no núcleo central do Recife era marcada pela forte

presença dos sobrados. Este **tipo** edificado está subordinado à fisiografia deste sítio, marcado por grandes extensões de terras alagadas.

Como conseqüência da característica fisiográfica, o **tecido urbano** da nucleação central, era marcado por ruas estreitas, cujos lotes, “*não mediam mais que 20 pés largos, ou seja, 7 metros e meio, no entanto, na maioria, variavam entre 5 e 6 metros*” (CAVALCANTI, 1977, p. 64). Estes lotes apresentavam sobrados compridos e estreitos, variando entre três e cinco pavimentos (KIDDER, p.1972, p. 74), caracterizando uma ocupação desordenada, conforme explica Cavalcanti (1977, p. 63):

Dizem que as construções primitivas [na] ribeira dos arrecifes dos Navios, com suas praias, admitidas como da segunda metade do século XVI, não seguiam plano algum. Eram “feitas ao “Deus dará” [grifos do autor].

Como conseqüência da formação do **tecido urbano**, a **tipologia** dos sobrados dos bairros centrais era muito distinta das casas-grandes dos engenhos. Cavalcanti (1977), Melo (1978) e Alves (2009) apontam que a verticalização era o resultado da baixa quantidade de terrenos disponíveis, associado à largura destes. Assim esse **tipo** de arquitetura foi um:

Produto da necessidade de aproveitar-se ao máximo o espaço disponível, de concentrar numa área relativamente limitada os negociantes – patrões e assalariados – suas lojas e residências em cima das lojas (CASTRO, s/d, p. 161).

Além do aspecto imobiliário citado por Alves (2009) e Castro (s/d), Sampaio (1996, p. 101) aponta que os sobrados altos e magros apresentavam esta **tipologia** como uma reprodução de *status* social. Assim sendo, estas habitações refletiam aspectos simbólicos: onde, sob o ponto de vista físico, estas habitações eram marcadamente verticais, pois significava o sentido de realização material das famílias que o habitavam. Portanto, de acordo com esta autora, a característica da verticalização dos sobrados estava relacionada ao *status* social das famílias que nele habitavam.

Paralelamente à configuração **tipológica** dos sobrados, observa-se que esta forma de organizar os lotes fez surgir no Bairro do Recife, uma estrutura de **espaço urbano** com espaços públicos caracterizados por “*praças*,

arruamentos, Igrejas, Conventos e Colégios dispostos em colunas [...] ligados por caminhos irregulares, naquela disposição ainda medieval, das cidades informais” (MENEZES, 1987, p. 32). A figura 3.3 representa a imagem da Povoação do Recife em 1635, realizada por Joannes de Laet com os sobrados altos e magros, resultantes da organização espacial deste povoado.

Figura 3.3 Povoado do Recife em 1635

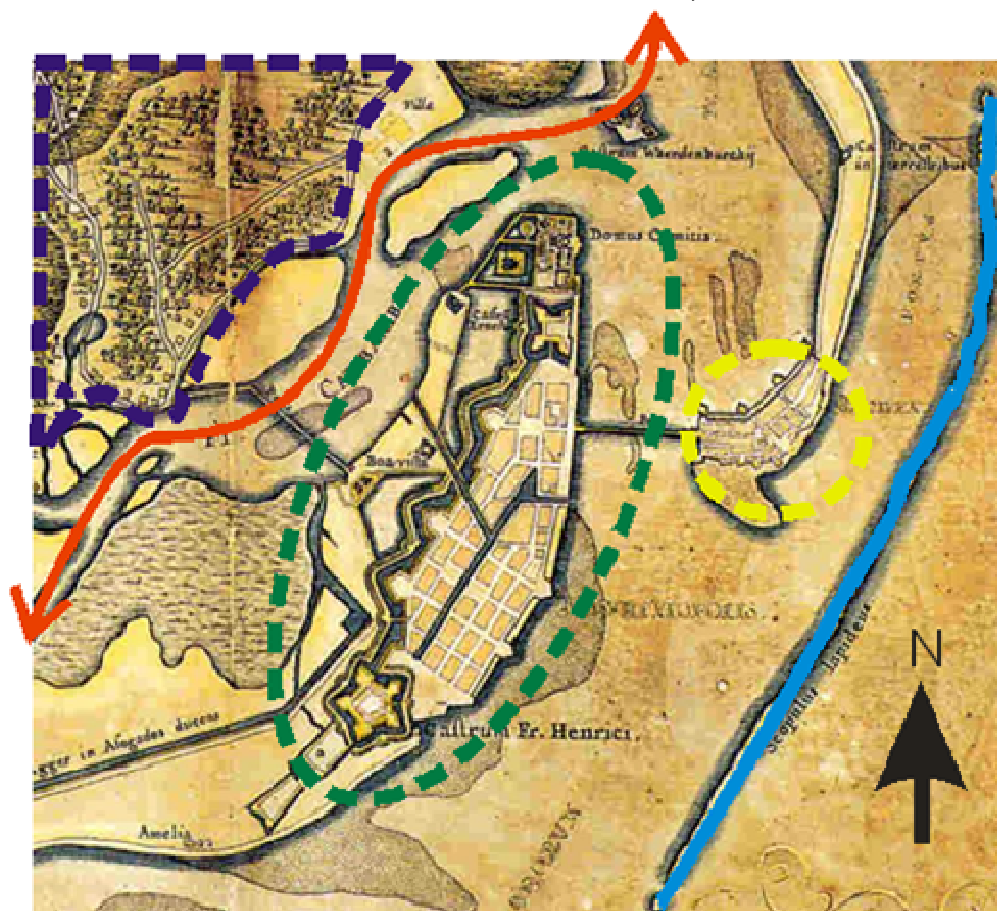


Fonte: MELO, J. A., 1999, p. 53.

Contrapondo-se à irregularidade da Ilha do Recife, os bairros de Santo Antônio e São José apresentavam uma estrutura de **espaço urbano** mais regular, fruto da forma de **uso e ocupação do solo** holandesa, que ocorreu entre os anos de 1630 (ANDRADE, 1989, p. 65) até 1654 (CAVALVANTI, 1977, p. 234). Os holandeses ocuparam está parte do sítio, haja vista que a fisiografia desta área era mais semelhante às das terras de Amsterdã.

Assim, pode-se observar através do mapa 3.5 o traçado regular que caracterizava os bairros de Santo Antônio e de São José neste período. Esta imagem retrata a Cidade do Recife em 1647, com ênfase para o traçado holandês.

Mapa 3.5: Malha Urbana do Núcleo Central da Cidade do Recife, Gravura em Cobre do Livro de Barléu, 1647



Legenda

- | | | | |
|---|---------------------------------|--|------------------|
|  | Linha de Força – Rio Capibaribe |  | Cidade Maurícia |
|  | Arrecifes |  | Área de Engenhos |
|  | Porto do Recife | | |

Fonte: MENEZES, J.L., 1999, p. 93

A figura 3.4 de Lauro Villares retrata a antiga Rua do Crespo, atual Rua Primeiro de Março no bairro de Santo Antônio. Esta litogravura apresenta como **tipologia** os sobrados altos e magros que caracterizam a paisagem deste bairro como também dos demais bairros centrais do Recife, principalmente o Bairro do Recife, São José e Santo Antônio, que constituíam as áreas centrais da cidade.

Figura 3.4 Sobrados Altos e Magros no Bairro de Santo Antônio



Fonte: Arlego, 1987, s/p

Ao mesmo tempo em que as áreas centrais do Recife eram ocupadas pelos sobrados, as áreas correspondentes às margens dos rios, a partir da Boa Vista, começaram a ser ocupadas por mocambos⁴⁸, nas proximidades dos manguezais.

Eram nestas áreas que se iam fixando os “pobres” do Recife, que começaram a surgir principalmente depois da abolição da escravatura, no século XIX (FREYRE, 1981, p. 334). Este grupo social ia paulatinamente imprimindo suas “marcas” no meio físico, pois o solo destas áreas era do tipo “frouxo e, movediço, de consistência pastosa [...] empanado de água salobra” (OLIVEIRA, 1942, p. 59), e, portanto, constituíam áreas pouco propícias para as construções dos sobrados.

A fixação das camadas pobres da sociedade nas áreas ribeirinhas se deu a partir de múltiplas intervenções do homem sobre o meio físico, (trans)formando gradativamente estas paisagens. Barreto (1994, p. 25) atesta que o:

⁴⁸ Nome dado às habitações do Recife construídas nas áreas ribeirinhas, ocupadas por pessoas de renda muito baixa.

Habitante dos alagados e áreas ribeirinhas, [...] construiu seu mocambo, batendo o solo frouxo e ampliando seu pedaço de chão em terras que antes pertenciam às marés e várzeas dos rios.

Corroborando as idéias de Freyre (1981), Alves (2009) e Barreto (1994), Castro (1992, p. 260) afirma que a população pobre do Recife se fixava nas várzeas do rio Capibaribe devido a questões de sobrevivência, pois obtinham dele os meios para a sua subsistência:

Só havia uma maneira de despertar: era cair no mangue, no mangue não se paga casa, come-se caranguejo e se anda quase nu. O mangue é um paraíso sem cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste.

A característica **tipológica** dos mocambos era muito diferente dos sobrados. Para Sampaio (1996, p. 101) estas eram marcadamente horizontais para se opor à verticalidade dos sobrados. Freyre (1981) explica que o caráter vertical dos sobrados é uma representação do *status* econômico, social e político. Assim, os mocambos representam exatamente o oposto dos sobrados.

A figura 3.5 retrata os mocambos nas margens do rio Capibaribe, no século XIX. Nesta imagem de Luis Schlappriz, observa-se que este **tipo** arquitetônico era habitado pelos “*pobres*” da cidade do Recife.

Imagem: 3.5: Mocambos nas Áreas Centrais do Recife



Fonte: Melo, 2003, p. 94

A partir desta imagem é possível constatar que a presença deste **tipo** habitacional estava e ainda está presente não só nas áreas centrais do Recife

como também nas áreas continentais. Estas habitações caracterizam o contraste social que se expressam na confecção das paisagens recifenses.

Enquanto a cidade se ia expandindo a partir do núcleo central, em direção ao núcleo composto pelos engenhos, este último também ia alterando significativamente a configuração morfológica de suas paisagens conforme será visto no próximo item.

3.2 A (trans)formação de uma Fração da Paisagem: Torre e Madalena

As terras que compunham o engenho Torre foram doadas para um abastado colono conhecido como Marcos André. A partir de então, estas terras passaram a ser utilizadas para o plantio de cana de açúcar, onde foi construído um engenho moderno movido a tração animal, que ficou conhecido inicialmente pelo nome de Engenho Marcos André (GUERRA, 1977, p. 223).

Pereira da Costa (2001, p. 59) assinala que este engenho foi herdado por um dos descendentes de Marcos André: o capitão Antônio Borges Uchoa. A partir do início do ano de 1715, esta propriedade passou por sucessivos descendentes sendo vendida em 1867 para a família Campelo (GUERRA, 1978, p. 224).

Galvão (1922, p. 388) afirma que o novo nome Engenho Torre se deu pela presença da capela, localizada próxima à casa-grande (ver figura 3.2) que apresentava uma característica peculiar: uma única torre, diferenciando-a de outras capelas existentes nesta região.

As terras, hoje conhecidas como bairro da Madalena são fruto do processo de ocupação que se iniciou a partir do século XVI. (ROCHA, 1951, p. 94). Inicialmente quem possuía a posse destas terras era o donatário⁴⁹ Duarte

⁴⁹ A partir de 1534 o rei de Portugal D. João III dividiu a colônia (no caso, o Brasil) em quinze faixas de terra. Cada uma delas passou a integrar o sistema de capitânicas hereditárias, que tinha como objetivo transferir, ocupar e colonizar o território por terceiros. Neste sistema, o rei entregava uma das capitânicas a um membro da corte portuguesa, que se transformava em

Coelho que a doou para o seu cunhado Jerônimo de Albuquerque (GUERRA, 1970, p. 191). Neste período, estas áreas constituíam grandes extensões de terras que ocupavam a margem direita e esquerda do rio Capibaribe.

Com a morte de Jerônimo da Albuquerque, as terras foram distribuídas entre seus filhos que as dividiram em partes. A partir destas informações é possível observar que estas terras sofreram os primeiros **desmembramentos**, sendo que aquelas que se localizavam na margem direita do rio Capibaribe são as que constituem hoje o atual bairro da Madalena (GUERRA, 1970, p. 191).

A interpretação que fazemos destes primeiros **desmembramentos**, no Engenho Madalena, é que eles não estavam vinculados a fins especulativos de cunho imobiliário, nem à detenção destas terras pelo especulador fundiário, nos moldes conhecidos nos dias atuais.

Uma parte das terras do engenho Madalena foi comprada por Pedro Afonso Duro no século XVI, casado com dona Madalena Gonçalves Furtado, que deu origem ao nome do engenho (ROCHA, 1951, p. 94). Após a compra destas terras, o novo proprietário, iniciou as instalações para a produção de açúcar. Segundo Guerra (1970, p. 192) o engenho funcionava através da captação das águas do rio Capibaribe, que passou a ser a força motriz para a produção do açúcar e posteriormente, passou a ser movido por tração animal (COSTA, 1905: VI e 1983:81-82)⁵⁰. Em 1630, elas foram vendidas para o sargento-mor João de Mendonça (GUERRA, 1970, p. 192).

Guerra (1970, p. 191) afirma que as terras, do engenho Torre e do engenho Madalena eram primitivamente ocupadas pelo plantio da cana de açúcar. Este dado conforma uma paisagem caracterizada por *“canaviais, carros de bois, moendas, casa de purgar, e casa-grande”* (GUERRA, 1970, p. 191). Esta ambiência retrata uma paisagem rural que era muito característica do Brasil Colônia. Além disto, Bezerra (1965, p. 34) aponta que no contexto da

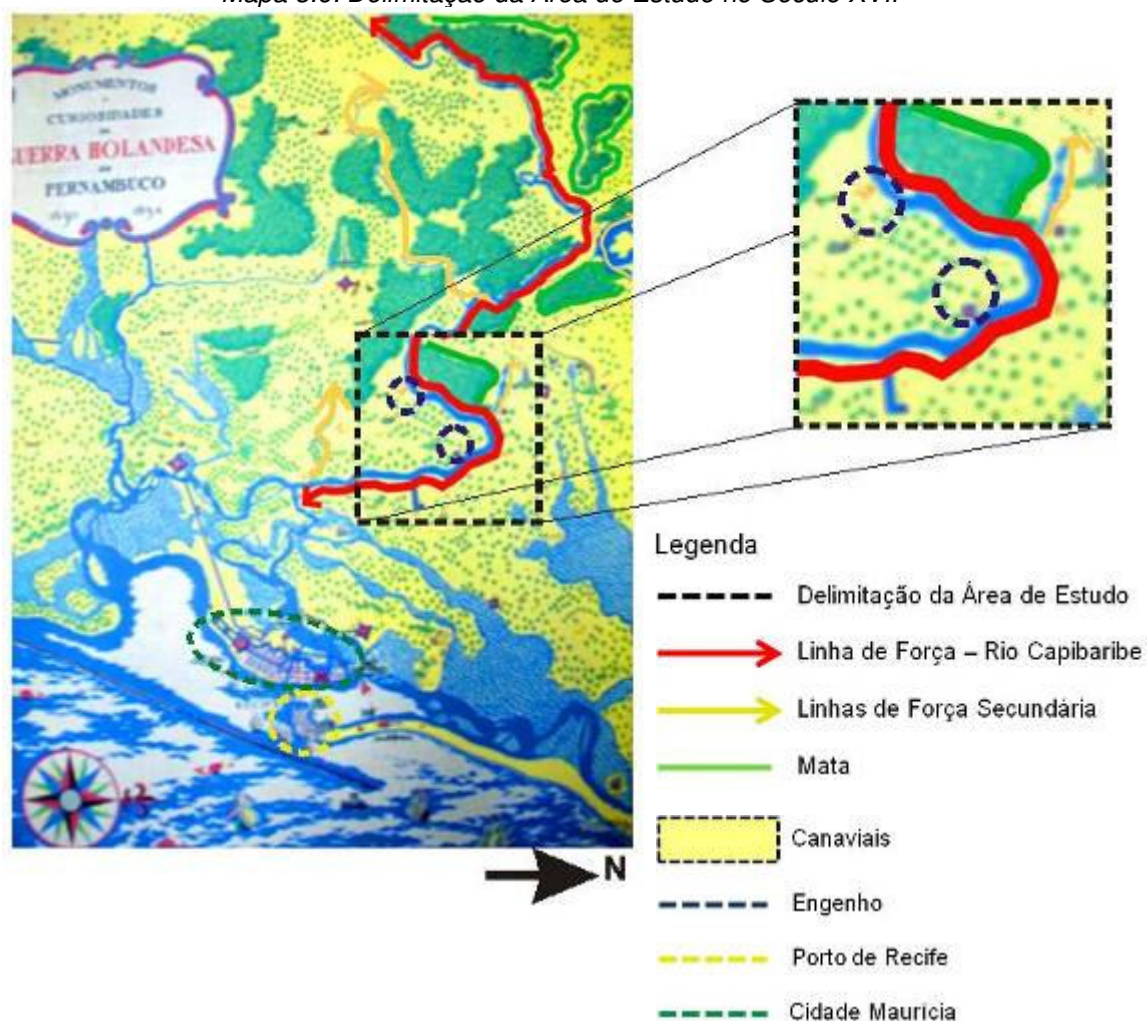
donatário (<http://www.brasilecola.com/historiab/capitanias-hereditarias.htm>, Disponível em: 28/07/2009, 16:50:22).

⁵⁰ Costa explica que a proximidade dos engenhos dos cursos d'água facilitava a moagem da cana para a produção de açúcar (COSTA, 1905, p. VII).

cidade do Recife, estas áreas eram consideradas rurais e desvalorizadas devido à presença dos mangues e dos alagados.

O mapa 3.6 representa a área dos engenhos no século XVII. A partir desta imagem, é possível observar que os engenhos eram constituídos por grandes extensões de plantio de cana de açúcar situados na margem direita do rio Capibaribe.

Mapa 3.6: Delimitação da Área de Estudo no Século XVII



Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

Ambos os engenhos, permaneceram com uma ambiência predominantemente rural até a primeira metade do século XIX, quando iniciou um processo de (trans)formação de suas paisagens mais acentuado. É nesta fase da ocupação que nestas terras iniciaram o processo de

desmembramento e passaram a ser parceladas em sítios e chácaras. Este fato é confirmado por Melo (1978, p. 64) nesta passagem:

As grandes propriedades canavieiras ou engenhos iam-se dividindo em propriedades menores ou chácaras denominadas sítios. Enchiam-se estes de fruteiras a indicar, ao lado de sua função residencial uma nova forma de utilização do solo.

Os primeiros **parcelamentos** tiveram origem a partir de 1840 com um *“tipo de urbanização iniciado pelo francês Nicolau Gadaut”* (Alves, 2009, p. 49) que visitou o Recife entre 1837 e 1838 (MELLO, 1992, p. 197). Em relação aos antigos engenhos da Torre e Madalena:

Nos fins do século XIX já se haviam transformado em subúrbios ou em povoações periféricas um bom número desses estabelecimentos rurais canavieiros, como o **Madalena**, o da **Torre** o Casa Forte, o Monteiro, e o Apipucos [grifos nossos] (MELO, 1978, p. 64).

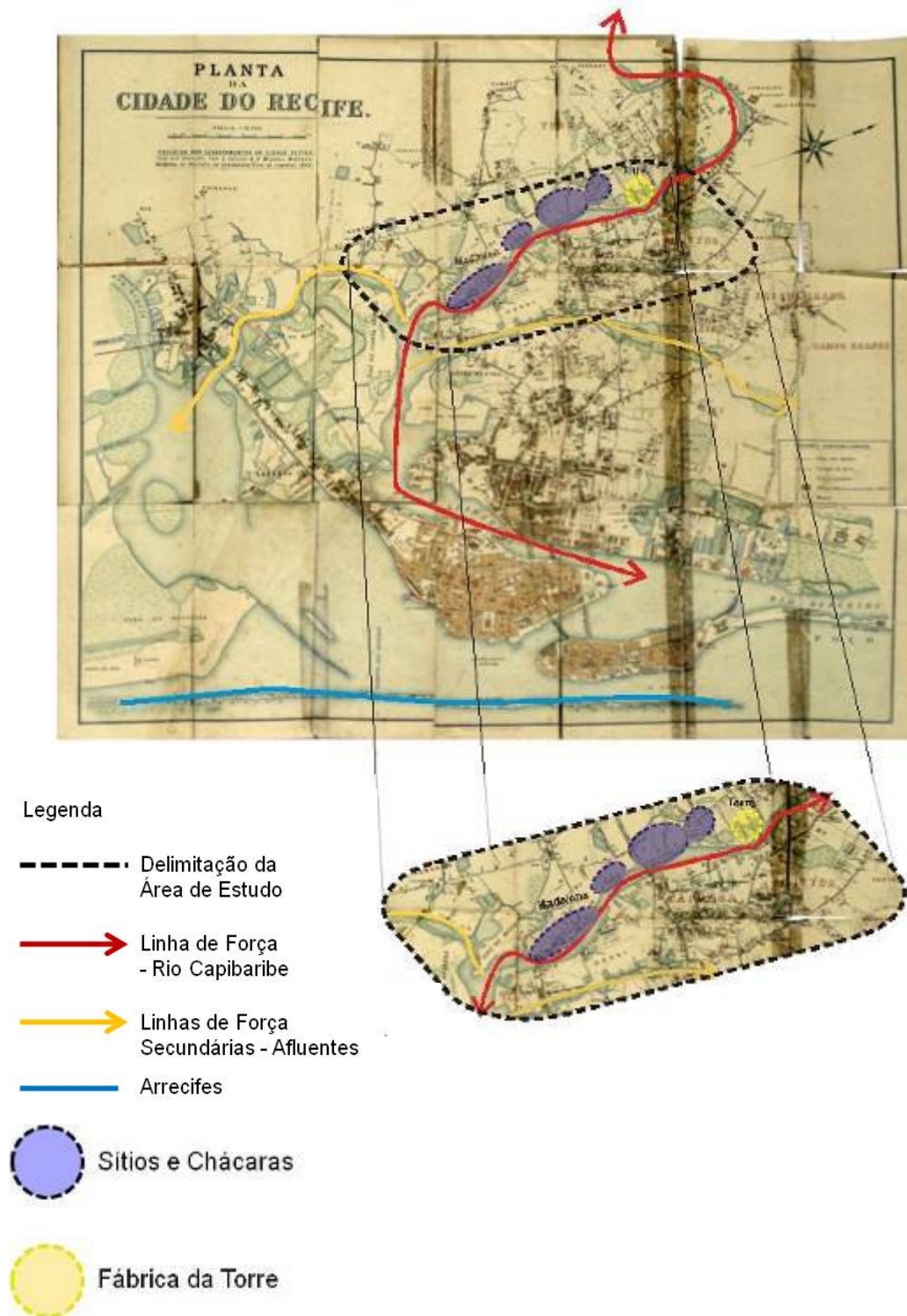
Estes **parcelamentos** são conseqüência do processo de expansão urbana da cidade do Recife para o interior, que se foi expandindo a partir do trajeto feito pelo rio Capibaribe. Mello (1992, pp. 195-196) esclarece que entre os anos de 1782 a 1850:

A cidade extrapolava os seus limites herdados do período nassoviano⁵¹ [...]. Nos fins dos setecentos e na primeira metade dos oitocentos, o Recife incorpora a chamada “várzea do Capibaribe”, isto é, da extensão que vai da Boa Vista e da Madalena até a Caxangá e a várzea propriamente dita, subindo o rio e retalhando os antigos engenhos de uma a outra margem em sítios e chácaras.

O mapa 3.7, elaborado por *Sir Douglas Fox* em 1906/1907 representa a cidade do Recife, já com a incorporação dos subúrbios, que eram os antigos engenhos. Este mapa que constitui um produto cultural apresenta o processo de formação dos **parcelamentos** dos arrabaldes, sendo os antigos engenhos da Torre e da Madalena, substituídos por sítios e chácaras:

⁵¹ Corresponde ao período em que Recife ficou sob o domínio holandês entre os anos de 1630 (PEREIRA DA COSTA, vol. 02, p. 05) a 1654 (GUERRA, 1981, p. 58).

Mapa 3.7: Mapa da Cidade do Recife com a Transformação dos Engenhos da Torre e da Madalena em Sítios e Chácaras



Fonte: Arquivo Público Estadual

Além do processo de expansão urbana, os **parcelamentos** resultantes das terras dos engenhos ocorreram em função de fatores sócio-políticos como o declínio da cana-de-açúcar no século XVIII, que culminou com a baixa dos preços deste produto no mercado internacional. Este declínio foi rapidamente superado, no início do século XIX (ALVES, 2009, p. 40), o que culminou na migração dos engenhos para o interior do estado de Pernambuco (BEZERRA, 1965, p. 34).

Associado a estes fatos, Alves (2009, p. 50) assinala que “*o surgimento da cultura do café no centro-sul do país*”, também contribuiu para o enfraquecimento das oligarquias canavieiras, viabilizando os **parcelamentos** dos antigos engenhos, localizados em algumas das áreas das várzeas do rio Capibaribe, na cidade do Recife.

A saída dos engenhos para o interior contribuiu para a liberação de terras que culminou na construção de novas habitações, facilitando ainda mais a expansão urbana. Esta se fazia necessária, devido aos melhoramentos urbanos advindos com a Abertura dos Portos que impunha a necessidade de uma ampliação do seu perímetro. Carvalho (1992) aponta que os melhoramentos urbanos culminaram em novas necessidades das famílias mais abastadas, dentre as quais se destacam as casas de lazer às margens do rio Capibaribe.

Associado aos melhoramentos observa-se que o aumento populacional da cidade do Recife, em especial nos bairros centrais, também constituiu um fator de propulsão da expansão desta cidade. Melo (1978, p. 115) aponta que no século XIX, o crescimento populacional aumentou significativamente. Este autor esclarece que o principal motivo para isto deve-se:

Ao processo econômico regional [que] repercutiam favoravelmente sobre o porto, a praça e a vida urbana do Recife. Um deles foi o aumento da produção algodoeira do Nordeste e de sua conseqüente exportação. Um outro foi a [...] abertura dos portos, com a qual o país começava a romper seus laços de dependência colonial.

Concordando com o que foi exposto acima, Alves (2009, p. 42) acrescenta que o crescimento da cidade no século XIX, também se deveu à

“migração do campo para a cidade por causa da implementação do processo de modernização ocorrida com a implantação das usinas a partir da segunda metade [desta] década”.

Com a implantação das usinas, que começaram a se fixar no interior a partir de 1884 (MELO, 2003, p. 90), os rios, e em especial, o rio Capibaribe, começou a perder a função que tinha no tempo dos engenhos, dando início ao processo de poluição deste recurso hídrico (ANDRADE, 1989, p. 84).

O século XIX marcou uma nova fase da história do Recife, onde se destaca o governo de Francisco do Rêgo Barros, o Conde da Boa Vista, que governou a cidade entre 1837 a 1884 (BARRETO, 1994, p. 46). Este governador ficou conhecido pelo seu *“estrangeirismo”* proporcionando um afluxo de profissionais estrangeiros imbuídos de novas idéias, como o francês Vauthier (REZENDE, 1997, p. 29).

A vinda de técnicos europeus consolidou um período denominado por Rezende (1997) de *“afrancesamento”*. Esta fase foi marcada por grandes obras públicas, bem como pelos melhoramentos urbanos, dentre os quais podem ser citados: os passeios públicos, a iluminação das ruas, a construção do cais ao longo do rio Capibaribe (CARVALHO, 1992).

A litogravura de F.H. Carls, ilustrada na figura 3.6, datada de 1878, retrata a ponte Princesa Isabel, que serve de ligação entre o bairro de São José e o bairro da Boa Vista, onde se observam a materialização das novas *“marcas”* impressas na paisagem pelo homem sobre o meio físico, refletindo o seu novo conjunto de valores, imbuídos das idéias de progresso e de modernidade da época.

Figura 3.6 Vista do Bairro da Boa Vista, a partir da Ponte Princesa Isabel



Fonte: Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Paralelo a todas as (trans)formações nos elementos morfológicos que estavam ocorrendo na paisagem recifense, o século XIX presenciou a construção de quatro novas pontes que continuavam a viabilizar a formação e expansão do **tecido urbano** da cidade em direção aos arrabaldes.

Dentre as novas pontes construídas neste período podem ser destacadas: a ponte Buarque de Macedo em 1845 (JORGE, 2007, p. 81), a ponte Princesa Isabel (ilustrada na figura 3.6) construída duas décadas depois (JORGE, 2007, p. 88) e a ponte Duarte Coelho em 1884 (JORGE, 2007, p. 95).

A construção destes elementos morfológicos refletiam um ideal de modernidade e de progresso para as sociedades daquele período, e em especial dos grupos dominantes. Segundo Arlego (1989, p. 60), as pontes, viabilizaram a implementação do transporte coletivo entre as áreas centrais e os subúrbios.

Isto porque, o século XIX, na cidade do Recife, foi marcado pela forte valorização do **espaço urbano** e das estruturas físicas que viabilizavam as práticas urbanas nos espaços públicos, dentre os quais se destaca o “*arruar*”⁵² e o “*footing*”⁵³ explicitado por Sette (1978).

Até a primeira metade de século XIX, o Recife, tinha o seu **espaço urbano** organizado segundo a ótica de valorização dos espaços privados e o

⁵² Arruar é o ato de passear nos espaços públicos.

⁵³ Footing era o nome dado pelos ingleses ao ato de arruar. Este também estava relacionado aos setores de renda que eram bem relacionados no meio social.

desprezo e desvalorização dos espaços públicos, notadamente a rua, que era um local desprestigiado e muito discriminado, já que os indivíduos que a utilizavam eram as pessoas de baixa renda e os escravos.

Ainda em 1850, no Recife, somente as estrangeiras, as mulheres de má reputação e as criadas livres, ou mesmo as escravas, é que tinham a liberdade de ir às lojas fazer compras. Se alguma senhora insistia em ir - o que era raro - teria que ser acompanhada do marido, do filho, ou de um irmão, e estes últimos já adultos. (GUERRA, 1981, p. 48).

Esta assertiva de Guerra (1981) reflete muito bem a desvalorização dos espaços públicos pelo setor social de maior renda desde o início da formação da cidade. Simultaneamente a estes fatos, a presença dos *tigres* no meio urbano caracterizava ainda mais esta desvalorização.

Tigres haviam sido alcunhados os negros escravos encarregados de retirar dos domicílios os vasilhames onde se depositavam os dejetos intestinais dos moradores, a fim de ir esvasiá-los na maré (*sic*) (SETTE, 1941, s/p)

Assim, podemos constatar que há uma clara contradição do povo recifense, em relação ao rio Capibaribe, ora marcada pela valorização, ora marcada pelo desprezo deste recurso hídrico tão importante para a formação da cidade do Recife.

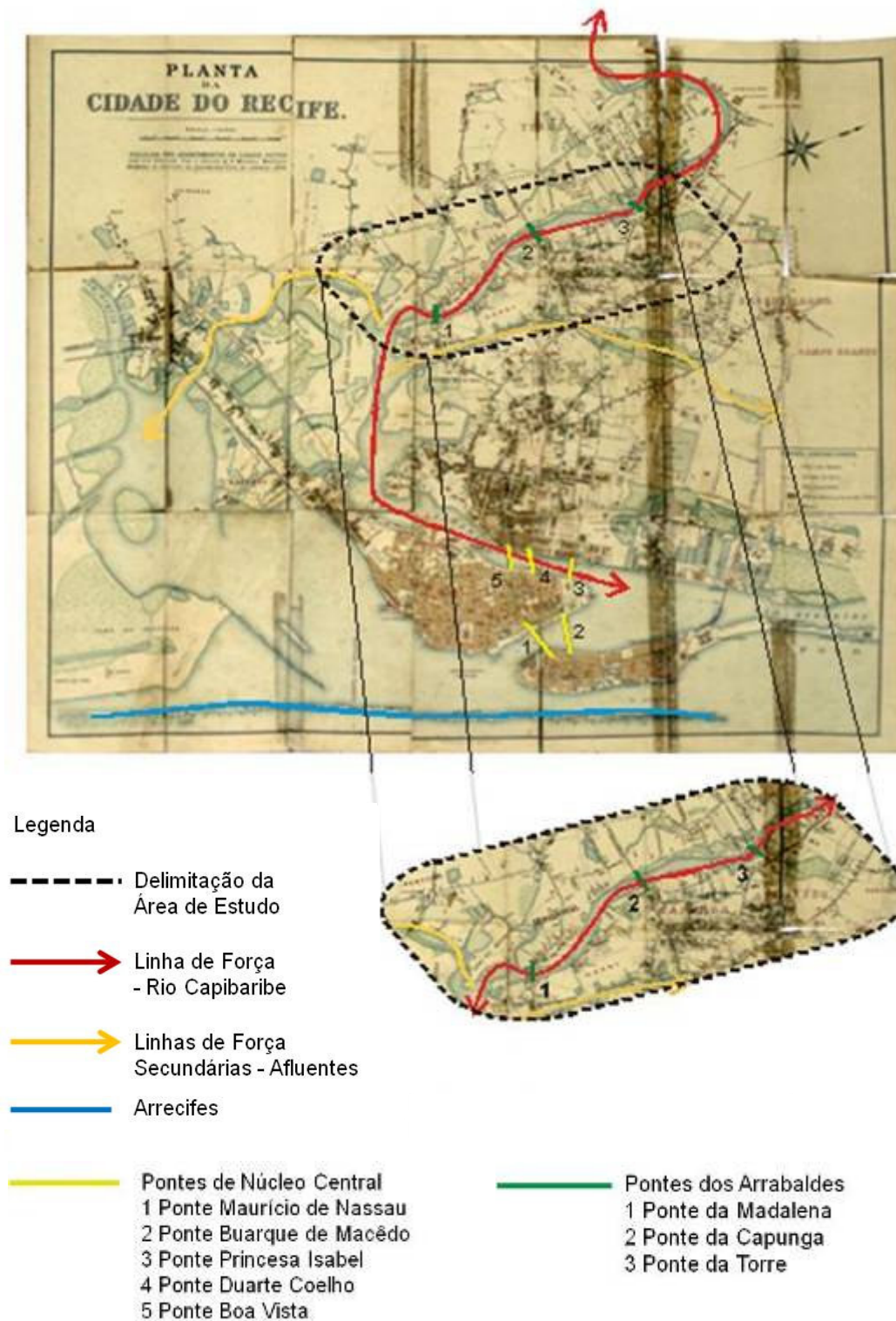
O comportamento da sociedade e, conseqüentemente, a valorização do **espaço urbano** só irá sofrer modificações substanciais a partir do final do século XIX. As pontes, enquanto elementos morfológicos foram gradativamente se impondo na paisagem recifense, conformando o que Lynch (1999) estabeleceu em sua obra como "*marcos*", que além do seu valor de uso, também faz do Recife "*uma fisionomia única entre as cidades brasileiras*" (MELO, 2003, p. 70). Portanto, no contexto deste trabalho as pontes constituem importantes elementos simbólicos para a construção de identidade da paisagem urbana.

Como conseqüência da crescente expansão da cidade em direção aos arrabaldes, verifica-se a necessidade de se instalar os serviços de transporte coletivo, construindo-se novas vias de ligação que contribuíram para a ampliação e estruturação da **malha urbana** da cidade do Recife. Os

transportes viários foram gradativamente substituindo os transportes fluviais, que eram realizados através do rio Capibaribe até 1860 (MILFONT, 2003).

O mapa 3.8, de *Sir Douglas Fox*, da primeira metade do século XX, destaca o rio Capibaribe como o principal eixo estruturador da **malha urbana** da cidade do Recife. Neste mapa, ainda podem ser destacadas as pontes que funcionam como importante elemento morfológico de ligação entre o núcleo central do Recife e os arrabaldes.

Mapa 3.8: Malha Urbana da Cidade do Recife Representada pelas Pontes nos Arrabaldes



Fonte: Arquivo Público Estadual

As casas localizadas na margem direita do rio Capibaribe, no arrabalde da Madalena, possuíam cais de atracamento “*com escadas descendo para dar acesso às canoas e aos botes*” (MELO, 2003, p. 80) “*que serviam para a navegação fluvial*” (ALVES, 2009, p.49).

Até meados do século XIX, o rio Capibaribe era largamente usado pelas famílias abastadas dos arrabaldes como via de transporte até o centro. Sobre isto Parahym (1978, p. 122) destaca que:

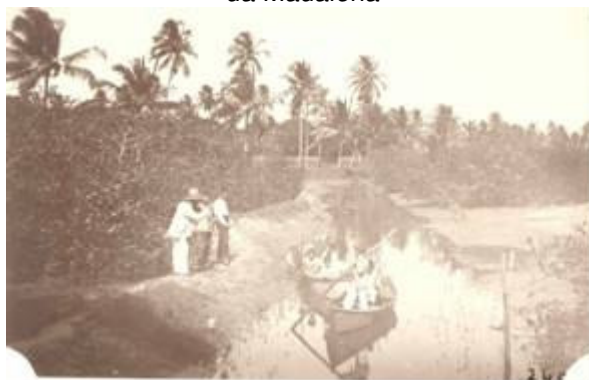
As famílias residentes nos subúrbios e arrabaldes vinham para o Recife em canoas [...] Também nas canoas se faziam as mudanças e o transporte de lenha. E passeava-se simplesmente. O rio era utilizado ao máximo.

A utilização do rio Capibaribe, tanto para transporte de pessoas quanto de mercadorias era facilitada pela construção de passagens que começaram a ser construídas a partir da implantação dos primeiros engenhos nas várzeas do rio Capibaribe (MELO, 2003, p. 85) e se caracterizaram como “*marcas*” na confecção das paisagens do Recife “*que imprimia no tecido urbano, [...] o caráter hídrico da cidade*” (MILFONT, 2003, p. 117)

As passagens também fizeram parte da formação da **malha urbana**, pois a partir delas foram posteriormente construídas as vias. O objetivo inicial de sua construção era viabilizar o acesso das mercadorias e de pessoas até os barcos que iriam fazer o seu transporte.

A figura 3.7, datada de 1905 registra uma das passagens no então arrabalde da Madalena, onde as pessoas utilizavam largamente o transporte fluvial através das canoas.

Figura 3.7: Passagem Fluvial no Arrabalde da Madalena



Fonte: Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco (Autor Desconhecido)

Dentre as passagens existentes, a mais conhecida, era a antiga Passagem da Madalena, que hoje já não mais existe. Ela foi substituída no século XIX por uma ponte de ferro. A figura 3. 8, de autoria de F.H. Carls, em 1878, retrata a Ponte da Madalena, originalmente construída em ferro, em substituição à antiga passagem e só no século XX, substituída pela ponte atual.

Figura 3.8: Ponte da Madalena

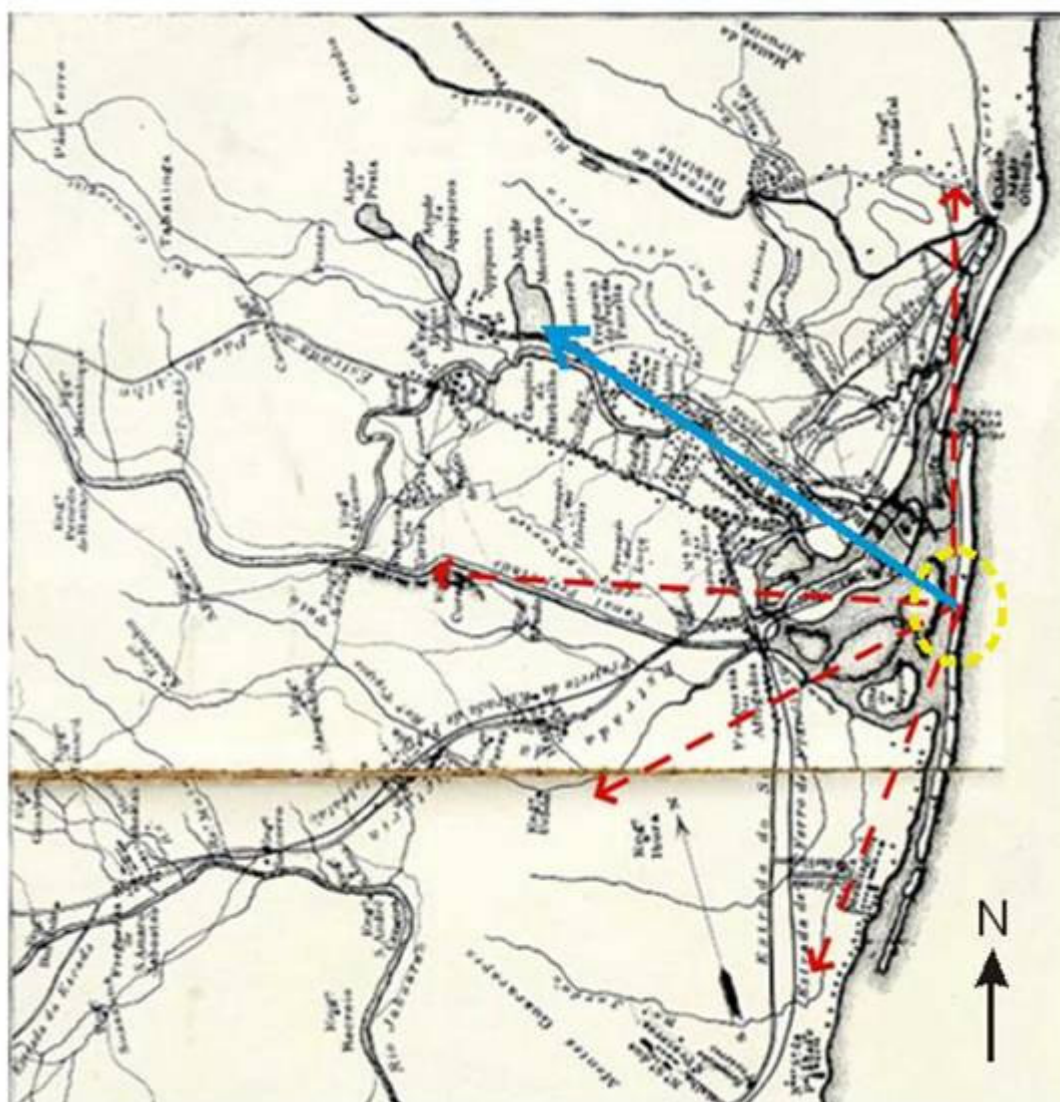


Fonte: Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Barreto (1994, p. 52) assinala que no século XIX, a cidade do Recife já apresentava uma configuração radial bastante consolidada, com as principais linhas de transporte convergindo para o porto e seguindo o curso dos principais rios, conformando o que Melo (1978) caracterizou como um desenho tentacular. Corroborando esta afirmação, Alves (2009, p. 49) acrescenta que, durante todo o século XIX, o rio Capibaribe “*funcionou como um importante fator de urbanização*”.

O mapa 3.9 apresenta a formação da **malha urbana** da cidade do Recife em 1870, tendo o rio Capibaribe, como principal eixo articulador, a partir do porto, onde se destacam as principais vias terrestres que convergiam do porto, em direção aos arrabaldes.

Mapa 3.9: Malha Urbana da Cidade do Recife no Século XIX



Legenda

---> Malha Viária (Sistema Rádio-Cêntrico)

---> Malha Viária (Sentido Leste-Oeste)

--- Porto do Recife

Fonte: Litografia de F.H. Carls.
Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Nos dias atuais, esta via, representada pelo rio Capibaribe, embora expressa na paisagem da cidade do Recife, e em especial nas paisagens dos bairros da Torre e da Madalena, tem tido o seu valor de uso substituído pelo seu valor simbólico. Assim, este não mais é utilizado como via de transporte fluvial, mas sim como “*imagem*” associada à contemplação, ou ainda como um símbolo de *status* das sociedades contemporâneas, notadamente das famílias que podem adquirir unidades habitacionais localizadas em suas margens.

Em função do processo contínuo da expansão da **malha urbana**, os arrabaldes também sofreram alterações significativas com a abertura de vias terrestres, com o objetivo de atender às demandas populacionais. Dentre elas, pode ser destacada a construção da ponte Lasserre em 1884, que interligava o arrabalde da Capunga a Madalena.

Em 1966, a então Ponte Lasserre foi destruída em função das cheias do Capibaribe e reconstruída com o nome de Ponte Professor Moraes Rego, hoje popularmente conhecida como Ponte da Capunga (MEMORIAL DO RECIFE, 2009).

A construção da Ponte da Torre, também se deu no século XIX. Este elemento morfológico foi construído com o intuito de interligar o subúrbio das Graças ao da Torre. Originalmente, construída em madeira, esta ponte foi destruída em função das cheias do Recife, e reconstruída em concreto após a última das grandes enchentes do Recife ocorrida em 1975 (MEDEIROS, 2005, pp. 74-75).

Vale destacar que vários autores como Sette (1978) e Freyre (1942) enfatizam a presença das pontes enquanto importantes símbolos da vida cotidiana da cidade do Recife. Símbolos estes que foram se tornando um dos responsáveis pela construção e consolidação de uma identidade local.

Foi neste período, que os arrabaldes, e em especial os subúrbios da Torre e da Madalena, presenciaram a abertura de importantes ruas (ver mapa 3.10). Assim, elas foram se formando no século XIX, nos arrabaldes constituindo elementos de importância para a compreensão da **leitura da**

forma urbana, haja vista que elas constituem a base da estrutura urbana e conseqüentemente, direciona o **uso e ocupação do solo**.

Além das pontes, foram destacadas no mapa 3.10 as principais ruas da área em estudo. Vale destacar que todas elas foram abertas no século XIX, em função do processo de expansão da cidade do Recife que impunha novos modelos urbanos, principalmente com o advento do carro que se iniciou ao final do século XIX e se popularizou no século XX.

Como pode ser observado no mapa 3.10, o arrabalde da Torre apresenta quatro vias principais que se interligam às margens do rio Capibaribe: a Rua Real da Torre, a Rua Padre Landim, a Rua Conde de Irajá e a Rua Conselheiro Theodoro. A primeira delas tem início no atual bairro da Madalena e se estende até a Rua Marcos André, onde se localiza o supermercado Carrefour (CAVALCANTI, 2002, p. 109).

A Rua Real da Torre é uma das primeiras vias que se originaram no engenho da Torre, sendo ela *“remanescente do Império, ou seja, da realeza, quando quase tudo era “real” para os imperadores e “sonho” para os súditos”* [grifos do autor] (CAVALCANTI, 2002, p. 109). As demais vias citadas não apresentam uma conexão entre o arrabalde da Torre e a nucleação central, não constituindo, assim, eixos viários de interligação deste arrabalde em direção ao núcleo portuário.

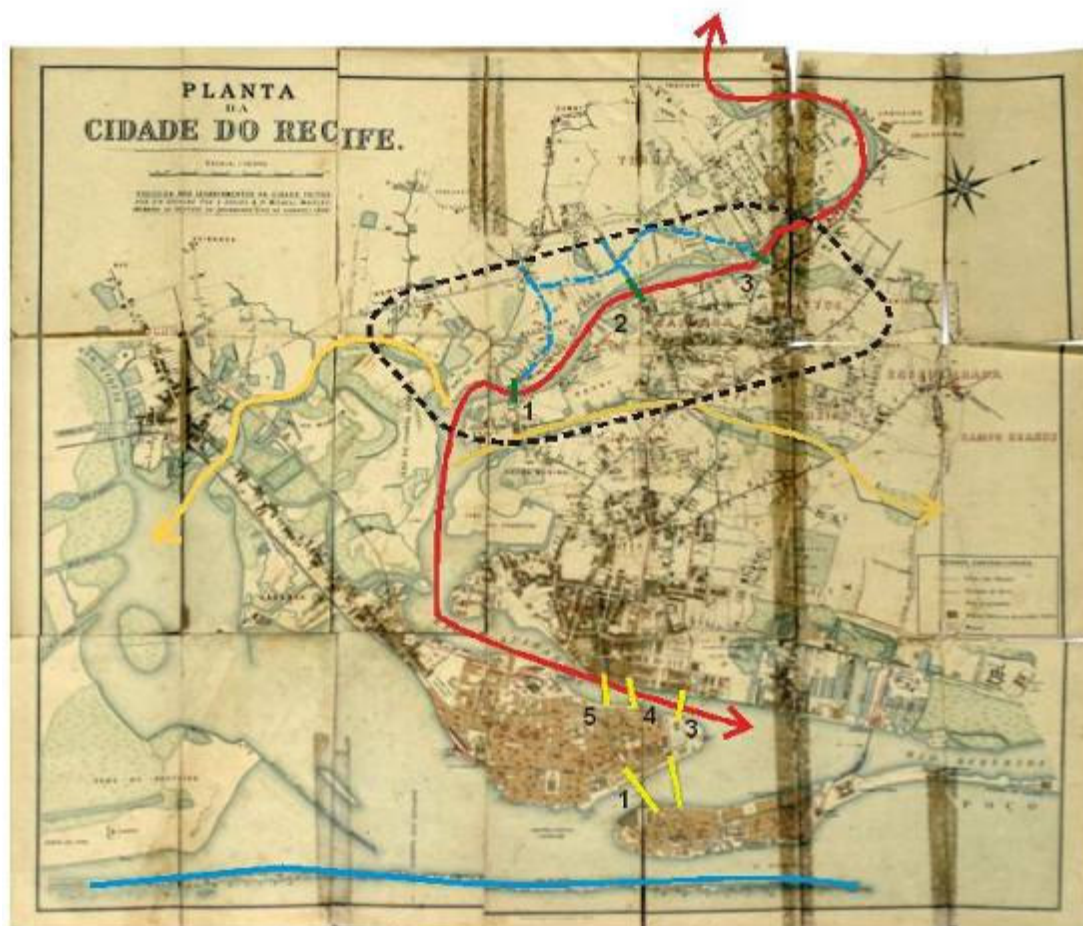
Com relação ao arrabalde da Madalena no século XIX, este apresentava duas importantes vias de ligação entre as pontes e a área portuária, que corresponde ao núcleo central. Elas são: a Rua Benfica e a Rua Irmãos Valença. A Rua Benfica foi construída em 1834. Segundo Cavalcanti (2002, pp. 94-95) esta rua se iniciava a partir da Praça Chora Menino, seguindo pela Passagem da Madalena até a ponte Prefeito Lima de Castro, também denominada Ponte da Madalena terminando na Praça João Alfredo, onde tem início a Avenida Caxangá.

Outro importante eixo de ligação do então subúrbio da Madalena é a Rua Irmãos Valença que se inicia no cruzamento da rua Real da Torre até a

Avenida Caxangá. Cavalcanti (2002, p. 95) destaca que esta rua é a continuação da Rua José Osório, que começa na cabeceira da Ponte da Capunga.

O mapa 3.10 sintetiza a **malha urbana** dos arrabaldes, com ênfase nas vias assinaladas no texto que constituíram os principais eixos de ligação dos arrabaldes da Torre e da Madalena com o núcleo urbano. Foi a partir deste sistema viário primitivo que se estruturaram as demais vias da área objeto de estudo.

Mapa 3.10: Malha Urbana Primitiva dos Arrabaldes da Torre e da Madalena



Legenda

- | | | | |
|-------|--|---------------|------------------------|
| ----- | Delimitação da Área de Estudo | - . - . - . - | Malha Viária Primitiva |
| → | Linha de Força Rio Capibaribe | — | Pontes dos Arrabaldes |
| → | Linhas de Força Secundária – Afluentes | 1 | Pontes da Madalena |
| — | Arrecifes | 2 | Ponte da Capunga |
| — | Pontes do Núcleo Central | 3 | Ponte da Torre |
| 1 | Ponte Maurício de Nassau | | |
| 2 | Ponte Buarque de Macêdo | | |
| 3 | Ponte Princesa Isabel | | |

Fonte: Arquivo Público Estadual

As vias sinalizadas sofreram várias melhorias através de alargamentos e calçamento na década de 1920. Um importante periódico desta época, a Revista de Pernambuco, assinala estes melhoramentos como sendo necessários para a melhoria da infra-estrutura da cidade, e em especial dos subúrbios recifenses já que estes eram freqüentados pela fidalguia pernambucana. (REVISTA DE PERNAMBUCO, Ano 2, Nº 07, s/p).

Assim, os **parcelamentos** aliados à abertura das vias nos arrabaldes, viabilizaram uma nova **tipologia** arquitetônica, caracterizada por casas soltas nos lotes, contrapondo-se aos sobrados dos bairros centrais. As novas residências eram ocupadas durante o final do século XIX e início do século XX em caráter sazonal e posteriormente em caráter permanente (LUBAMBO, 1991, p. 54).

As novas habitações que se localizavam às margens do rio Capibaribe, estando aí inseridos os arrabaldes da Torre e Madalena, são caracterizadas por Tollenaire (1978, p. 101) nesta passagem:

Há em volta da cidade do Recife lindas casas de campo, onde a gente abastada reside entre novembro até o começo da quaresma; as mais notáveis estão situadas nas risonhas margens do Capibaribe.

Esta afirmação pode ser constatada na figura 3.9, de autoria de Schalappriz, em meados do século XIX, que retrata uma parte da Passagem da Madalena. Nesta imagem é possível observar a transformação **tipológica** das habitações de caráter residencial dos subúrbios, antes representadas pelos engenhos, com a inserção de novas moradias voltadas para o rio Capibaribe. Silva (1993, p. 210) ressalta que *“as boas casas [...] como os sobrados da Madalena [...] foram edifícios levantados com a frente para o rio; com a face para a água”*

Foto 3.9: Parte da Passagem da Madalena



Fonte: Setor de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Estas habitações apresentavam uma **tipologia** marcada pelos ornamentos vindos da Europa, o que lhes conferia uma feição eclética. Além disto, elas eram caracterizadas pela presença dos *“jardins e terraços [que] avançam até o rio; ora belas planícies bordadas de mangues, ou de plantações de mangueiras, magníficas, de laranjeiras e de cajueiros”* (SILVA, 1998, p. 52).

Entretanto, deve-se destacar que, embora houvesse a busca de um caráter de “modernidade”⁵⁴ nessas casas, constata-se que a relação de dependência entre os setores de renda média-alta e os pobres ainda era e continua sendo muito forte. Melo (1978, p. 77) aponta que:

À medida que as senzalas foram diminuindo, ou seja, foram sendo substituídas pelos sobrados, ocorreu o crescimento das aldeias de “mucambos” e de palhoças, que passaram a localizar-se perto dos sobrados e das chácaras [grifos do autor]

Com o fim do regime escravo, a população representada pelos negros libertos, que não tinham um espaço adequado para fixarem suas habitações, começaram a ocupar as áreas alagadas dos subúrbios. Estas áreas foram denominadas por Melo (1978) de *“Mucambópolis”*. Sobre a localização dos mocambos nos subúrbios Castro (s/d, p. 153) afirma que:

Esses mocambos são construídos, via de regra, nas terras menos valorizadas do Recife, nos alagados nos mangues,

⁵⁴ O sentido de modernidade do século XIX está relacionado no Brasil com as práticas de modernidade européias e não com o sentido de criação de uma identidade brasileira, que só vai emergir a partir do início do século XX, tendo como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, que instaura o “Modernismo” no Brasil.

nos terrenos de maré. O fator econômico, as miseráveis condições de vida dos seus habitantes constituem, pois, um fator de localização de certos bairros da cidade, naquelas áreas inaproveitáveis, sem grandes trabalhos de engenharia.

A figura 3.10 retrata os mocambos nas margens do rio Capibaribe na década de 1930. Estas habitações estavam localizadas no bairro da Torre e sintetiza a apropriação destas áreas ribeirinhas pouco valorizadas, para serem ocupadas por uma população de baixa renda.

Figura 3.10: Mocambos nos Arrabaldes da Torre, Década de 1930



Fonte: Setor de iconografia da Fundação Joaquim Nabuco (Autor desconhecido)

Portanto, no contexto da cidade do Recife, é possível observar que havia uma inter-relação entre as pessoas dos setores de renda média-alta e baixa que compartilhavam espaços distintos, porém muito próximos. Sobre isto Alves (2009, p. 17) assinala que *“destaca-se na configuração da cidade, a freqüente proximidade das áreas pobres e das áreas de residências média e alta”*.

Esta dependência está relacionada ao fato de que a proximidade de moradia dos dois setores de renda encontra-se arraigada no processo de ocupação da cidade do Recife desde o século XVI, primeiramente sob a forma das senzalas. Estas se localizavam nas proximidades das casas-grandes, embora ocupando espaços distintos. Esta relação continuou nos sítios e chácaras, que tinham como **tipologia** os palacetes construídos com as áreas dos serviçais localizadas na parte externa da edificação principal.

Atualmente, as casas-grandes foram substituídas por uma **tipologia** formada por edificações verticalizadas e as senzalas pela **tipologia** dos mocambos. A relação de dependência que existe entre os dois setores é bastante clara. Os “*pobres*” dependem das atividades econômicas demandadas pelos “*ricos*”, como por exemplo, através de empregos de baixa qualificação dentre os quais se podem destacar: porteiro dos edifícios e empregados domésticos que no contexto da sociedade recifense ainda estão presentes nas relações sociais.

Pode-se observar ainda nas iconografias 3.8 e 3.9 que as residências dos subúrbios eram ocupadas pela aristocracia recifense que utilizava o rio Capibaribe tanto para fins medicinais como para as atividades de lazer (SILVA, 1998, p. 61). Ainda sobre os banhos de rio, Tollenaire (1978, p. 101) assinala que:

É nas margens do Capibaribe que cumpre ver famílias inteiras mergulhando no rio e nele passando parte do dia, abrigadas do sol sob pequenos telheiros de folhas de palmeira, cada casa tem o seu, perto do qual tem um biombo de folhagem para se vestir e se despir.

Assim, próximo às residências, voltados para o rio Capibaribe, havia os banheiros de palha que eram utilizados principalmente pelos apreciadores dos banhos medicinais (SILVA, 1998, p. 61). Freyre (1942, p. 122) menciona que na década de 1940, estes banheiros já não mais faziam parte da paisagem das margens do rio Capibaribe, no arrabalde da Madalena, embora os casarões ainda estivessem presentes com a frente voltada para este elemento hídrico.

Os banhos de rio eram compartilhados por todos os habitantes, sem distinção de classe social ou raça. (MELO, 1976, p. 197). Esta afirmação assume um papel importante no contexto deste trabalho, devido ao fato de que uma sociedade fundamentada em uma elite escravocrata e patriarcal apresentava uma relação democrática com este recurso hídrico, o que o torna um elemento de importante valor simbólico.

Na medida em que a cidade ia-se adensando, se fez necessária a expansão de seu **tecido urbano**, influenciando na formação da **malha urbana**.

Tal fato culminou no surgimento de novas **tipologias** habitacionais não mais caracterizadas apenas por palacetes. Além das casas das famílias abastadas, havia nas margens do rio Capibaribe, casas destinadas as famílias de setores de renda menos abastados conforme descrito nesta passagem: *“são pequenas e brancas casinhas de andar térreo, com jardins na porta e nos flancos, plantados de laranjeiras, limões, romãs e muitas outras espécies de árvores de fruto* (KOSTER, 1978, p. 38). Complementando estas informações Pereira da Costa (2001, p. 158) assinala que o subúrbio da Torre, no século XIX, era caracterizado por *“boa casaria, elegantes prédios e grandes sítios”*.

No caso específico do arrabalde da Torre, o **uso e a ocupação do solo** deu de forma distinta em relação ao da Madalena. Isto porque, na Torre os sítios e chácaras se prestavam ao cultivo de frutas e hortaliças que abasteciam a cidade do Recife. Neste sentido, embora houvesse a *“boa casaria”* sinalizada em Pereira da Costa (2001), este arrabalde era menos valorizado pela aristocracia e famílias mais abastadas da cidade.

Assim, na margem do rio Capibaribe, correspondente ao arrabalde da Torre, não se constata a presença de casario e palacetes voltados com a frente para as águas, e sim extensas plantações. Neste sentido, a paisagem desta área era bastante distinta daquela que caracterizava o arrabalde da Madalena.

Os periódicos do início do século XX, apresentam várias reportagens descrevendo o aumento de construções de casas nos arrabaldes do Recife, conforme descrito nesta passagem: *“é grande o número de casas novas que se vão construindo, dia a dia em progressão sempre crescente, dando a cidade uma perspectiva sempre nova e agradável”* (REVISTA DE PERNAMBUCO, 1925, Ano: 2 , Nº 07, s/p). Estas novas construções eram facilitadas pelo fato de que os terrenos pertenciam a grandes proprietários que os **desmembravam** *“sendo, portanto, fácil a sua divisão em lotes, e conseqüentemente, a venda para construções”* (REVISTA DE PERNAMBUCO, 1925, Ano: 2, Nº 07, s/p).

É importante destacar que o subúrbio da Torre foi pouco registrado quanto à **tipologia** dos seus sobrados. Este fato encontra respaldo no geógrafo Cosgrove (1998), que enfatiza a tendência da sociedade capitalista em

expressar nas paisagens as “*marcas*” das classes dominantes. Ora, este subúrbio, ao final do século XIX, foi largamente ocupado pelos setores de baixa renda em função da construção das vilas operárias que davam suporte à fábrica da Torre.

Portanto, esta área era marcada pelo contraste das edificações, ora representada pela boa casaria dos sítios, ora pela construção das vilas operárias, em função da implantação da fábrica têxtil, que se localizava nas margens do rio Capibaribe. Esta construção está expressa na paisagem da Torre nos dias atuais, embora **o uso e a ocupação do solo** tenham sido alterados. A historiografia não apresenta muitas informações quanto à **tipologia** e à forma de ocupação das casas localizadas às margens do rio Capibaribe nesta área da cidade.

Embora a **morfologia** dos subúrbios da Torre e da Madalena tenha sido bastante alterada, passando a se constituírem áreas suburbanas muito pitorescas, implantadas às margens do rio Capibaribe, (GUERRA, 1970, p. 194), é importante ressaltar que ainda no século XIX existiam grandes áreas de matas pertencentes aos engenhos (MELLO, 1976, p. 197). Tal assertiva nos leva a pressupor que as mudanças ocorridas nestas terras foram gradativas, materializando no meio físico, os novos valores sociais.

Paralelo ao processo de ocupação de moradias unifamiliares pelos diferentes setores de renda, os subúrbios do Recife também apresentaram o advento do processo de industrialização que começou a constituir novos **usos e ocupação do solo**. Verifica-se, assim, que nos arrabaldes constituídos por estes antigos engenhos, houve uma diversificação nos **usos e ocupação do solo** com a criação das fábricas.

O fator primordial de impulsionamento da industrialização dos arrabaldes foi a produção do algodão. “*Algumas fábricas começaram a ser implantadas na cidade e marcaram uma conformação diversa da existente, ocupando áreas dos antigos engenhos*” (ALVES, 2009, p. 53). Este fato propiciou uma migração da população do campo para a cidade, aumentando ainda mais a quantidade de mocambos nos subúrbios (ALVES, 2009, p. 53).

Assim, o subúrbio da Madalena recebeu uma indústria têxtil, de acordo com a Lei provincial n. 1000 em 13 de junho de 1870 (PEREIRA DA COSTA, vol. 09, p. 51, 1959). A mesma foi inaugurada em 31 de maio de 1871 (PEREIRA DA COSTA, vol. 09, p. 52, 1959). Esta indústria foi posteriormente realocada para o atual bairro da Torre, devido ao aumento da produção de tecidos. O subúrbio da Torre apresentava maiores extensões de terras, o que facilitava o aumento do tamanho dos galpões (DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO, 1954, p. 164).

A Companhia Fiação de Tecidos Pernambucana, conhecida popularmente como Fábrica da Torre, foi inaugurada em 1875, nas margens do rio Capibaribe. As suas instalações eram caracterizadas por altas chaminés e grandes galpões que lhe conferiam um ar de imponência e modernidade (ESPELHO, 1937, Ano: III, Nº 22, s/p), refletindo os novos valores sociais das sociedades da época.

Para Correia (1998) as estruturas fabris eram constituídas por uma série de equipamentos, que passaram a caracterizar uma nova organização da **malha urbana**, e que davam suporte aos operários. Dentre estes equipamentos, destacam-se: as vilas operárias que se localizavam no terreno da fábrica, as quadras, e os espaços públicos constituídos pelas praças e demais equipamentos, que deviam suporte ao operariado que residia no mesmo local das instalações fabris. O então subúrbio da Torre recebeu outras fábricas de menor porte no século XIX e início do século XX, conforme atesta Pereira da Costa (2001, p. 158):

[Nota-se] ainda os seus estabelecimentos industriais, como fábricas de tecidos e de fósforos, usina de açúcar e destilação de álcool, olarias mecânicas e outras que ainda seguem o sistema da antiga rotina.

Contraopondo-se a esta paisagem fabril, o subúrbio da Madalena, entre o século XIX e o início do século XX, continuava a receber as famílias mais abastadas, e conseqüentemente, sua paisagem era muito distinta daquela produzida no subúrbio da Torre, muito embora ambos sejam vizinhos e formem uma linha contínua às margens do rio Capibaribe.

Assim, devido à dinâmica de expansão da cidade e do desenvolvimento econômico, durante o século XIX, se foram formando grupos distintos que compunham a elite urbana do Recife, onde se destacavam comerciantes e banqueiros citadinos, em sua maioria de origem estrangeira (LUBAMBO, 1991, p. 55). De acordo com Lubambo (1991, p. 55) houve a ascensão de uma classe média no Recife representada “*pelos famílias de posses modestas, com bons empregos, mas sem luxo*”.

Nos dias atuais, a presença das chaminés da Fábrica da Torre, constitui o que Lynch (1999) denominou de “*marcos*”. A perda de um elemento como este altera a relação de determinados grupos sociais com o ambiente. A figura 3.11 ilustra a chaminé da antiga fábrica nos dias atuais, cercada pelos edifícios que competem com ela na paisagem.

Figura 3.11: Chaminé da Fábrica da Torre Cercada Pelas Edificações Multifamiliares Verticalizadas



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Elementos pontuais, como a chaminé, que possuem visibilidade física para outros grupos culturais que formam a cidade, constituem elementos de referência urbanos. Sua perda implica na alteração da maneira como são interpretadas essas paisagens.

Além disso, os “*marcos*” contribuem para a permanência dos elementos morfológicos através da idéia do “*locus*” defendida por Rossi (1995, p. 147). Isto irá colaborar para a manutenção da memória coletiva, auxiliando a

“compreender o significado da estrutura urbana, da sua individualidade, da arquitetura da cidade, que é a forma dessa individualidade” (ROSSI, 1995, p. 199).

Daí vem à importância de manter os “marcos” urbanos, como a chaminé da antiga Fábrica da Torre, que constituem importante elemento de referência para os grupos sociais que habitam a cidade, e de modo especial para aqueles que moram no bairro da Torre.

Nos dias atuais, com a crescente verticalização no entorno das margens do rio Capibaribe, no bairro da Torre, é possível constatar que esta chaminé tem perdido a sua importância enquanto marco na paisagem. Isto porque, os edifícios multifamiliares de elevado gabarito têm gerado uma concorrência com os marcos visuais da cidade, e em especial, para este trabalho, com a chaminé, conforme observado da figura 3.11.

Além destes fatos, constatou-se que há um *web site*⁵⁵ em circulação na internet, o qual explica a intenção de transformar as instalações da antiga fábrica em um *shopping Center* de acesso privilegiado “até para embarcações marítimas e fluviais”. Um dos *posts* deste *web site* assinala que a paisagem representada pela fábrica, já foi alterada em função da construção da Avenida Beira Rio, o que viabilizaria a implantação deste empreendimento.

Tal fato nos remete ao capítulo teórico, em especial a autora Zukin (2000, p. 90) que explica que as sociedades contemporâneas organizam o espaço físico da cidade mediante os novos valores de consumo. Estes são caracterizados pelo que ela denominou de “consumo visual” e “espetáculo do vazio”. Ambas as expressões estão relacionadas às novas “imagens” contemporâneas que usam as estruturas físicas do passado de modo a atender às novas necessidades e valores do presente.

Assim, áreas da cidade, antes desvalorizadas pelos **usos e ocupação do solo** existentes no passado, devido, por exemplo, à presença das vilas

⁵⁵<http://wikimapia.org/5215644/pt/Antiga-Fabrica-da-Torre-e-Centro-Administrativo-do-BANORTE-Futura-Instala%C3%A7%C3%B5es-do-Shopping-Center-Torre-Capibaribe>
(Disponível em: 19/10/2009, 9:52:11)

operárias, que se caracterizavam como habitações destinadas aos “*pobres*”, passam a ser imbuídas de novos valores atribuídos pelas sociedades contemporâneas, devido à mudança **de uso e ocupação do solo**, tornando-se valorizadas para outros grupos sociais que passam a ocupar esta área.

Portanto, como resultado deste contexto, as (trans)formações das paisagens da cidade do Recife são o reflexo de “*um ato criador da vontade humana para servir às necessidades e aos desejos mais imperiosos de uma coletividade*” (CASTRO, s/d, p. 162). Esta afirmação de Castro (s/d) nada mais é do que a ação do homem transformando o seu meio físico de modo a refletir seu conjunto de valores que estão em contínuo processo de (trans)formação. Neste sentido, o meio físico condiciona e ao mesmo tempo é condicionado pelas práticas sociais.

Este condicionamento ocorre em função das características fisiográficas do sítio, e ao mesmo tempo devido à cultura dos grupos sociais que intervêm no meio físico de modo a atender às suas necessidades, como por exemplo, através da verticalização das edificações, dos aterros, da fixação dos mocambos nas áreas dos alagados.

É neste contexto que o Recife entra no século XX. Novas idéias de progresso e de modernidade invadem o cotidiano da cidade, cujas áreas centrais já apresentavam uma urbanização bem consolidada. De acordo com Lubambo (1991, p. 66):

As duas primeiras décadas do século foram marcadas pelo predomínio das correntes de pensamento que se ligavam aos ideais de progresso científico e tecnológico vigentes na época. Eram correntes intelectuais de Belle Époque que procuravam exaltar conceitos éticos e morais dentro da cidade do Recife.

É nesta fase, que a cidade do Recife, no início do século XX, passa por (trans)formações significativas de sua paisagem através de questões, como, o calçamento, a iluminação pública, e principalmente a ampliação nas redes de infra-estrutura urbana que culminaram na alteração de sua fisionomia, conforme explica Fernandes (1925, s/p).

É no começo desse século que a fisionomia do Recife perde os últimos vestígios do seu passado [...] O que a cidade ganhou em progresso e desenvolvimento material, perdeu em pittoresco e feitiço próprio. Não levamos em conta o contingente precioso de um passado tão rico em sugestões.

Segundo a *“maneira de ver”* deste autor, a cidade do Recife, sofreu grandes perdas na configuração de suas paisagens. Associada a estas modificações, Menezes (1978, p. 262) assinala que a chegada do automóvel propiciou alterações no **tecido urbano**, pela abertura de novas vias. As novas edificações dos subúrbios passaram a ser construídas voltadas para as vias e não mais para as margens do rio Capibaribe.

Com o declínio da economia agrícola e a consolidação do processo de industrialização, é possível constatar que a nova classe burguesa formada por profissionais liberais se afastou gradativamente das áreas centrais em direção aos subúrbios. Este fato possibilitou a transformação das áreas centrais que passaram a ser ocupadas por *“artesãos, os caixeiros de lojas e os trabalhadores especializados de pequenas indústrias”* (LUBAMBO, 1991, p. 55).

Ao final do século XIX, o rio Capibaribe estava tão poluído que deixou de ser utilizado para fins de lazer ativo e contemplativo como no passado. Assim, a partir da década de 1920, estas práticas foram sendo substituídas pelos banhos de mar, que passou então a ser valorizada pelos recifenses (MELO, 2003, p. 89). Sobre isto Freyre (1961, p. 46) acrescenta que:

É pena que os maus urbanistas recifenses venham revelando, nos últimos anos, fúria que em alguns parece doença contra as águas que outrora se espalhavam tão à vontade pelo burgo, como a justificarem suas pretensões de *“Veneza Americana”*. A fobia a essas águas vem se tornando tal no Recife que breve haverá quem queira aterrar primeiro o Beberibe, depois o Capibaribe, para sobre estes ex-rios se edificarem casas de apartamentos e vilas disto ou daquilo.

Simultaneamente às transformações sociais, a partir da década de 1930, a cidade do Recife passou por um novo processo de transformação morfológica que alterou a configuração do seu **tecido urbano**. Este fato é consequência da ação humana, através do Poder Público que:

Direcionou sua atuação sobre a cidade, [...] através dos planos de embelezamento das cidades, modernizando-as segundo os moldes higienistas na Europa (BARRETO, 1994, p. 60).

Assim, face as (trans)formações dos elementos morfológicos que constituem as paisagens ao longo do tempo, a cidade do Recife é caracterizada pela formação de paisagens muito heterogêneas, cujas raízes estão fortemente relacionadas com a forma de apropriação das estruturas físicas ao longo do tempo, decorrentes do conjunto de valores da sociedade, e a paisagem, enquanto simultaneamente “*marca e matriz*” (BERQUE, 1999).

Portanto, sob o ponto de vista evolutivo, o século XX é caracterizado por (trans)formações lentas dos elementos morfológicos da paisagem dos subúrbios. Estas são marcadas por novos **desmembramentos**, das chácaras e dos sítios, que foram paulatinamente parcelados em quadras e lotes conforme assinala Melo (1978, p. 64):

Em uma segunda transformação fundiária, [...], esses sítios foram divididos em terrenos para residências através de loteamentos, pelos seus proprietários e por pessoas ou empresas que os adquiriam. Os negócios imobiliários, inclusive os especulativos, foram constituindo uma fonte de renda proporcionada pelas áreas em foco, também sob o condicionamento de expansão urbana. Finalmente, a construção de casas e a abertura de ruas, completadas com a implantação das estruturas dos serviços de água, de energia e, muitas vezes, da pavimentação, consumavam o processo em função do qual foi vigorando intensivamente a forma residencial urbana de uso do espaço.

Assim, em uma sucessão de camadas históricas, os **parcelamentos** dos arrabaldes do Recife, nas primeiras décadas do século XX, já indicavam modificações em relação ao **uso e ocupação do solo**,

Apesar destas (trans)formações na paisagem dos arrabaldes, este autor assinala que durante a primeira metade do século XX a cidade do Recife, ainda mantém sua expansão segundo uma evolução radiocêntrica, só que com uma população quase cinco vezes maior, proveniente dos “*fluxos migratórios procedentes da hinterlândia*” (MELO, 1978, p. 70).

A constatação deste fato, fez com que a cidade do Recife, estando incluídos neste contexto, a área de estudo, passaram a ter um aumento significativos de mocambos, que até o ano de 1940, aumentou em 73% (MELO, 1978, p. 70).

Como forma de erradicar a grande quantidade de mocambos do Recife, Barreto (1994, p. 61) expõe que as questões relativas à habitação popular foram tratadas mediante a criação da Liga Social Contra o Mocambo que previa a construção de vilas operárias entre os anos de 1939 e 1944. Posteriormente, questão dos mocambos passou a ser tratada através da *“criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o sistema Financeiro da Habitação, consolidado pela lei nº 4.380, de 1964”* (BARRETO, 1994, p. 61).

Neste mesmo eixo de análise, os subúrbios do Recife, também tiveram uma ampliação nesta forma de **uso e ocupação do solo**, configurando novas *“marcas”* na confecção de suas paisagens, que se iam (trans)formando mediante estas ações políticas.

Devido às mudanças ocorridas na primeira metade do século XX, houve grandes transformações na **malha urbana** da cidade da cidade do Recife. Como consequência disto Melo (1978 pp. 70-71) afirma que:

Os alongamentos ou tentáculos da cidade foram-se tornando mais largos, perdendo aos poucos a configuração linear primitiva. Os bairros e subúrbios foram-se ampliando e se soldando melhor uns aos outros e ao espaço central para formar uma massa de construções contínuas.

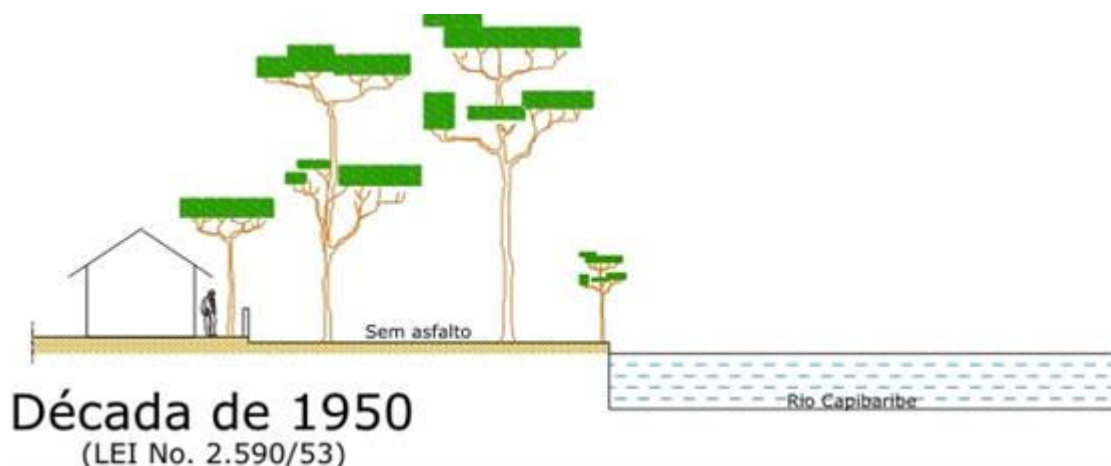
Como consequência destas (trans)formações morfológicas, a Prefeitura da Cidade do Recife sancionou o decreto lei de nº 2.590/53. Esta legislação marca o início de normas urbanísticas, definindo gabaritos, afastamentos e projeções dos edifícios. É importante destacar que esta legislação tem como base conceitual o higienismo funcionalista e não apenas o embelezamento das cidades.

Neste sentido as novas **tipologias** habitacionais das áreas suburbanas estavam subordinadas a parâmetros urbanísticos, dentre os quais se destacavam: a casa solta no lote, o que possibilitava a existência de aberturas

em todos os cômodos da residência, conferindo a estas, salubridade, dentro dos moldes higienistas da época.

Assim, esta legislação condicionava os tipos arquitetônicos, em especial nas áreas denominadas suburbanas, onde estavam inseridas a Torre e a Madalena, subordinando-as a uma **tipologia** exemplificada pelo corte esquemático a baixo.

Croquis 3.1: Tipologia Arquitetônica da Década de 1950

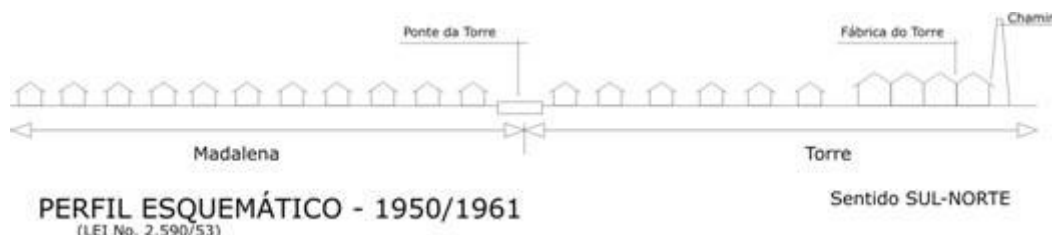


Fonte: Elaboração própria, 2010

Vale destacar que neste período, havia uma forte interação entre as casas e o rio Capibaribe. Isto porque a divisão entre os lotes e o rio era realizada por meio de muros muito baixos, que tinha a função de delimitar a área pública e a privada, mas sem isolar. Além disto, a vegetação dos jardins e das casas se confundia com a vegetação do rio, formando uma unidade paisagística.

Assim, no que concerne a área de estudo, durante a vigência desta lei, não haviam edifícios verticalizados na área e as casas estavam inseridas nos lotes que eram amplos, conforme o corte esquemático longitudinal 3.2:

Croquis 3.2: Perfil Longitudinal entre 1951 até 1961



Fonte: Elaboração própria, 2010

Na década de 1960 com o advento do decreto lei de nº 7.427/61, a cidade passou a ser dividida em zonas, de acordo com a sua função, conforme os preceitos defendidos pelo Movimento Moderno. Neste contexto, a área de estudo estava inserida na zona suburbana, que se caracterizava pela incorporação das áreas rurais representadas pelos antigos engenhos à cidade.

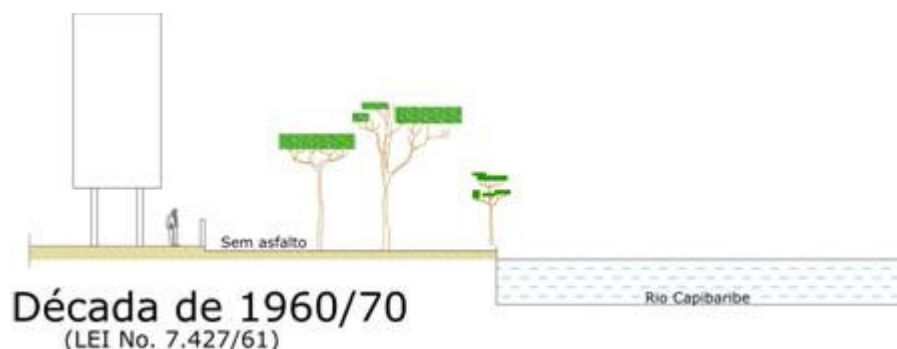
A partir desta legislação, foram construídos nas áreas suburbanas da cidade os primeiros edifícios de habitações multifamiliares. Estes podiam ter altura máxima de até 26 metros, com gabarito médio de oito pavimentos nas áreas residenciais e profundidade máxima de 25 metros (PCR, 1961, p. 08), conformando uma **relação entre dimensão e proporção** condizente com a escala do pedestre.

Ao serem implantados soltos no interior dos lotes, com recuos frontais que variavam entre 4 metros e 6 metros, passaram a conformar um **tipo** arquitetônico bastante particular do Recife, caracterizado pela possibilidade da edificação apresentar as quatro fachadas. Além disto, no que concerne a questão de **volumetria e fachadas**, estes imóveis eram caracterizados pelo percentual de **vedação** maior do que as **aberturas** nas fachadas voltadas para o rio Capibaribe. Isto ocorria porque, as fachadas eram voltadas para as vias terrestres e não mais para as margens do rio Capibaribe devido ao advento do automóvel. Este decreto apresentava também parâmetros e normas para a abertura de novas vias e loteamentos que podiam ser realizadas por particulares (PCR, 1961, p. 11-15).

A partir da construção destes primeiros edifícios, é possível constatar o advento dos muros mais altos ou gradis que passaram a separá-los das áreas

públicas, mas sem isolá-los, sendo configurada uma nova relação entre os espaços públicos e privados. Destaca-se ainda, que neste período a área começou a sofrer as primeiras alterações nas relações entre os **cheios e vazios** urbanos, conforme exemplificado no corte esquemático a baixo:

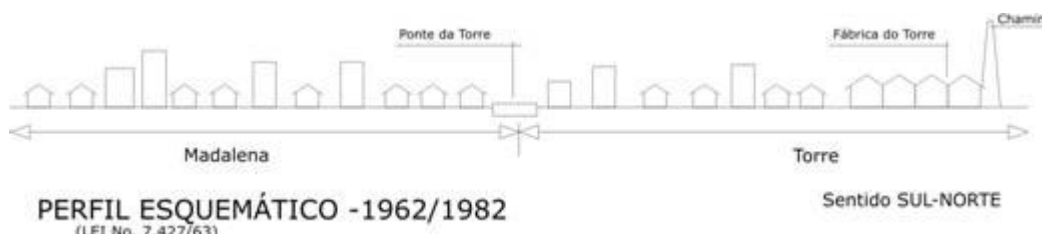
Croquis 3.3: Tipologia Arquitetônica entre 1960 até 1970



Fonte: Elaboração própria, 2010

A partir do corte esquemático 3.3, também é possível observar uma nova caracterização **tipológica** das habitações, sendo estas construídas sob pilotis com o objetivo de servir também como garagem para os carros. No que concerne a área de estudo, de acordo com os dados coletados por meio da análise dos projetos na 4ª. Regional de PCR/DIRCON, a Torre e a Madalena, apresentavam entre as décadas de 1960 e 1970 sete edificações verticalizadas, sendo quatro no bairro da Madalena e três no bairro da Torre. O gabarito destas primeiras edificações verticalizadas não ultrapassava oito pavimentos. O corte esquemático 3.4 exemplifica as características descritas acima.

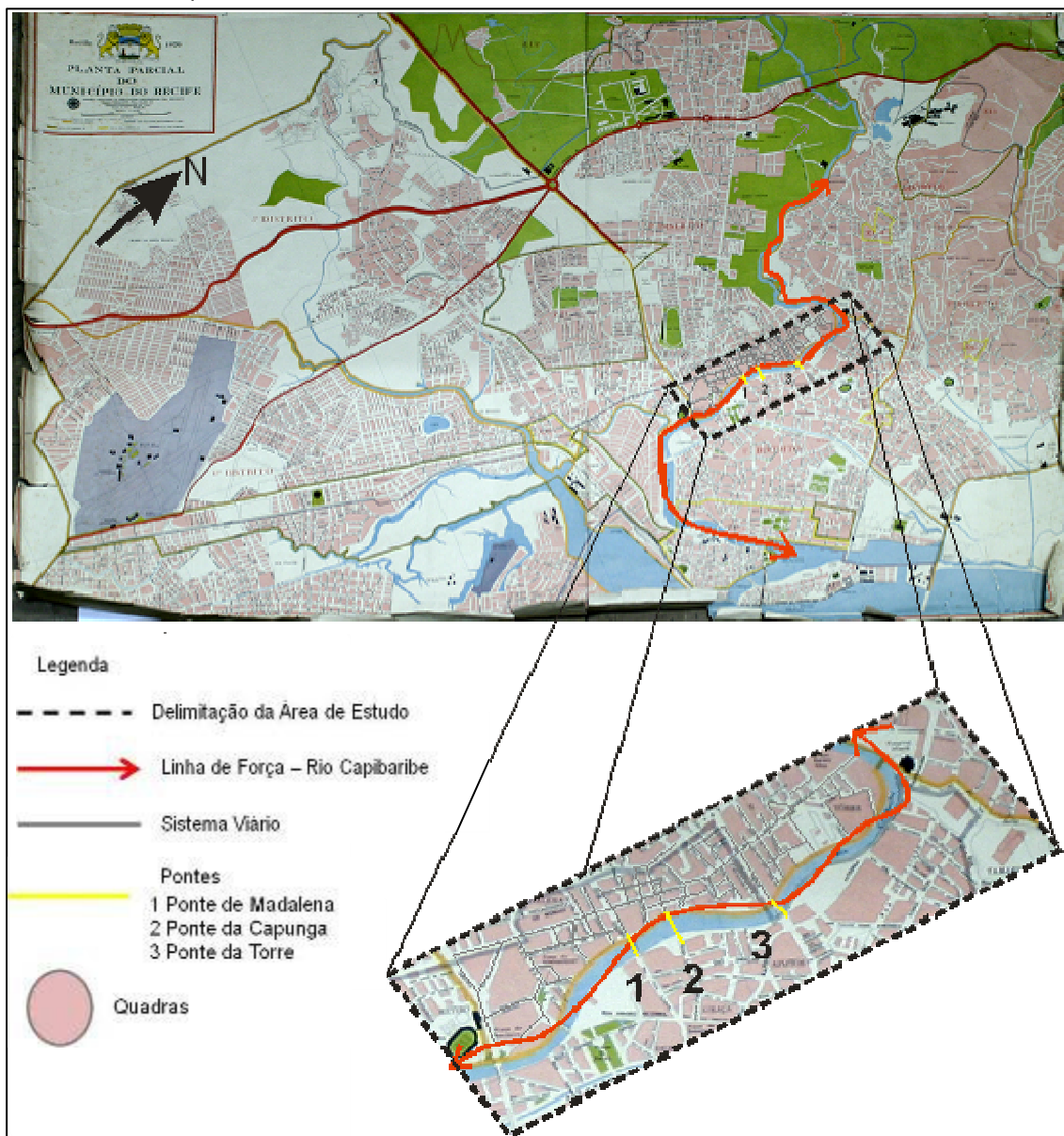
Croquis 3.4: Perfil Longitudinal entre 1962 até 1982



Fonte: Elaboração própria, 2010

Os decretos são consequência direta do processo de expansão urbano assinalado por Melo (1978). O mapa 3.11 apresenta a expansão da cidade do Recife na década de 70 do século XX, onde se verifica a crescente expansão da **malha urbana** da cidade com ênfase para a área delimitada para estudo de caso. Neste mapa é possível observar que a partir da abertura de novas vias, os terrenos sofreram novos **parcelamentos**:

Mapa 3.11: Parcelamentos da Cidade do Recife na Década de 1970



Fonte: Arquivo Público Estadual

Esta nova organização espacial do Recife possibilitou a consolidação de uma nova **tipologia** habitacional caracterizada pela verticalidade que se intensificou ainda mais a partir da década de 1970 (ALVES, 2009, p. 148) devido ao (MELO, 1978, p. 73):

Conseqüente aumento dos preços desses terrenos (que não raro, eram os mesmos de antigos sobrados tornados obsoletos) tornava antieconômico o seu aproveitamento com construções que não fossem edifícios de muitos andares.

Com a expansão urbana, os órgãos municipais necessitavam de uma nova regulação urbana para organizar e ordenar o **uso e ocupação do solo**. A primeira Lei do Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que entrou em vigor em 17 de janeiro de 1983 sob o nº 14.511 (BARRETO, 1994, p. 64), foi a responsável por substituir o decreto lei de 1961. Esta LUOS se caracterizava pela:

Organização do espaço urbano do Recife, a distribuição da população e o desempenho das funções urbanas. A preservação dos elementos naturais da paisagem e os sítios de interesse histórico e cultural, como também os valores acumulados pela sociedade e que fazem parte da história da cidade.

A partir desta legislação, a cidade ficou dividida em duas grandes áreas: a de expansão urbana, estando neste contexto os arrabaldes que, com esta lei, passaram a constituir áreas urbanas na cidade do Recife, e o núcleo que foi dividido em seis zonas: zonas residenciais, zonas de atividades múltiplas, zonas industriais, zonas especiais, zonas verdes e zonas institucionais. Além disto, com o advento da Lei 14.511/83, os subúrbios da cidade, entre eles a Torre e a Madalena, passaram à categoria de bairros (PCR⁵⁶, 1983).

É neste contexto, que a área em estudo, passou a apresentar um total de quinze edifícios multifamiliares verticalizados, sendo o bairro da Madalena constituído por nove e o bairro da Torre por seis habitações multifamiliares cujo gabarito médio era de 15 pavimentos, conforme esquematizado no corte longitudinal 3.5.

Croquis 3.5: Perfil Longitudinal entre 1983 e 1995



Fonte: Elaboração própria, 2010

Assim, foi com a LUOS 14.511/83 que o Recife iniciou um processo de verticalização mais acentuado nas zonas de expansão urbana, dentre as quais

⁵⁶ PCR – Prefeitura da Cidade do Recife.

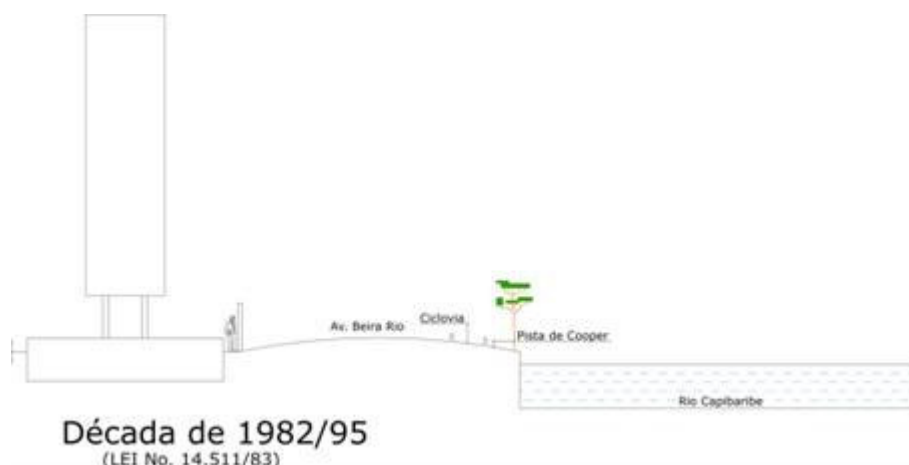
se destaca o bairro de Boa Viagem. A partir desta citação de Medina (1997, p. 540) é possível constatar que:

As taxas de ocupação do terreno, índices de intensidade do uso do terreno e afastamentos progressivos da edificação em relação às divisas do terreno levaram a configurar uma paisagem urbana indiferenciada, formada basicamente por *torres* [grifo do autor] residenciais e de serviços isoladas dentro dos limites de seus lotes (MEDINA, 1997, p. 540).

As torres com desenho indiferenciado ao qual Medina (1997) se refere têm sido materializadas na paisagem através das construções verticalizadas na cidade do Recife, cujas edificações horizontais unifamiliares têm sido rapidamente substituídas pelos edifícios verticalizados.

Neste período foram construídos edifícios com pilotis para o estacionamento de carros ou com garagens construídas no pavimento semi-enterrado. Embora, já começasse a existir certa homogeneidade na paisagem do bairro de Boa Viagem, os bairros da Torre e da Madalena ainda se caracterizavam pela heterogeneidade de edifícios multifamiliares e casas (ver *croquis 3.5*). A relação entre o espaço público e o espaço privado ainda existia, pois havia a presença de grades e pilotis, conforme exemplificado no corte esquemático 3.6:

Croquis 3.6: Tipologia Arquitetônica entre 1983 até 1995



Fonte: Elaboração própria, 2010

O processo de verticalização da Torre e da Madalena começou a ocorrer devido ao aumento da procura pela área na década de 1980, em decorrência

do controle das enchentes nas várzeas do rio Capibaribe, estando esta subordinada aos parâmetros da LUOS nº 14.511/83. Esta legislação urbana possibilitou que o setor imobiliário começasse a investir nestes bairros. No entanto, como ainda não existia a construção da Avenida Beira Rio, haviam poucas habitações multifamiliares verticalizadas e a **tipologia** arquitetônica predominante ainda era a das habitações unifamiliares, conforme destacado no *croquis* 3.5.

As edificações construídas neste período ainda não apresentavam a rede de infra-estrutura que caracteriza esta área atualmente, com os edifícios mais novos. Contudo, devido ao número médio de pavimentos, já é possível observar a superposição dos **cheios** sobre os **vazios**, tornando a área cada vez mais adensada.

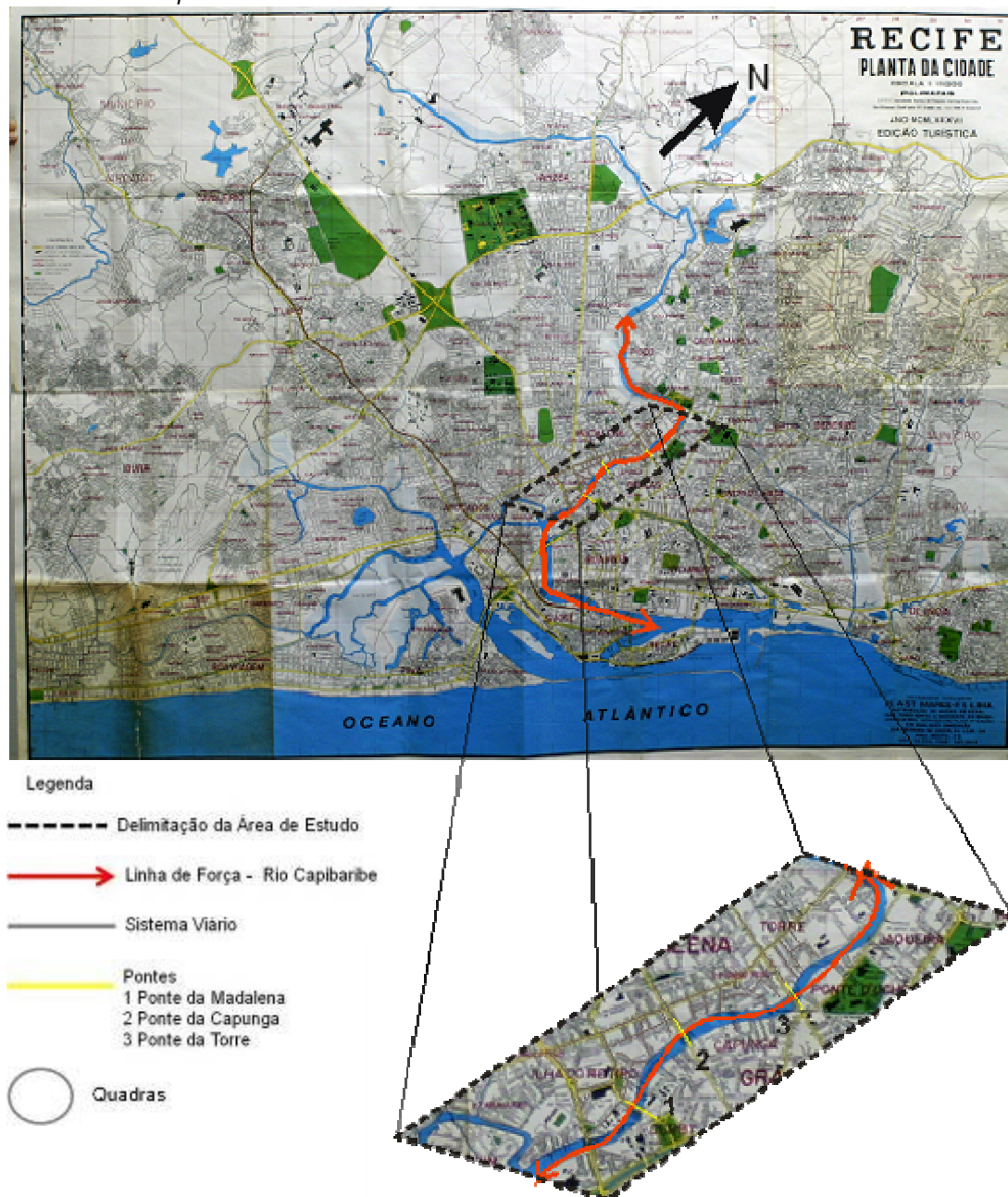
No contexto do bairro da Madalena, é possível observar que os edifícios mais antigos possuem uma **tipologia** arquitetônica caracterizada pelo tipo de superfície denominada por Kohlsdorf (1996) de plana. Este fato está relacionado à inexistência de volumes e fachadas muito trabalhadas por recortes e aberturas.

Na visão desta autora, a superfície plana facilita o que ela denominou de “diálogo” entre **o edificado** e os **espaços públicos**. Assim, as edificações que compõem o *skyline* do bairro da Madalena estabelecem uma relação de integração maior com a rua. Isto também é facilitado pela ausência de muros nos edifícios mais antigos, associados à menor verticalização que estes apresentam.

O bairro da Madalena, por ser o que recebeu as habitações multifamiliares primeiro, apresenta uma relação de **dimensão e proporção** mais harmoniosa. Ou seja, a relação entre altura e largura do conjunto edificado sofre poucas variações, quando comparados ao bairro da Torre, que na década de 1980, era menos verticalizada, já que a área ainda era pouco valorizada em função da presença da fábrica têxtil.

O mapa 3.12 ilustra os **parcelamentos** das quadras localizadas nas margens do rio Capibaribe, no início da década de 1980, com ênfase na área delimitada para estudo. Neste mapa é possível observar que a área já estava dividida em quadras menores, em relação ao mapa 3.11, devido à transformação do **uso e ocupação do solo**.

Mapa 3.12: Parcelamentos da Cidade do Recife na Década de 1980



Fonte: Arquivo Público Estadual

Dando continuidade à sucessão de **parcelamentos**, da área em estudo, em face da (trans)formação do **uso e ocupação do solo** da cidade do Recife, é possível observar que na década de 1990, novos edifícios foram construídos. Este fato está associado ao advento da segunda Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, de nº 16.176, que entrou em vigor a partir do dia 04 de abril de 1996, e à construção da Avenida Beira Rio.

A Avenida Beira Rio foi projetada com o intuito de atender às necessidades dos grupos dominantes. Assim no final do século XX, foi aprovada a sua construção, margeando o rio Capibaribe entre os bairros da Torre, da Madalena e da Ilha do Retiro, sendo o nosso estudo restrito aos primeiros dois bairros.

A construção desta avenida estava inserida em um documento maior, intitulado Recife 2000 – Propostas para a cidade, que contempla uma rede de infra-estrutura urbana para o Recife. O objetivo da abertura desta nova via foi o de facilitar a mobilidade através da ampliação do sistema viário, caracterizando um redimensionamento das vias que estavam inseridas na **malha urbana** destes bairros.

A concepção inicial do projeto desta via foi de ser uma grande radial, capaz de dar vazão ao tráfego de passagem entre a zona central (leste) e a zona Oeste, criando alternativas de ligações interbairros. O projeto da Avenida Beira Rio foi aprovado na gestão municipal do então prefeito da cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, em 30 de dezembro de 1996⁵⁷. Este projeto foi dividido em dez trechos, cujo critério para a sua delimitação foi definido a partir das interseções do projeto com ruas e pontes existentes (PCR, 2000, s/p). Vale destacar, que segundo a conclusão do memorial justificativo:

A Avenida Beira Rio torna-se realidade pela sua importância dentro da estrutura viária da cidade, além de resgatar à cidade a possibilidade de desfrutar e contemplar a beleza do Rio Capibaribe. De modo a ser entendida como obra prioritária (PCR, 1996, s/p).

Os trechos construídos até o momento estão enquadrados nos bairros Torre, Madalena⁵⁸ e Ilha do Retiro. Assim, o primeiro trecho da Avenida Beira

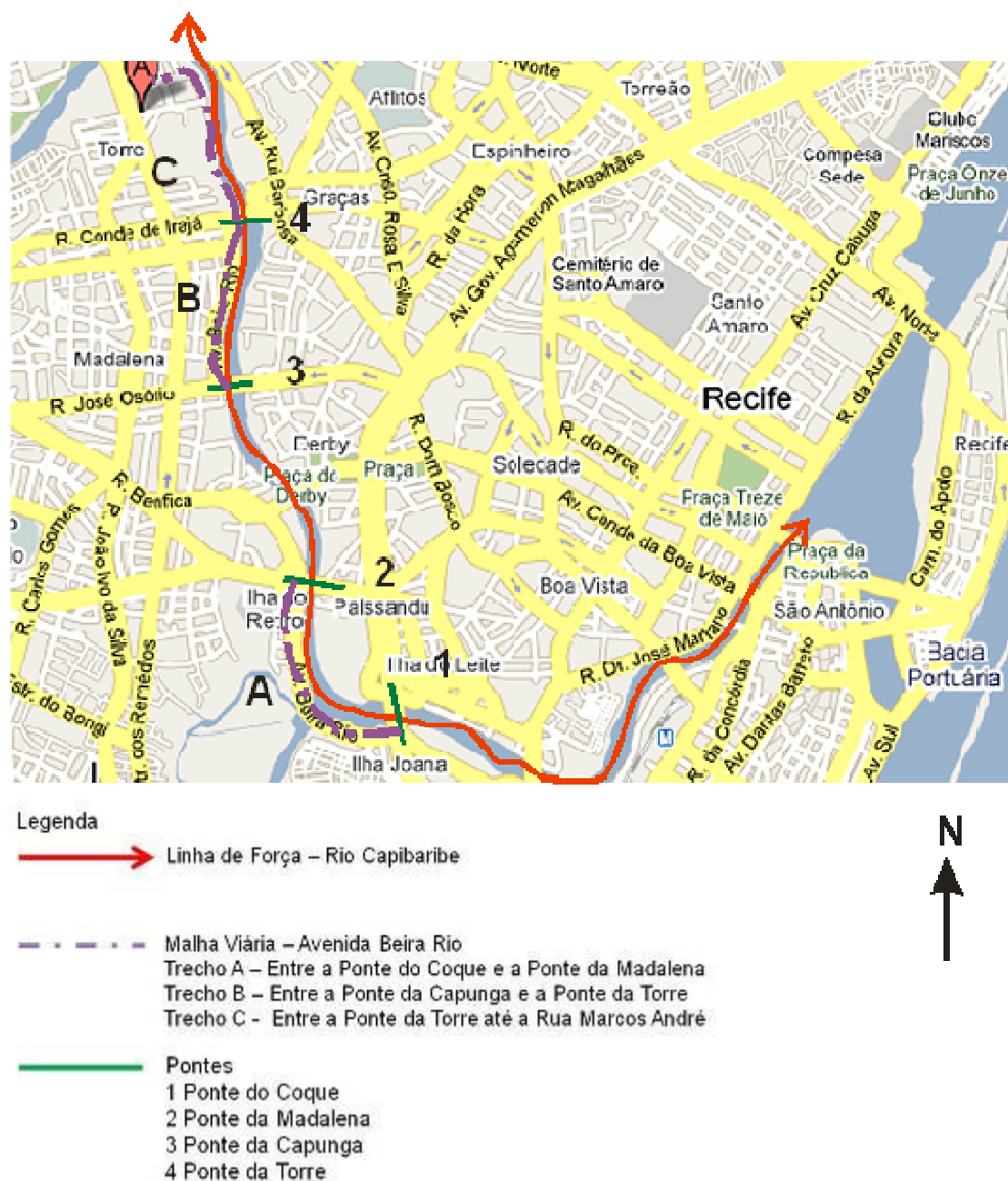
⁵⁷ A aprovação do projeto foi realizada em um consórcio entre os representantes da DIRCON e a URB, segundo MLSL, técnica da URB, Divisão de Estudos Viários.

⁵⁸ A Lei nº 16.293/97, que entrou em vigor em 01 de fevereiro de 1997, prevê uma nova delimitação para a cidade do Recife em Regiões Político-administrativas (RPA's). Segundo Ferrari (apud Nunes, 2008, p. 62) as Regiões Político-administrativas, correspondem a unidades administrativas ou circunscrições administrativas que não possuem personalidade jurídica, constituindo unidades administrativas do município, por ele administradas, como fruto da técnica da descentralização administrativa. Foi a partir da instituição das RPA's que a

Rio, está localizado entre as pontes da Torre e da Capunga, o segundo trecho entre a ponte da Madalena e a Ponte do Coque, no bairro Ilha do Retiro, o terceiro trecho está entre as Pontes da Madalena e a da Capunga, e o último trecho construído localiza-se entre a Ponte da Torre e a Rua Marcos André, no bairro da Torre. O mapa 3.13 destaca a ampliação da **malha urbana**, entre os bairros Torre e Madalena com a inserção da Avenida Beira Rio.

cidade do Recife passou a organizar sua estrutura administrativa, assim como o zoneamento urbano.

Mapa 3.13: Malha Urbana da Área em Estudo com a Inserção da Avenida Beira Rio



Fonte: Google Maps

A configuração das quadras que se localizam nas margens da Avenida Beira Rio, delimitados para este estudo, também são frutos da ação antrópica de diferentes atores culturais, ao longo do tempo. Nos dias atuais, observa-se que a confecção das paisagens, ao longo desta avenida, ocorre em função de

três grupos sociais predominantes: o setor imobiliário, o setor público (através das regulações e projetos urbanos) e os moradores.

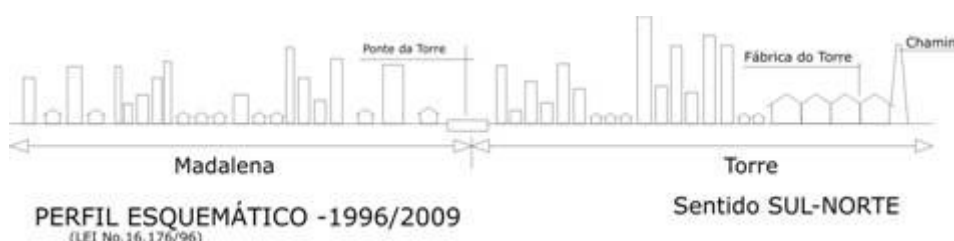
O resultado desta (trans)formação da paisagem está relacionado com a mudança dos elementos morfológicos nos bairros da Torre e da Madalena, notadamente pela ampliação da **malha urbana**, representada pela construção da Avenida Beira Rio. Observa-se que, a partir da abertura dessa avenida, associada à Lei nº 16.176/96 se intensificou a substituição **tipológica** de habitações unifamiliares por edifícios multifamiliares de elevado gabarito, onde residem pessoas do setor de renda média e média-alta.

Foi com o advento desta LUOS que a área sofreu o acréscimo de mais dez edificações multifamiliares verticalizadas, além das já construídas em períodos precedentes, sendo cinco no bairro da Madalena e cinco no bairro da Torre, totalizando treze edifícios no bairro da Madalena e doze no bairro da Torre. O número médio de pavimentos em ambos os bairros passou a ser de quinze andares.

Assim, é possível contatar a substituição paulatina das habitações unifamiliares por habitações multifamiliares, tornando a área cada vez mais adensada, sendo os vazios paulatinamente substituídos pelos edifícios que representam os **cheios** urbanos.

Foi a partir da Lei nº 16.176/96 que o processo de verticalização da cidade do Recife se acentuou ainda mais, em função dos novos parâmetros urbanísticos, conforme exemplificado no corte longitudinal 3.7, onde se percebe o crescente adensamento representado pelos edifícios multifamiliares.

Croquis 3.7: Perfil Longitudinal entre 1996 até 2009

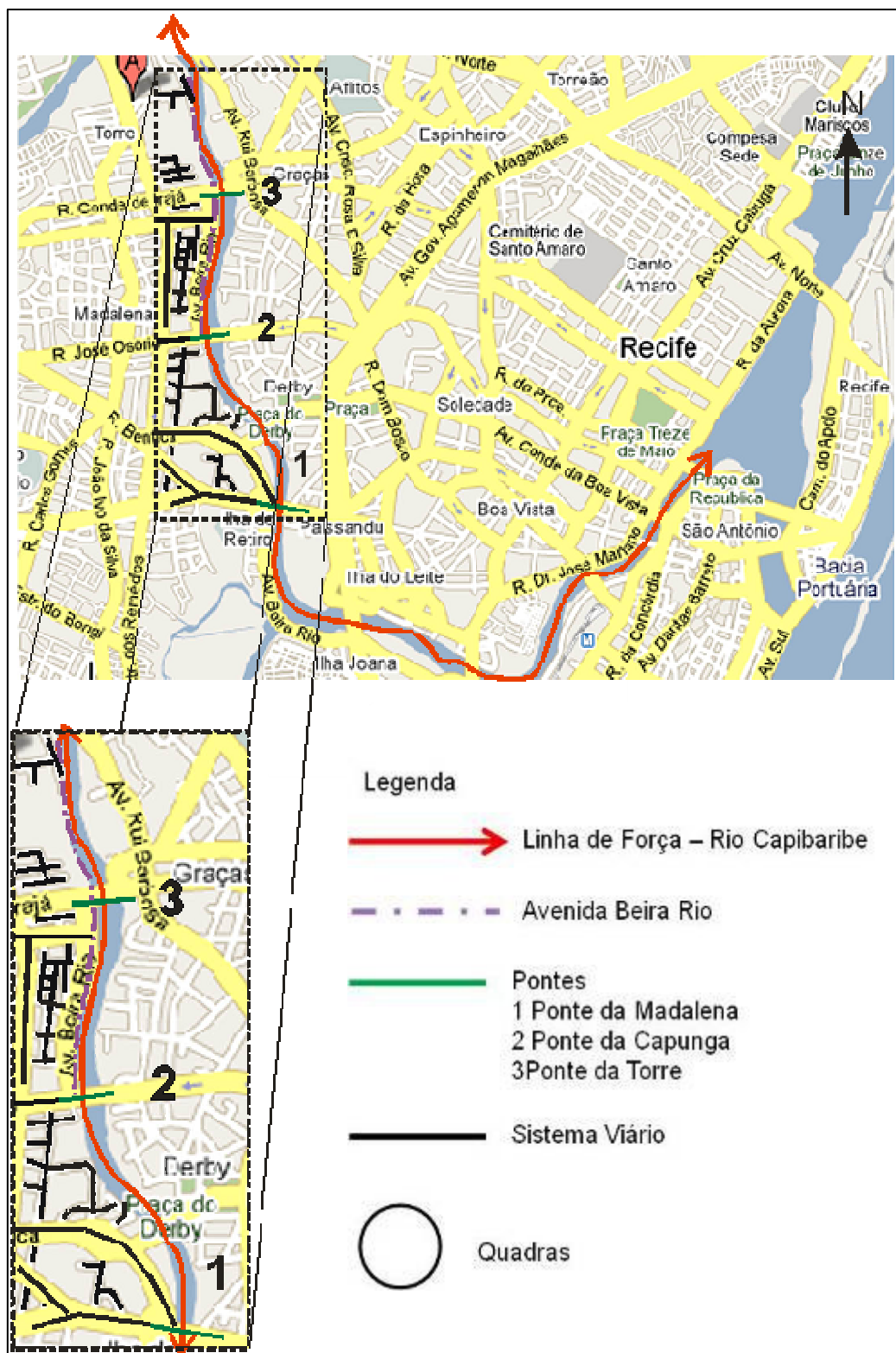


Fonte: Elaboração própria, 2010

Dentre os parâmetros referenciados pela segunda LUOS da cidade do Recife, pode-se destacar aqueles previstos para a Zona de Urbanização Preferencial 1 (ZUP 1) onde se localizam as quadras que compõem os bairros da Torre e da Madalena, ao longo da Avenida Beira Rio.

No mapa 3.14, destacam-se as quadras componentes da ZUP 1, cujos parâmetros colaboram para o processo de verticalização do local.

Mapa 3.14: Parcelamentos com as Quadras da área em Estudo

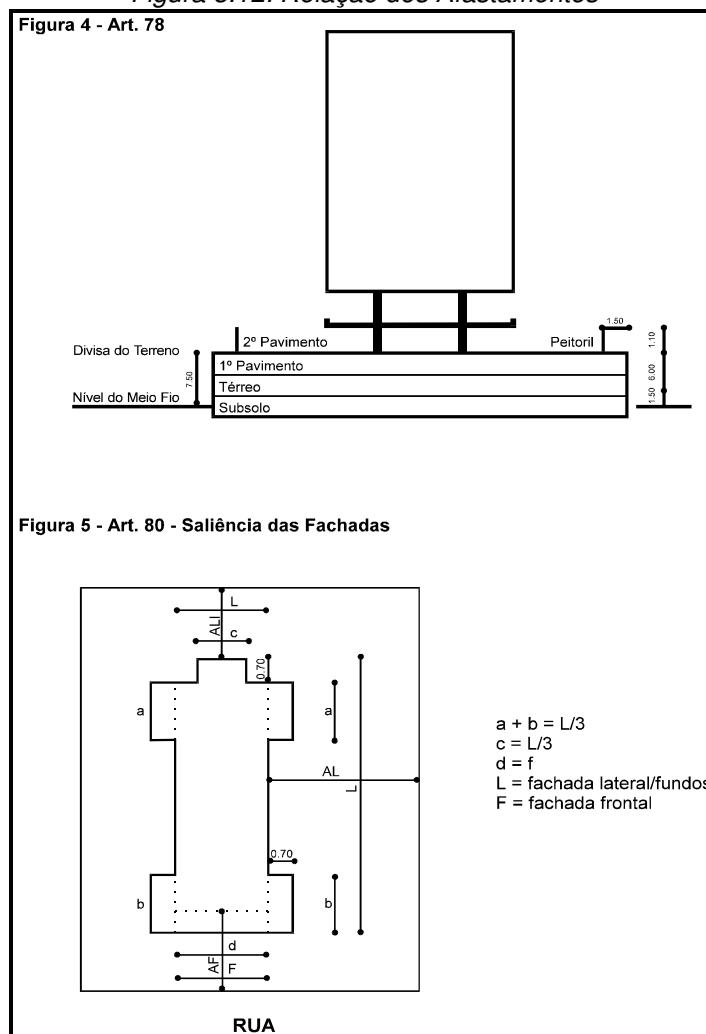


Fonte: Google Maps

Esta legislação urbana prevê um alto potencial construtivo sem restrição de gabarito das edificações, desde que sejam respeitados os parâmetros quanto aos afastamentos e taxas de solo permeável. Esta corresponde a 25% do total do lote, e o coeficiente de utilização prevê uma área máxima construída quatro vezes maior que a área do lote, configurando assim, uma proporção maior dos **cheios** sobre os **vazios**. Assim, de acordo com Alves (2009) a partir da segunda metade da década de 1990, com a implantação da Lei nº 16.176/96, a cidade do Recife iniciou um processo de verticalização sem precedentes.

Além dos fatores condicionantes já expostos, é importante salientar que esta lei possibilitou a verticalização das edificações, além de colaborar para a criação de uma nova **tipologia** construtiva que não respeita a relação entre o número de pavimentos e a largura das vias, conforme ilustrado no desenho esquemático da figura 3.12. Isso tem gerado grandes paredes que dificultam a integração dos edifícios com a via e os transeuntes, prejudicando as relações de escala no âmbito dos bairros e da cidade.

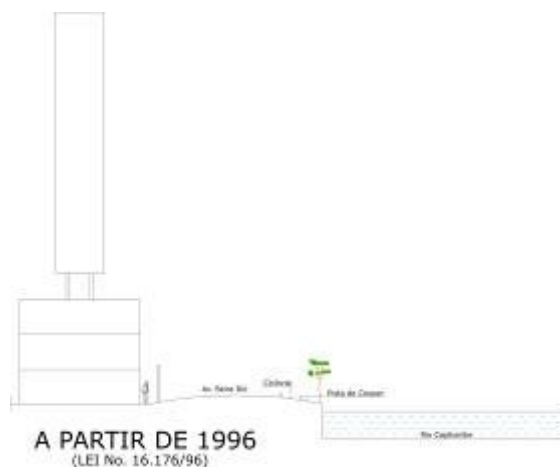
Figura 3.12: Relação dos Afastamentos



Fonte: LUOS nº 16.176/96, p.60.

Como pode ser observado, o corte esquemático 3.8 apresenta a perda da relação entre o **espaço privado** e o **espaço público**, além de apresentar o crescente aumento do muro que divide a rua do lote, isolando estes dois espaços.

Croquis 3.8: Tipologia Arquitetônica a partir de 1996

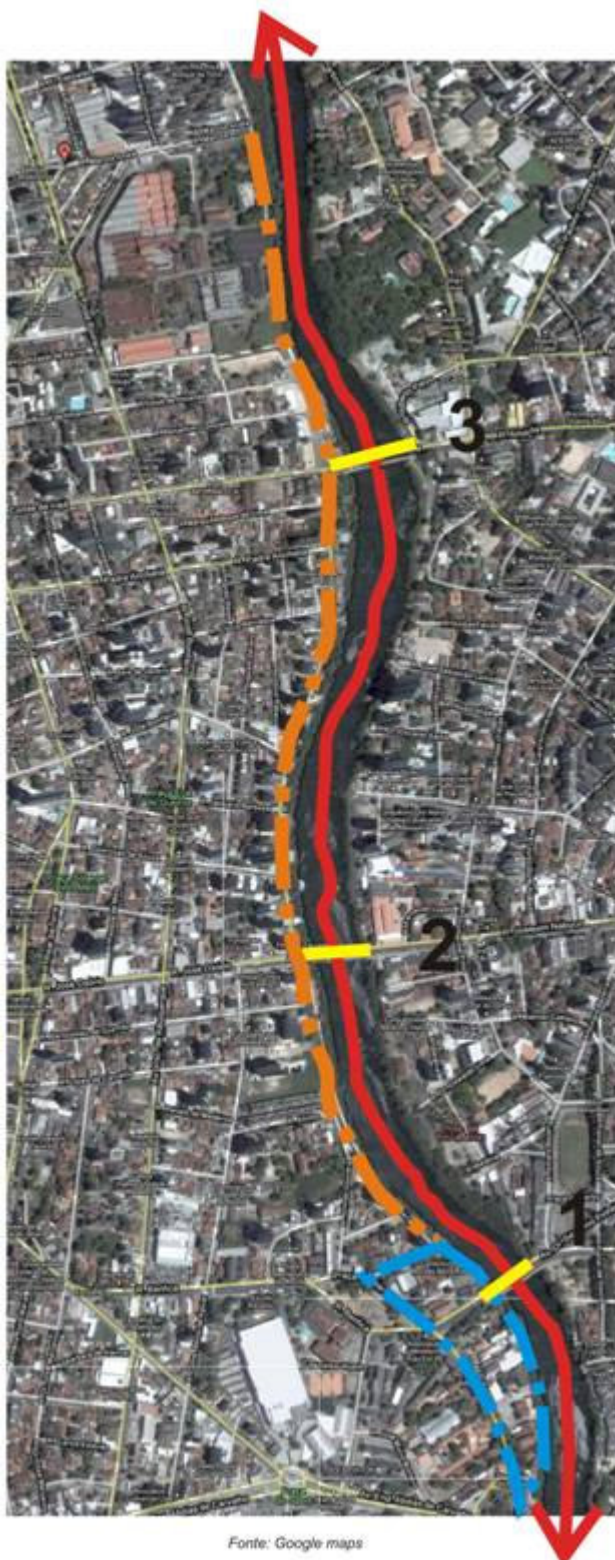


Portanto, um dos elementos responsáveis pelas (trans)formações desta fração de paisagem são as Leis de Uso e Ocupação do Solo, representadas pelas legislações urbanas e pelos projetos de intervenções urbanas e ambientais. Estes constituem representações de diferentes “*maneiras de ver*” dos planejadores, que intervêm no meio ambiente físico refletindo a cultura dos grupos dominantes.

Assim, as legislações urbanas são um dos instrumentos responsáveis pela organização da “*imagem*” da cidade, produzindo no meio ambiente físico novos registros simbólicos de elevada importância para a **leitura e interpretação das paisagens urbanas**.

O mapa 3.15 (ver página seguinte) corresponde **às relações da edificação com o lote**. Ao se observar este mapa, é possível constatar que o trecho delimitado para estudo, apresenta edifícios, cuja lâmina ocupada em relação ao tamanho do lote é pequena, haja vista que por se tratar de uma ZUP 1, a edificação deve apresentar apenas 25% de taxa de solo natural. Este fato está relacionado à característica **tipológica** da verticalização, que prevê a liberação da área do lote para a instalação de infra-estrutura, onde se destacam: área de lazer, pista de Cooper, e outros equipamentos nas dependências comuns da edificação multifamiliar.

Mapa3.15: Mapa da Área em Estudo, Relação da Edificação com o Lote e o Espaço Público



Legenda

-  Linha de Força - Rio Capibaribe
-  Pontes
 - 1 - Ponte da Madalena
 - 2 - Ponte da Capunga
 - 3 - Ponte da Torre
-  Avenida Beira Rio
-  Delimitação da ZEPH-03 Benfica

Além disto, é possível constatar através do mapa 3.10, que a área apresenta o que Kohlsdorf (1996) denominou de “*relação entre as instâncias públicas e privadas*”. Isto porque se verifica que há uma segregação intencional entre o edifício e a rua, cuja separação é bastante nítida ao longo da Avenida Beira Rio.

Este fato é mais acentuado em edifícios localizados no bairro da Torre, que além de estarem voltados para o setor de renda média-alta, são mais novos. Assim, é possível constatar que estes edifícios estão mais isolados dos espaços públicos, seja através dos muros, seja por meio dos pavimentos de garagem, conformando um conjunto de valores baseados na valorização do espaço privado, conforme pode ser observado no corte transversal representado pelo *croquis 3.8*.

A seqüência de imagens corresponde ao perfil arquitetônico da Avenida Beira Rio, no bairro da Torre e da Madalena respectivamente.

Figura 3.13: Seqüência de fotos correspondendo às Quadras Localizadas na Avenida Beira Rio, entre os Bairros da Torre e da Madalena



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

A partir da imagem representada por meio destas fotos, tiradas durante a observação livre, é possível constatar como se dá a relação entre **volumetria e fachadas**, notadamente nos dias atuais. O bairro da Torre, apresenta edifícios mais novos e, portanto, a integração entre os espaços públicos e privados já não é mais visível, como no bairro da Madalena.

As “*unidades morfológicas*”, denominadas por Kohldorf (1996), que são representadas pelas fachadas destes edifícios, apresentam um distanciamento maior da via pública através da presença de muros altos que os separam. Neste sentido, a “*fisionomia*” representada pela **volumetria e fachadas** destes imóveis nos dá uma sensação de que estes não estão integrados ao conjunto urbano ao qual pertencem.

A fábrica da Torre, cujas instalações se expressam na paisagem, também apresenta esta característica. Isto porque, nos dias atuais a sua **volumetria e fachadas** estão totalmente encobertas pela construção do muro, que a separa dos espaços públicos. Este fato tem trazido uma ruptura com as relações estabelecidas entre o espaço público da rua com esta unidade morfológica.

O mesmo tem ocorrido com os casarões do século XIX, que estão nas margens do rio Capibaribe, no bairro da Madalena, cuja expressão se alterou significativamente nos dias atuais. Hoje, suas **volumetrias e fachadas** estão em parte cobertas pela construção de muros e de apêndices que foram construídos pelos órgãos institucionais que utilizam estas estruturas físicas do passado. Assim, elas só podem ser visualizadas da outra margem do rio Capibaribe, onde está localizado o bairro do Derby.

A partir desta caracterização da área, é possível observar que a sua fisionomia tem constituído grandes paredões urbanos, cuja principal característica é a interrupção do diálogo entre as estruturas físicas representadas pelo **edificado** e os **espaços públicos**. Esta interrupção é o resultado dos parâmetros urbanísticos que incidem sobre a área, associado ao conjunto de valores das sociedades contemporâneas que colaboram para a viabilização destas características **tipológicas**.

Em relação às categorias de análise **dimensão e proporção** delimitadas por Kohldorf (1996), ao se observar os edifícios implantados a partir de 1996 no bairro da Madalena com os mais antigos, esta relação já não é tão harmoniosa. Isto se dá pelo fato de que os parâmetros previstos nas regulações urbanas, em especial a LUOS 16.176/96, prevê que as edificações devem ser construídas de modo a atender aos parâmetros de ordem concreta que são explicitados na lei, buscando o aproveitamento máximo de cada lote.

Assim, não são levadas em consideração outras relações, como por exemplo, o respeito às antigas estruturas do bairro, como o casario da Benfica que é protegido pela ZEPH – 03, o que leva a descaracterização da área de estudo.

O mesmo tem ocorrido no bairro da Torre, cuja instalação da fábrica têxtil era composta por vilas operárias voltadas para o setor de renda baixa e os seus marcos visuais não têm sido levados em consideração na relação com os projetos de habitações multifamiliares verticalizadas. Estes fatos têm gerado uma formação de **espaço urbano**, no que concerne à área delimitada para estudo, caracterizado por uma grande colcha de retalhos onde as relações **tipológicas** do conjunto pré-existente não têm sido consideradas.

Por meio da observação livre, constata-se que os edifícios construídos a partir de 1996, que compõem a área de estudo em ambos os bairros, apresentam o predomínio das **aberturas** sobre as **vedações**. Este fato está relacionado à necessidade demandada pelos moradores e incorporada pelo setor imobiliário que constrói as edificações, com grandes aberturas voltadas para o rio Capibaribe.

Segundo a nossa interpretação, a adequação a estas necessidades está pautada no enquadramento da paisagem deste rio que foi exposto no capítulo teórico através da obra de Besse (2006), Cauquelin (2007) e Claval (2004). O enquadramento da paisagem através das aberturas funciona como molduras que delimitam uma fração desta paisagem, sendo esta restrita aos moradores destas edificações. Neste sentido, a paisagem torna-se uma mercadoria, na

medida em que ela só é acessível aos moradores que podem adquirir estes imóveis.

Sob o ponto de vista morfológico, foi tomado como pressuposto que o processo de verticalização às margens do rio Capibaribe também é fruto da saturação do bairro de Boa Viagem, notadamente da Avenida Boa Viagem, que nos dias atuais apresenta poucos lotes para a construção dos edifícios, e da restrição das construções verticalizadas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS de nº 16.719/01, que criou a Área de Reestruturação Urbana - ARU⁵⁹, que abrange 12 bairros da cidade do Recife.

Esta lei regulamenta o gabarito nos bairros componentes na RPA Noroeste⁶⁰. Sendo assim, o setor imobiliário buscou áreas onde os parâmetros construtivos tivessem menos restrições. Dentre estes bairros se encontram a Torre e a Madalena, componentes da RPA 4 (Oeste) que não apresenta restrições quanto a construção de edificações de elevado gabarito.

Com a instituição da ARU, novos edifícios foram construídos na área em estudo, sendo sete no bairro da Madalena e seis no bairro da Torre, totalizando mais treze novos projetos na área de estudo. Além disto, os novos imóveis passaram a ter um gabarito médio de 20 pavimentos. Tal fato contribui para a ruptura da relação entre os espaços públicos e privados da área, haja vista que a nova **tipologia** arquitetônica advinda pelo aumento do número de pavimentos tem gerado grandes paredões que isolam estas duas esferas.

As tabelas 3.2 e 3.3 sintetizam a (trans)formação da área em estudo. É importante salientar que, nestas tabelas, não foram contemplados os edifícios que estão sendo construídos no local, nem aqueles que se encontram em processo de aprovação na 4ª. Regional da Prefeitura da Cidade do Recife.

⁵⁹ A ARU tem como objetivo, frear ou adequar as construções em função de uma infra-estrutura viária e dos serviços de abastecimento d'água, energia elétrica, esgotos e utilidades que não suportam maior demanda que a exigência atual (NUNES, 2008, p. 42).

⁶⁰ Os bairros componentes da ARU são: Afritos, Derby, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Casa Amarela, Alto do Mandú, parte da Tamarineira, Apipucos, Dois Irmãos, Sítio dos Pintos, Caxangá, Parnamirim e Santana

Tabela 3.2 Evolução do Processo de Verticalização no Bairro da Madalena

	Antes de 1983	1983 a 1996 (Luos 14.511/83)	1997 a 2001 (Luos 16.176/96)	2002 em diante (Luos 16.719/01)	Total geral
Nº de edifícios	4	5	5	2	16
Média de nº de Pavimentos Tipo	7,5	14,4	19,0	22,0	15,1
Média de nº aptos por pavimento	2,3	1,6	1,8	2,0	1,9
Média de nº de Aptos	18,5	24,2	34,4	74,0	32,2
Média de nº de Quartos	3,0	3,4	3,4	3,5	3,3

Fonte: Elaboração Própria, 2009, com Base no Exame dos Projetos da 4ª. Regional Associados à Pesquisa Direta na área em Estudo

Tabela 3.3 Evolução do Processo de Verticalização no Bairro da Torre

	Antes de 1983	1983 a 1996 (Luos 14.511/83)	1997 a 2001 (Luos 16.176/96)	2002 em diante (Luos 16.719/01)	Total geral
Nº de edifícios	3	3	2	4	12
Média de nº de Pavimentos Tipo	9,0	16,7	15,0	25,0	17,3
Média de nº aptos por pavimento	1,7	1,3	1,5	1,3	1,4
Média de nº de Aptos	14,7	22,7	22,5	30,8	23,3
Média de nº de Quartos	3,3	3,7	3,5	3,8	3,6

Fonte: Elaboração Própria, 2009, com Base no Exame dos Projetos da 4ª. Regional Associados à Pesquisa Direta na área em Estudo

A partir da síntese das tabelas, pode-se observar, que a mudança **tipológica**, representada pela verticalização, está pautada em novos valores culturais das sociedades contemporâneas. É neste contexto que o rio Capibaribe passa a ser um elemento natural de contemplação emoldurado pelas janelas dos edifícios. Em outras palavras, a paisagem passa a ser incorporada como valor simbólico aos edifícios, através dos produtos culturais produzidos pelo setor imobiliário, conforme veremos no capítulo 4.

Associado às (trans)formações nos elementos morfológicos advindos da ampliação da **malha urbana** com a abertura da Avenida Beira Rio, é possível constatar que esta área tem passado por (trans)formações em sua paisagem. Este processo é fruto das mudanças dos **usos e ocupação do solo** que estão pautados em novos valores culturais dos setores dominantes da sociedade.

O processo de transformação do **uso e ocupação do solo**, associado à mudança **tipológica** das edificações, bem como a ampliação da **malha viária** na área delimitada para estudo, está estreitamente relacionado com a questão “*densidade-verticalidade*” defendida por Melo (1996).

Para esta autora, há uma necessidade da população em morar em determinadas áreas da cidade por questões simbólicas, tais como prestígio e *status* social. Isto faz com que o setor imobiliário, em atendimento às necessidades de demanda geradas pelo consumidor final, aumente a oferta de moradias nestes locais.

Como conseqüência deste contexto, o poder econômico dos grupos sociais dominantes é materializado na paisagem pela crescente verticalização ocorrida às margens do rio Capibaribe, como pode ser observado em sua margem direita conforme ilustrado na figura 3.14, em função da construção da Avenida Beira Rio, com a colaboração dos parâmetros construtivos presentes nas legislações urbanas.

Figura 3.14: Edifícios nas Margens do rio Capibaribe no Bairro da Madalena



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Além disto, é importante observar que os bairros que compõem este estudo, são áreas de importante valor histórico-cultural para a sociedade recifense. Isto porque estas áreas constituíam as terras de antigos engenhos de açúcar que, durante muitos anos, representavam a força econômica e social do estado de Pernambuco. Além disso, estes locais estão impregnados de valor simbólico por representarem o tradicional, e não o novo e o contemporâneo.

Segundo Zukin (2000), a “tradição” é um elemento de valorização das sociedades contemporâneas. No entanto, a tradição tem sido ressaltada e representada como “imagem” veiculada a um passado da área, mesmo que as suas estruturas físicas já não façam parte do local. Como por exemplo, os antigos casarões do bairro da Madalena, voltados para o rio Capibaribe que em parte foram demolidos para dar lugar às habitações multifamiliares verticalizadas.

Assim, estes bairros refletem a tradição decorrente de sua importância na formação da cidade do Recife, notadamente o bairro da Madalena que

ainda apresenta alguns dos casarões construídos no século XIX com a frente voltada para as margens do rio Capibaribe. Estas habitações encontram-se atualmente protegidas pela ZEPH-03, Benfica (Zona de Proteção Histórica 03) e, portanto, constituem importantes “*marcas*” na paisagem.

De acordo com os técnicos do Departamento de Preservação dos Sítios Históricos, DPSH⁶¹, estes casarões apresentam várias descaracterizações em suas fachadas e alguns anexos construídos posteriormente. Segundo estes técnicos, os anexos não possuem valor histórico que justifiquem a sua preservação. Assim, este departamento está estudando a possibilidade de demolição de alguns deles para a passagem da Avenida Beira Rio.

Neste contexto verifica-se que há um descaso por parte de alguns representantes das instituições públicas em manter os valores patrimoniais da cidade. Assim, a inserção do projeto da Avenida Beira Rio está relacionado à ruptura de “*marcas*” na paisagem da cidade, e em especial do bairro da Madalena.

A descaracterização desse casario e/ou a sua retirada para a passagem da Avenida Beira Rio acarretará em uma alteração na “*imagem*” da cidade, e como consequência, a ruptura das relações que nela são estabelecidas pelos diferentes grupos culturais.

Outro processo de descaracterização que já está sendo constatado nos bairros objeto deste estudo são os projetos de **remembramento** que estão em curso na 4ª. Regional da Diretoria de Controle Urbano e Ambiental - DIRCON⁶². Estes projetos correspondem a **remembramentos** localizados ao longo da Avenida Beira Rio, que foram identificados através das fichas cadastrais destes novos imóveis, conforme exposto através deste trecho: “*Av. Beira Rio, nº 701, Madalena, lote 31-A nos lotes onde existiam as casas de nos. 42 e 54 da*

⁶¹ O DPSH – é integrante da URB-Recife. As informações constantes referem-se a conversas realizadas no dia 04 de junho de 2009, com os técnicos do DPSH em conjunto com os Técnicos da Divisão de Estudos Viários.

⁶² Dados obtidos a partir da análise das fichas de requerimento de projetos na 5ª. Regional da PCR/DIRCON, realizada em 01 de junho de 2009.

*Avenida Beira Rio e da Rua José Osório, respectivamente (...) para construção de uma habitação multifamiliar*⁶³.

Neste trecho, pode-se observar que houve o **remembramento** de dois lotes: um deles localizado na Avenida Beira Rio e o outro na Rua José Osório, sendo que este último foi **remembrado** e incorporado ao primeiro lote, passando a se localizar na Avenida Beira Rio, configurando assim uma alteração significativa na **morfologia** deste bairro.

Além dos **remembramentos**, é possível encontrar em alguns projetos de habitações multifamiliares, que estão arquivados na 4ª. Regional da PCR/DIRCON, a demolição de antigas habitações unifamiliares, para darem lugar às novas edificações verticalizadas, conforme atestam alguns dos carimbos dos projetos analisados na 4ª. Regional da prefeitura:

Rua Bráulio Gonçalves, 77 (onde existia a casa de nº 534 da rua Benfica)

Rua Clóvia Bevilácqua, 195 (onde existia o imóvel nº 57, da rua D. João de Souza)

Além dos **remembramentos**, e da substituição das casas unifamiliares por edifícios multifamiliares, outro fator de valorização dessa área está associado à retirada de dois assentamentos populares: José de Holanda e Arlindo Gouveia. Estes assentamentos foram remanejados para conjuntos habitacionais localizados em bairros onde reside uma população de menor poder aquisitivo, liberando as margens do rio para a construção de equipamentos de lazer que visam atender aos moradores que residem em seu entorno.

Além disso, ao se observar a paisagem do alto dos edifícios, esses moradores têm uma visão panorâmica dos meandros do rio, mas não vivenciam os problemas apresentados por ele, como o lixo e a poluição existentes em suas águas.

Portanto, as características **tipológicas** e **morfológicas** são o resultado do entendimento de diferentes interesses dos grupos culturais. Associado a

⁶³ Trecho de Ficha do Cadastro de Imóveis da 4ª. Regional, 28 de jan., 2009.

este fator, é possível constatar que as habitações refletem o conjunto de valores dos grupos sociais que a habitam e simultaneamente os interesses dos grupos que estão direta ou indiretamente relacionados à construção e venda destes empreendimentos.

A interpretação das características **tipológicas** das edificações, que compõem a área de estudo, não considerou as diretrizes do novo Plano Diretor, de nº 17.511/08, porque as “*marcas*” resultantes destes novos parâmetros vigentes neste plano ainda não estão expressas na paisagem. De acordo com a nova regulação urbana prevista neste plano, a reestruturação das zonas da cidade, que corresponde ao trecho do rio Capibaribe localizado ao longo da Avenida Beira Rio, está enquadrado como ZAN - Capibaribe (Zona de Ambiente Urbano Natural - Capibaribe).

De acordo com as diretrizes do Plano Diretor, a área delimitada como estudo de caso enquadra-se como um Setor de Uso Sustentável, e, portanto, tem como diretriz estratégica a:

Compatibilização dos padrões de ocupação com a preservação dos elementos naturais da paisagem urbana, garantindo a preservação dos ecossistemas existentes e a diversidade cultural peculiar do Recife (PCR, 2008, p. 68).

Ao interpretar este trecho do Plano Diretor, percebe-se que a preservação dos elementos naturais da paisagem urbana constitui uma meta difícil de ser atingida. Isto porque a fração de paisagem constituída pelos bairros da Torre e da Madalena já foram bastante descaracterizadas pela ação do homem, que a tem (trans)formado em um grande artefato de “*consumo visual*” (ZUKIN, 2000).

Este consumo referenciado por Zukin (2000) privilegia os setores de renda dominantes da sociedade em detrimento da preservação dos valores simbólicos e também ambientais. Este fato, tem culminado em uma (trans)formação da paisagem caracterizada pela homogeneidade de seu conjunto **edificado**, que no contexto deste trabalho são as habitações verticalizadas.

Assim, como síntese deste capítulo, nos dias atuais é possível observar uma grande (trans)formação na paisagem, fruto da ação do homem sobre o meio ambiente físico refletindo a sua cultura. Estas características, marcadas, sobretudo pelo processo de verticalização, que está sendo consolidado às margens do rio Capibaribe, refletem no meio físico os valores simbólicos e culturais dos diferentes grupos, notadamente do setor dominante, formando uma imagem baseada no seu consumo.

Com base neste pressuposto, a revalorização do rio Capibaribe e de suas margens, entre os bairros da Torre e da Madalena, tem sido pautada nos novos valores das sociedades contemporâneas. O setor imobiliário tem explorado a idéia de paisagem, conforme concebida no século XVI, como uma paisagem emoldurada. No entanto, diferente da sua origem, esta paisagem não é pictórica, mas real, embora o rio Capibaribe não seja vivenciado apenas através das janelas dos apartamentos, cujo acesso é restrito àquelas famílias que podem adquirir estes imóveis.

CAPÍTULO 4 – OS SIGNIFICADOS DAS PAISAGENS DO RIO CAPIBARIBE NOS DIAS ATUAIS

*“O rio Capibaribe é a marca registrada da cidade.
Aqui eu me sinto mais recifense do que em qualquer outro lugar”.*

(S.T.P. 56 anos, médico Ortopedista, morador da área há 6 anos)

Conforme visto no capítulo 3, as paisagens são construídas e (trans)formadas pela ação do homem, que no seu papel de agente portador de cultura imprime continuamente as suas “*marcas*” no meio físico. Neste sentido, as paisagens são uma realidade concreta e geograficamente específica (BESSE, 2006), pois refletem o conjunto de valores dos grupos culturais ao longo do tempo.

Partindo do pressuposto que as paisagens são o resultado da construção humana, os elementos visíveis que as constituem são dotados de significados. Assim, este capítulo foi dividido em duas etapas. A primeira delas corresponde aos significados da paisagem do rio Capibaribe para os moradores das habitações multifamiliares.

Nesta etapa, serão interpretados os depoimentos orais dos moradores que foram realizados através de entrevistas semi-estruturadas. Os dados fornecidos por meio destas entrevistas são produtos culturais que refletem as diferentes “*maneiras de ver*” destes atores sociais.

Assim, a interpretação das entrevistas com estes moradores foi subdividida em duas partes. A primeira delas contempla o setor de renda média-baixa, que constitui os primeiros moradores que vieram habitar a área objeto de estudo. Este grupo cultural caracteriza-se por ser o mais antigo que habita as margens do rio Capibaribe entre os bairros da Torre e da Madalena.

O segundo grupo cultural é representado pelo setor de renda média e média-alta. Este grupo tem uma relação com o rio Capibaribe e suas margens, bem distinta quando comparada ao setor de renda média-baixa. Além disto, este constitui o grupo que mora a menos tempo nas margens do rio Capibaribe na área de estudo.

A partir da interpretação do produto cultural representado pela linguagem oral dos moradores, é possível constatar a heterogeneidade das respostas. Esta heterogeneidade reflete o fato de que os indivíduos apresentam uma bagagem individual, na qual expressam o conjunto de

valores, crenças, mitos, utopias e interesses do grupo onde eles estão inseridos.

A segunda etapa corresponde à interpretação dos depoimentos produzidos pelo setor imobiliário através das entrevistas semi-estruturadas, aliada à interpretação dos produtos culturais que foram citados no capítulo metodológico.

Estes produtos culturais, conforme será visto no decorrer deste capítulo estão intrinsecamente relacionados com os desejos expressos pelos moradores do local. Este fato corrobora o que Melo (1996) explica como sendo uma relação de convergência entre a demanda representada pelos moradores e a oferta produzida pelo setor imobiliário que visa ao atendimento dos desejos sociais, notadamente dos grupos dominantes que podem adquirir estes imóveis.

4.1 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe

A interpretação dos depoimentos orais resultantes das entrevistas semi-estruturadas, serão feitos a partir do entendimento de que eles são frutos de uma construção cultural e como tal, representam diferentes “*maneiras de ver*” o mundo.

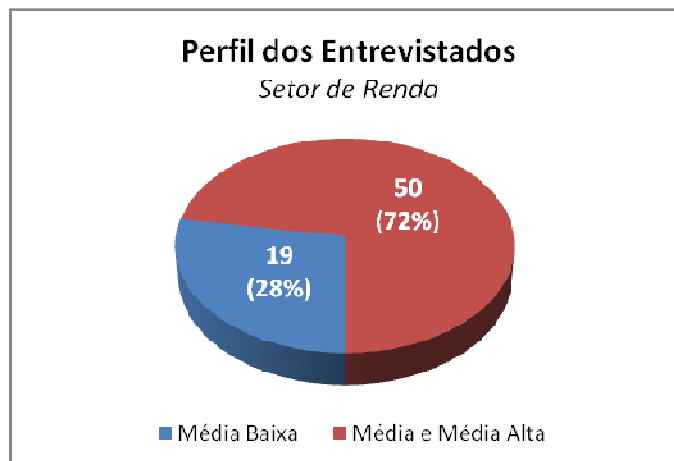
A interpretação destes depoimentos orais se baseia em dados qualitativos, conforme descrito no capítulo 2 deste trabalho. No entanto, para a sistematização destes dados, foi utilizado um procedimento quantitativo através de gráficos de Excel, tendo como base o roteiro estabelecido na entrevista semi-estruturada.

O roteiro foi organizado em tópicos, conforme descrito no capítulo metodológico. Contudo, embora tenha sido feita uma estrutura com questões dirigidas, as entrevistas foram realizadas com o intuito de fazer com que o entrevistado se expresse livremente de modo a expor seu conjunto de valores.

.O perfil dos moradores inseridos no setor de renda média-baixa e nos setores de renda média e média-alta, que responderam às entrevistas foi sistematizado no gráfico 4.1. A partir deste gráfico, foi possível estabelecer que

dos 69 entrevistados, 28% estão enquadrados no setor de renda média-baixa e 72% estão inseridos no setor de renda média e média-alta

Gráfico 4.1: Perfil dos Entrevistados por Setor de Renda



Fonte: Elaboração própria, 2009 com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Embora tenha sido visto no capítulo metodológico, que os moradores de renda média-baixa constituem um pouco mais de 50% do total do universo delimitado para estudo, eles se mostraram pouco inclinados a responder às entrevistas, configurando assim um desequilíbrio nos resultados dos dados, conforme exposto no gráfico 4.1.

É importante destacar, que o grupo representado pelo setor de renda média-baixa, se concentra em sete edifícios, cuja densidade de moradores é bastante alta. Os demais setores de renda estão distribuídos em vinte e três edificações multifamiliares, cuja densidade é mais baixa, quando comparado à do setor de renda média-baixa. Isto porque, estes moradores habitam em apartamentos que apresentam uma ou duas unidades habitacionais por pavimento.

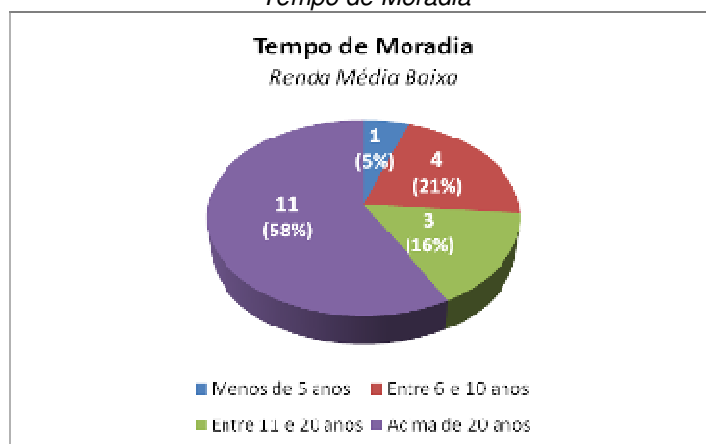
A pouca inclinação dos respondentes do setor de renda média-baixa, em responder as entrevistas, deveu-se prioritariamente a dois fatores que foram explicitados pelos moradores que se recusaram a responder às entrevistas. O primeiro deles corresponde ao fato de que as respostas não iriam melhorar a qualidade de vida desta parcela da população.

O segundo fator se deu pela insegurança que os moradores apresentaram. Isto porque, segundo a “*maneira de ver*” das pessoas que não quiseram participar das entrevistas, as respostas que eles dessem poderiam ser usadas para outros fins que não fossem acadêmicos, o que poderia vir a prejudicá-los.

4.1.1 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe segundo a “*maneira de ver*” dos moradores do setor de renda média-baixa

Os moradores, selecionados para a realização das entrevistas foram preferencialmente os mais antigos da área, tendo em vista que estes são os que apresentam maior vínculo com o local. Além disto, em sua maioria, são constituídos pelos primeiros habitantes que se instalaram na área antes do advento das legislações urbanas e da construção da Avenida Beira Rio. O gráfico 4.2 apresenta o tempo de moradia dos entrevistados do setor de renda média-baixa.

Gráfico 4.2: Perfil dos Entrevistados Quanto ao Tempo de Moradia



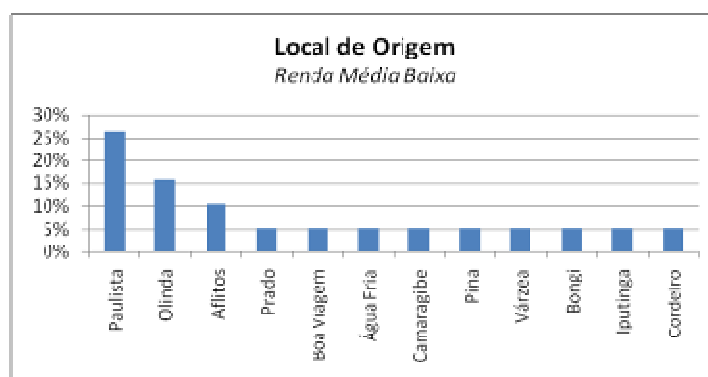
Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Com a exposição do gráfico, é possível constatar que entre os entrevistados, 58% habitam a área a **mais de 20 anos**, enquanto 16% deste grupo mora entre 11 e 20 anos. Do total de entrevistados, 21% habita a área de estudo **entre 6 e 10 anos** e apenas 5% reside nas quadras da Avenida Beira Rio, a **menos de 5 anos**.

A partir destes percentuais, constata-se que o número de pessoas do setor de renda média-baixa que habitam o local tem decrescido significativamente ao longo do tempo. Tal fato decorre do processo de (trans)formação que tem passado as paisagens desta área, frente aos **tipos** arquitetônicos que estão sendo construídos ao longo da Avenida Beira Rio.

Os entrevistados são provenientes de vários bairros da cidade do Recife. Contudo, deste universo, é bastante expressivo o número de entrevistados que habitava a região metropolitana da cidade do Recife, notadamente os municípios de Paulista e Olinda, conforme observado no gráfico 4.3.

Gráfico 4.3: Trajetória Espacial Quanto ao Local de Origem



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados

Dando continuidade à interpretação da **trajetória espacial** destes moradores, pode ser observado a partir do gráfico 4.3 que eles vieram de alguns bairros da cidade do Recife pouco valorizados, no que se refere ao mercado imobiliário, onde se destacam: Prado, Água Fria, Pina, Várzea, Bongi, Iputinga e Cordeiro. O total de entrevistados que vieram destes bairros é bastante elevado, constituindo um valor total de 55%.

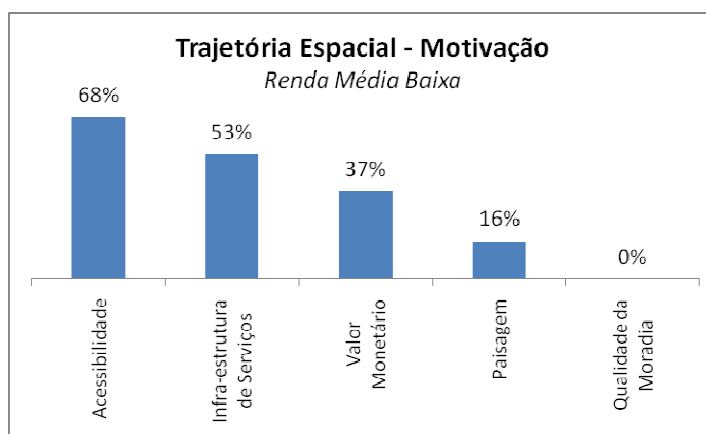
Além dos bairros assinalados no gráfico 4.3, constata-se que há um percentual expressivo de moradores provenientes de municípios da região metropolitana do Recife, que têm um menor valor de mercado dentre os quais se destacam Paulista com 25%, Olinda com 15% e Camaragibe, com 5%. É importante observar que a soma do percentual dos entrevistados provenientes

de outros municípios corresponde a 45% do total de entrevistados, constituindo uma margem muito expressiva de moradores que migraram de outros locais que não estão inseridos no perímetro urbano da cidade do Recife.

Assim, a migração desta população de renda média-baixa para os bairros da Torre e da Madalena, representou uma melhoria na qualidade de vida desta população haja vista que a localização da área de estudo frente aos bairros e municípios de origem dos entrevistados apresentam melhor **acessibilidade** e redes de **infra-estrutura de serviços**⁶⁴.

É importante destacar que a maioria dos moradores provenientes de outros municípios constitui aqueles que moram na área de estudo a mais de 20 anos. Este fato está explicitado na **trajetória espacial** dos moradores a partir das motivações que levaram os representantes deste setor de renda a irem morar na área delimitada para estudo, conforme observado no gráfico 4.4.

Gráfico 4.4: Trajetória Espacial Quanto às Motivações para Morar nas Quadras da Avenida Beira Rio entre os Bairros da Torre e da Madalena



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A partir da sistematização das motivações que levaram os entrevistados a residirem na área de estudo, é possível observar que 68% dos respondentes tiveram como principal motivação a **acessibilidade**, seguido pela **infra-estrutura de serviços** do local, que foi mencionada por 53% dos

⁶⁴ Infra-estrutura de serviços corresponde aos equipamentos, tais como: padarias, escolas, supermercados, farmácias, entre outros.

entrevistados. Estas características estão explicitadas pelos moradores através dos seguintes relatos:

Sai de Camaragibe porque **aqui é perto de tudo**, perto do centro, da escola, sem contar que aqui é um local melhor pra viver [grifos nossos] (T. C. da S., 49 anos, moradora da área há 12 anos).

Aqui é **um bairro mais central**, perto de tudo. Tem **infra-estrutura**, com colégio, pracinha, pista de Cooper, lugar pras crianças brincarem um pouco [grifos nossos] (M. S. da C., Técnico em Radiologia, 50 anos, morador da área há 15 anos).

Além destas questões, 37% dos moradores apontam que o **valor monetário** do imóvel foi determinante para que eles viessem habitar às margens do rio Capibaribe. Vale salientar, que estes habitantes correspondem aos mais antigos e que se instalaram nos primeiros edifícios implantados nesta área, antes da construção da Avenida Beira Rio, quando o valor destes imóveis era acessível a este setor de renda.

Através da linguagem resultante das entrevistas, destaca-se a questão do baixo custo destes imóveis associado às facilidades provenientes dos sistemas de crédito como BNH e Caixa Econômica:

Aqui era um lugar que **tinha um apartamento que eu e meu marido podíamos financiar** [grifo nosso] (M. da G. C. e S, Dona de Casa, 68 anos, moradora da área há 30 anos).

Porque consegui o **financiamento pela Caixa Econômica**. O prédio tava novinho, novinho [grifos nossos] (A. M. da P. S, 68 anos, Dona de Casa, moradora da área há 32 anos).

Portanto, pode-se interpretar, que a escolha do local de moradia dos representantes do setor de renda média-baixa, está relacionado a fatores como **infra-estrutura** e **econômico**. Outros fatores como, por exemplo, a **paisagem** do rio Capibaribe são pouco destacados por estes moradores, correspondendo a um percentual de 16%. É importante destacar que esta última apresenta duas dimensões: a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva.

A primeira dimensão corresponde a características de ordem concreta que podem ser vistas na **paisagem**, como por exemplo, os elementos naturais: a vegetação, a água, o rio. Enquanto a dimensão subjetiva está relacionada

com os valores que são atribuídos a paisagem, como por exemplo, a tradição, o valor simbólico e a ambiência bucólica a que ela remete.

O percentual de 16% atribuído à **paisagem** do rio Capibaribe, como motivação da escolha deste local como moradia, é mais baixo com relação a outras motivações, porque estes edifícios não estão voltados para o rio Capibaribe e suas margens, e, portanto, lhes dão as costas. Isto ocorre porque quando estas edificações foram implantadas, ainda não havia a construção da Avenida Beira Rio, e suas margens eram ocupadas por **assentamentos populares**. Entre estes edifícios voltados para o setor de renda média-baixa se destacam o Conjunto Residencial Benfica, na Madalena e o Edifício Duas Nações, no bairro da Torre.

Além destas questões, estes edifícios foram construídos na década de 1970, quando os moradores da cidade do Recife ainda se ressentiam com as constantes cheias do rio Capibaribe. Este fato também colaborava para que as áreas localizadas no entorno deste elemento hídrico fossem bastante desvalorizadas no período em que estas edificações foram construídas, e, portanto, estes imóveis eram destinados ao setor de renda média-baixa, devido a sua localização, que era as margens do rio Capibaribe, um local associado ao perigo causado pelas enchentes.

As figuras 4.1 e 4.2 representam os dois imóveis acima citados. Eles constituíram as primeiras habitações multifamiliares localizados às margens do rio Capibaribe e também refletiam este momento.

Figura 4.1: Conjunto Residencial Benfica



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Figura 4.2: Edifício Duas Nações



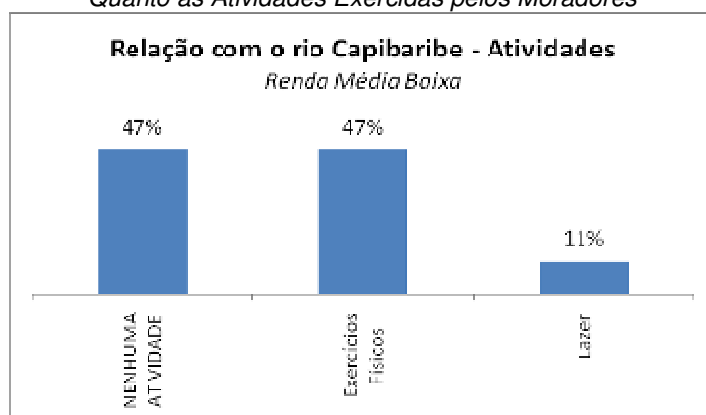
Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Este fato corrobora que esta área além de desvalorizada, tinha este recurso hídrico negado pelos moradores que o viam como um causador de desastres naturais, além da poluição que este já apresentava. Este fato foi explicitado pelo morador mais velho da área através desta passagem:

Apesar de ser o lugar que eu podia pagar [...] Era meio nervoso morar aqui, principalmente no começo, por causa das **enchentes**. Quando vim pra cá, até o meu irmão falou: tá doido ir morar perto do rio? E se a água chegar até a sua casa? Mas nunca chegou [grifo nosso] (C. dos S. S., 72 anos, músico aposentado, morador da área há 40 anos).

A **relação do rio Capibaribe e de suas margens** quanto às atividades exercidas pelos moradores do setor de renda média-baixa está sintetizado no gráfico 4.5

Gráfico 4.5: Relação do Rio Capibaribe e de suas Margens Quanto às Atividades Exercidas pelos Moradores



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A partir da exposição do gráfico acima, é possível verificar que a relação desses moradores com este recurso hídrico e suas margens, no que diz respeito às atividades de **exercícios físicos** e a **nenhuma atividade** exercida às margens do rio Capibaribe, é bastante equilibrada, correspondendo em ambos os casos a uma participação de 47%. Por outro lado, 11% utilizam o rio Capibaribe e suas margens para atividades de **lazer**.

Este fato corrobora a desvalorização do rio Capibaribe, como uso relacionado ao **lazer** para uma grande parcela destes entrevistados, já que este recurso hídrico não é visto como uma fonte de **lazer**, como ocorria no passado, notadamente no século XIX, conforme exposto no capítulo 3. Isto

porque segundo a “*maneira de ver*” deste grupo social, este elemento natural está associado à poluição, conforme descrito a baixo:

O **mau-cheiro**, a **poluição** e antigamente tinha as cheias [grifos nossos] (C. dos S. S., 72 anos, músico aposentado, morador da área há 40 anos).

Segundo a interpretação do pesquisador, este fato está relacionado à proximidade destes moradores em relação ao rio Capibaribe. Isto porque, devido à pouca verticalização destes imóveis, este grupo social vivencia com mais intensidade os problemas apresentados pelo recurso hídrico, em decorrência de fatores, como a ausência de saneamento da área.

A figura 4.3 representa a visão do pesquisador face aos problemas trazidos pelos moradores decorrentes da proximidade destes com a margem do rio Capibaribe. A partir desta imagem, é possível observar que este grupo cultural não tem acesso às belezas deste recurso hídrico, como por exemplo, dos seus meandros, uma vez que os apartamentos não possuem varandas, nem amplas aberturas de onde o rio possa ser contemplado.

Figura 4.3: Visão do Lixo nas Margens do Rio Capibaribe no Bairro da Madalena



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Associado a isto, o fato das moradias estarem voltadas para as ruas opostas em relação à Avenida Beira Rio, faz com que este elemento tenha sido incorporado por este grupo cultural como um quintal das habitações, ou seja, enquanto área desvalorizada, já que no início do século XX, a rua é que se

configurava um elemento de progresso, em função do advento do automóvel, conforme visto no capítulo 3 através das idéias expostas por Lubambo (1991).

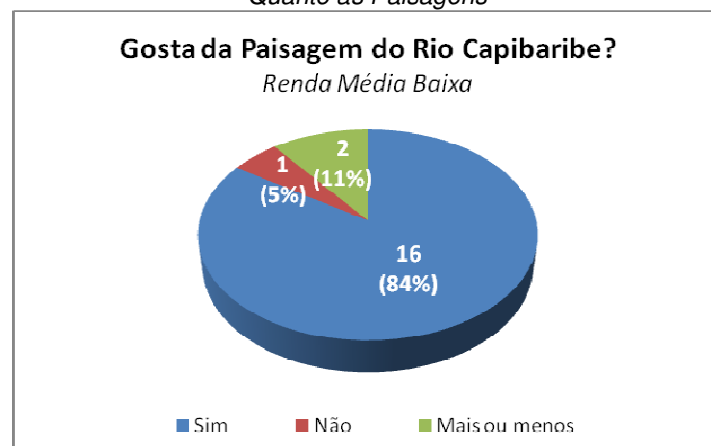
Além disto, este grupo tem um contato maior com o mau-cheiro proveniente dos esgotos, do lixo, e dos animais mortos que se acumulam em suas margens quando a maré está seca, já que estas habitações são pouco verticalizadas. Estas características da área foram explicitadas através dos relatos de moradoras do Conjunto Residencial Benfica:

Poluição, mau-cheiro, sujeira, essas coisas sabe? As pessoas falam bem do rio, mas eu não gosto muito não, ele **tem muito entulho, as pessoas jogam muito lixo** aqui dentro [grifos nossos] (A. B., 69 anos, Professora primária aposentada, moradora da área, há 22 anos).

Eu sinceramente, nem gosto do rio, pra mim é como se ele nem existisse⁶⁵. Também, **ele é muito sujo**, o governo não toma conta de nada, **fica esta bagunça ai** [grifos nossos] (A. M. da P. S., 63 anos, Dona de Casa, moradora, da área há 32 anos).

Contrapondo-se a estas questões, alguns moradores inseridos neste grupo social afirmam gostar da paisagem do rio Capibaribe, embora vivenciem os problemas decorrentes desta proximidade física, conforme sintetizado no gráfico 4.6.:

Gráfico 4.6: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto as Paisagens



Fonte: Elaboração própria, 2009 com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

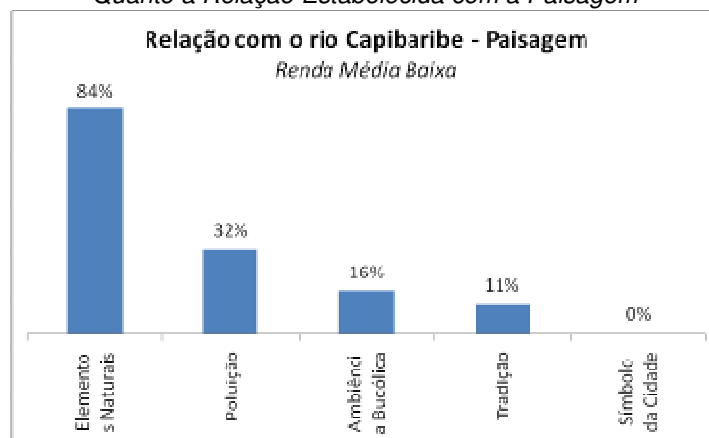
⁶⁵ O apartamento desta moradora está voltado para a Rua José Osório.

Com a exposição do gráfico, é possível constatar que 84% dos entrevistados **gostam da paisagem do rio Capibaribe**, contrapondo-se a 5% que afirma **não gostar**. Já 11% do universo representado por este grupo social, afirma gostar **mais ou menos**. Portanto, a maioria destes moradores **gosta da paisagem do rio Capibaribe**, embora a relação deles com este elemento natural seja contraditória, pois ora a sua **paisagem** é valorizada pelas suas belezas naturais, ora é desprezada pelos problemas decorrentes de sua poluição. Este fato, associado ao relato dos entrevistados, estabelece uma dicotomia entre a valorização e o desprezo deste recurso hídrico, que foi tão importante para o processo da formação da cidade, conforme descrito a baixo:

Sim, até gosto, apesar do **lixo**, dos **animais mortos** que se vêm quando a maré baixa, sem contar o **mau-cheiro** que é insuportável, mas por outro lado têm o **mangue**, a **vegetação**, as **águas** prateadas [grifos nossos] (J. C. da S., 55 anos, músico, morador da área há 30 anos)

A **relação dos moradores que habitam o entorno do rio Capibaribe** quanto às razões que os levaram a gostarem de sua paisagem, foram sintetizadas no gráfico 4.7.

Gráfico 4.7: *Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto a Relação Estabelecida com a Paisagem*



Fonte: *Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados*

A partir da exposição do gráfico, observa-se que segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, 84% gostam da paisagem do rio Capibaribe devido à presença dos **elementos naturais** que a compõem. Enquanto 32% relacionam à paisagem do rio Capibaribe a **poluição**. Já para 16% a relação estabelecida

entre os moradores e a paisagem representa **ambiência bucólica**, seguido de **tradição** para 11%.

O item **poluição** corrobora o que foi explicitado à cima, quanto à contradição deste elemento natural na formação das paisagens recifenses. Embora poluído, o rio Capibaribe e suas margens é referenciado pelos entrevistados a partir dos **elementos naturais**, que a compõem, ou seja, de sua dimensão objetiva:

Ah, significa paz, liberdade, é muito bom tem a **natureza**, os **mangues** [grifos nossos] (T. C. da S., 48 anos, Dona de Casa. Moradora da área há 12 anos).

O rio é bonito, tem o **verde**, a **natureza**, o desenho do rio [grifos nossos] (M. A. T, 67 anos, Técnico do IBGE aposentado, morador da área há 33 anos).

Assim, os **elementos naturais**, enquanto dimensão objetiva é bastante evidenciada neste setor de renda. Isto porque ela tem visibilidade física sendo, portanto, mais facilmente apreendida pelas pessoas que tem menor nível de instrução.

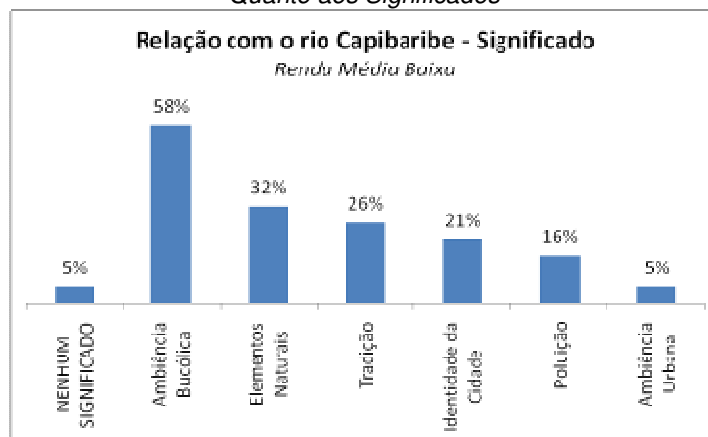
A dimensão subjetiva da **paisagem** é pouco referenciada pelos entrevistados do setor de renda média-baixa, embora, eles estejam presentes em algumas expressões como “*paz*” e “*liberdade*” e em alguns relatos:

A **história**, as nossas **tradições**, o açúcar. Sem contar que ele dá movimento a cidade, ele tem aquela coisa de água que corre [grifos nossos] (M. da S. P, Músico, 52 anos, morador da área há 25 anos)

Segundo a nossa interpretação, a dimensão subjetiva da **paisagem** também é valorizada por alguns representantes deste setor de renda devido à importância deste recurso hídrico como fator de propulsão econômica e social no passado. As diferentes “*maneiras de ver*” deste grupo social também são diversas, pois a cultura se expressa de formas múltiplas, considerando também a formação dos indivíduos inseridos neste setor de renda, como: músicos, donas-de-casa, técnicos, etc.

A **relação do rio Capibaribe e de suas margens** quanto aos **significados** que este representa para o setor de renda média-baixa, foi sintetizado no gráfico 4.8

Gráfico 4.8: *Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Significados*



Fonte: *Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados*

Em relação aos **significados** da paisagem do rio Capibaribe e de suas margens, observa-se que para este setor de renda, a **ambiência bucólica** corresponde a 58%, seguido de **elementos naturais** que corresponde a 32% do universo. Em seguida, para o universo dos entrevistados, 26% responderam que o rio Capibaribe significa **tradição**, seguido de **identidade da cidade** para 21%. Este mesmo universo de entrevistados representado por 16% associa à paisagem do rio Capibaribe a **poluição**, enquanto 5% a associa a **ambiência urbana**.

Portanto, com base nos relatos provenientes destas entrevistas, o setor de renda média-baixa apresenta como principal significado atribuído ao rio Capibaribe, a **ambiência bucólica**, estando esta relacionada principalmente a valores de ordem subjetiva, como por exemplo paz e tranquilidade, conforme destacado neste relato:

O rio me remete a uma sensação de **paz e tranquilidade** indefiníveis, além de ser muito bonito, ele lembra a infância, um tempo distante [grifos nossos] (M. M. S., 28 anos, Engenheira de Pesca, 28 anos, moradora da área há 8 anos)

Ao contrário desta característica subjetiva, os **elementos naturais** sinalizados pelos entrevistados possuem um caráter objetivo conforme destacado por esta entrevistada:

Ele [o rio Capibaribe] [...], tem o **verde**, os **animais do mangue**, mas não está bem cuidado. Ele também significa contato com a **natureza**, apesar da quantidade de prédios [grifos nossos] (P. T. A., 30 anos, Bióloga, residente na área há 8 anos).

A **identidade da cidade** também é relatada pelos entrevistados. Esta característica subjetiva está relacionada ao imaginário coletivo que tem o rio Capibaribe enquanto **símbolo da cidade**. Símbolo este que foi sendo paulatinamente incorporado aos valores dos representantes deste grupo social, bem como dos representantes do setor de renda média e média-alta, conforme será visto a seguir. Assim, este valor é identificado por meio dos relatos de vários entrevistados, dentre os quais se destacam:

Significa ser a **cara da cidade**. A cidade do Recife é conhecida em todo o mundo por causa do rio. Até dizem que ela é a **Veneza Brasileira** [grifos nossos] (A. S. L., Técnico em Enfermagem, 67 anos, morador da área há 35 anos).

Sem contar que tem uma coisa assim, meio **pitoresca** que dá muita graça a cidade. Não é a toa que o Recife é chamado de **Veneza Brasileira**. O Capibaribe **identifica a cidade** [grifos nossos] (J. A da S., Ator de Teatro e Animador de Festas infantis, 44 anos, morador da área há 10 anos).

Assim, é possível interpretar que a **identidade da cidade**, como símbolo também está relacionada ao valor subjetivo de **tradição**. Isto porque este elemento hídrico foi muito presente no processo de desenvolvimento econômico e social da cidade do Recife.

Além disto, o rio Capibaribe foi o eixo estruturador de formação e expansão da cidade, além de ser bastante utilizado, não só para fins econômicos como também para as práticas de lazer ativo e contemplativo, até o século XIX, conforme visto no capítulo 3. Tal fato consolidou uma relação que foi se estabelecendo entre o rio Capibaribe e a sociedade. Neste contexto, nos dias atuais ele tem sido incorporado na memória coletiva, como parte da História da Cidade, conforme explicitado através do relato deste morador:

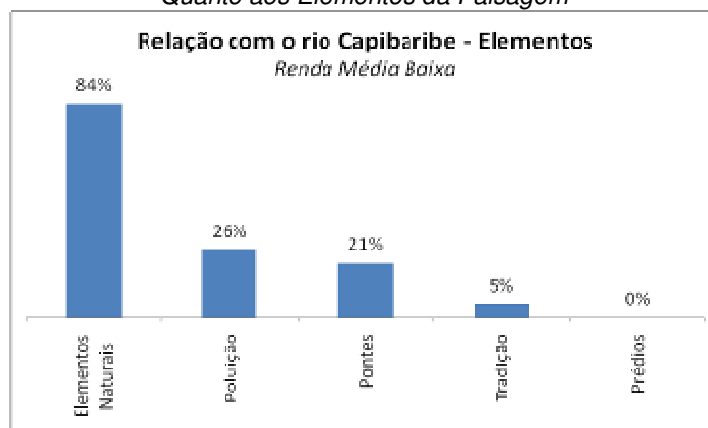
É a **Veneza do Brasil**. Todos dizem que isso dá um **aspecto de Europa**. [...] Dizem que o rio Capibaribe é a coisa que mais **identifica a cidade**. Eu não conheço esse país não. Mas é o que falam por ai [grifos nossos] (M. S. da C., Técnico em Radiologia, 45 anos, morador da área há 15 anos).

A **poluição**, referenciada por 16% dos entrevistados está relacionada com aspectos visíveis e não visíveis. Os aspectos visíveis sinalizados pelos entrevistados são: animais mortos e o lixo enquanto os não visíveis são: o mau-cheiro. Este último elemento, nem sempre é sinônimo de **poluição**, isto porque, os mangues exalam o cheiro de enxofre, notadamente quando a maré está baixa, que é característico deste ecossistema.

Por fim, a **ambiência urbana** também foi mencionada como significado por alguns representantes deste setor de renda. Esta característica está relacionada à crescente **valorização imobiliária** da área que segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados constitui um aspecto positivo, haja vista que ela está relacionada ao *status* social dos moradores que habitam o local.

Ainda sobre a **relação do rio Capibaribe e de suas margens**, foram mencionados os **elementos** que mais se destacam na paisagem. Os resultados foram sistematizados na tabela 4.9:

Gráfico 4.9: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Elementos da Paisagem



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados

A partir da sistematização do gráfico, é possível constatar que 84% dos respondentes assinalaram os **elementos naturais** como sendo o elemento de

maior destaque, enquanto 26% responderam que a **poluição** é o elemento de destaque na paisagem. Já para 21% dos entrevistados, as **pontes** constituem os elementos de destaque, enquanto, nenhum dos entrevistados deste setor de renda sinalizou os prédios como elemento de destaque.

Portanto, a partir da interpretação deste gráfico sobre os **elementos** de destaque da paisagem do rio Capibaribe, este fica ainda mais evidenciado para este grupo social, notadamente do que diz respeito a sua dimensão objetiva, através dos elementos visíveis, conforme exposto através destes relatos:

A **vegetação dos mangues** que fica na beira do rio. Só que ela encobre o rio, aí ninguém vê a água muito bem [grifos nossos] (A. S. L., Técnico em Enfermagem, 67 anos, morador da área há 35 anos)

A **água**, só isso, não vejo outras coisas não... Ah, lembrei, tem os **mangues** também [grifos nossos] (C. dos S. S., músico aposentado, 72 anos, músico aposentado, morador da área há 40 anos).

Além dos **elementos naturais** da paisagem como principal elemento de destaque do rio Capibaribe, outro elemento que se destaca é a **poluição**, conforme explicitado por 26% dos respondentes e sintetizado segundo a “*maneira de ver*” desta moradora:

A **lama**, o **lixo**. Também tem um **mau-cheiro** muito grande. Quando a maré baixa sobe uma **catinga** danada. Também tem **bicho morto** [grifos nossos] (A. M. da P. S., Dona de Casa, 68 anos, moradora da área há 30 anos).

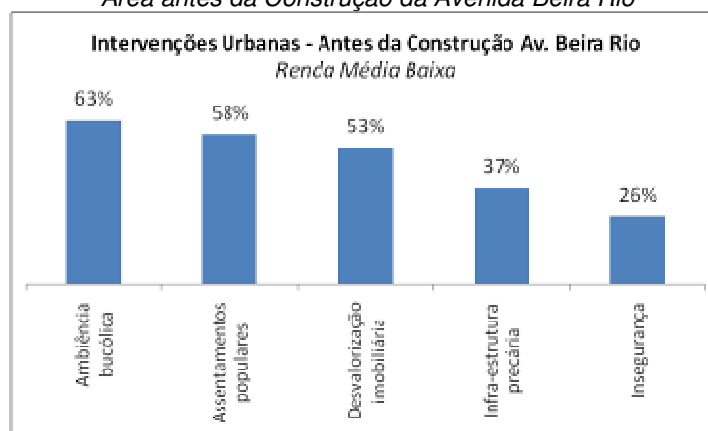
Segundo o depoimento de 26% dos entrevistados a **poluição** é um elemento de destaque nas paisagens do rio Capibaribe, ao longo dos bairros da Torre e da Madalena, devido à horizontalidade que os edifícios voltados para setor de renda média-baixa possuem, o que facilita moradias de pavimento baixo, e conseqüentemente estas são mais susceptíveis a vivenciarem estes problemas. Assim, os **tipos** arquitetônicos também influenciam na apreensão que os moradores têm em relação à **paisagem** da área.

As **pontes** foi o terceiro elemento mais citado pelos entrevistados, configurando 21% das respostas. Este **elemento morfológico** possui grande

visibilidade física no contexto da cidade do Recife, porque os deslocamentos de pessoas são realizados através delas. Além disto, as **pontes** configuraram importantes elementos de expansão da cidade do Recife, até o século XIX, conforme explicado no capítulo 3.

A última parte da entrevista intitula-se **relação com as intervenções urbanas**. Em relação ao questionamento feito sobre como era a área antes da construção desta via, é possível observar no gráfico 4.10 como a área era caracterizada segundo as “*maneiras de ver*” dos representantes do setor de renda média-baixa.

Gráfico 4.10: Relação com as Intervenções Urbanas, Área antes da Construção da Avenida Beira Rio



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Com a exposição do gráfico, é possível constatar que antes da construção da Avenida Beira Rio, a área apresentava **ambiência bucólica** para 63% dos entrevistados, seguido pela presença de **assentamentos populares** que para 58% dos entrevistados caracterizavam a área. Segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, 53% consideravam a área **desvalorizada pelo setor imobiliário**, seguida de **infra-estrutura⁶⁶ precária**, correspondendo a um percentual de 37% e **insegura** para 26% dos entrevistados.

A partir das diferentes “*maneiras de ver*” dos entrevistados, é possível interpretar que antes da construção da Avenida Beira Rio, a área apresentava

⁶⁶ Neste gráfico a infra-estrutura referenciada são as redes de infra-estrutura urbanas como: calçamento de vias, equipamentos como postes, iluminação pública, redes de telefonia, etc.

poucas habitações multifamiliares e não havia um fluxo de automóveis tão intenso, assim como as práticas de convivência eram diferentes. Tais fatos lhe conferiam uma **ambiência bucólica**, associada a práticas de convívio entre as pessoas, conforme sintetizado a partir do relato deste morador:

Era **calma, tranqüila**, poucas pessoas vinham morar aqui. Também não tinha aquela coisa de bairro de gente rica, sabe? As pessoas se conheciam. Eu até lembro que de noite, uns vizinhos colocavam a **cadeira na calçada**, iam conversar enquanto as **crianças brincavam** [grifos nossos] (M. da S. P., Músico, 52 anos, morador da área há 25 anos)

Assim, esta característica que o pesquisador interpreta como sendo **ambiência bucólica**, relacionada à “*paz*” e à “*tranqüilidade*”, já não podem ser observadas nesta fração de paisagem do rio Capibaribe, devido aos novos elementos que passaram a compor a área de estudo. Dentre estes podem ser destacadas as edificações multifamiliares verticalizadas, como resultado da crescente expansão imobiliária.

Este depoimento também demonstra a relação com o espaço público e a mudança de valores existentes na cidade contemporânea. Isto porque há vinte e cinco anos, período em que este morador chegou nesta área, era prática na cidade do Recife, as pessoas colocarem cadeiras na calçada. Prática que mudou com o advento da televisão, a **insegurança** da cidade, entre outros.

Paralelo à característica de **ambiência bucólica**, a área era considerada bastante desvalorizada pela presença dos **assentamentos populares**, que colaborava para a **insegurança** da área:

Eu acho que antes era mais **perigoso** morar aqui. [...] Também tinha as **favelas**, aquelas pessoas esquisitas rondando a beira do rio [grifos nossos] (M. M. S., 28 anos, Engenheira de Pesca, 28 anos, moradora da área há 8 anos).

É neste contexto que os moradores aprovaram a construção da Avenida Beira Rio, pois isto **significou** o progresso da área, representado pela vinda de novas edificações. Assim, segundo a nossa interpretação, mesmo com os problemas advindos pela construção desta via, ela se tornou um elemento que possibilitou a sua valorização.

Assim, a idéia de **valorização imobiliária**, com a crescente construção de edifícios habitacionais multifamiliares, favorecida pela construção da via, apesar de acarretar perdas significativas das características da área, através da alteração de sua ambiência do passado, que a tornava um “*locus*” de memória coletiva (ROSSI, 1995, p. 80) para os grupos sociais da cidade, apresenta significados diferentes para os membros de um mesmo grupo social, pois a cultura é absorvida de diferentes formas por estes representantes. As descaracterizações das estruturas físicas têm alterado significativamente as “*maneiras de ver*” dos grupos sociais.

Se por um lado, a perda de valores simbólicos tão importantes para a manutenção da memória da cidade tem gerado desconforto para 63% dos entrevistados que afirmou a perda da **ambiência bucólica**, estes mesmos representantes aprovam a construção desta via, porque ela tem gerado muitas características positivas, conforme explicitado por este morador:

O rio ficou mais valorizado. Sem contar que foi muito necessário para o trânsito porque Recife engarrafa muito. Ai **melhora o tráfego.** [...] Mas também vieram **os prédios novos que valoriza muito esta área** [grifos nossos] (T. C. da S., 48 anos, dona de casa. Moradora da área há 12 anos).

Apesar da perda da **ambiência bucólica**, a valorização fundiária ocorrida nesta área é importante para as pessoas que possuem imóveis mais antigos. Isto porque a partir da construção da Avenida Beira Rio, estes indivíduos passaram a ter seus imóveis mais valorizados. Neste contexto, pode-se interpretar que os significados são contraditórios, pois estes se baseiam em valores, crenças e interesses das pessoas inseridas em um mesmo grupo social.

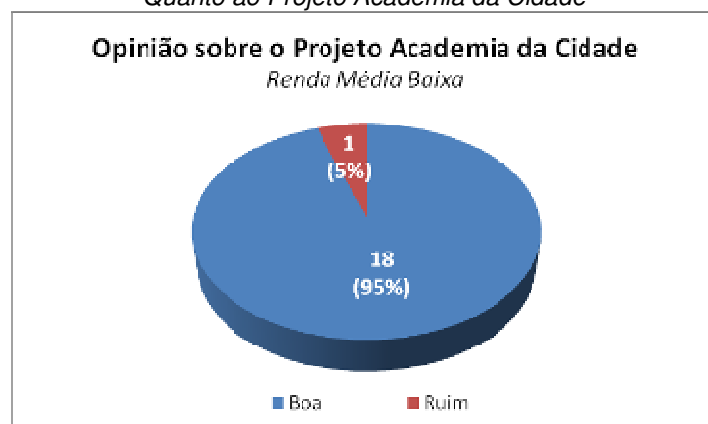
A **infra-estrutura precária** sinalizada pelos entrevistados, antes da construção da Avenida Beira Rio, está associada à ausência de equipamentos urbanos e à rede de **infra-estrutura urbana**, dentre os quais foram destacados pelos moradores: a ausência de equipamentos de lazer nas praças, ausência de ciclovia e pista de Cooper, além de ausência de calçamento na área.

É importante destacar que devido à construção da Avenida Beira Rio, os moradores sinalizaram que houve uma melhoria nas redes de **infra-estrutura**, pois a abertura da via propiciou a construção de novos edifícios e conseqüentemente, uma demanda por estes equipamentos, bem como a melhoria da **acessibilidade** ao local e deste com outras partes da cidade. Ainda segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, a **infra-estrutura precária** contribuía para que a área fosse **insegura**, ou seja, perigosa, pois ela era mais deserta e as pessoas estavam mais expostas à violência urbana:

Antes da construção da via, aqui era muito mais **perigoso**. A noite era bem **esquisito**, era um breu só. [...] Eu tinha **medo** de andar a pé porque podia aparecer algum malandro estuprador. [...] Agora não, aqui é mais iluminado, a noite fica tudo mais claro [grifos nossos]. (T. C. da S., 48 anos, Dona de Casa. Moradora da área há 12 anos).

O último item referenciado nas entrevistas semi-estruturadas corresponde ao **Projeto da Academia da Cidade**⁶⁷, localizado no bairro da Torre. Das pessoas que responderam a entrevista, 95% dos respondentes consideram a iniciativa **boa**, enquanto apenas 5% a vêem como uma iniciativa **ruim**, conforme sintetizado no gráfico 4.11:

Gráfico 4.11: Relação com as Intervenções Urbanas, Opinião Quanto ao Projeto Academia da Cidade

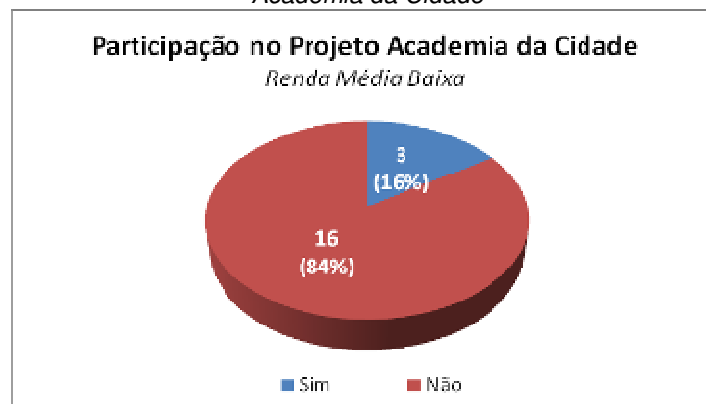


Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados

⁶⁷ O Projeto Academia da Cidade abrange o equipamento que está localizado nas proximidades da Ponte da Torre. Este é responsável por organizar atividades físicas monitoradas. A pista de Cooper e a ciclovia, localizadas ao longo da Avenida Beira Rio, já eram parte integrante do projeto de construção da via, sendo esta independente do Projeto Academia da Cidade que foi fruto da gestão do então Prefeito João Paulo. O Projeto Academia da Cidade é posterior ao projeto de construção da Avenida Beira Rio.

Entretanto, ao serem questionados se os entrevistados participavam ou não das atividades proporcionadas pelo equipamento urbano, 84% dos entrevistados, afirmaram **não participarem** das atividades, enquanto, 16% afirmaram que **participam**, conforme sistematizado no gráfico 4.12.

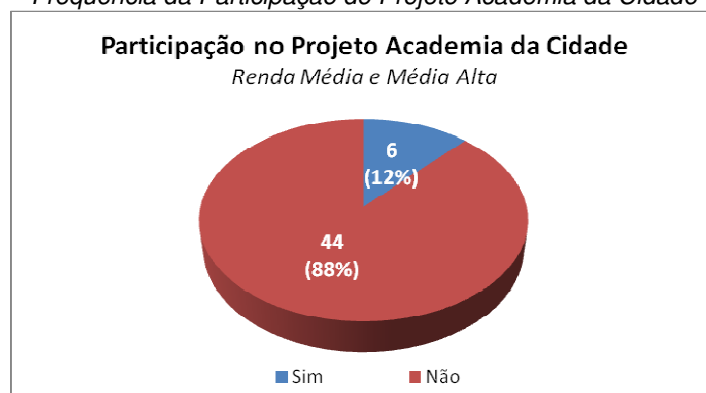
Gráfico 4.12: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Participação das Atividades Promovidas pelo Projeto Academia da Cidade



Fonte: Elaboração própria, 2009 com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Este fato é bastante peculiar, pois embora houvesse quase unanimidade quanto ao fato dos respondentes considerarem o projeto uma **boa** iniciativa, 88% dos respondentes **não a freqüentam**, enquanto apenas 12% do universo pesquisado dizem **freqüentá-la**, conforme sintetizado no gráfico 4.13:

Gráfico 4.13: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Freqüência da Participação do Projeto Academia da Cidade



Fonte: Elaboração própria, 2009 com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados

Segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, a não participação dos eventos se deve ao fato de que embora a iniciativa seja considerada **boa**, 11% afirma **não conhecer o projeto**. Isto é sintetizado através deste relato:

Não conheço muito bem não, mas dizem que é bom (P. B. O., 63 anos, Técnico em Enfermagem, morador da área há 15 anos)

Muitos deles, ao serem questionados sobre as razões que motivam estas pessoas a não procurarem esclarecimentos sobre o que é este projeto ou como ele funciona, responderam que não lhes interessa conhecê-lo melhor por falta de tempo, ou por estar localizado longe de sua moradia. E que segundo eles torna-se mais prático fazer caminhadas, pois o horário é livre e pode-se adequar às necessidades individuais de cada morador.

Assim, segundo a interpretação do pesquisador, o fato dos entrevistados não freqüentarem as atividades promovidas por este equipamento urbano, e nem procurarem conhecê-las, está relacionado a não incorporação do hábito para práticas esportivas ligadas a Academia da Cidade.

Por outro lado, a valorização de atividades físicas está relacionada aos novos valores sociais, onde se destacam as práticas de **exercícios físicos** como atividades que proporcionam saúde e bem-estar. Por outro lado, questões como **insegurança** são relatadas com freqüência entre os moradores que não freqüentam o projeto, conforme exposto por esta entrevistada:

Não participo. Mas acho bom, mas só funciona pra quem não tem dinheiro⁶⁸. [...], mas não tem nada a ver as pessoas ficarem se **expondo** desta forma no meio da rua, eu jamais faria isto [grifo nosso].

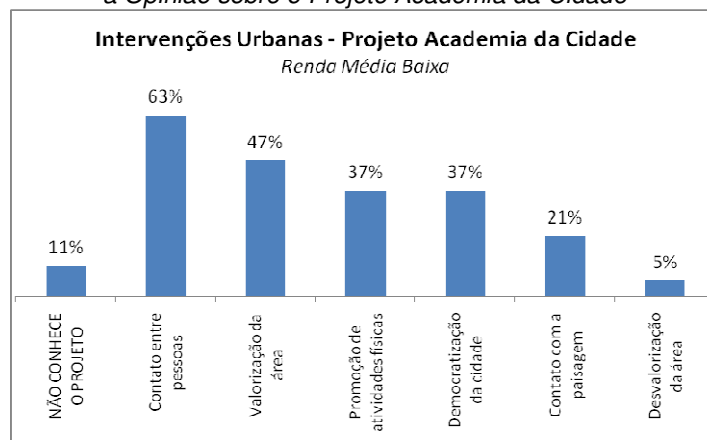
Esta mesma entrevistada acrescenta que:

Acho muito estranho, as pessoas saírem de suas casas para **irem pro meio da rua malhar**. É falta de educação ficar se **exibindo**, quando existem locais apropriados para se fazer ginástica [...] Além disso, a gente fica muito **exposto** aos olhares das pessoas, Deus me livre [grifos nossos] (P. T. A., 30 anos, Bióloga, moradora da área há 8 anos).

⁶⁸ Esta entrevistada está enquadrada no setor de renda média-baixa.

Assim, as práticas coletivas em um local aberto, próximo ao fluxo de veículos, nem sempre são vistas de maneira positiva por todos os representantes de um mesmo grupo social, haja vista que eles apresentam valores bastante heterogêneos. A opinião sobre o Projeto Academia da Cidade foi sintetizada através do gráfico 4.14:

Gráfico 4.14: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Opinião sobre o Projeto Academia da Cidade



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

De acordo com os entrevistados, 63% concordam que o projeto promove o **contato entre pessoas**, enquanto 47% afirmam que ele é um fator que proporciona a **valorização da área**, seguido de uma margem de 37% que vêem o Projeto Academia da Cidade como um agente que possibilita a **promoção de atividades físicas** e a **democratização da cidade**. Embora apenas o percentual de 21% afirme que a participação deste projeto promove o **contato com a paisagem** e 5% afirmem que ele é um agente de **desvalorização da área**.

A partir da interpretação deste gráfico, é possível constatar que segundo a *“maneira de ver”* dos representantes do setor de renda média-baixa, o **Projeto Academia da Cidade** é um equipamento que agrega valor à área, embora do universo pesquisado 88% dos entrevistados, afirmem não participar do projeto.

Esta relação entre **agregar valor**, mas não **participar das atividades** proporcionadas pelo projeto é marcante na estrutura das sociedades capitalistas contemporâneas. Isto porque, faz parte de um universo “*onírico de consumo visual*”, (ZUKIN, 2000, p. 90) das cidades contemporâneas que estão estruturadas segundo uma ordem de competitividade em relação a outras, pautada na idéia capitalista do **ter** em detrimento do usufruto que esta proporciona. Esta contradição é ainda mais marcante entre os entrevistados do setor de renda média e média-alta, conforme será visto no próximo tópico deste capítulo.

Por outro lado, apenas 5% dos entrevistados afirmam que este projeto promove a **desvalorização da área**, conforme sintetizado no relato desta moradora:

Não participo, mas [acho que] só funciona pra quem não tem dinheiro. [...] A infra-estrutura é precária, [...] [e] não tem nada a ver com o perfil do bairro (P. T. A., Bióloga, 30 anos, moradora da área há 8 anos)

A **desvalorização da área**, descrita por esta moradora, é pouco expressiva no contexto do setor de renda média-baixa, conforme sintetizado no gráfico 4.14, e não representa um percentual elevado no contexto deste setor. Contudo, isto demonstra a heterogeneidade de respostas expressas pelos entrevistados.

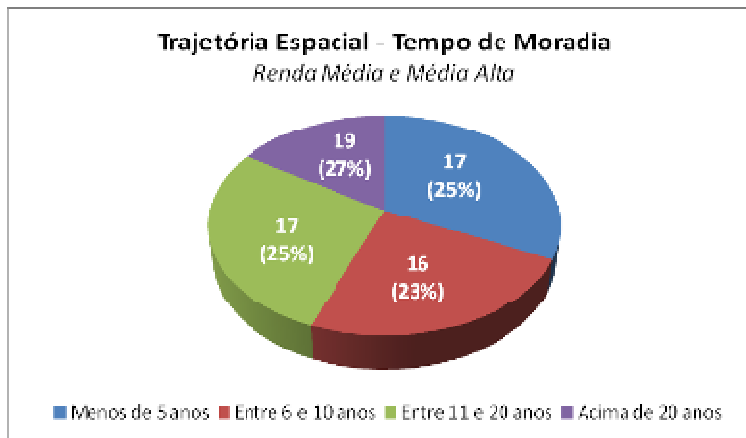
4.1.2 Os significados da Paisagem do rio Capibaribe segundo a “*maneira de ver*” dos moradores do setor de renda média e média-alta

Os moradores deste setor, selecionados para a realização das entrevistas foram preferencialmente os mais antigos da área, tendo em vista que estes são os que apresentam maior vínculo com o local.

Com referência ao item **trajetória espacial**, a partir da sistematização das entrevistas realizadas com os representantes do setor de renda média e média-alta, visando interpretar o tempo de moradia desta parcela estudada, é possível observar que estes moradores residem na área em estudo há menos

tempo que os moradores do setor de renda média-baixa. O gráfico 4.15 sintetiza o tempo de moradia destes entrevistados:

Gráfico 4.15: Perfil dos Entrevistados Quanto ao Tempo de Moradia



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A partir deste gráfico, é possível concluir que do universo de entrevistados, 27% moram na área em estudo há **mais de 20 anos**, enquanto no setor de renda média-baixa, este percentual é bem mais alto (ver gráfico 4.2), enquanto 25% residem nas quadras localizadas na Avenida Beira Rio entre a Torre e a Madalena **entre 11 e 20 anos** e o mesmo percentual de 25% habita a área a **menos de 5 anos**. Além disto, 23% dos entrevistados residem no local **entre 6 e 10 anos**.

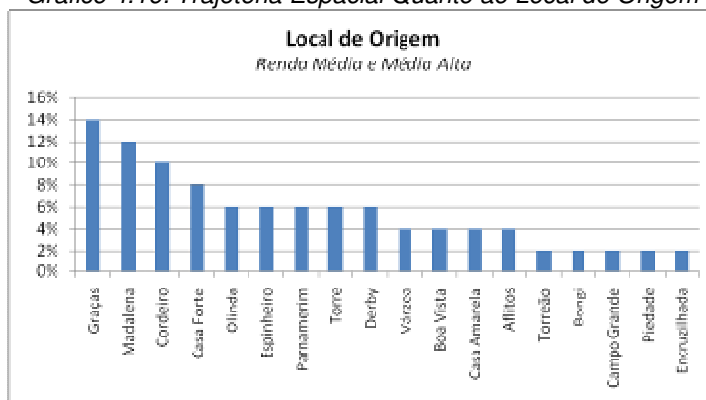
Este gráfico, comprova que a área tem tido nos últimos dez anos uma rápida (trans)formação conforme observado através do gráfico 4.15, (pois nesse período 48% das pessoas entrevistadas passaram a residir em unidades multifamiliares verticalizadas).

Este processo de mudança pode ser resultante da abertura da Avenida Beira Rio e da Lei 16.719/01 que instituiu a ARU, e conseqüentemente restringiu a verticalização da RPA 03 (Noroeste). Assim, devido à impossibilidade de verticalização nos bairros mais tradicionais da cidade do

Recife⁶⁹, onde se destacam: Graças, Espinheiro, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos, se fez necessário que esta parcela da população viesse residir em locais que ofertassem maior número de unidades habitacionais.

O gráfico 4.16, referente ao perfil dos entrevistados mostra o local de origem destes moradores:

Gráfico 4.16: Trajetória Espacial Quanto ao Local de Origem



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Comprovando o que foi dito acima, é possível constatar que a maior parte dos moradores da Avenida Beira Rio, representado por 14% dos entrevistados, vieram do bairro das Graças, enquanto 12% dos entrevistados já residiam no bairro da Madalena. Já 10% dos entrevistados são provenientes do bairro do Cordeiro, 8% do bairro de Casa Forte, cerca de 6% vieram dos bairros Espinheiro, Parnamirim, Torre e Derby. Já 4% dos entrevistados vieram de bairros como Várzea, Boa Vista, Casa Amarela e Aflitos. O percentual de apenas 2% dos entrevistados é proveniente dos bairros: Torreão, Bongi, Campo Grande e Encruzilhada.

Assim, o total de 40% dos entrevistados são provenientes de bairros subordinados aos parâmetros previstos na ARU. Já 20% dos entrevistados responderam que sempre moraram na área de estudo, representando assim um maior vínculo com o local.

⁶⁹ Os bairros componentes da ARU já apresentava a capacidade de infra-estrutura urbana saturada e em rápido processo de (trans)formação em função da implantação de novas edificações multifamiliares verticalizadas

Neste gráfico, ainda é possível observar que dos bairros citados, nenhum dos entrevistados são provenientes da Região Sul da cidade do Recife, formada por bairros como Pina e Boa Viagem. Este fato remete à idéia de que os moradores que escolhem as margens do rio Capibaribe para habitarem não apresentam um vínculo mais estreito com os bairros da zona Sul, que são mais novos.

Além disto, foi observado, que do total de entrevistados, apenas 8% vieram de outras cidades que compõem a Região Metropolitana da cidade do Recife, dentre as quais se destacam Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Deste percentual, com base na interpretação do gráfico 4.16, é possível constatar que há um maior número de entrevistados que vieram do município de Olinda.

Embora a baixa oferta de unidades habitacionais dos bairros subordinados aos parâmetros da ARU não tenha sido explicitada como um motivador para a **trajetória espacial** destas pessoas, observa-se que a **qualidade da moradia** dos imóveis ofertados na área, tem sido um fator referenciado por 14% dos entrevistados com relação à motivação de residir nos mesmos:

Fui melhorando de vida e precisava de **um imóvel maior que suprisse as minhas necessidades**, gosto de espaço e tinha como bancar um imóvel deste porte (J. B. L., 56 anos, Corretor de Seguros, micro-empresário, morador da área há 9 anos)

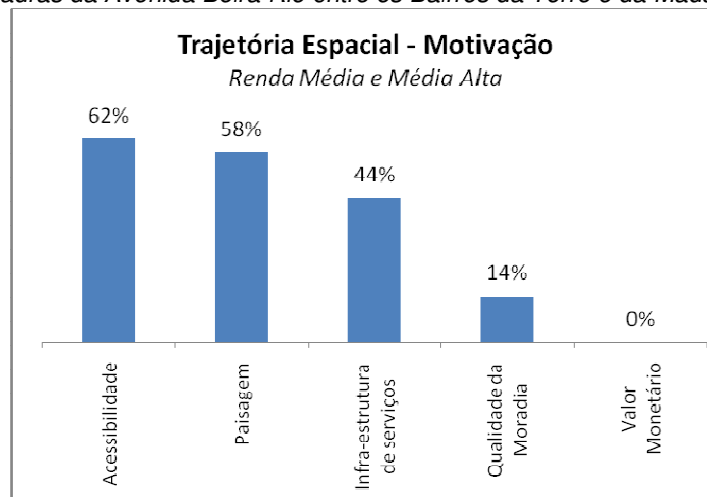
Localização do bairro em relação à cidade [...] Mas a minha decisão foi a **qualidade do meu imóvel** (E. N. P., 38 anos, Engenheiro Civil, morador da área há 11 anos)

Neste sentido, é importante destacar que a **qualidade da moradia** associada ao prestígio e *status* social (MELO, 1996) indicada como motivação para a escolha desta área como moradia, foi diferente da sinalizada pelo setor de renda média-baixa (ver gráfico 4.4) que apontou como determinante o **valor monetário** do imóvel, até porque as unidades disponibilizadas para o setor de renda média-alta não apresentam um baixo custo.

Além deste motivador, as principais razões que direcionaram a escolha dos entrevistados a residirem na área de estudo se devem a três razões

fundamentais: 62% se referem à **acessibilidade**, enquanto, 58% se referem à **paisagem** proporcionada pela localização das unidades habitacionais. Contudo, diferentemente do que ocorre no setor de renda média-baixa, os setores de renda média e média-alta sinalizaram a **infra-estrutura de serviços** em terceiro lugar, com um percentual de 44%. O gráfico 4.17 sintetiza as motivações explicitadas pelos moradores:

Gráfico 4.17: Trajetória Espacial Quanto às Motivações para Morar nas Quadras da Avenida Beira Rio entre os Bairros da Torre e da Madalena



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A **acessibilidade** e a **infra-estrutura de serviços** são fatores preponderantes para a escolha da área para moradia. Estes fatos são facilmente identificados através da interpretação da linguagem falada pelos entrevistados nas seguintes passagens:

Era uma área com poucos prédios, tranqüila, mas, com a vantagem da **proximidade de colégios, faculdades e meu próprio trabalho**. Os filhos estavam naquela fase que necessitavam morar no Recife para estudar em melhores colégios e se preparar para o vestibular [grifos nossos] (C. M., Psicóloga, Profissional Liberal, moradora da área há 20 anos).

A localização bem central com relação a outros bairros do Recife (E. P. S. dos S, 51 anos, Engenheiro Civil, Profissional Liberal, morador da área há 3 anos).

O fator **acessibilidade** e **infra-estrutura de serviços** corresponderam à grande vantagem referenciada pelos entrevistados desta área como moradia.

Este fato está relacionado ao trabalho de Melo (1996) no qual a autora assinala que estes fatores, constituem categorias importantes na escolha do local para moradia.

Além dos fatores assinalados, é importante destacar que a **paisagem** do rio Capibaribe e de suas margens constitui um importante elemento que agrega valor simbólico à área, pois ela está em segundo lugar como motivador na escolha deste local como moradia. Esta característica está estreitamente relacionada a valores de ordem subjetiva, como a tradição e *status* social. Estas características estão explicitadas nos depoimentos de vários entrevistados, conforme descrito a baixo:

Por causa do rio Capibaribe. Sempre desejei morar perto do rio. Acho que **por causa da minha família** e da **minha descendência de família de engenhos** [grifos nossos] (L. D., 62 anos, Geógrafa, Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco)

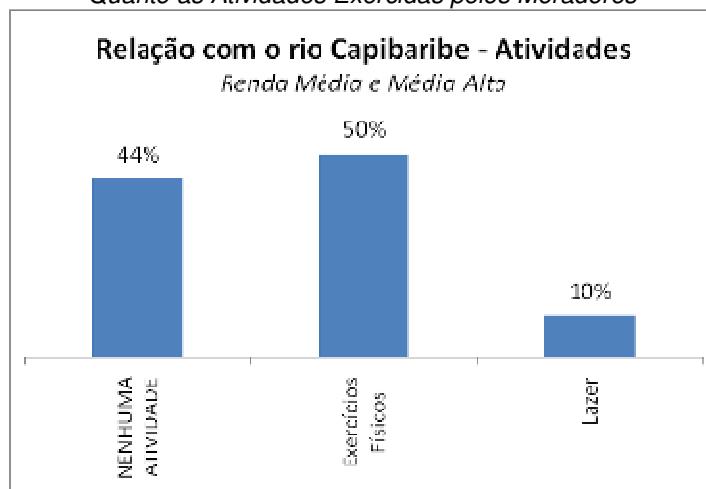
Tem **o rio** e os edifícios que estão nas imediações do meu, tudo **isto dá um ar aristocrático** ao bairro. **Aqui se vê que não são todas as pessoas que podem morar na Avenida Beira Rio** [grifos nossos] (A. B. G. de A., Engenheiro eletrônico, Micro-empresário, 49 anos, morador da área há 18 anos)

Portanto, segundo a “*maneira de ver*” dos moradores enquadrados no setor de renda média e média-alta, observa-se que diferentemente do que ocorre com o setor de renda média-baixa, o rio Capibaribe é mais representado pelo valor simbólico pois reflete o *status* social e a tradição para os moradores do seu entorno:

A localização do bairro na cidade é privilegiadíssima, o meu prédio é muito alto **com visão privilegiada para o rio**. O rio dá uma **visão definitiva**, sei que na minha frente, nada pode ser construído, por isto esta paisagem é minha, ninguém pode tirá-la de mim. **Morar aqui é um privilégio**. Boa ventilação, fácil acesso, está no centro da cidade com toda infra-estrutura ao meu redor [grifos nossos] (V. R. B., 53 anos, engenheiro, empresário morador da área há 3 anos).

A **relação estabelecida com o rio Capibaribe e suas margens**, quanto às **atividades exercidas** pelos moradores do setor de renda média e média-alta, está apresentado no gráfico 4.18:

Gráfico 4.18: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto às Atividades Exercidas pelos Moradores



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A partir deste gráfico, é possível assinalar que uma parcela significativa deste grupo social utiliza as margens do rio Capibaribe para algum tipo de atividade. Dentre os entrevistados, 50% a utilizam para a prática de **exercícios físicos** enquanto 10% o utilizam para atividades de **lazer**, e 44% do universo pesquisado não pratica **nenhuma atividade**.

Assim, os percentuais de pessoas que fazem **exercícios físicos** na área é ligeiramente superior aos que não exercem **nenhuma atividade**, comprovando que o **espaço urbano**, é muito valorizado por este grupo social.

A foto 4.4 representa as pessoas fazendo Cooper no final da tarde as margens do rio Capibaribe no bairro da Madalena. Segundo a observação livre, as pessoas que utilizam o rio Capibaribe para esta prática não contemplam o rio. Até porque a escala do observador muda de acordo com o local onde ele está. Outro fato que contribui para que esta relação não se estabeleça é a ausência de podas periódicas da vegetação de mangue, que impede que o rio seja visualizado na escala do pedestre.

Foto 4.4: Pessoas fazendo Cooper⁷⁰



Fonte: Ricardo Oliveira, janeiro de 2010.

Além disto, a prática de **exercícios físicos**, realizada principalmente por meio de corrida e caminhadas, é um dos poucos momentos em que os moradores dos setores de renda média e média-alta encontram-se mais próximos a este recurso hídrico e conseqüentemente, dos problemas relacionados a ele, como por exemplo, a **poluição**.

Esta proximidade com o rio Capibaribe é evitada por alguns dos moradores, conforme descrito por esta moradora:

Não gosto de descer porque **o rio tem um mau-cheiro** horrível quando a maré seca, sem contar que **tem muito lixo escondido atrás das árvores**. [...] não acho interessante ir fazer caminhadas lá em baixo. É perigoso, apesar do movimento, nunca se sabe se vai aparecer alguém pra assaltar (M. da G. F. M., Dona de Casa, 69 anos, moradora da área há 20 anos).

Assim, pode-se interpretar que, alguns moradores inseridos nos setores de renda média e média-alta, evitam entrar em contato com o rio Capibaribe, estando estes atores sociais distantes dos problemas como a **poluição**, contemplando de suas varandas apenas os aspectos positivos que este elemento hídrico e suas margens proporcionam.

Além da **poluição**, segundo a “*maneira de ver*” do setor de renda média e média-alta, a prática de **exercícios físicos** sem o monitoramento de

⁷⁰ O rosto das pessoas fotografadas foi camuflado para preservar a identidade.

profissionais qualificados representa um dos fatores para a não realização desta prática:

Acho perigoso porque não sei se eu poderia fazer **atividades físicas** no meio da rua. [...] Acho que uma academia é um lugar mais propício para isso (A. M. de A. G., 58 anos, Dona de Casa, moradora da área há 11 anos).

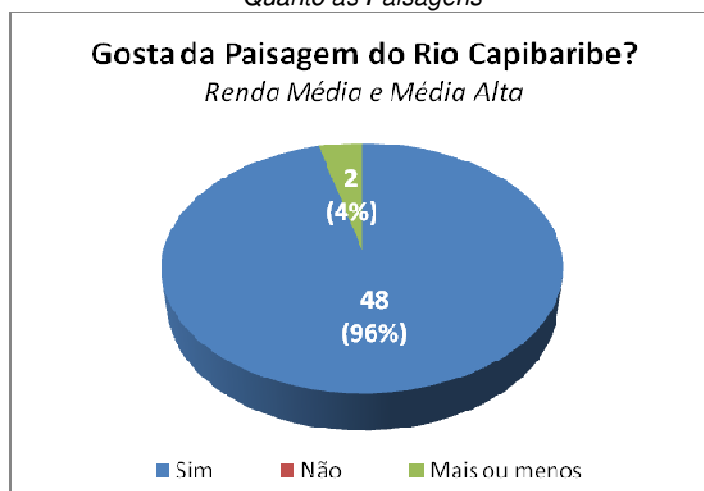
Além da questão explicitada pelos entrevistados, existe outra característica observada. A prática de **atividades**, não se refere apenas a **exercícios físicos**, mas também a uma categoria mais ampla, como o **lazer**. Isto porque as atividades podem estar relacionadas a práticas lúdicas como, por exemplo: a fotografia, a contemplação da paisagem, a passeios ao ar livre.

No entanto, nenhum dos entrevistados fez referência e estas atividades. O **lazer**, quando mencionado por eles está relacionado à freqüência dos moradores nas praças para brincadeira com as crianças:

Levo meus netos para brincarem ali na pracinha e conhecer o rio (M. P. de A. F., 66 anos, Socióloga aposentada, moradora da área há 25 anos)

Contudo ao serem questionados quanto à **relação do rio Capibaribe e suas margens** no que dizem respeito a sua paisagem, 96% dos respondentes disseram **gostar**, enquanto apenas 4% disseram gostar **mais ou menos**, conforme sistematizado no gráfico 4.19:

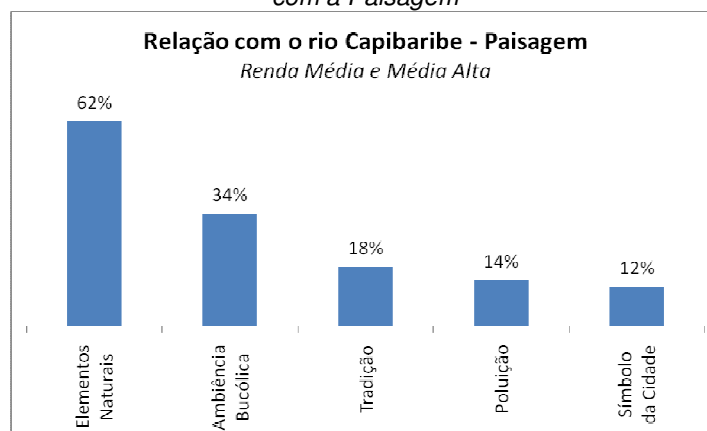
Gráfico 4.19: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto às Paisagens



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Dando continuidade à **relação estabelecida com o rio Capibaribe e suas margens**, os entrevistados, ao serem interrogados sobre as razões que os motivaram a gostar da paisagem do rio Capibaribe, apresentaram as seguintes características, sintetizadas no gráfico 4.20:

Gráfico 4.20: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto à Relação Estabelecida com a Paisagem



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

A partir da elaboração deste gráfico, foi possível constatar que 62% dos representantes do setor de renda média e média-alta gostam do rio Capibaribe devido aos **elementos naturais** que compõem a sua paisagem, enquanto 34% a associam a **ambiência bucólica**, seguido de **tradição**, referenciado por 18%. Enquanto 14% embora gostem desta fração de paisagem a associam a **poluição**, e 12% afirmaram gostar da paisagem do rio Capibaribe por esta ser o **símbolo da cidade**.

Os relatos dos moradores em relação à paisagem são destacados em relação a duas dimensões: a objetiva e a subjetiva. No primeiro caso, os entrevistados destacam os **elementos naturais**, ou seja, aspectos materiais, enquanto o segundo reflete valores imateriais, que são os valores simbólicos. A dimensão objetiva foi referenciada nos relatos destes entrevistados:

É uma **mancha verde** na selva de pedra, ladeando o Capibaribe (R. S. de C., Administrador de Empresas, morador da área há 5 anos).

Trata-se de amor eterno e amor não tem explicação. Isto explica minha **adoração pela paisagem**, pelo **cheiro de**

mangue que exala do rio (C. M., Psicóloga, Profissional Liberal, moradora da área há 20 anos).

Associada à paisagem, enquanto valor simbólico, a característica de **ambiência bucólica** e de **tradição** apontada pelos entrevistados foi explicitada através de vários relatos dos entrevistados, dentre os quais se destaca:

Lembra a minha **infância**, os **meus avós**, e dá a idéia de uma cidade mais humanizada, com mais **verde**, sem ter prédios na minha frente [grifos nossos] (C. dos S e S., 50 anos, veterinária, micro-empresária, moradora da área há 15 anos).

Assim, segundo a nossa interpretação, os **elementos naturais**, que é a dimensão objetiva, e a **ambiência bucólica** que é a dimensão subjetiva, constituem uma relação muito estreita. É neste contexto que está inserido o valor de **tradição** atribuído ao rio Capibaribe, que o remete a sua representação enquanto identidade da cidade do Recife. Segundo a “*maneira de ver*” dos setores de renda média e média-alta, esta característica faz parte da atribuição de valores dos entrevistados em relação a este elemento natural:

Adoro, por causa do **estilo de vida** que se tem aqui no bairro. Apesar de tudo, ainda é **pacato, bucólico**. Ainda podemos ver coisas da **infância** como um vendedor de cocada e tapioca. Aqui é um lugar ótimo pra se morar [grifos nossos] (S., T. P., médico, Profissional Liberal, morador da área há 6 anos).

É um privilégio morar perto do rio. [...] Imagino a cidade a partir dele. **O Recife é o rio**. Da varanda do meu apartamento eu me sinto como se estivesse realmente em Recife. A cidade com o rio tem um **ar europeu**. [...] Desejo de compartilhar a cidade através dele. **É um sentimento de cidade que me invade, quando vejo o Capibaribe** [grifos nossos] (V. R. de A., Jornalista aposentada, moradora da área há 9 anos).

Conforme abordado no capítulo teórico, valor é uma característica atribuída ao objeto e não intrínseca a ele (Connor, 1994). Assim, partindo deste pressuposto, é possível interpretar que os valores imateriais como **tradição** estão na base de formação da paisagem do rio Capibaribe vinculados à cidade do Recife, que se consolidaram na memória coletiva como identidade da cidade e como **símbolo** que melhor a representa. Tal fato está estreitamente

relacionado ao conjunto de valores destas pessoas, conforme expressado nos relatos acima.

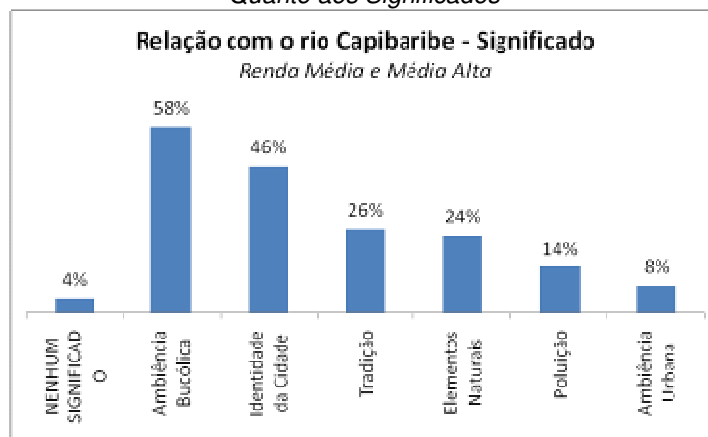
Assim sendo, entre os atores que gostam da **paisagem** do rio Capibaribe, por questões de ordem material e/ou imaterial, observa-se que estes valores têm como base as experiências individuais vivenciadas por cada um deles. Portanto, a interpretação que fazemos deste conjunto de valores expressos na **relação dos moradores com o rio Capibaribe** está relacionada às diferentes *“maneiras de ver”*, que são calcadas em um conjunto de valores construídos culturalmente.

A constatação deste fato configura a concepção de paisagem sinalizada por Coscrove (1998) e Macdowell (1996) de que elas não são neutras, pois além de refletir as características dos grupos sociais que a vivenciam, notadamente dos setores dominantes, também são fruto de múltiplas atribuições de valores do homem, que no seu papel de agente portador de cultura, a interpreta segundo as diferentes *“maneiras de ver”*.

É neste contexto, que os entrevistados, embora afirmem gostar da paisagem do rio Capibaribe, também a relacionam a aspectos negativos, como a **poluição** (ver gráfico 4.20). Contudo, foi constatado nos relatos que ela não está relacionada à vivência direta desta característica, e sim a uma sensação de poluição proveniente do mau-cheiro exalado pelo rio em função da ausência de saneamento, notadamente, quando a maré está baixa.

Ainda sobre a **relação com o rio Capibaribe e suas margens**, os entrevistados foram questionados sobre os significados do rio Capibaribe. O gráfico 4.21 sintetiza as respostas:

Gráfico 4.21: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Significados



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Com base na elaboração do gráfico 4.21, é possível observar que 58% dos entrevistados responderam que esta fração de paisagem significa **ambiência bucólica**, seguido de **identidade da cidade** para 46% dos respondentes e de **tradição** para 26%. O item **elementos naturais** foi referenciado por 24% e a **poluição** também foi contemplado por 14% dos entrevistados, enquanto apenas 4% do universo de pessoas responderam que o rio Capibaribe não apresenta **nenhum significado**.

Neste contexto, a paisagem é constituída de vários **significados**, sendo estes caracterizados, tanto em sua dimensão objetiva, que são as “*marcas*” impressas no meio ambiente físico, que foi menos referenciada por estes grupos sociais, quanto em sua dimensão subjetiva, ou seja, imaterial. Assim, conforme alguns depoimentos orais:

“**Arborização do mangue** que é muito bonita e não atrapalha o visual do rio e se incorpora harmoniosamente na paisagem” [grifos nossos] (V. R. B., 56 anos, Engenheiro Civil, morador da área há 8 anos).

O rio lembra os limites, **a nossa história**, uma época em que **as pessoas eram educadas**, sabiam se comportar e entrar nos mais diferentes lugares. Hoje, as pessoas estão perdendo esses valores [grifos nossos] (L. D. 62 anos, Geógrafa, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, moradora da área há 4 anos).

Neste sentido, é possível comprovar que a paisagem está estreitamente relacionada com a maneira de olhar. Portanto, ela tem um caráter subjetivo que

não possui visibilidade física, conforme assinalado no relato acima. Também é importante destacar que o olhar do observador é construído socialmente ao longo do tempo, de modo a refletir o seu conjunto de valores, crenças, mitos e utopias.

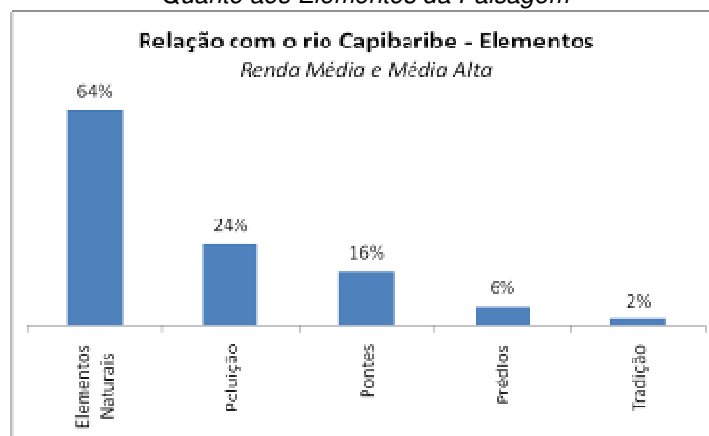
Além destes fatores, o item **poluição** também é referenciado como um **significado** que está relacionado ao rio Capibaribe, haja vista que este elemento reflete a contradição entre a beleza por ele proporcionada e o desprezo de que este elemento hídrico tem sido alvo ao longo de sua história:

Ele é a cara da cidade, mas também lembra **poluição, lixo e mau-cheiro** [grifos nossos] (A. B. L., Dona de Casa, 70 anos, moradora da área há 15 anos).

É o **retorno aos tempos de quando a tranquilidade não era rompida pela agitação da cidade grande**, quando a **poluição** não predominava sobre as **águas** do Capibaribe [grifos nossos] (R. S. de C., Administrador de Empresas, 49 anos, morador da área há 5 anos).

Tendo como pressuposto as diferentes “*maneiras de ver*” deste grupo social, ao serem questionados sobre os **elementos que se destacam na paisagem** do rio Capibaribe, 64% dos entrevistados fizeram menção aos **elementos naturais**, seguindo-se a **poluição** para 24% dos respondentes. As **pontes** ficaram em terceiro lugar, correspondendo a 16% e em último os prédios com 6%. O gráfico 4.22 sintetiza os elementos de maior destaque na paisagem do rio Capibaribe:

Gráfico 4.22: Relação com o Rio Capibaribe e suas Margens Quanto aos Elementos da Paisagem



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

O pesquisador, enquanto interprete dos produtos culturais, aponta que no contexto das diferentes “*maneiras de ver*” dos entrevistados, os **elementos de destaque na paisagem** são assimilados como entidades concretas, e, portanto apresentam uma dimensão visível (BESSE, 2006). Foi a partir desta dimensão, que os respondentes sinalizaram como **elementos naturais**, aqueles que são palpáveis, mas que são dotados de significados a partir da contemplação, conforme explicitados nestes relatos:

O próprio **rio** é claro. Mas também as **árvores** e os **mangues** [grifos nossos] (J. F. C. N., 59 anos, Engenheiro civil, Profissional Liberal, morador da área há 20 anos)

Ah, é muito belo. As **águas**, as **pontes** que cortam o rio formam uma vista muito interessante (A. R. B. P., 45 anos, Analista de Sistemas, morador da área há, 5 anos)

A **poluição**, citada por 24% dos entrevistados foi mencionada pelos moradores que habitam em pavimentos mais baixos. Isto porque este elemento é evidenciado pela sensação de mau-cheiro por eles sentida e não pela presença do lixo, haja vista que este é pouco visível. Assim:

A água, mas também tem o **mau-cheiro**, principalmente quando a maré está baixa. (A. C. T. G., 44 anos, médica, Profissional Liberal, moradora da área há 8 anos).

É o melhor ângulo para ver o rio aqui do alto, porque você vê as curvas dele. Mas tem o **mau-cheiro** que é muito ruim. Isso me contaria muito. Acho que **deveria ter comprado um apartamento mais alto, ai eu sentiria menos o mau-cheiro do rio** e ficaria só com a parte boa, que é a paisagem (E. N. P., 48 anos, Engenheiro civil, Empresário, morador da área há 11 anos).

A partir do relato dos entrevistados, é possível identificar que os aspectos negativos do rio, embora incomodem os moradores, não tiram a importância deste elemento hídrico para os mesmos, haja vista que o mesmo morador que se sente incomodado pelo mau-cheiro atribui a ele valores de **tradição** e de **identidade da cidade**:

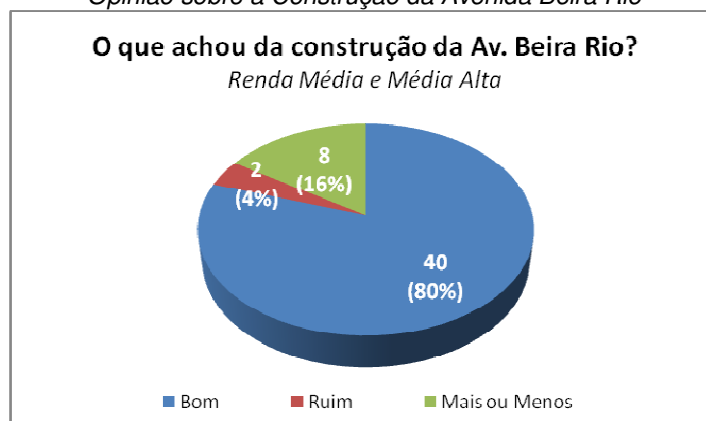
É uma **lenda** no estado de Pernambuco. Ele tem **história**, está ligado com a **identidade da cidade** [grifos nossos] (E. N. P., 48 anos, Engenheiro civil e empresário, morador da área há 11 anos).

Assim, o rio Capibaribe enquanto **símbolo** identifica a cidade. A história da cidade se confunde com a história deste recurso hídrico. É neste contexto que as **pontes** são sinalizadas como elementos de destaque na paisagem recifense. Já os **prédios** são referenciados como um elemento que dá um caráter de modernidade à cidade, conforme sinalizado neste trecho:

As águas, as **pontes** transpondo o rio, o seu serpenteado prateado que corta o bairro. [...] Tem também os prédios a minha frente que dão um ar de **modernidade** a cidade [grifos nossos] (F. S. S., 48 anos, Engenheiro Civil, Profissional Liberal, morador da área há 11 anos)

Na última parte da entrevista com este grupo cultural, intitulada **relação com as intervenções urbanas**, foram questionados três pontos principais. De acordo com o gráfico 4.23 a baixo, é possível constatar que entre os entrevistados do setor de renda média e média-alta, 80% a consideraram **boa**, 16% **mais ou menos** e apenas 4% acharam **ruim**, conforme destacado no gráfico:

Gráfico 4.23: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Opinião sobre a Construção da Avenida Beira Rio



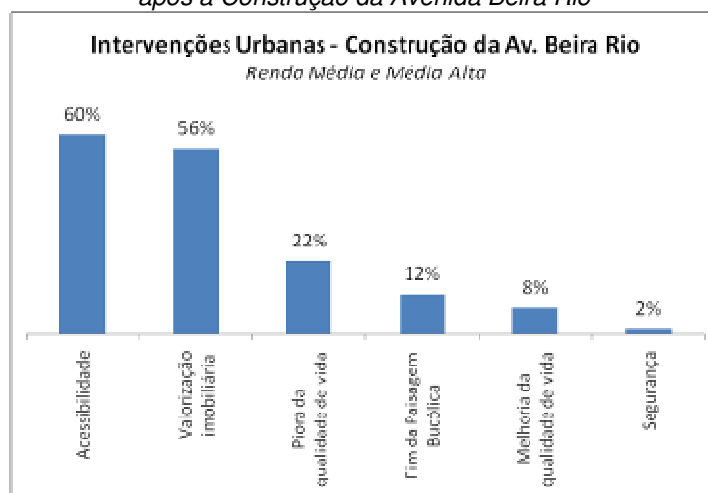
Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Assim, com base nas respostas dos entrevistados, é possível constatar que a construção da Avenida Beira Rio foi aprovada pela maior parcela dos respondentes. Com base neste pressuposto, ao serem questionados sobre os motivos que levaram estes moradores a gostarem ou não desta intervenção urbana, 60% dos entrevistados mencionaram que sua construção melhorou a

acessibilidade na área, enquanto 56% sinalizaram que houve um aumento significativo da **valorização imobiliária**.

Por outro lado, embora tendo sido aprovada e tenha trazido benefícios, 22% dos entrevistados responderam que a abertura da via propiciou a **piora da qualidade de vida** dos moradores em função do aumento do trânsito, poluição sonora, entre outros, o que contribuiu para que esta (trans)formação da paisagem, culminasse no fim da **ambiência bucólica** para 12% dos entrevistados, enquanto apenas 8% afirma que a construção da via **melhorou a qualidade de vida** e apenas 2% sinalizaram a melhoria da segurança, conforme exposto no gráfico 4.24:

Gráfico 4.24: Relação com as Intervenções Urbanas, Área após a Construção da Avenida Beira Rio



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Assim, foi tomado como pressuposto que a **acessibilidade** foi um dos fatores de propulsão para o aumento do número de edifícios multifamiliares que culminou na **valorização imobiliária**, conforme explicado por estes moradores:

Valorizou muito a área. **Aumentou a quantidade de prédios**, sem falar na melhora do **acesso** daqui para as outras partes da cidade [grifos nossos] (A. B. L., , Dona de Casa, 70 anos, moradora da área há 15 anos).

Importante porque viabilizou a ocupação das margens, que **antes eram muito contramão** principalmente aqui na Torre que eram tão esquecidas. Acho que tudo isso valorizou muito a área. **Os prédios vieram pra cá também**, prédios novos com boa infra-estrutura, bem altos, enfim uma cidade

moderna como deve ser [grifos nossos] (E. P. S. dos S, Engenheiro, Profissional Liberal, 37 anos, morador da área há 3 anos).

Assim, além da **valorização imobiliária**, a construção da via também remete à idéia de modernidade em contraposição com o antigo. Contudo o aspecto de antigo continua sendo uma característica que agrega valor à área objeto de estudo, notadamente pela presença dos casarões remanescentes da ZEPH-03.

Este fato explicita uma questão bastante contraditória que marca a configuração das paisagens da área objeto de estudo, notadamente do bairro da Madalena, que é valorizada pelo seu valor de **tradição**, que constitui um aspecto subjetivo da paisagem.

É importante enfatizar a contradição que foi observada no aspecto da **tradição** veiculada nos depoimentos orais que remetem ao local onde existiam os antigos engenhos, depois transformados em sítios e chácaras. Simultaneamente, estes mesmos entrevistados se referem ao aspecto da tradição vinculando-o com as edificações multifamiliares verticalizadas que têm culminado em uma rápida (trans)formação da paisagem. Esta relação tem sido muito bem explorada pelo setor imobiliário através das estratégias de *marketing* que têm veiculado tradição e modernidade, e que têm sido incorporadas pelos moradores do local. Assim o valor simbólico que remete à **tradição** tem contribuído para a valorização econômica da área.

Embora, a construção da Avenida Beira Rio, apresente aspectos positivos, também representa uma **piora na qualidade de vida** pelo fim da **ambiência bucólica**, conforme observado através deste depoimento:

Acabou com o **sossego** do bairro, antes tudo era tão **calmo**. O bairro era **pacato**, com a Beira Rio tudo mudou. Sei que ela foi importante para a área, porque **melhorou o acesso**, só que por outro lado, **a especulação imobiliária aqui ficou muito grande. A cidade está cada vez ficando mais feia, muito cinza, tem um ar de selva de pedra** [grifos nossos] (C. M., 47 anos, Economista, funcionária Pública, Moradora da Área há 11 anos)

Neste contexto, alguns dos representantes deste grupo social destacam que os benefícios do progresso advindo pela construção da via, embora necessários, culminaram na perda desta ambiência, valorizada nos relatos de alguns dos entrevistados.

A partir do que foi exposto, é possível interpretar que o fim da **ambiência bucólica** referenciada por 12% dos moradores não se configura como uma característica tão forte a ponto de frear o processo de verticalização da área. Conforme descrito nesta passagem:

Eu gosto da verticalização, proporciona que mais pessoas tenham acesso ao rio. **Às vezes, dá certo saudosismo das casas do passado, mas acho a verticalização necessária.** As pessoas precisam viver perto do centro. Isto facilita a vida da gente. Jamais moraria em Boa Viagem [grifos nossos] (A. B., 65 anos, Economista, Funcionário-público aposentado, morador da área há 4 anos).

O resultado deste saudosismo aparente, tem culminado na (trans)formação das paisagens desta área, que tem se caracterizado pela sua verticalização, em substituição das habitações unifamiliares existentes no passado.

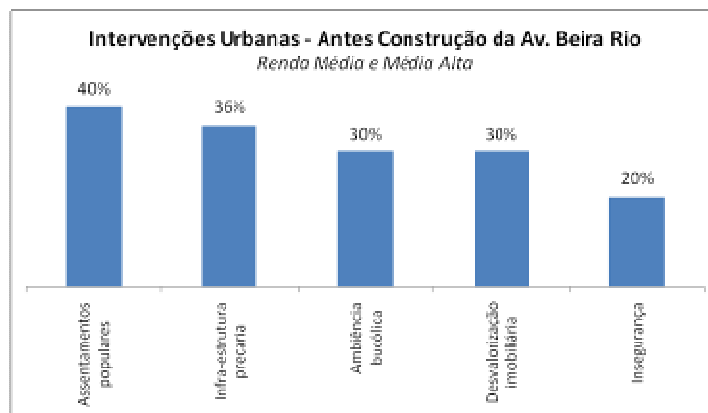
A não valorização das estruturas do passado, no que diz respeito a **malha urbana** e aos **tipos** arquitetônicos existentes, está pautada em dois princípios fundamentais. O primeiro deles caracteriza-se pela ausência de **tradição**, com relação à prática, apesar de existir no discurso da sociedade pernambucana na referência das estruturas do passado. Por outro lado, as (trans)formações do tecido urbano da cidade sempre estiveram vinculadas ao discurso de “*modernidade*” como foi visto no capítulo 3, desde o século XIX.

O segundo fator corresponde às estratégias de *marketing* amplamente divulgadas através dos produtos culturais produzidos pelo setor imobiliário onde são colocados que o novo e o antigo podem conviver em harmonia, sem que haja prejuízo para a identidade da cidade.

Com relação ao questionamento quanto às características da área, antes da construção da via, 40% dos respondentes lembravam do local como uma área caracterizada pela presença de **assentamentos populares**, seguida

de **infra-estrutura precária**, para 36%. Já para 30%, a área apresentava **ambiência bucólica** e **desvalorização imobiliária**, enquanto 20% a qualificavam como **insegurança**, conforme ilustrado no gráfico 4.25:

Gráfico 4.25: *Relação com as Intervenções Urbanas, Área Antes da Construção da Av. Beira Rio*



Fonte: *Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.*

Segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, os **assentamentos populares**, associados à **infra-estrutura precária**, corroboravam para a **desvalorização imobiliária** que no contexto onde ela se apresenta é interpretada como ausência de progresso, conforme relatado pelo morador:

Não existia asfalto, tinha muita poeira, era cheio de favelas, agora já não tem mais as favelas. A via trouxe o progresso para a área, deu um ar de civilidade (A. C. T., Engenheiro Agrônomo, 51 anos, Funcionário Público, morador da área há 9 anos).

Assim, pode-se dizer que o progresso está associado à (trans)formação das paisagens da área em estudo como sendo sinônimo de **valorização imobiliária**, ou mais especificamente ao processo de verticalização e da ausência de **assentamentos populares**. Cosgrove (1998) referencia que as paisagens são construídas socialmente com o objetivo de destacar os grupos dominantes, estando os excluídos fora deste contexto, o que justifica a retirada dos assentamentos populares da área.

Associado a estas características, a **ambiência bucólica**, tem sido bastante recorrente para os representantes do setor de renda média e média-

alta. Isto porque este elemento está relacionado com as tradições, com um modo de vida pitoresco que as famílias mais tradicionais desejam preservar. Assim, com referência ao período anterior à construção da Avenida Beira Rio, observa-se através deste depoimento estas características:

Mas tinham as casas boas da aristocracia que remetiam um aspecto de seriedade. Agora, as coisas mudaram pela invasão dos prédios. O lado bom dos edifícios é que mais pessoas têm acesso ao rio. [grifos nossos] (L. D., 62 anos, Geógrafa, Pesquisadora de Fundação Joaquim Nabuco, moradora da área há 4 anos).

Em última instância a **ambiência bucólica** é interpretada no contexto deste trabalho como sinônimo de estilo de vida, ou ainda remetendo ao *status* social. *Status* este que é interpretado também como sendo oposto ao valor do novo, que muitos entrevistados caracterizam como sendo sinônimo de morar em bairros sem tradição, como por exemplo, Boa Viagem:

Embora eu tenha achado necessária, a construção da avenida, acho que ela manchou um pouco a paisagem tradicional. Aqui é muito diferente de Boa Viagem, as famílias são mais antigas, a vida é mais pacata, ainda se pode ver aquela coisa de bairro mais antigo [grifos nossos] (M. B. A., 52 anos, Médica, profissional liberal, moradora da área há 10 anos)

Através deste relato, é possível observar a contradição representada pelos bairros tradicionais, onde residiam famílias mais antigas e o novo representado pelo bairro de Boa Viagem. Assim, para o pesquisador, a **ambiência bucólica** sinalizada pelos entrevistados, já não mais pode ser vivenciada na área. Isto porque, com base na observação livre, as margens do rio Capibaribe, entre os bairros da Torre e da Madalena, já não apresentam as características do passado, como por exemplo, as antigas casas e a vida pacata destacada pela entrevistada.

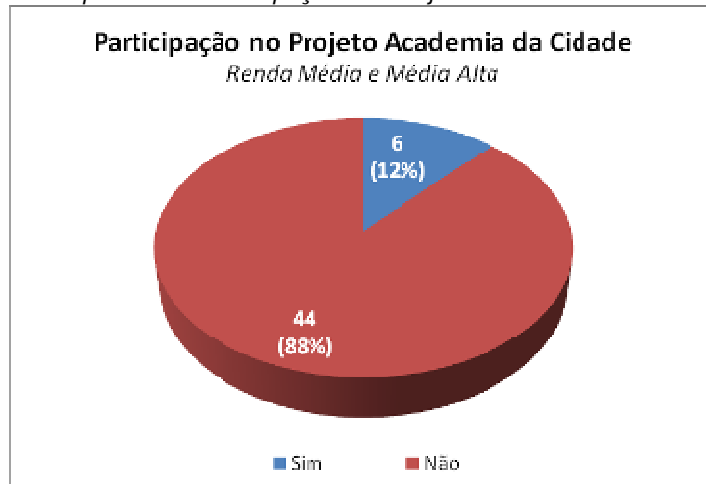
Esta última característica tem sido substituída pelo aumento de tráfego de automóveis na área, em função da construção da Avenida Beira Rio, que interliga vários bairros e assim, tornou-se uma via de grande fluxo. Este fator também está associado à perda das características de calma e tranquilidade,

proveniente do aumento do número de pessoas na área devido ao processo de verticalização.

É neste contexto anterior à abertura da via que os entrevistados assinalaram que a área era **insegura**. Segundo a nossa interpretação, esta característica está relacionada com o fato de que a área não apresentava a **valorização imobiliária** atual, além de redes de **infra-estrutura precária**. Isto porque esta fração de paisagem era caracterizada pela presença dos **assentamentos populares**, ou seja, era o local destinado aos “*pobres*”.

Por fim, em relação ao Projeto Academia da Cidade, os moradores foram solicitados a falar o que achavam do empreendimento e das atividades por ele proporcionadas. Do universo delimitado para as entrevistas, 88% afirmaram que **não participavam** das atividades, enquanto um número bastante reduzido de pessoas, representando 12% afirmou **participar** das atividades patrocinadas. O gráfico 4.26 resume os dados coletados.

Gráfico 4.26: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto à Freqüência da Participação no Projeto Academia da Cidade



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Os entrevistados destacaram que **não participavam** das atividades por várias razões, dentre as quais se destacam: falta de tempo, baixa confiabilidade em relação aos professores que coordenavam as atividades e ainda por não desejarem realizar atividades em ambiente público.

As características assinaladas pelos entrevistados confirmam que a área é habitada por pessoas que não desejam se expor frente às demais, caracterizando assim o que o pesquisador denominou como sendo uma baixa receptividade destes habitantes em participar de atividades coletivas proporcionadas pelo governo municipal. Este fato também é explicado porque este projeto é destinado às pessoas de menor poder aquisitivo.

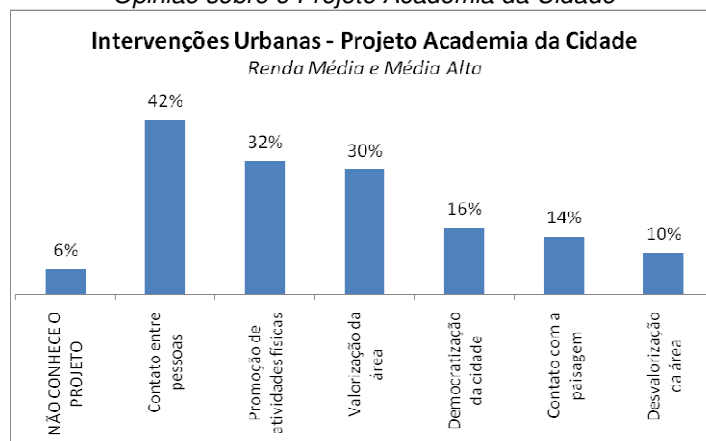
Corroborando esta característica, segundo a interpretação do pesquisador, tendo em vista as razões que levam as pessoas a **não participarem** destes eventos, é possível constatar que estes equipamentos são vistos por estes entrevistados como algo que pode até agregar valor à área, mas que deve ser utilizado por pessoas de menor poder aquisitivo:

Acho bom porque **dá oportunidades das pessoas mais pobres freqüentarem uma academia**. Acho perigoso porque não sei se os professores que dão aula lá são capacitados pra isso [grifos nossos] (A. M. de A. G., 58, anos, Dona de Casa, moradora da área há, 11 anos)

Tendo em vista este pressuposto identificado pelo pesquisador, este grupo social afirma que o Projeto Academia da Cidade, embora pouco utilizado pelo setor de renda média e média-alta, constitui um projeto importante para área.

Isto porque, segundo as diferentes “*maneiras de ver*” dos entrevistados, ele promove **contato entre as pessoas**, para 42% dos respondentes, seguido de **promoção das atividades físicas** para 32% dos entrevistados, além de **valorização da área** segundo 30%. , de acordo com o gráfico 4.27:

Gráfico 4.27: Relação com as Intervenções Urbanas Quanto a Opinião sobre o Projeto Academia da Cidade



Fonte: Elaboração própria, 2009, com Base nos Dados Fornecidos Através dos Depoimentos dos Entrevistados.

Da mesma maneira que para o setor de renda média-baixa, a área embora pouco freqüentada, tem como objetivo principal proporcionar o contato **entre pessoas** para 42% dos entrevistados. Contudo, segundo a nossa interpretação, o contato proporcionado pela participação nas atividades promovidas pelo equipamento urbano, deve ser restrito aos “pobres”, que são a população que não tem acesso a uma academia privada, justificando assim, a ausência deste grupo cultural frente às atividades proporcionadas por este projeto.

Acho bom, ajuda a dar dinâmica e movimento aqui na minha rua. Tem um grupo de capoeira que faz ensaios toda 5ª. feira à noite. Acho bacana, muitas pessoas vão assistir. Eu por exemplo, às vezes assisto tudo da minha varanda. Acho ótimo, pois não preciso descer até lá. A rua fica dentro da minha casa (A. M., Consultora de Moda, 34 anos, moradora da área há 2 anos).

A partir do que foi exposto neste relato, é possível constatar a característica de “paisagem emoldurada” (CLAVAL, 2004), que foi explicada no capítulo teórico. Neste contexto, este grupo social vê através da moldura proporcionada pelas aberturas do seu imóvel, as atividades que acontecem na área, embora não participe delas.

Ao mesmo tempo, o enquadramento intencional afasta estes moradores da realidade vivenciada pelos grupos e das atividades proporcionadas pelo

Projeto Academia da Cidade, contradizendo a **valorização da área** que estes entrevistados afirmam existir.

Assim, a relação estabelecida entre estes moradores e o Projeto Academia da Cidade é bastante contraditória. Isto porque, tendo em vista as respostas dadas por estes entrevistados, face às qualidades geradas pela presença deste equipamento urbano, eles preferem utilizar as margens do rio Capibaribe para a prática de **exercícios físicos**, como o Cooper e a corrida, conforme destacado no gráfico 4.18.

Com base no que foi exposto por meio dos relatos de ambos os grupos culturais, é importante destacar que existem similaridade e diferenças entre eles. A primeira questão a ser destacada nesta interpretação refere-se às motivações que levaram os dois grupos sociais a escolherem as quadras da Avenida Beira Rio como moradia. A partir da comparação entre os gráficos 4.4 e 4.17, é possível constatar que as motivações assinaladas por ambos são muito semelhantes.

Este fato corrobora o que foi dito por Melo (1996) no capítulo teórico de que a **acessibilidade** seguida de **infra-estrutura** corresponde a uma característica bastante desejada e que determina a escolha do local de moradia. Contudo, diferentemente do que ocorreu no setor de renda média-baixa, valores como **tradição** e **ambiência bucólica**, têm significado maior para os setores de renda média e média-alta. Isto porque, estas variáveis estão intimamente relacionadas à história de vida e a valores familiares. Sem contar que também estão intimamente relacionados a prestígio e *status* social.

Outro fator que merece destaque na relação estabelecida entre os dois grupos sociais são as razões que levam os moradores da área a identificarem elementos na paisagem do rio Capibaribe que os motivam a gostarem ou não da paisagem, conforme sintetizados nos gráficos 4.7 e 4.20. A partir da sistematização deles é possível observar que ambos os grupos gostam da **paisagem** em função dos **elementos naturais** visíveis, ou seja, concretos, que a permeiam. Além disto, ambos, embora gostem da paisagem, destacam um

elemento negativo, que é a **poluição**. Embora, ambos os setores de renda apreendem esta característica de forma distinta.

Para os representantes do setor de renda média-baixa, o item **poluição** é vivenciado de maneira mais intensa. Isto porque além do odor vivenciado, que estes representantes referem como **mau-cheiro**, eles estão fisicamente mais próximos, pelo fato de que as habitações multifamiliares são pouco verticalizadas, proporcionando também ver o lixo existente nas margens.

Já o setor de renda média e média-alta estão fisicamente mais afastados da **poluição**. Isto porque, as habitações são mais verticalizadas, notadamente no bairro da Torre. Além disto, a distância ocasionada por barreiras físicas como os muros e os pavimentos de garagem proporcionados pela **tipologia** arquitetônica dos imóveis, fazem a sensação de **poluição** ser percebida por estes habitantes de forma diferenciada. Estes moradores embora sintam o **mau-cheiro**, não lidam diretamente com as questões relacionadas à **poluição**, como o lixo.

Com relação aos aspectos subjetivos da **paisagem** como **tradição** e **ambiência bucólica**, é possível destacar que estas características estão presentes segundo a “*maneira de ver*” dos setores de renda média e média-alta, e são pouco referenciados pelos setores de renda média-baixa. Este fato está relacionado com o conjunto de valores, interesses, mitos e utopias que são inerentes aos grupos sociais e aos indivíduos de forma individual, como também dada a construção coletiva de determinados setores de renda.

Assim, estas características adquirem maior relevância, nos setores de renda cujos valores estão pautados a partir destas características, sendo pouco valorizado por pessoas que não têm uma história relacionada ao rio Capibaribe e à cidade do Recife, pois se originam de outros municípios e às vezes de bairros mais populares. Assim, estes valores são pouco evidenciados e como consequência não são referenciados pelo setor de renda média-baixa.

Já em relação aos significados do rio Capibaribe e de suas margens, foi observado que há certa similaridade quanto aos significados que ele

representa para os dois setores de renda, conforme observado nos gráficos 4.8 e 4.21. Em relação aos valores imateriais da **paisagem** como, por exemplo, **ambiência bucólica**, observou-se que as interpretações são distintas para ambos os setores.

Enquanto os representantes do setor de renda média-alta compreendem a **ambiência bucólica** enquanto um valor de **tradição** inerente a sua formação sócio-cultural, o setor de renda média-baixa a compreende enquanto um valor ligado ao bem-estar físico.

Já o significado estabelecido como **identidade da cidade**, é referenciado por ambos os grupos. Porém é superior no setor de renda média e média-alta, haja vista que este é mais bem trabalhado no processo de formação sócio-cultural deste grupo, ou seja, o rio Capibaribe como valor simbólico que identifica a cidade do Recife.

O setor de renda média e média-alta, por habitarem em unidades mais verticalizadas têm uma visão panorâmica deste elemento, enquanto os moradores representados pelo setor de renda média-baixa, tem este recurso hídrico pouco observado. Tal fato tem relação com a alta densidade de massa verde representada pelo mangue que impossibilita a sua visualização para as pessoas que moram em pavimentos mais baixos, como também muitos destes edifícios não possuem as áreas sociais das habitações com a frente voltada para o rio Capibaribe (ver figuras 4.1 e 4.2).

O elemento que tem uma relação de equilíbrio em ambos os setores é a **poluição**, embora com significado similar para os dois setores de renda, ele está relacionado com as conseqüências que ele ocasiona, dentre as quais se destacam o mau-cheiro, o lixo e os pernilongos. A conseqüência da **poluição** é sentida pelo setor de renda média-baixa, e no caso específico do setor de renda média e média-alta, pelos entrevistados que residem em unidades habitacionais mais baixas. Pois, os moradores dos pavimentos superiores, já não têm contato com ela.

Com relação à intervenção urbana que caracterizou a construção da Academia da Cidade, no bairro da Torre, é possível destacar que ela é pouco utilizada pelos dois grupos sociais, conforme os gráficos 4.13 e 4.26. O setor de renda média e média-alta não o vivenciam porque projetos de cunho social são pouco valorizados por estes grupos. Associado ao fato de que o poder aquisitivo dos mesmos proporciona a condição de pagar uma academia privada. Já o setor de renda média-baixa não o frequenta, porque as atividades físicas não são incorporadas aos hábitos deste setor de renda.

Este fato é materializado pela ausência das pessoas neste equipamento urbano, tendo em vista a formação sócio-cultural dos diferentes grupos referenciados neste trabalho. No entanto, convém ressaltar que a Avenida Beira Rio é bastante utilizada para a prática de Cooper por ambos os setores de renda (ver gráficos 4. 5 e 4.18).

4.1.3 Os significados da Paisagem do rio segundo a “*maneira de ver*” dos representantes do setor Imobiliário

Tendo em vista que o setor imobiliário é o agente responsável por disponibilizar para a venda os edifícios habitacionais multifamiliares, foram tomados como pressuposto, para a elaboração deste trabalho, os relatos orais provenientes da aplicação das entrevistas semi-estruturadas, com os representantes deste setor.

Como neste item, o grupo pesquisado foi menor, definiu-se não mostrar os resultados dos depoimentos por meio de gráficos. Para a interpretação dos significados do rio Capibaribe e de suas margens, para o setor imobiliário foram levados em consideração, além dos relatos orais, outros produtos culturais criados pelo setor imobiliário, conforme descrito no capítulo metodológico. Vale destacar que no contexto deste trabalho, estes produtos culturais serviram de subsídio por refletirem as idéias contidas nos relatos das entrevistas, constituindo assim, informações complementares sobre o que foi explicitado pelos representantes deste setor.

Vale destacar também que de acordo com o que foi informado nas entrevistas realizadas com a coordenadora de *marketing* e o diretor comercial de uma construtora, os anúncios em jornais apresentam a seguinte característica: eles têm o objetivo de informar através da seção intitulada “*Classificados*” que há um novo empreendimento em fase de lançamento ou à venda.

Nesses anúncios, a idéia que se deseja transmitir são as características gerais do empreendimento e do imóvel, e principalmente a sua localização. Por isto, invariavelmente, todos os anúncios de empreendimentos voltados para o setor de renda média e média-alta apresentam um mapa esquemático situando o empreendimento no contexto da cidade e principalmente do seu entorno imediato.

Assim, o setor imobiliário, através de estratégias de *marketing*, transmite para as pessoas que têm a possibilidade de acesso à compra deste tipo de empreendimento, apenas uma idéia geral, sem trazer as minúcias que o permeiam. Estas só serão encontradas no *web site* da construtora ou através da imobiliária responsável pela sua comercialização, cujo principal produto disponibilizado para o cliente é o *folder*.

Este material contém informações que a construtora deseja transmitir aos possíveis compradores. Por isto, este produto cultural é permeado de características que o vinculam a uma identidade de *status* e poder econômico, utilizando uma logomarca de identificação que irá caracterizar o empreendimento, associado a uma sistematização do material utilizado que contempla: perspectivas eletrônicas do empreendimento e fotos reais da área e do seu entorno, tudo isto organizado por meio de textos-chaves, que viabilizam a compreensão do que é o empreendimento e da “*imagem*” que se deseja transmitir aos futuros compradores, que via de regra associa os elementos da mensagem do *folder* à construtora ao qual ele pertence.

Toda esta organização é estruturada de modo a atingir um determinado público-alvo pertencente ao setor de renda ao qual se destina o imóvel. Assim, o ponto de partida para estes *folders* é o dimensionamento do papel que não

segue os múltiplos de um tamanho padrão de A4, que geraria uma maior economia na sua confecção, o que não é uma característica desejável, associado à qualidade do papel e da diagramação, que é a arte final.

Estas informações não estão veiculadas nos jornais de grande circulação da cidade porque comprometeria a qualidade da comunicação, em função do tipo de papel e da restrição de qualidade de impressão necessária para a comercialização deste tipo de empreendimento. Além disto, tal fato atribuiria à idéia de impresso de larga escala que o empreendedor não deseja que seja veiculada ao empreendimento.

Assim, o objetivo do anúncio de jornal é fazer o primeiro filtro dos compradores do empreendimento. Por isto, ele é veiculado com as características gerais, sem que seja exaustivamente detalhado, como os *folders* produzidos pelo setor imobiliário.

É neste contexto que foram contemplados os itens das entrevistas semi-estruturadas cujo primeiro tópico abordado são os **empreendimentos imobiliários**. Ao serem questionados quanto aos atrativos que a área de estudo apresenta, todos os entrevistados, representantes deste setor, afirmaram que as duas principais características que viabilizam o sucesso e a rápida venda dos empreendimentos são: **acessibilidade** e **infra-estrutura** de lazer e de serviços existentes no entorno:

A **localização** é super estratégica, devido à fácil **acessibilidade que ela tem em relação aos demais bairros da cidade**. Como a área é muito central, isto ajuda na qualidade de vida dos moradores, porque diminui a quantidade de tempo que se gasta no trânsito [grifos nossos] (C.G., Coordenadora de Marketing).

Entendemos que a localização privilegiada nas margens do rio Capibaribe é o fator prioritário da atratividade [...] Ainda, destacamos que a existência de instrumentos de lazer como: **pista de Cooper, brinquedos, equipamentos para exercícios são outros fatores relevantes**. [...] Outro aspecto a ser destacado é a **relativa fluidez do trânsito de veículos nas rodovias situadas nessas margens**. [grifos nossos] (J.B. da S. C., Secretário Executivo da ADEMI).

Portanto, sob o ponto de vista comercial, os representantes do setor imobiliário destacam que estas duas principais características da área em

relação ao contexto da cidade do Recife são prioritárias para o sucesso dos empreendimentos. Este fato também é corroborado através dos produtos culturais produzidos por este setor, notadamente das imagens do *folder* de um dos empreendimentos que está em construção no local, representado através da figura 4.5:

Figura 4.5: Vista do Entorno de um dos Imóveis que Estão em Construção na Área em Estudo



Fonte: Folder de um dos Empreendimentos

É importante destacar, que associado à figura 4.5 que representa o entorno do empreendimento, outro imóvel que está em construção na área, o associa a uma localização privilegiada, através do seguinte texto:

Com vista panorâmica para a cidade e perto dos principais corredores da cidade

É importante destacar que as variáveis **acessibilidade e infra-estrutura** que são muito trabalhadas pelo setor imobiliário estão intrinsecamente relacionadas às motivações explicitadas pelos moradores de todos os grupos sociais: o setor de renda média-baixa e o setor de renda média e média-alta.

A comprovação deste fato está respaldada no capítulo teórico, através da questão relacionada à valorização imobiliária estabelecida no trabalho de Melo (1996) onde ela afirma que há uma tendência natural a que áreas que apresentem uma situação geográfica privilegiada em relação à cidade tendem a ser mais valorizadas.

Além disto, um importante fator que estabelece a relação de localização destes empreendimentos implantados nesta fração de paisagem é a valorização dos **elementos naturais**, notadamente através dos cursos d'água,

e do conforto ambiental que os ventos alísios do Nordeste do Brasil proporcionam, conforme explicitado através destas passagens:

A visão da **água** agrega valor em qualquer lugar do mundo. A tendência internacional é que os empreendimentos imobiliários se voltem para as áreas que tenham **água**, seja do mar ou dos rios [...], além disto, a questão de ordem climática é muito importante, pois vivemos nos trópicos e o nascente é bastante valorizado nos empreendimentos imobiliários, notadamente os **ventos**, pois o nordeste e em especial o Recife, é muito privilegiado pela brisa [grifos nossos] (C. O. V. R., Diretor Comercial)

A generosidade de sua largura⁷¹ de frente, possibilitou dotar todos os ambientes do apartamento voltados para a **paisagem** e o **nascente**. [grifos nossos] (C. F. P., Arquiteto)

Os **elementos naturais** vinculados ao rio Capibaribe constituem um fator que agrega valor aos empreendimentos, haja vista que tradicionalmente as características climáticas proporcionadas pela brisa da Região Nordeste do Brasil sempre foram características marcantes na configuração de suas paisagens.

Além dos **elementos naturais** referenciados pelos representantes do setor imobiliário, outra característica que agrega valor a estes empreendimentos, é o que o setor imobiliário caracteriza como “*vista privilegiada*” e o pesquisador, enquanto interprete destes produtos culturais, caracteriza como **paisagem emoldurada**:

O grande atrativo desta área é exatamente a garantia de uma **vista privilegiada**, livre, sem obstáculos [grifos nossos] (C. O. V. R., Diretor Comercial)

Você prefere morar com espaço de sobra ou com uma **vista privilegiada**? Não precisa escolher, aqui tem os dois⁷² [grifos nossos].

Imagine você e sua família num dos endereços mais nobres do Recife. Perto de tudo, com acesso fácil a todos os cantos

⁷¹ A largura referenciada no texto é a largura do rio Capibaribe e do terreno onde se localiza o empreendimento.

⁷² Frase extraída do *folder* do empreendimento Jardim Beira Rio, no bairro da Torre.

da cidade e uma **vista espetacular para o Rio Capibaribe** [grifos nossos] (*Web site* da Construtora G. Bacelar)⁷³.

A interpretação de paisagem emoldurada feita pelo pesquisador está pautada em dois fatores principais, pois a “*vista privilegiada*” sinalizada pelo representante do setor imobiliário apresenta duas conotações. A primeira está relacionada à visão que se tem da varanda do apartamento. As pessoas que moram em pavimentos mais altos têm uma visão mais livre e assim, mais “*privilegiada*”.

A segunda também tem um caráter subjetivo, pois o aspecto “*vista privilegiada*” está associado a razões de ordem econômica pois só podem ter acesso a esta **paisagem** as pessoas que podem comprar estes empreendimentos. Assim, a paisagem do rio Capibaribe passa a ser comercializada como um símbolo de *status* social. E sua **paisagem** passa a ser **emoldurada** ou ainda **enquadrada** pelas varandas e janelas das edificações verticalizadas, sendo que o conteúdo deste enquadramento é a paisagem proporcionada pelo rio Capibaribe, veiculada através dos *folders* destes empreendimentos.

Este fato é corroborado pelo valor de venda dos imóveis, que varia de acordo com o pavimento. Segundo o depoimento do diretor comercial de uma importante construtora do Recife, a diferença de valor entre um apartamento-tipo no primeiro pavimento e o apartamento-tipo de um mesmo empreendimento no último pavimento, apresenta variação média de 30%. Isto porque, quanto mais alto encontra-se o imóvel, melhor a “*vista*” que o morador tem.

Ou seja, a “*vista privilegiada*” está associada à qualidade do **enquadramento** que a altura proporciona, ou seja, à visão da paisagem. Assim, sob o ponto de vista subjetivo, o *status* social destes moradores está vinculado ao pavimento onde ele mora. Assim, quanto mais alto for o pavimento de moradia, maior *status* social ele apresenta em face do setor de

⁷³Fonte: <http://gabrielbacelar.informazione2.com.br/cms/cms/gabrielbacelar/empreendimentos/lancamentos/Giardinobeirario/empreendimento.html> (Disponível em: 09/10/08 - 17:28:13)

renda ao qual ele pertence. Este fato contribui, segundo a interpretação do pesquisador, como uma das razões pela qual a fração de paisagem delimitada para este estudo apresente uma rápida (trans)formação de suas edificações, que conforme visto no capítulo 3, têm-se tornado cada vez mais verticalizadas.

A figura 4.6, extraída do folder de um dos empreendimentos, que estão à venda na área, retrata a paisagem que um suposto morador tem a partir de sua varanda. Este fato corrobora a relação entre verticalidade e *status* social. Esta foto vem acompanhada do seguinte texto:

Uma proposta de vida integrada à natureza

Figura 4.6: Vista de uma das Varandas de um dos Empreendimentos que estão à venda na Área em Estudo



Fonte: Folder de um dos Empreendimentos

O fator que determina o sucesso destes empreendimentos na área de estudo é largamente explicitado pelos representantes do setor imobiliário. A esta característica o pesquisador enquanto intérprete destes produtos culturais denominou de **valor de tradição**, relacionado ao rio Capibaribe como identidade e símbolo da cidade do Recife:

O rio resgata a origem da cidade. A Beira Rio tem o charme e a distinção que Boa Viagem não pode ter, já que é um bairro mais novo. **O rio tem um apelo visual relacionado à história da formação da cidade que o mar não tem.** [...] As pessoas que moram na Zona Norte são mais tradicionais, não estão preocupadas em parecer que tem *status* social, até porque este *status* vem de berço, não

é algo que as pessoas da Zona Norte estejam preocupadas em demonstrar, elas já nasceram com ele. **O que pesa realmente são as tradições** [grifos nossos] (C.G., Coordenadora de Marketing).

Um parêntesis que julgo interessante [é que] há uma faixa privilegiada da população que faz restrições à zona sul, por inúmeras razões (distância, estilo de vida, etc) tornando interessante essa opção de moradia. [...] Ademais, temos que reconhecer que a **história da cidade e o rio são intrínsecas, ligações que remontam a séculos passados**. [...] Em épocas anteriores [século XIX] os trechos localizados nas margens receberam casarões históricos como ainda vemos na Ponte Uchoa e Poço da Panela [grifos nossos] (J.B. da S. C., Secretário Executivo da ADEMI).

Este último elemento denominado no contexto deste trabalho como valor de **tradição**, fecha o ciclo das características que, segundo a “*maneira de ver*” do setor imobiliário, constituem variáveis que determinam a viabilidade de construção de novos empreendimentos na área de estudo.

No entanto, é importante destacar que, no contexto dos bairros da Torre e da Madalena, o segundo era bastante freqüentado pela aristocracia pernambucana, notadamente durante o século XIX. O mesmo não ocorreu no trecho do rio Capibaribe que corresponde ao atual bairro da Torre, devido à presença da fábrica têxtil, associado ao seu processo de formação, conforme detalhado no capítulo 3.

Assim, a partir deste dado, é importante destacar que o valor de **tradição**, atribuído a este bairro é bastante recente, haja vista, que diferentemente do que ocorreu no bairro da Madalena, ele não era caracterizado pela presença de casario com a frente voltada para o rio Capibaribe.

Portanto, segundo a nossa interpretação, o valor de **tradição** que o setor imobiliário atribui ao bairro da Torre é utilizado eminentemente como uma estratégia de *marketing* para venda destes empreendimentos, mas que de fato não ocorria nesta área, já que este bairro estava associado ao local dos “*pobres*” que habitavam vilas operárias e mocambos que gravitavam em torno da fábrica.

Esta mesma linha de raciocínio permeia os nomes dos bairros atribuídos ao rio Capibaribe e as suas margens que freqüentemente são identificados pelo setor imobiliário como sendo Bairro Beira Rio. Este “bairro” não está contemplado nas regulações urbanas da cidade do Recife, e, portanto, ele não existe, sob o ponto de vista jurídico-institucional.

Assim, tendo como pressuposto as demandas impostas pelas sociedades capitalistas contemporâneas, como forma de viabilizar a venda destes imóveis, em face da **infra-estrutura** urbana gerada pela construção da Avenida Beira Rio, os verdadeiros nomes dos bairros são substituídos, para dar lugar a outro, cujo nome remete às expectativas do consumidor final, ou seja, dos moradores.

Por isto, embora determinante para a garantia de venda dos imóveis, o **valor de tradição** não é apontado pelo setor imobiliário, nem pelos moradores da área de estudo, como o principal fator que determina a escolha do local de moradia.

Isto porque, o valor de **tradição** atribuído à área é bastante descaracterizado em face das construções destes imóveis. No entanto, é a preservação deste valor que permeia o discurso que baseia a construção destes edifícios:

Os edifícios resgatam a **tradição das antigas moradias existentes nas margens do rio Capibaribe** que antigamente eram voltados para o rio [grifos nossos] (J. H. G., Especulador Imobiliário).

O público da Zona Norte [...] prefere espaços que remetam a **tradição, a história, a ambiências mais tradicionais** [grifos nossos] (C. O. V. R., Diretor Comercial).

A preservação das tradições pela inserção de imóveis de alto gabarito, como forma de preservação das estruturas do passado é amplamente divulgado pelos periódicos confeccionados pelas construtoras que atuam na cidade do Recife. Para a elaboração deste trabalho, foram tomados como referência os seguintes periódicos: Recife Antigo Recife Moderno, Plural, Lounge Magazine, Renovar é Preciso e Premium.

Nestes periódicos, é veiculada a idéia de que a cidade do Recife apresenta belezas naturais devido à presença dos cursos d'água representada pela faixa litorânea e pelos rios. Além disto, eles tratam a cidade do Recife, como sendo a metrópole da Região Nordeste, cujas tradições devem ser preservadas.

Por outro lado, dentro desta perspectiva de preservação, estas revistas colocam que para se preservar as antigas estruturas, se faz necessário que a cidade seja renovada através de novas construções que devem estar lado a lado com as do passado, em convivência harmoniosa.

Ora, tal fato, não se concretiza, pois segundo a nossa interpretação, as reportagens contidas nestes produtos culturais funcionam como mais uma estratégia de *marketing* para justificar a renovação da cidade caracterizada pela sua crescente verticalização, tendo como premissa a preservação de poucos marcos e monumentos da cidade do Recife. A permanência destes elementos está associada à descaracterização da sua paisagem, pela substituição das antigas casas por edifícios multifamiliares. Assim, o que se mantém na estrutura desta área é o rio Capibaribe, referenciado como elemento simbólico, que se vincula à **tradição**.

Tendo em vista a exposição destes fatos, cabe questionar: onde está sendo respeitado o aspecto de preservação da cidade, e em especial do rio Capibaribe e de suas margens nos bairros da Torre e da Madalena? Segundo a nossa interpretação, o valor de **tradição** é uma abstração, um nexo fictício, utilizado para atrair as famílias tradicionais para estes empreendimentos, onde as “*marcas*” concretas desta tradição são pouco visíveis na paisagem. Estas características são sinalizadas no discurso existente entre o permanecer e o destruir que são amplamente contraditórios nestes periódicos.

Corroborando ainda esta contradição, os nomes escolhidos para estes empreendimentos estão associados a aspectos que remetem à maneira do passado. Isto porque a escolha dos nomes dos novos empreendimentos tem como objetivo vinculá-los a aspectos de ordem **tradicional** do bairro, ou até mesmo a **ambiência bucólica** da área. Assim, nomes como: Engenho

Madalena, Jardins da Beira Rio, são exemplos de nomes de edifícios que remetem a um valor de **tradição**, cujas “*marcas*” físicas do passado na paisagem têm-se tornado um “*nexo fictício*” (ZUKIN, 2000) mantido pela alusão ao passado através destes nomes.

Em casos específicos de imóveis pertencentes a famílias tradicionais que os trocam por área construída, estes passam a receber o nome de um dos membros da família ou ainda o sobrenome, como uma forma de manter o valor de tradição representado pelas antigas famílias que habitavam o local, como por exemplo: Edifício Costa Rêgo.

Ainda nessa perspectiva de relação entre o novo x o antigo, referenciada através destes periódicos, o público alvo que estes empreendimentos visam a atingir, são as famílias pertencentes ao setor de renda média-alta devido a vários fatores, dentre os quais se destaca aquele de ordem econômica e simbólica:

Preferimos trabalhar com este público devido ao **valor que a vista agrega aos imóveis**. A nossa preocupação é oferecer a Zona Norte da cidade empreendimentos com a mesma qualidade que os existentes na avenida Boa Viagem [grifos nossos] (C. O. V. R., Diretor Comercial).

Famílias com filhos na faixa dos 50 ou 60 anos, ou casais, cujos filhos já saíram de casa, mas que gostam de morar em imóveis maiores e com conforto (J. H. G., Especulador Imobiliário).

Assim, com base nestes pressupostos, os empreendimentos que atualmente são lançados na área de estudo são todos de quatro quartos. Isto porque, segundo a “*maneira de ver*” dos representantes do setor imobiliário, este número de quartos além de agregar valor comercial na venda destes imóveis, também guarda características de ordem simbólica:

O número de quartos está estreitamente relacionado ao **status social** de quem ocupa o empreendimento (C. O. V. R., Diretor Comercial).

4 quartos, pois eles **são mais valorizados**, mesmo que um dos quartos seja integrado a sala. Mesmo em prédios de metragem menor, escolhemos sempre fazer **4 quartos, pois isto é um símbolo de status** (C.G., Coordenadora de Marketing).

É com base neste pressuposto de *status* social agregado ao valor de **tradição** que é estabelecida a **relação com o rio Capibaribe e suas margens**, por parte dos representantes do setor imobiliário. Segundo a “*maneira de ver*” dos entrevistados, a paisagem do rio Capibaribe, associada às redes de **infra-estrutura** urbana e de serviços, é um fator que agrega valor aos empreendimentos imobiliários:

A vista ampla e o fato de estarem na margem do rio garantem uma vista definitiva. O rio está para a Zona Norte, assim como o mar está para a Zona Sul [grifos nossos] (C.G., Coordenadora de Marketing).

É agradável morar em uma área que tem infra-estrutura urbana, [...] como pista de Cooper, praças, equipamentos que facilitam o dia-a-dia das pessoas que moram na área [grifos nossos] (C. O. V. R., Diretor Comercial).

Esta “*maneira de ver*” está estreitamente relacionada com as idéias colocadas, através das entrevistas, pelos moradores da Avenida Beira Rio, representantes do setor de renda média e média-alta. Assim, é possível constatar que o setor imobiliário oferta empreendimentos que estão alinhados com as necessidades demandadas pelos consumidores finais, ou seja, com os moradores da área.

É com estas intenções que os valores de ordem simbólica são evidenciados nos empreendimentos, cujo valor agregado constitui um dos componentes na precificação destes imóveis, conforme assinalado por Melo (1996) no capítulo teórico. Além disto, os valores de **tradição** e da **ambiência bucólica** são amplamente defendidos pelo setor imobiliário, já que estas características agregam um valor simbólico e monetário para os empreendimentos.

Assim, ao serem questionados sobre os atrativos do rio Capibaribe e de suas margens sob o ponto de vista simbólico, todos os entrevistados, afirmaram que o valor da área vem da **tradição** que esta tem em relação a cidade do Recife.

Reiterando o aspecto “místico” dos rios [...] **Uma identidade imensa**, uma simbiose descrita por escritores e poetas

[grifos nossos] (J. B. da S. C., Secretário Executivo da ADEMI).

A **tradição** que o rio remete é o grande atrativo que a área oferece [grifo nosso] (J. H. G., Especulador Imobiliário).

Portanto, segundo a nossa interpretação, com base no que foi exposto pelos representantes do setor imobiliário, o significado mais importante do rio Capibaribe e de suas margens, na área em estudo, a partir da “*maneira de ver*” dos representantes do setor imobiliário entrevistados, é a **tradição**. Contudo, vale destacar que o aspecto assinalado está sempre associado a características contemporâneas de **acessibilidade** e **infra-estrutura** urbana e de serviços que a área oferece.

Assim, no que diz respeito à **relação com as regulações e intervenções urbanas**, notadamente a construção da Avenida Beira Rio, esta é considerada por parte dos representantes do setor imobiliário como um aspecto fundamental para a viabilização da construção dos edifícios. Isto porque a abertura desta via proporcionou a criação de um “*importante corredor viário*” (C.G., Coordenadora de Marketing), que aliou ao aspecto de **acessibilidade** importantes equipamentos de **infra-estrutura** urbana:

Além disto, **as redes de infra-estrutura viária facilitam a acessibilidade**. Na realidade, antes da construção da Avenida Beira Rio, os empreendimentos eram mais voltados para a classe média e para a classe média-baixa (C. O. V. R., Diretor Comercial).

Acho que a **infra-estrutura urbana** que foi construída em torno desta via, **com pista de Cooper, Academia da Cidade, a revitalização de praças, tudo isto contribuiu para que a área se tornasse ainda mais atraente [...]** Acredito inclusive que sem esta infra-estrutura toda, este boom imobiliário não teria sido possível [grifos nossos] (J. H. G., Especulador Imobiliário).

Com base nos parâmetros urbanísticos assinalados no Capítulo 3, notadamente pela instituição da ARU, através da Lei nº 16.719/01, os representantes do setor imobiliário justificam que esta legislação em vigor, embora tendo restringido o gabarito das edificações em doze bairros da cidade do Recife, possibilitou a verticalização de outras áreas, dentre as quais se

destacam as quadras localizadas nas margens do rio Capibaribe entre os bairros da Torre e da Madalena.

Neste sentido, segundo o diretor comercial C. O. V. R., esta legislação, além de proporcionar a verticalização de áreas cujas características naturais propiciam uma boa ventilação, também possibilita que os edifícios sejam implantados soltos nos lotes, viabilizando que o empreendimento tenha as quatro fachadas livres. Além disto, para o setor imobiliário a ARU não conseguiu barrar o processo de verticalização da cidade, porque:

Isto faz com que **verticalizemos** ainda mais as áreas que não tem restrição. **A Beira Rio é uma destas áreas.** Acredito que sem esta restrição, os imóveis hoje talvez não fossem tão altos [grifos nossos] (C. O. V. R., diretor comercial).

Associado a estas questões, o setor imobiliário explica que o processo de verticalização que tem sido amplamente expandido na cidade do Recife se deve também a questões de ordem física atrelada às restrições urbanísticas que a cidade apresenta, o que justifica este **tipo** arquitetônico:

Recife é uma das menores capitais brasileiras em área física, atrelada as inúmeras dificuldades para o mercado imobiliário, como: restrições urbanísticas derivadas da legislação (ex: unidades tombadas, sítios históricos, etc), subsolo inadequado em várias regiões, dificuldades de legalização de glebas, terrenos de marinha, saneamento precário, etc. (J. B. da S. C., Secretário Executivo da ADEMI).

Assim, com base no que foi exposto pelo setor imobiliário, é possível constatar que mesmo havendo legislações com parâmetros restritivos que dificultam a verticalização em alguns bairros, este fato não impede que outras áreas da cidade sejam verticalizadas. Isto foi constatado através do depoimento de um dos representantes deste setor, que afirma o estímulo à expansão do processo de verticalização em outras partes da cidade. Associado a isto, o processo de expansão vertical da cidade do Recife tem raízes históricas devido a componentes fisiográficos (MELO, 1978) associados ao desejo da sociedade em morar em determinados bairros da cidade, conforme assinalado por Melo (1996).

Portanto, tendo em vista o desejo da sociedade, é muito difícil que esta forma de expansão seja barrada, pois na medida em que as restrições urbanísticas vão surgindo, o setor imobiliário, busca novas maneiras de transformar as “aparentes” desvantagens advindas das regulações urbanas em ativo econômico através da atribuição de valores, baseados em características como **tradição** e **ambiência bucólica**, em áreas antes desvalorizadas da cidade.

Assim, é importante destacar que há uma contradição entre a verticalização explicitada através dos depoimentos de alguns moradores da área e a “*imagem*” da cidade que é referenciada pelos mesmos entrevistados que a tem associado a uma selva de pedra. Esta contradição é caracterizada neste estudo como uma dicotomia entre o antigo x o novo que é trabalhada através dos produtos culturais elaborados por meio de estratégias de *marketing* do setor imobiliário.

Assim, é possível observar que há uma necessidade por parte da sociedade em manter uma ligação com fatores de ordem subjetiva como, por exemplo, a **tradição** e a **ambiência bucólica**. Por outro lado, esta mesma sociedade que exprime estes valores é aquela que habita estes edifícios verticalizados. Ao mesmo tempo, é esta mesma sociedade que permite que a cidade esteja sofrendo este processo de expansão vertical, haja vista que ela constitui a demanda à qual o setor imobiliário atende.

Simultaneamente a estes fatores, o Plano Diretor da cidade do Recife sob o No. 17.511/08, que prevê a ZAN – Capibaribe criou instrumentos cujos parâmetros prevêem a restrição da verticalização ao longo das margens do rio Capibaribe. Embora estando em vigor, este plano tem forte crítica por parte do setor imobiliário, que no seu papel de agente cultural, tem conseguido barrar a sua atuação por meio de revisões na Câmara de Vereadores da cidade do Recife.

Portanto, nesta correlação de forças envolvendo várias expressões culturais baseadas em diferentes crenças, utopias e interesses, não se sabe se as paisagens ao longo do rio Capibaribe, que em alguns bairros ainda

permanecem com a **ambiência bucólica** e alguns **marcos** que a identificam, irão permanecer. Isto porque, o que tem prevalecido são os **elementos naturais** desta paisagem que também poderão vir a ser (trans)formados dando lugar a uma paisagem homogeneizada, formada por habitações multifamiliares excessivamente verticalizadas.

Além disto, faz-se necessário questionar a responsabilidade de alguns setores no âmbito do poder público municipal, que através das regulações urbanas têm criado legislações como a LUOS nº 17.176/96, que culminou em um processo de verticalização sem precedentes na cidade do Recife. Fato como este nos faz questionar sobre os verdadeiros interesses de alguns representantes deste setor face às questões urbanas que permeiam a cidade do Recife, haja vista que o papel do setor público, em última instância é garantir a qualidade de vida dos cidadãos independentemente dos setores de renda ao qual eles pertencem. Assim, é possível constatar que legislações como esta vão de encontro aos interesses de parte da coletividade, uma vez que ela privilegia os setores de renda dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[A paisagem] visa descrever e entender as relações humanas entre a vida humana e o mundo natural, as transformações feitas por nossa existência no mundo [...] e acima de tudo, os significados que as culturas atribuem para a sua existência.

(COSGROVE, 1994, p. 387)

Com base nos pressupostos de alguns adeptos da Nova Geografia Cultural, a paisagem é uma categoria de análise que apresenta simultaneamente uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva, que permeou todo o desenvolvimento desta dissertação.

A dimensão objetiva da paisagem foi interpretada a partir dos seus elementos visíveis, concretos, ou seja, da morfologia urbana e da tipologia das edificações multifamiliares verticalizadas. A partir do estudo da dimensão objetiva, é possível interpretar que as paisagens são uma realidade concreta e geograficamente específica (BESSE, 2006).

Tendo como pressuposto a sua concretude, o homem, no seu papel de agente portador de cultura, (trans)forma continuamente o meio ambiente físico, imprimindo suas “*marcas*”. Isto porque, os diferentes grupos culturais, apresentam valores distintos, que são baseados em crenças, interesses, mitos e utopias. É neste sentido, que Berque (1999) explica que a paisagem é simultaneamente “*marca e matriz*”.

Marca na medida em que os diferentes atores sociais a utilizam como um substrato, para imprimir nela as suas estruturas físicas, como por exemplo, as edificações multifamiliares verticalizadas. Ao mesmo tempo, ela é matriz, na medida em que suas estruturas concretas contribuem para a perpetuação de usos e significações que são continuamente (re)construídos de modo a refletir os valores dos grupos culturais em um determinado período histórico.

Assim, a paisagem do passado não é a mesma dos dias atuais, e também não será a mesma das gerações futuras. Isto porque, na produção das paisagens, estão imbuídos os valores culturais dos grupos que a produzem e a (trans)formam, sendo estes dinâmicos, variando ao longo do tempo. Assim, de acordo com McDowell (1996) e Cosgrove (1998), as paisagens não são neutras, pois são fruto de diferentes “*maneiras de ver*”, havendo por vezes, conflitos na sua (re)produção.

Neste contexto, a área delimitada para estudo tem sofrido constantes (trans)formações em sua estrutura física. Estas alterações são fruto de processos de valorização dos diferentes grupos culturais, dentre os quais foram

destacados neste trabalho: o setor imobiliário e os moradores das habitações multifamiliares verticalizadas. Este fato concerne à produção de elementos construídos que se expressam na paisagem e são identificados através de diferentes “*maneiras de ver*”, baseadas nas mesmas crenças e interesses.

Assim, as “*marcas*” impressas no meio físico são fruto de valores subjetivos destes grupos culturais. A dimensão subjetiva foi interpretada a partir dos produtos culturais, como os depoimentos orais resultantes das entrevistas com os representantes do setor imobiliário e de outros produtos culturais por ele produzidos, dentre os quais se destacam: os *folders*, os conteúdos dos *web sites* das construtoras, os periódicos e os anúncios dos empreendimentos nos jornais de grande circulação da cidade do Recife.

Os conteúdos subjetivos são produzidos pelo homem, conforme suas crenças, valores e interesses pautados na cultura e, portanto as “*marcas*” que são impressas na paisagem são fruto de valores imateriais. Estes elementos subjetivos que fazem parte da carga sócio-cultural do homem ficam impressos na paisagem, como por exemplo, através das edificações multifamiliares verticalizadas.

Estas “*marcas*”, por terem sido impressas pelo homem, constituem produtos culturais e, portanto são passíveis de serem lidos e interpretados, conforme explicitado por Duncan (1990). Com base na **leitura da forma urbana** é que se pôde fazer a interpretação das estruturas materiais da área. Esta é fruto de apropriações dos diferentes grupos culturais, dentre os quais se destacam os grupos dominantes que na visão de Cosgrove (1998) são aqueles cujo conjunto de valores apresenta maior visibilidade física na confecção das paisagens.

Este fato é materializado na área em estudo através das edificações multifamiliares verticalizadas, cujos **tipos** arquitetônicos são implantados segundo a visão dos grupos dominantes. Eles são representados pelas habitações multifamiliares voltadas a atender os interesses dos setores de renda média e média-alta e do setor imobiliário. Estes **tipos** são viabilizados através dos projetos arquitetônicos que respondem às regulações de uso e

ocupação do solo vigentes na cidade do Recife e que são concebidos de modo a separar os espaços privados dos espaços públicos por meio de barreiras físicas, como os muros.

Assim sendo, eles são pouco integrados ao espaço público da rua, sobretudo na escala do pedestre, mas ao mesmo tempo são bastante visíveis na escala urbana em função do seu elevado gabarito, o que tem tornado a cidade do Recife constituída por grandes torres, conferindo um aspecto homogeneizado à paisagem.

Os **tipos** edificados na área em estudo é o reflexo dos valores destes grupos dominantes. A oferta disponibilizada pelo setor imobiliário visa ao atendimento das necessidades dos moradores destas habitações que constituem a demanda, formando assim, uma relação onde não há vencedores nem vencidos, conforme colocado por Melo (1996), mas uma reciprocidade entre eles, que é materializada na paisagem.

Já as habitações destinadas ao setor de renda média-baixa, via de regra não estão com a frente voltada para o rio Capibaribe e suas margens. Estes imóveis são bastante distintos quando comparados aos atuais que são destinados aos setores de renda média e média-alta, pois embora sem barreiras visuais, eles não estão voltados para este elemento hídrico.

Tal fato reflete um momento em que o rio Capibaribe era bastante desvalorizado em função dos assentamentos populares e das enchentes. No entanto, apesar de darem as costas para este rio e de terem um **tipo** arquitetônico que é caracterizado pela maior presença de cheios sobre os vazios, estas edificações estão relacionadas com a escala do pedestre, o que facilita a sua visualização pelos transeuntes, fato que não ocorre com as edificações voltadas para o setor de renda média e média-alta. Assim, é possível constatar que estes artefatos culturais são materializados na paisagem de modo a refletir o conjunto de valores dos diferentes grupos culturais em um determinado período histórico.

Com base nesta constatação cabe fazer o seguinte questionamento: será que estas diferenças continuarão expressas na paisagem por meio destas

edificações ou elas serão substituídas? Segundo a nossa interpretação, há forte possibilidade de que as edificações multifamiliares voltadas para o setor de renda média-baixa sejam paulatinamente substituídas por edifícios voltados para o setor de renda média e média-alta.

Isto porque, segundo os relatos provenientes das entrevistas semi-estruturadas com os representantes do setor imobiliário, esta área, devido à abertura da Avenida Beira Rio e aos parâmetros instituídos pelas legislações de uso e ocupação do solo, tem sido continuamente valorizada por este setor que tem incorporado através das estratégias de *marketing* os valores subjetivos que são atribuídos ao rio Capibaribe e suas margens ao longo do tempo. Dentre estes valores podem-se observar aqueles de ordem simbólica, que são introjetados na memória coletiva, como por exemplo, o valor de **tradição** e a **ambiência bucólica** que é atribuído ao rio Capibaribe e suas margens pelos grupos culturais, conforme detalhado no capítulo 4.

Além destes valores, é possível constatar que o setor imobiliário tem explorado a relação entre o velho x o novo para conferir o valor de **tradição** às quadras que compõem as margens do rio Capibaribe entre os bairros da Torre e da Madalena, mesmo sendo contraditório, pois estão sendo paulatinamente destruídas as “*marcas*” que remontam ao passado. Assim, é possível constatar uma sucessão de camadas históricas, onde uma camada não substitui completamente a anterior apagando-a. Isto porque a paisagem é também constituída de forte carga imaterial, representada pelos valores simbólicos que, via de regra, permanecem no imaginário coletivo dos grupos culturais.

Por outro lado, embora uma camada não substitua completamente a anterior, é possível observar que a (trans)formação desta fração de paisagem tem culminado em alterações nas suas estruturas materiais, fruto das ações do homem sobre o meio físico. Este dado tem acarretado sua descaracterização, pois não são levados em consideração aspectos fundamentais para a preservação da memória urbana como a **ambiência bucólica** e o valor de **tradição**. Estes são contemplados nos relatos orais dos representantes do

setor imobiliário e dos moradores das habitações multifamiliares, porém de forma contraditória.

Neste contexto, é possível observar que a área em estudo tem-se (trans)formado paulatinamente em uma “*imagem*” de contemplação associada a valores imateriais, cujas “*marcas*” físicas têm sido rapidamente substituídas pelas ação destes grupos culturais. Este fato faz com que os registros materiais do passado permaneçam apenas como “*imagem*” imaterial na memória dos grupos culturais no presente.

Puderam ser constatadas também mudanças de valores culturais existentes no século XIX, onde havia uma relação de interação dos moradores da cidade com o rio e suas margens através da sua utilização como fonte de lazer das casas construídas às suas margens, com relação aos valores da sociedade contemporânea, onde a paisagem passa a ser um “*nexo fictício*” (ZUKIN, 2000, p. 90) com os meandros do rio sendo contemplados a partir das varandas dos apartamentos como um produto de consumo.

Com base no que foi exposto ao longo deste estudo, se faz necessário refletir sobre como esta fração de paisagem tem sido (trans)formada ao longo do tempo e principalmente como os grupos culturais têm-se apropriado do rio Capibaribe e de suas margens.

A crescente utilização do rio Capibaribe e suas margens têm sido incorporada pelo setor imobiliário nas campanhas publicitárias, enquanto ativo econômico, para a venda dos imóveis, mesmo a custo da destruição das “*marcas*” que identificavam a relação deste rio com a cidade, visando novas paisagens baseadas na “*maneira de ver*” dos grupos dominantes. Foi na perspectiva deste enfoque que o trabalho tentou contribuir.

Isto porque, o rio Capibaribe é mais do que um elemento natural expresso na paisagem da cidade do Recife, haja vista que ele foi fundamental na formação e expansão da cidade. Além disto, ele é permeado de importantes valores simbólicos para os grupos culturais da cidade, conforme detalhado ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros, Dissertações, Teses e Trabalhos Científicos

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade**. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda., 2009.

ANDRADE, M. C. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Ed. Massangana/FUNDARPE, 1989.

_____. **Poluição dos cursos d'água da Zona da Mata de Pernambuco pelo despejo de resíduos e águas servidas industriais**. Recife: O Boletim de No. 15 do Instituto de Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: EDUSP, 1995.

ARLEGO, Edivaldo. **Recife de ontem e de hoje**. Recife: s/d, 1989.

BARBETTA, P. A. **Métodos Estatísticos**. Santa Catarina: 2002.

BARRETO, Ângela Maria Maranhão. **Recife através dos tempos: formação de sua paisagem**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1994.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **Imaginário do novo mundo**. Rio de Janeiro: Metalivros, 1994.

BERGER, J. **Modos de Ver**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1972.

BERQUE, A. **Paisagem-marca paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: CORRÊA, R. e ROSENDHAL, Z. (Org) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, pp. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a arquitetura e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BEZERRA, D. U. C., **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas sociais/ MEC Universitária, 1965.

BRUSCKY, Paulo (org). **Álbun de Pernambuco e seus arrabaldes 1878**, Recife: Secretaria da Casa Civil, 2007.

CALABRIA, Éricka M. de Melo Rocha. **A idéia de natureza na promoção imobiliária: o caso do Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2006 (Dissertação).

CARVALHO, Maurício Rocha de. **Ecletismo arquitetônico na cultura Pernambucana**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife: ensaio da geografia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria da Editora da Casa do Estudante do Brasil, s/d.

_____. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

_____. **Visões do Recife**. In: O Recife, quatro séculos de sua paisagem (MAIOR, A. S. e SILVA, L. D. (Orgs). Recife: Fundaj/Massangana, 1992.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHACON, V. **O Capibaribe e o Recife: história social e sentimental de um rio**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura e UFPE, 1959.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1991.

CLAVAL, Paul. **A paisagem dos geógrafos**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, pp. 13-74.

_____. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, pp. 35-86.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. São Paulo, Loyola, 1994.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte; cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 92-123.

_____. **Mundo de significados: geografia cultural e imaginação**. . In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, pp. 33-60.

_____. **Geografia cultural do milênio**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 17-46.

COSGROVE, Dennis & JACKSON, Peter. **Novos rumos da geografia cultural**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, pp. 15-32.

_____. **Novos rumos da geografia cultural**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

COSGROVE, Dennis and DANIELS, Stephen (Org). **The iconography of lanscape**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DUNCAN, James. **O supra-orgânico na geografia cultural americana**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

_____. **A paisagem como um sistema de criação de signos**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Paisagens, textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, pp. 91-132.

_____. **The city as a text: the politics of landscapes interpretation**. In: The Kandyan Kington. USA: Cambridge, University Press, 1990.

FERREZ, Gilberto. **Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife 1755-1855**. , Recife: FUNDARPE, 1984.

_____. **Velhas fotografias pernambucanas**. Recife: Campo Visual, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

_____. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: Jos[e Olímpio Editora, 1981.

_____. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1942.

GALVÃO, S. de Vasconcellos. **Dicionário chronographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

GUERRA, Flávio. **Evolução histórica de Pernambuco**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970.

_____. **Velhas ruas e subúrbios históricos.** Recife: Editora Itinerário, 1978.

_____. **Decadência de uma fidalguia açucareira.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura/FUNDARPE, 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1995.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de monografia, dissertação e tese.** São Paulo: Avercamp, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2002.

HOLZER, W. **A Geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990.** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2 volumes (Dissertação), 1992.

JACKSON, Peter. **Maps o meaning: an introduction to cultural geography.** London and New York: Routledge, 1989.

_____. **Maps of Meanings: an introduction to cultural geograph.** London and New York : Routledge, 1992.

JORGE, Ester Rodrigues da Costa. **Os significados das pontes na paisagem do centro da cidade do Recife.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2007 (Dissertação).

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Norte).** São Paulo: Martins Editora, 1972.

KOHLSDORF, Maria Eliane. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** Recife: CEPE, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A paisagem pernambucana** Recife, FUNDARJ, Massangana, PCR, 1993.

MCDOWELL, L. **A transformação da geografia cultural.** In: Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Gregory, D. *Et alli* (Org.) Rio de Janeiro: ZAHAR, 1996.

MEDEIROS, Roberval. **Curiosidades do Recife.** Recife: Fundaj/Massangana, 2005.

MEDINA, Luciano Lacerda. **A Legislação de Uso e Ocupação do Solo do Recife como instrumento de desenho urbano.** In: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento. Recife: Anais do VII Encontro da ANPUR, 1997, pp. 540-566.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Canoas do Recife: Um estudo da micro-história do Recife,** In: O Recife quatro séculos de sua paisagem. MAIOR, M. S e SILVA, L. D. (Orgs). Recife: Fundaj/Massangana, 1992.

MELLO, J. A. G. **A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade do Recife de 1631-1648.** Recife: IPHAN/MEC, 1976.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife.** Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, 1978.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck. **A paisagem do rio Capibaribe: um recorte de significados e representações.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Departamento de Ciências Geográficas, 2003. (Tese).

MENEZES, José Luiz Mota. **O Recife e sua arquitetura.** In: Arquivo Público Estadual (Org). **Um tempo do Recife.** Recife: Editora Universitária, 1978, pp. 253-263.

MENEZES, Ulpiano T. Dezerra de. **A paisagem como fato cultural.** In: Yázigi, Eduardo (et al) (Org.) **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64.

MILFONT, Magna Lícia Barros. **Caminhos das Águas: o transporte fluvial no Recife, 1835-1860.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2003 (Dissertação)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NUNES, Aliomar Ferreira. **O impacto da lei dos “doze bairros” sobre a construção civil na cidade do Recife.** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, Departamento de Engenharia Civil, 2008.

MONTENEGRO, Antônio. **Abolição: ordem/desordem.** In: REZENDE, Antônio Paulo (Org). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987, pp. 107-120.

OLIVEIRA, W. **Geologia da planície do Recife – contribuição ao seu estudo**. Recife: Câmara Gráfica do Jornal do Commercio, 1942 (Tese de Concurso à Cátedra de História Natural da Escola Oficial de Pernambuco).

OUTTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1996.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife: ontem e hoje**. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Arredores do Recife**. Recife: Fundaj/Massangana, 2001.

_____. **Anais Pernambucanos**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1959, Vol. 09.

_____. **Anais Pernambucanos**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1959, Vol. 03.

PEREIRA, Luz Valente. **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planejamento/acção da sua reabilitação**. Lisboa: LNEC, 1996.

REZENDE, Antônio Paulo M. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20**. Recife: Secretaria de Cultura/FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RICHARDSON, Roberto (at all). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, Tadeu, **Roteiros do Recife**. Recife: Gráfica Ipanema, 1951.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAMPAIO, M. Ruth Amaral de. **Mocambo e cidade: Regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado**. São Paulo: USP, 1996.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: Corrêa, R. Lobato e ROSENDHAL, Zeny. (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 12-74.

SAULE-SORBÉ, Hélène. **Le Voyage aux Pyrénées**. In: BOSCHMA, C. PÉROT, J (Orgs). Antoine-Ignace Melling, artiste-voyageur (1763-1831), Paris: Paris-Musées, 1991, pp. 173-221.

SETTE, Mario. **Arruar: História pitoresca do Recife antigo**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEC, 1978 (Coleção Pernambucana, Vol. XII).

SILVA, Leonardo Dantas. **O Recife; imagens da cidade sereia**. Recife: Comunigraf Editora, 1998.

_____. **O Recife: quatro séculos de sua história**. Recife, FUNDARJ, Massangana, PCR, 1992.

TOLLENAIRE, L. F. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Cultura, Depto. de Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana, vol. XVI)

2. Periódicos

A casa operária. In: Revista de Pernambuco, Ano 2, N. 19, Recife: jan/jun, 1925 s/p.

A fábrica da Torre e sua importância na admirável organização da indústria Pernambucana. In: Espelho, Ano: III N. 22, jan/fev, 1937 s/p.

CLAVAL, Paul. **Reflexões sobre a geografia cultural no Brasil**. In: Espaço e Cultura, No. 8, Rio de Janeiro: NEPEC, 1999 pp. 07-30.

CORRÊA, R. Lobato. **Carl Sauer e a Geografia Cultural**. In: Revista Brasileira de Geografia e Cultura, Rio de Janeiro: 51 (1), NEPEC, 1989, pp. 113-122.

_____. **A paisagem geográfica – uma bibliografia**. In: Espaço e Cultura, No. 4, Rio de Janeiro: NEPEC, 1995, pp. 50-54

COSGROVE, Dennis. **Idéias e cultura: uma resposta a Don Mitchell**. In: Espaço e Cultura, No. 8, Rio de Janeiro: NEPEC, 1999 pp. 59-61.

_____. **Worlds of meaning: Cultural Geograph and Imagination**. In: FOOT, K. E. *et alli* Re-reading Cultural Geograph, Austin: The University of Texas Press, pp. 387-395, 1994.

COSTA, F. A. **Origens históricas da indústria assucareira em Pernambuco**. In: Conferência assucareira do Recife, Recife: 1905.

COSTA, O. **O Recife, o Capibaribe e os antigos engenhos**. In: Revista do Norte, No. 02, p. VI, 1944.

Cotonifício da Torre. In: Documentário Ilustrado do Tricentenário da Restauração Pernambucana: 1654-1954.

DECRÉMONT, Isabelle. **Une année d'aménagement du patrimoine à Boreaux: entre mise en scene et mise en débat**. In: sud Ouest Européen, v., No. 7, 2000, pp. 65-73

FERNANDES, Aníbal. **O Recife e a sua paisagem**. In: Boletim da cidade e do porto do Recife, Recife: Edição da Diretoria de Estatística e Turismo da Prefeitura da Cidade do Recife, Jul/Dez., 1942, No. 5-6 s/p

_____. **Trecho final do escrito.** Recife: 1925.

LEY, D. **Cultural/Humanistic Geograph.** In: Progress Human Geograph 5 (2), 1981, pp. 259-157.

LOWENTHAL, D. **Geografia, Experiência e Imaginação; em direção a uma epistemologia geográfica.** In: perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1976, pp. 103-140.

Melhoramentos municipais na Magdalena. In: Revista de Pernambuco, Ano 2, N. 07, Recife: jan/jun, 1925 s/p.

MENEZES, J. L. **Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau.** In: O Brasil e os Holandeses: 1630-1654, HERKENHOFF, P. (Org). Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, pp. 87-103.

_____. **Alguns aspectos originais do sítio urbano do Recife.** In: Um tempo do Recife, Arquivo Público Estadual do Recife (Org), 1978.

_____. **Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde Maurício de Nassau.** In: Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional. V. 2, n. 1, Recife: 1987, pp. 32-37.

MIKESSEL, M. W. **Landscape.** In: Man, Space and Environment.concepts in Contemporary Human Geograph. ENGLISH, P. W. & Mayfield (org). New York, London and Totonyo: Oxford university Press, 1972, pp. 09,15.

MITCHELL, Don. **Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconciliação de idéia de cultura em geografia.** In: Espaço e Cultura, No. 08, Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, ago/dez. 1996, pp. 31-54.

PLURAL. Ano 5, N. 17, Recife: junho de 2008.

SETTE, Mario. **Tigres e esgotos.** In: Boletim da cidade e do porto do Recife, Recife: Edição da Diretoria de Estatística e Turismo da Prefeitura da Cidade do Recife, Out/Nov. 1942, No. 2, s/p

Pernambuco Industrial. In: Revista de Pernambuco, Ano 2, N. 19, Recife: jan/jun, 1925 s/p.

RECIFE ANTIGO RECIFE MODERNO. Ano 2, N. 06, Recife: 2004,

RECIFE ANTIGO RECIFE MODERNO. Ano 4, N. 14, Recife, 2006.

RECIFE ANTIGO RECIFE MODERNO. Ano 5, N. 16, Recife, 2007.

REVISTA MERCADO IMOBILIÁRIO. Ano 1, N. 01, Recife, 2004.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, No. 24, Rio de Janeiro, 1996, pp. 80-103.

3. Documentos Institucionais e Legislações

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Lei No. 2.590/53 Decreto Lei, Recife, 1953.

_____. Lei No. 7.427/63, Decreto Lei, Recife, 1961.

_____. Lei No. 14.511/83, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Recife, 1983.

_____. Lei No. 16.176/96 Lei de Uso e Ocupação do Solo, Recife, 1996.

_____. Lei No. 16.293/97 Lei das Regiões Político-administrativas do Município do Recife.

_____. Lei No. 16.719/01 Lei dos Doze Bairros, Recife, 1996.

_____. Lei No. 17.511/08 Plano Diretor da Cidade do Recife, 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE. **Memorial justificativo, radial 4 – Avenida Beira Rio**, Recife, 1996.

_____. **Projeto Beira Rio: um espaço vital**, Recife, 1996.

_____. **Avenida Beira Rio**, Recife, 2000.

4. Endereços Eletrônicos

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Escrevendo e cartografando a cidade do Recife na passagem para o século XX** In: Revista Etudes <http://www.credal.univ-paris3.fr/IMG/CAL/cal48-49-etudes7.pdf> (Disponível em: 19/10/2009 - 15:17:00)

A Geografia no Brasil. In: <http://www.anpege.org.br/downloads/revista2.pdf#page=97> (Disponível em: 08/10/08 – 19:36:18)

MELO, Norma Lacerda de. **A produção social dos interesses fundiários e imobiliários – o caso de Recife**, In: Caderno do CRH, Vol. 09, No. 24, 1996,

<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=186&locale=it&locale=pt>
(Disponível em: 20/05/2009 – 11:03:25)

Paisagem: Aspectos Morfológicos e Significados. In:
<http://www.sociedadeenatureza.ig.ufu.br> (Disponível em: 08/10/08 – 19:47:17)

Ponte da Capunga. In: <http://www.fundaj.gov.br/docs/rec/rec11.html>
(Disponível em: 19/10/2009, 19:18:59)

Ponte da Madalena. In: <http://www2.uol.com.br/JC/2000/2803/cd2803l.htm>
(Disponível em: 20/07/2009, 17:25:02)

Ponte da Torre. In: <http://www.fundaj.gov.br/docs/rec/rec11.html> (Disponível em: 20/07/2009, 17:28:12)

Ponte da Torre. In:
http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/117historia/177_002_pontes_dorecife.htm (Disponível em: 20/07/2009 - 17:32:17)

SILVA, Leonardo Dantas. **As várias facetas do recife.** In:
<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/recife/facetass.pdf> (Disponível em: 13/10/08 – 13:00:09).

_____. **O Recife, a paisagem que fascina.** In:
<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/recife/fascina.pdf> (Disponível em: 13/10/08 – 13:02:23).

http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/pernambuco/primeiras_decadas4.html
(Disponível em: 20/07/2009 - 18:02:12)

<http://www.soutomaior.eti.br/fergon/paginas/pontes.htm> (Disponível em: 20/07/2009 - 18:13:43)

Construtora Gabriel Bacelar In: <http://www.construtorabacelar.com.br>
(Disponível em: 18/02/08 - 13:35:09)

Construtora Queiroz Galvão In:
[HTTP://www.queirozgalvaoincorporacao.com.br](http://www.queirozgalvaoincorporacao.com.br) (Disponível em: 18/02/08 - 13:38:14)

Construtora Moura Dubeux In: <http://www.mouradubeux.com.br> (Disponível em: 18/02/08 - 13:45:11)

ANEXOS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – MORADORES

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:

Sexo:

Feminino Masculino

Ocupação:

Local de moradia:

Torre Madalena

Idade:

Grau de instrução:

Não graduado Graduado Pós Graduado

2. TRAJETÓRIA ESPACIAL

2.1 Em que bairro você morava antes de vir morar na Avenida Beira Rio?

2.2 Há quanto tempo você mora na Avenida Beira Rio?

2.3 Por que você escolheu a Avenida Beira Rio para morar?

3. RELAÇÃO COM O RIO CAPIBARIBE E SUAS MARGENS

3.1 Quais as atividades que você exerce nas margens do rio Capibaribe?

3.2 Você gosta da paisagem do rio Capibaribe? Por quê?

3.3 Ao se mencionar o rio Capibaribe e suas margens, quais são os elementos que se destacam na paisagem?

4. RELAÇÃO COM AS INTERVENÇÕES URBANAS

4.1 O que você achou da construção da Avenida Beira Rio?

4.2 Você se lembra como era esta área antes da construção da Avenida Beira Rio?

4.3 O que você acha do Projeto da Academia da Cidade? Você participa dos eventos promovidos no local?

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – REPRESENTANTES DO SETOR IMOBILIÁRIO

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:

Sexo:

Feminino Masculino

Ocupação:

Idade:

Grau de instrução:

Não graduado Graduado Pós Graduado

2. OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

2.1 Quais são os atrativos da Avenida Beira Rio para a implantação dos empreendimentos imobiliários?

2.2 Qual o público alvo a quem estes empreendimentos se destinam?

2.3 Quais são os tipos de imóveis mais procurados? 3 ou 4 quartos?

3. RELAÇÃO COM O RIO CAPIBARIBE E SUAS MARGENS

3.1 Quais são os atrativos do rio Capibaribe e suas margens, sob o ponto de vista comercial e que agrega valor para a venda dos imóveis?

3.2 Quais são os atrativos do rio Capibaribe e suas margens, sob o ponto de vista simbólico para a venda dos imóveis?

4. RELAÇÃO COM AS REGULACOES E INTERVENCOES URBANAS

4.1 O que você achou da construção da Avenida Beira Rio quanto a viabilidade dos empreendimentos imobiliários?

4.2 Quais são os atrativos do rio Capibaribe e suas margens, proporcionados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigor, para a venda dos imóveis localizados na Avenida Beira Rio entre as quadras da Torre e Madalena?

DIÁRIO DE CAMPO

Período	Caracterização dos transeuntes	Tipologia das edificações
2ª feira		
Manhã		
Tarde		
Noite		
3ª feira		
Manhã		
Tarde		
Noite		
4ª feira		
Manhã		
Tarde		
Noite		
5ª feira		
Manhã		
Tarde		
Noite		
6ª feira		
Manhã		
Tarde		
Noite		
Sábado		
Manhã		
Tarde		
Noite		
Domingo		
Manhã		
Tarde		
Noite		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)